



Vamos juntos construir  
um futuro melhor

## Relatório Anual 2021

Proposta

## Santander Totta, SGPS, S.A.

Mapa de Indicadores	3
Mensagem dos Presidentes do Conselho de Administração e da Comissão Executiva	4
Cultura corporativa, prémios, distinções e outros factos relevantes em 2021	6
Clientes e rede de distribuição	13
Banca Responsável	15

## Atividade e Resultados

Enquadramento da atividade	20
Principais riscos e incertezas para 2022	27
Áreas de negócio	28
Áreas de suporte ao negócio	37
Informação económica e financeira	47
Factos relevantes após o termo do exercício e perspetivas para 2022	54

## Gestão de Risco

Modelo de gestão e controlo de risco	55
Gestão de risco em 2021	59

## Proposta de Aplicação de Resultados

**66**

## Informação Complementar

**67**

## Relatório de Governo Societário

**73**

## Demonstrações financeiras, notas, relatórios e pareceres

Demonstrações financeiras consolidadas	79
Notas às demonstrações financeiras consolidadas	85
Relatórios e pareceres da atividade consolidada	232
Demonstrações financeiras individuais	249
Notas às demonstrações financeiras individuais	255
Relatórios e pareceres da atividade individual	276



## MAPA DE INDICADORES

<b>BALANÇO E RESULTADOS</b> (milhões de euros)	<b>Dez-21</b>	<b>Dez-20</b>	<b>Var.</b>
Ativo líquido	60.186	58.330	+3,2%
Crédito a clientes (líquido)	42.404	41.683	+1,7%
Recursos de clientes	46.892	43.208	+8,5%
Total do Capital Próprio	4.624	4.720	-2,0%
Margem financeira	729,6	786,6	-7,2%
Comissões líquidas, outros resultados de exploração e atividade de seguros	453,7	400,1	+13,4%
Produto bancário	1.356,2	1.317,7	+2,9%
Resultado de exploração*	789,7	704,8	+12,0%
Resultado antes de impostos e de interesses que não controlam	435,0	405,0	+7,4%
Resultado consolidado do exercício atribuível aos acionistas do ST, SGPS	298,6	295,6	+1,0%

<b>RÁCIOS</b>	<b>Dez-21</b>	<b>Dez-20</b>	<b>Var.</b>
ROE	6,3%	6,9%	-0,6 p.p.
ROA	0,5%	0,5%	+0,0 p.p.
Rácio de Eficiência	40,1%	45,0%	-4,9 p.p.
Rácio CET 1**	25,1%	20,6%	+4,5 p.p.
Rácio Tier 1**	27,8%	23,9%	+3,9 p.p.
Rácio de capital**	28,3%	24,4%	+3,9 p.p.
Rácio de <i>Non-Performing Exposure</i>	2,3%	2,6%	-0,3 p.p.
Cobertura de <i>Non-Performing Exposure</i>	81,0%	72,3%	+8,7 p.p.
Custo do crédito	0,17%	0,45%	-0,28 p.p.
Crédito / Depósitos (rácio de transformação)	110,5%	116,1%	-5,5 p.p.

<b>NOTAÇÕES DE RATING (longo prazo)</b>	<b>Dez-21</b>	<b>Dez-20</b>
FitchRatings	BBB+	BBB+
Moody's	Baa2	Baa3
Standard & Poor's	BBB	BBB
DBRS	A	A

<b>OUTROS DADOS</b>	<b>Dez-21</b>	<b>Dez-20</b>	<b>Var.</b>
Colaboradores***	4.817	6.012	-1.195
Colaboradores em Portugal***	4.805	5.980	-1.175
Pontos de atendimento	393	477	-84
Postos de atendimento em Portugal	390	469	-79

\* O resultado de exploração inclui as contribuições em numerário para fundos de resolução e sistemas de garantia de depósitos; o valor de 2020 foi ajustado para comparabilidade

\*\* *Fully implemented* com resultado líquido de dividendos a distribuir

\*\*\* Critério *Headcount*

## MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



O ano de 2021 foi um ano marcante para o Santander em Portugal. A pandemia e os seus impactos na economia aceleraram a necessidade de transformação e de adaptação de muitos sectores e a Banca foi certamente um deles.

Os novos hábitos de trabalho, bem como os novos hábitos de consumo, e a crescente digitalização dos serviços e a entrada de novos *players* no mercado levaram a uma transformação no Santander. Como todos os processos de mudança, este foi um processo desafiante que nos transformou num Banco mais moderno, ágil e preparado para o futuro.

Do ponto de vista de negócio, apesar do enquadramento económico desafiante o Banco apresentou sólidos resultados, atingindo os 298,6 milhões de euros, que representa um aumento homólogo de 1,0%.

O total do crédito a clientes teve um aumento de 1,7%, situando-se em 43,4 mil milhões de euros, mostrando que o

Banco continua firme na sua missão de contribuir para o desenvolvimento das empresas e as famílias. As quotas de mercado de novos empréstimos de crédito a empresas bem como a habitação situaram-se em 22,7% e 21,2% respetivamente. Os depósitos e os recursos fora de balanço também registaram uma trajetória positiva, com crescimentos de 6,9% e de 16,6%. O ROE atingiu os 6,3%.

Gostaria ainda de notar que o Banco atingiu a marca de 1 milhão de clientes digitais, um aumento de 7,5% em relação ao período homólogo. Esta dinâmica reflete também a transformação, comercial e digital, que tem vindo a ser executada, visando melhorar a experiência e a satisfação do cliente.

Um dos grandes desafios que enfrentamos - todos, enquanto sociedade - é o desafio climático. É importante estruturar a nossa atividade de forma que os nossos resultados sejam obtidos da forma correta, da *#rightway*. É por isso que o Banco está a tomar firmes passos para se afirmar, cada vez mais, como um Banco responsável, que cumpre os critérios ESG (*Environmental, Social and Governance*) em toda a sua atividade.

No final do ano foi criada a Fundação Santander Portugal, que contará com 22,5 milhões de euros para projetos nas áreas sociais e verdes e que vai também gerir todo o património cultural do Banco. O Banco ocupa uma posição de

destaque nos *rankings* de sustentabilidade e também devido a isso a nossa responsabilidade perante os nossos clientes e perante a sociedade, é maior.

O trabalho desenvolvido pelo Banco em Portugal ao longo do ano resultou no reconhecimento externo por parte das principais revistas de especialidade. Em 2021 a revista *The Banker* reconheceu o Santander como o melhor Banco em Portugal. Este reconhecimento junta-se a outros como o de "Melhor *Private Banking*" e "Melhor Banco para Pequenas e Médias Empresas" em Portugal, pela revista *Global Finance*.

Finalmente, gostaria de deixar uma palavra de reconhecimento pelo extraordinário trabalho que os colaboradores do Santander fizeram em 2021, muitos deles na linha da frente, mantendo a rede de balcões aberta e a servir a comunidade, outros adaptando a sua vida para conseguirem entregar desde casa a mesma qualidade e dedicação que tinham desde o escritório, nunca deixando de apoiar a área comercial.

Lembrando as palavras de António Vieira Monteiro, o Banco não pode parar, e não parou, graças ao trabalho e dedicação dos colaboradores do Banco Santander em Portugal, e da sua dedicação com os nossos Clientes.

*José Carlos Sitima*



## MENSAGEM DO PRESIDENTE DA COMISSÃO EXECUTIVA



Caros Stakeholders,

O ano de 2021 foi um ano particularmente difícil, marcado por um quadro continuado de pandemia, que definiu toda a nossa atividade e que nos fez manter como prioritário o apoio às famílias, empresas e sociedade.

Para os nossos clientes, implementámos algumas medidas com condições excecionais para ajudá-los a regularizar e reduzir os seus encargos, sobretudo no 1.º trimestre do ano, quando Portugal enfrentou uma muito complicada 2.ª vaga pandémica, que obrigou a um novo confinamento. Continuámos a apoiá-los através dos mecanismos de moratórias para o crédito a particulares e empresas, e mantivemos disponíveis as linhas de crédito com garantia do Estado, entre outras ajudas.

No apoio à Sociedade, tivemos uma preocupação especial na ajuda ao combate à Covid-19, sobretudo na área da saúde, como a doação de material e equipamento hospitalar e a realização de uma campanha de recolha de sangue em seis cidades, que serviu para aumentar as reservas de sangue no país. Uma parcela do montante total investido na comunidade – €6,7 milhões em 2021 – foi dirigida para os setores mais vulneráveis da sociedade e para os projetos de Instituições de Ensino Superior.

Para além da situação sanitária e económica, vivemos um período de profunda transformação do negócio bancário e da forma como os clientes se relacionam com os bancos, que é cada

vez mais digital. Algo que foi acelerado também pela própria pandemia.

Nesse sentido, o Santander tem vindo a fazer um esforço suplementar para adequar a sua operação ao que são as necessidades dos clientes, garantindo desta forma a sustentabilidade futura do Banco. Implementámos um plano para ajustar a nossa estrutura, ao mesmo tempo, que fizemos um forte investimento em automação e digitalização, para dar um salto qualitativo em termos de serviço oferecido.

O crescimento dos clientes digitais é notório. São já um milhão os que têm contribuído todos os dias para que as vendas em canais digitais, feitas com toda a segurança, tenham atingido no ano passado 56% do total. Em 2021 lançámos uma nova App, comum a quatro países europeus do Grupo – mais simples, intuitiva e personalizada, à imagem de cada cliente. E simplificámos vários processos, como a oferta de cartões e a decisão do crédito em balcões. Para dar melhor resposta aos clientes residentes no exterior, criámos o Centro Próximo Internacional, através do qual estes clientes passam a ter um serviço de atendimento inovador e com todo o suporte tecnológico para acompanhá-los à distância.

Apesar dos enormes desafios, continuamos a apresentar resultados sólidos – de janeiro a dezembro, tivemos um resultado líquido de 298,6 milhões de euros – e isso deve-se a um modelo de negócio centrado no cliente, com elevados níveis de capitalização, que nos afirmam como uma instituição forte, bem estruturada e com os meios necessários para continuar a contribuir para o bem-estar e prosperidade das famílias e empresas portuguesas.

Ao longo do ano, o Santander foi distinguido como o melhor banco a atuar em Portugal por diversas entidades nacionais e internacionais, as quais destacaram a nossa performance

financeira, reputação e serviço, o que nos deixa muito felizes e orgulhosos. Temos de agradecer o trabalho, dedicação e empenho das nossas equipas, que merecem este reconhecimento, e a grande ajuda do projeto *OneEurope*, liderado por António Simões, que nos permite ter um efeito de escala determinante no processo de inovação e transformação do banco. Não seria igualmente possível sem o apoio dos nossos acionistas e, obviamente, sem os nossos clientes, cujos laços de confiança trabalhamos todos os dias para satisfazer.

O ano de 2021 ficou marcado igualmente pelo assinalar dos 25 anos do nosso compromisso com o ensino, o emprego e o empreendedorismo. São duas décadas e meia de trabalho com números que nos dão muito orgulho: 630 mil estudantes, profissionais, empreendedores e PME's apoiados. Mais de 2 mil milhões de euros investidos e acordos com mais de 1.000 universidades e instituições académicas em 11 países. E não vamos parar por aqui.

Na reta final do ano, anunciámos a criação da Fundação Santander Portugal. Com uma dotação inicial de 22,5 milhões de euros, a Fundação irá ter um papel muito relevante nas áreas da Educação, Empregabilidade, Ecologia e Social, contribuindo para ajudar as pessoas e as empresas a progredirem de uma forma justa, inclusiva e sustentável.

Um propósito que nos incentiva a fazer mais e cada vez melhor, não só em prol da sociedade, mas de todos os nossos *stakeholders*. Os indicadores deixam-nos otimistas em relação ao futuro e iremos trabalhar, como sempre, para apoiar, inovar e ajudar a economia portuguesa a crescer e ser cada vez mais competitiva.

*Pedro Castro e Almeida*

# CULTURA CORPORATIVA, PRÉMIOS, DISTINÇÕES E OUTROS FACTOS RELEVANTES EM 2021

## Cultura corporativa



### Ao sermos responsáveis geramos confiança



## O Santander em Portugal

O Santander Portugal é um banco de referência no setor financeiro português. A missão do Banco é ajudar as pessoas e as empresas a prosperar, tendo como visão ser a melhor plataforma digital e aberta de serviços financeiros, atuando de forma responsável e conquistando a confiança permanente dos colaboradores, clientes, acionistas e da sociedade.

O futuro passa pela oferta da melhor experiência de cliente. Neste sentido, o Banco implementou um plano de transformação digital, para modernizar e simplificar os seus processos e dar respostas cada vez mais céleres aos seus clientes. O número de clientes digitais tem vindo a aumentar – atingiu 1 milhão – e cerca de 60% das vendas são efetuadas através dos canais digitais.

O Santander disponibiliza um serviço personalizado e diferenciado, através de produtos e serviços inovadores, de novas soluções digitais e canais de comunicação flexíveis, e de espaços de atendimento modernos e acolhedores, como são os balcões *WorkCafé* ou os balcões *SmartRed* que privilegiam espaços mais acolhedores e com funcionalidades digitais desenvolvidas. Tem havido também uma grande aposta na simplificação de processos e na automatização de tarefas, que permitam resultados mais rápidos e eficientes. Por exemplo, uma plataforma de Crédito à Habitação que permitiu reduzir em mais de 50% o tempo médio para contratação de um crédito.

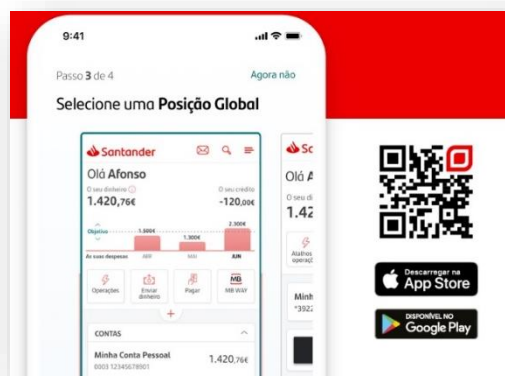
Outro foco tem sido o desenvolvimento de soluções de pagamento digitais, para possibilitar aos clientes pagar as suas compras com qualquer dispositivo móvel em todo o mundo, de um modo simples, rápido e seguro. Através de parcerias com a Apple, a Garmin e a Fitbit, já é possível a realização de pagamentos *contactless* através de relógios (*smartwatch*), pulseiras e outros dispositivos. O Banco disponibiliza ainda o Cartão Digital, que permite ao cliente efetuar operações de imediato após a contratação, enquanto aguarda pelo cartão físico. Hoje em dia, é possível abrir uma conta bancária online em 5 minutos a partir de casa, sem qualquer intervenção humana.

Em 2021, o Santander lançou a nova *App Particulares*, que nasce de uma visão e estratégia comum para 4 países da Europa (*One Europe*), e que é mais moderna, intuitiva, personalizável e com novas funcionalidades.

A nível de apoio à sociedade, o Santander continua comprometido com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, e estabeleceu os 11 objetivos de Banca Responsável de forma a garantir um desenvolvimento sustentável da sua atividade.

Em 2021, o Banco investiu em Portugal cerca de 7,5 milhões de euros em projetos de apoio à comunidade, através de ações de sustentabilidade e do Santander Universidades. São apoiadas anualmente mais de 300 Associações, em projetos ligados à educação, proteção de menores, saúde, incapacidade, inclusão social e cuidado a idosos, alcançando um impacto direto em 89 mil pessoas na comunidade local no ano de 2021.

O compromisso do Banco com a Educação é materializado na relação com as principais instituições de Ensino Superior em Portugal e através da política de bolsas atribuídas pelo Santander Universidades que alcançaram em 2021 cerca de 4 mil beneficiários, entre bolsas de mérito, apoio social, mobilidade, alojamento, investigação e estágio. Foi um ano importante nesta área, porque alargou-se o alcance do programa para além da comunidade universitária, para que mais pessoas pudessem ter acesso a bolsas e ações de formação, sobretudo nas competências mais valorizadas pelo mercado de trabalho, como o digital e os idiomas. No final do ano, anunciou-se também a criação da Fundação Santander Portugal, que visa contribuir para uma comunidade mais inclusiva, através de programas com elevado impacto social, económico e ambiental.



## Marca Santander

O Santander procura posicionar-se enquanto uma marca próxima, de confiança e relevante na vida dos portugueses, afirmando o seu compromisso com o desenvolvimento da sociedade, atuando de forma simples, próxima e justa. Esta é a nossa missão, a forma como fazemos as coisas, o Santander Way. O nosso propósito é contribuir para o desenvolvimento das pessoas e das empresas, atendendo às necessidades dos nossos clientes, seja ajudando as empresas no desenvolvimento dos seus negócios, no dia-a-dia das famílias ou no empoderamento financeiro das pessoas (para que recebam a educação e formação de que necessitam), entre outras. E isto sempre com a preocupação constante de criar impacto positivo na sociedade.

No final de outubro de 2021, o Santander lançou uma campanha para reforçar a relação de confiança e proximidade entre colaboradores e clientes. Com o protagonismo de Tony Carreira e os seus dois filhos, Mickael e David Carreira, a campanha teve como lemas “Vamos Juntos” e “O Banco sou Eu”, colocando o foco no cliente e na importante relação que este estabelece com o Banco. Com testemunhos reais, pretendeu-se mostrar que todos os cerca de 5 mil colaboradores do Santander Portugal são uma peça chave para o Banco, gerando um impacto positivo na vida dos clientes, ajudando-os construtivamente, no dia-a-dia, a cumprir os seus objetivos.



## Prémios, distinções e outros factos relevantes em 2021



### Banco do Ano

O Santander foi distinguido como o **Banco do Ano em Portugal** pela revista *The Banker*, do Grupo Financial Times, nos *The Banker Awards 2021*, pela "transformação digital do banco e o apoio prestado aos clientes e ao País".



### Melhor Banco em Portugal

O Santander recebeu o prémio de **Melhor Banco em Portugal 2021** atribuído pela revista *Euromoney* por "ter continuado concentrado no apoio à comunidade e na adaptação dos seus negócios ao contexto da pandemia".



### Melhor Banco em Portugal

A revista norte-americana *Global Finance* distinguiu o Santander como o **Melhor Banco em Portugal** nos prémios *World's Best Banks 2021* por "estar entre os bancos que estão a responder melhor às necessidades dos clientes e a desempenhar um papel fundamental na recuperação da economia".



### Melhor Banco de Retalho em Portugal

O Santander foi eleito o **Melhor Banco de Retalho em Portugal** pela revista *World Finance*, no âmbito dos *World Finance Banking Awards 2021*.



### Melhor Banco para PME em Portugal

O Santander foi premiado pela revista *Global Finance* como o **Melhor Banco para PME** na 1.ª edição dos *SME Bank Awards*, que distinguem as instituições financeiras que melhor respondem às necessidades das PME nos seus mercados, reconhecendo o apoio prestado e a qualidade dos serviços oferecidos.



### Melhor Private Banking Services Overall

O Santander foi premiado pela revista *Euromoney* como o **Melhor Banco de Trade Finance** em Portugal, vencendo nas categorias de "**Líder de Mercado**" e de "**Melhor Serviço**". A *Euromoney* destaca o contributo notável do banco para o setor de negócio internacional.



### Melhor Banco de Investimento em Portugal

O Santander recebeu o prémio de **Melhor Banco de Investimento** atribuído pela revista *Euromoney* pela "forte dinâmica e liderança em transações de fusões e aquisições, o forte envolvimento em assessoria e financiamento de projetos de energias renováveis, telecomunicações e imobiliário".



### Melhor Private Banking em Portugal

Pela décima vez consecutiva, o *Private Banking* do Santander foi considerado pela revista *Euromoney* como o **Melhor em Portugal (Best Private Banking Services Overall)**, um prémio que distingue os melhores serviços de banca privada em todo o mundo.



### Melhor Private Banking em Portugal

O *Private Banking* do Santander foi eleito também o **Melhor em Portugal** pela revista *Global Finance*, no âmbito dos *The World's Best Private Banks Awards 2022*. Há sete anos consecutivos que esta publicação reconhece o modelo de negócio do banco e o serviço prestado aos clientes deste segmento.



### Marca bancária mais reputada em Portugal

O Santander é a **marca com a melhor reputação e maior relevância da banca** em Portugal, segundo o estudo *Global RepScore Pulse*, publicado pela *OnStrategy*.



### Empresa Familiarmente Responsável

O *Merco*, monitor de referência que avalia a reputação das empresas, destaca, no seu estudo *Merco Empresas e Líderes*, as 100 empresas e os 100 líderes com melhor reputação em Portugal, no ano de 2021. **O Santander ficou em 1.º lugar no setor da banca.**

## Outros prémios e distinções

### **Melhor Settlement & Custody - Euronext Lisbon Awards**

O Santander foi selecionado pela Euronext como o intermediário financeiro que efetuou o maior número de emissões de ações e obrigações registados na Interbolsa (e não admitidas à negociação), ponderado pelos respetivos montantes.

### **Melhor Book Runner Bond - Euronext Lisbon Awards**

A Euronext reconheceu o Santander como o intermediário financeiro colocador com o maior número de emissões e montantes colocados nos valores mobiliários identificados nesta categoria, cotados na Euronext Lisbon.

### **Melhor Banco Global em Inclusão Financeira - Euromoney**

A *Euromoney* premiou o Santander como "Melhor Banco Global em Inclusão Financeira" nos "Global Awards for Excellence 2021" reconhecendo o esforço realizado pelo Grupo para tornar os serviços financeiros mais acessíveis. A revista destacou o empenho do Santander em empoderar financeiramente tanto pessoas individuais como empreendedores através de uma série de programas na América Latina, Europa e EUA, bem como o trabalho que o Santander tem feito para ajudar as pessoas, em particular as mais seniores, na adoção dos canais digitais durante a pandemia.

*Estes prémios são da responsabilidade das entidades que os atribuíram*



## Outros Factos Relevantes em 2021

O Santander em Portugal investiu um total de **6,7 milhões de euros em projetos de apoio à comunidade**, através de ações de sustentabilidade e do Santander Universidades. O Banco **apoiou 112.462 pessoas**, em projetos ligados ao bem-estar social, a empregabilidade, educação e proteção de coletivos vulneráveis



### Participação na campanha #TodosJuntos

Angariação de **250.000 euros para bens alimentares e medicamentos para pessoas em situação de vulnerabilidade**. Através do contributo do Santander, foram apoiadas mais de **74 mil pessoas**.

### Serviço "Aqui e Agora" para maiores de 65 anos

Para apoiar os clientes com idade superior a 65 anos, pouco familiarizados com a adesão e funcionamento dos canais digitais, o Santander criou a iniciativa **"Aqui e Agora"**, para lhes dar todo o apoio necessário e evitar que se deslocassem aos balcões durante o período da pandemia. Em 2021, **85.752** clientes foram apoiados na 2.ª edição deste programa.



### Santander Portugal anuncia criação de Fundação

Em novembro, foi anunciada a criação da **Fundação Santander Portugal**, com o propósito de desenvolver programas com elevado impacto social, económico e ambiental. Com uma dotação inicial de 22,5 milhões de euros, a Fundação vai intervir de forma determinante nas áreas da **Educação, Empregabilidade, Ecologia e Social**.

### Parceria com a Federação Portuguesa de Rugby

Iniciativas de inclusão social através do *rugby* junto de crianças e jovens.



### 4.ª Edição Donativo Participativo Santander

Apoio a 16 instituições Sociais e Ambientais, selecionadas pelos colaboradores Santander.



### Lançamento do Prémio Santander Mais Comunidade

Apoio a projetos Sociais e Ambientais, selecionados pela sociedade através do Site Santander.



### Bolsas Associação Sara Carreira

O Santander uniu-se à causa da **Associação Sara Carreira**, para apoiar crianças e jovens com restrições financeiras, ajudando-os a evoluir ao longo da sua formação, através da atribuição de **21 bolsas de estudo**

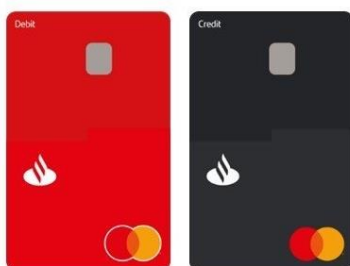
### Renovação do protocolo entre o Santander e a Associação Salvador

Este protocolo visa apoiar o projeto "**Destino: Emprego**", cujo objetivo é promover a empregabilidade de pessoas com deficiência motora.



### Café Joyeux Portugal

O Santander juntou-se ao projeto **Café Joyeux** Portugal. A iniciativa pretende promover a empregabilidade de pessoas com Dificuldades Intelectuais e de Desenvolvimento (DID).



### Reciclagem de cartões expirados

O Banco implementou um processo de **reciclagem de cartões expirados**, os quais serão usados para produzir mobiliário urbano. O projeto inclui, **por cada quilo de cartões recolhidos, a plantação de uma árvore em área protegida**, com garantia do seu cuidado durante 5 anos.

### Campanha de colheita de sangue em seis cidades do país

Em parceria com o Instituto Português do Sangue e da Transplantação e com três hospitais locais, o Santander lançou uma campanha de colheita de sangue para ajudar a aumentar as reservas de sangue no país, dando resposta a uma crescente necessidade originada pela Covid-19. A ação decorreu em Lisboa, Coimbra, Porto, Faro, Funchal e Ponta Delgada.



## CLIENTES E REDE DE DISTRIBUIÇÃO

A transformação digital e comercial tem permitido o crescimento da base de clientes digitais e o aumento da transacionalidade através dos diversos canais remotos

### Clientes

**1 Milhão** (+7,5%)

Clientes Digitais  
Var. YOY



**+ 70 mil**

clientes digitais  
De jan. a dez. 21



**+20%**

clientes com  
App Mobile



**59%**

Clientes  
Digitais<sup>1</sup>



**+ 75%**

clientes  
com Wallet

1 - Sobre clientes totais ativos

### Canais



**56%** (+13 pp)

Vendas digitais<sup>2</sup>  
Valores acumulados  
em 2021



**1,9M**

digitalizações  
ativas<sup>4</sup>  
No final de 2021



**7mn** (+22%)

Transações<sup>3</sup>  
Média de 2021



**4,4M**

operações realizadas  
Cartões nas plataformas  
eletrônicas<sup>4</sup>  
No final de 2021

2 - Valores acumulados das vendas digitais em 2021, para os produtos que são comercializados nos canais físicos e remotos. Variação face a 2020.  
3 - Média das transações em canais digitais monetários e voluntários em 2021. Variação face à média de 2020.  
4 - Cartões digitalizados, nas Wallets da Apple, Garmin, Fitbit e Santander, e nas plataformas eletrônicas de Comércio Online.

*One Santander: construindo um Banco para uma melhor Experiência dos nossos clientes, aspirando alcançar o #1º lugar em NPS*

Em 2021 foram implementados, no âmbito da transformação da rede, **novos modelos de Serviço:**

#### O Hub Select

Um novo Modelo de Serviço, composto por equipas de Gestores que gerem clientes de forma remota, com possibilidade de atendimento presencial com agendamento prévio. Estas equipas estão integradas na equipa do próprio Balcão (em *backoffice*), sendo este modelo disponibilizado em zonas onde exista massa crítica de clientes elegíveis. Este serviço está implantado em 24 balcões.

Um Modelo de Serviço que combina o remoto e o físico.

#### O Posto de Caixa Empresa

Balcões com atendimento de caixa dedicado para empresas, com equipamento especializados, e colaboradores dedicados. Em 2021 foram implementados 20 balcões com este modelo de serviço.

#### O Posto de Caixa Avançado

Implementação de um novo conceito, com a reformulação da função de Caixa, através da criação de uma "pool" de 1 a 2 gestores que exercem simultaneamente as funções de Caixa. Tem como objetivo criar valor para o cliente, indo de encontro às suas expectativas e melhorando a sua experiência. Este conceito foi implementado em 185 balcões da rede comercial, em 2021.

Para que cada cliente se sinta verdadeiramente em casa no nosso Banco, dispomos de seis conceitos diferentes de balcão, adaptados às suas diferentes necessidades



Clássico

**Um Balcão com provas dadas** – Com a qualidade de serviço que os clientes bem conhecem.

**Assente numa rede robusta** – Estando presentes em todo o território continental e também nas ilhas.

**Que combina o simples e imediato** –

Proporcionando um atendimento ágil de operações de caixa.

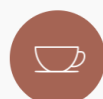


Money Club

**Um Balcão virado para o futuro** – Um Quiosque Universitário situado em pleno Campus da NOVA SBE, em Carcavelos, do qual somos parceiro fundador.

**Jovem, como eles** – Para dar-lhes todos os serviços de que precisam, sem terem de sair do Campus.

**Aberto ao conhecimento** – Num ambiente sofisticado, onde podem estudar e discutir ideias.



Work Café

**Um café, ao Balcão** – Servido num espaço amplo e moderno, com serviço de cafetaria.

**Para todos os que nos visitam** – Sejam clientes ou público em geral à procura de um espaço agradável.

**Onde as ideias se servem quentes** – Num open space que convida ao estudo, às reuniões e ao relaxamento.



Universitário

**Um Balcão à porta** – Localizado perto dos principais polos universitários do país.

**Que acompanha os estudantes** – Prestando apoio, numa altura em que tudo é novo, inclusive a experiência com o Banco.

**Dando-lhes as melhores ofertas comerciais** – Desde a facilidade na abertura de conta, até às condições competitivas do cartão de débito.

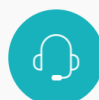


Smart Red

**Um espaço com tecnologia de ponta a ponta** – Equipado com ecrãs tácteis que fazem a triagem dos clientes por objetivo de visita.

**Com uma grande aposta nos audiovisuais** – Que servem de suporte para a comunicação com o cliente.

**Facilmente acessível a todos** – Com espaços amplos e sem barreiras físicas.

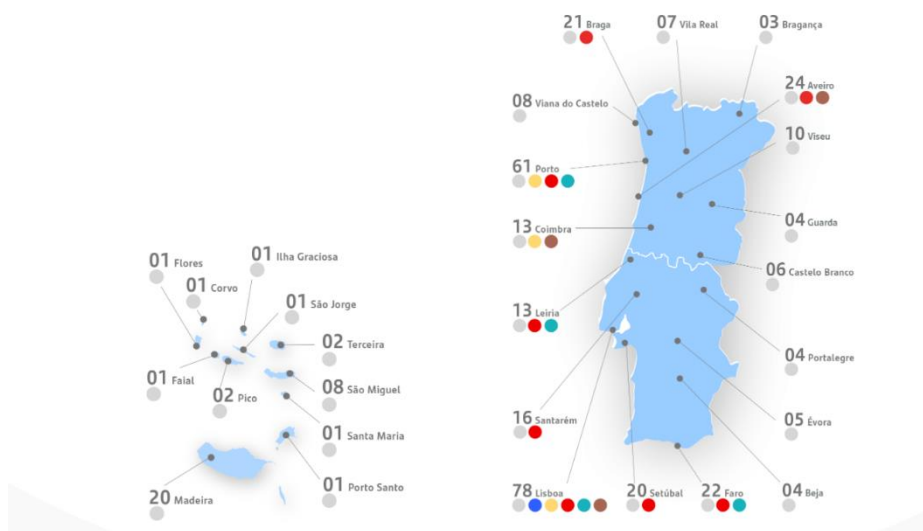


Próximo

**Um Balcão com um atendimento 100% digital** – Com um horário alargado e atendimento via email, telefone ou videochamada.

**Mas que quase não parece** – Porque presta todos os serviços disponíveis nos balcões físicos.

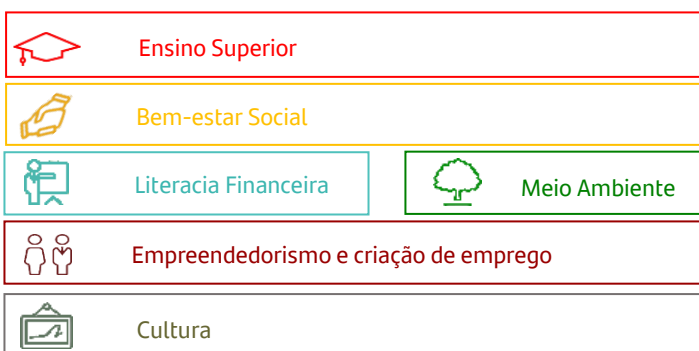
**Que fica bem perto dos clientes** – Ao lhes atribuir um gestor dedicado, com quem podem falar em permanência.



## BANCA RESPONSÁVEL

- Ser responsável é a base da confiança, e só atuando de forma **Simples, Próxima e Justa** conseguiremos manter a confiança dos nossos clientes e de todos os *stakeholders* com quem nos relacionamos.
- Procuramos garantir que, no exercício da nossa atividade corrente, **impulsionamos o crescimento sustentável e inclusivo** da sociedade, reduzindo as desigualdades sociais e económicas das populações e, ao mesmo tempo, **apoiamos o desenvolvimento das comunidades onde estamos presentes**.
- Além do investimento na **comunidade**, o Banco atua também nos eixos do **empoderamento financeiro, finanças climáticas e redução de consumos e emissões**.

Principais âmbitos de atuação na política de sustentabilidade



### Principais Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) onde a atividade de negócios e o investimento na Comunidade do Banco Santander tem maior incidência



A nossa equipa capacitada e comprometida nos permite responder às necessidades dos clientes; ajudar os empreendedores a criar negócios e empregos; e fortalecer as economias locais.



Combate as alterações climáticas ao reduzir a nossa própria pegada de carbono e o nosso impacto ambiental, enquanto ajudamos os nossos clientes na transição para uma economia sustentável.



Promovemos a transparência, a luta contra a corrupção e instituições sólidas para um desenvolvimento sustentável. Temos políticas e códigos de conduta que regulam a nossa atividade e comportamento e orientam o nosso compromisso para um sistema bancário mais responsável.

## Outros Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) nos quais o Banco Santander também tem impacto – abordagem Grupo



Estamos comprometidos em reduzir a pobreza e fortalecer o bem-estar das economias locais em que operamos. Os nossos produtos de inclusão financeira e serviços e programas de investimento comunitário capacitam milhões de pessoas todos os anos.



Com o Santander Universidades, um programa pioneiro e único no mundo, ajudamos Universidades e estudantes a prosperar, com foco na educação, empreendedorismo e emprego. As Bolsas de Estudo Santander são um dos maiores programas de bolsas financiados pelo setor privado.



Promovemos um ambiente de trabalho diverso e inclusivo. Garantimos a igualdade de oportunidades e promovemos a igualdade de género em todos os níveis como uma prioridade estratégica. Apoiamos também iniciativas que promovem a diversidade na nossa atividade



Somos líderes globais no financiamento de projetos de energias renováveis. Ajudamos também os nossos clientes a financiar projetos de eficiência energética, baixas emissões, veículos híbridos e elétricos e outras soluções de mobilidade elétrica.



Desenvolvemos produtos e serviços para os mais vulneráveis da sociedade, dando acesso a serviços financeiros e ensinando-os a usá-los adequadamente para gerir as suas finanças da melhor maneira possível.



Financiamos a construção de infraestruturas sustentáveis que garantam serviços básicos e promovam o crescimento económico inclusivo. Promovemos também oportunidades de habitação a preços acessíveis.



Estamos firmemente empenhados em reduzir a nossa pegada ambiental, implementando planos de eficiência energética e promovendo a utilização de energias renováveis, além de compensar o impacto ambiental das nossas operações internas.



Para avançar com a nossa agenda de Banca responsável, participamos em iniciativas e grupos de trabalho regionais e internacionais.



## Destaques em 2021

- O Santander está comprometido com a sociedade e com a sua missão de ajudar as empresas e famílias a prosperar e contribuindo para um futuro mais sustentável. Nesse sentido, em 2021, o Santander investiu cerca de **6,7 milhões de euros em projetos de apoio à comunidade, através de ações de sustentabilidade e do Santander Universidades.**
- O Banco apoiou **112.462 pessoas**, em projetos ligados ao **bem-estar social, à empregabilidade, à educação e à proteção de coletivos vulneráveis.** Foram apoiadas direta e indiretamente **250 Instituições.**
- O Santander promove, também, iniciativas de **literacia financeira** e apoio a pessoas em situações socioeconómicas desfavoráveis. Desde 2019, foram empoderadas financeiramente **445.362 pessoas.**
- Assume igualmente **compromissos que reforçam a preocupação de longa data com o meio ambiente:**
  - O Santander é desde 2020 uma **empresa neutra em carbono** e **eliminou, em 2021, os plásticos de utilização única nas suas instalações.**
  - O Santander Portugal assinou o **Manifesto do BCSD Portugal "Rumo à COP26,"** juntamente com mais de 80 empresas membros do BCSD Portugal. Os 11 pontos do Manifesto refletem os diferentes aspetos a considerar para aumentar a ambição da resposta global e coletiva, em linha com o objetivo de limitar o aquecimento da Terra a 1,5°C, alcançar o objetivo de redução das emissões de carbono e acelerar o processo de descarbonização mundial.
  - O Santander Portugal assinou um **protocolo com o Turismo de Portugal**, a fim de acelerar a transformação sustentável e a incorporação dos critérios ESG nas empresas do sector do turismo.
  - Participámos na **15.ª Edição do Green Fest**, o maior festival de sustentabilidade do país. A conferência inaugural do *Green Fest* Braga contou com a participação do CEO do Santander Portugal, Pedro Castro e Almeida.
  - Participámos na **Agroglobal**, reforçando o nosso apoio ao setor agrícola a importância do *Green Finance* neste setor.
  - Lançámos o **Plano de Renovação do Equipamento Agrícola** para acelerar a **digitalização e sustentabilidade da agricultura portuguesa.**
  - Além de termos disponibilizado uma **oferta de cartões biodegradáveis para os segmentos de particulares e empresas**, lançámos igualmente um **projeto de reciclagem de cartões bancários expirados e capturados**, com o objetivo de reduzir o impacto ambiental na sociedade. Após serem devolvidos, **os cartões são transformados em mobiliário urbano.**

- Para dar maior destaque às nossas **iniciativas ambientais, sociais e de governance (ESG)** e porque estamos empenhados em seguir, promover e partilhar as nossas boas práticas, lançámos no site do Banco o **podcast "Mudar o Mundo"** e a **newsletter #TheRightWay.**

## Outras iniciativas de investimento na Comunidade

- Participámos ativamente em iniciativas como a **campanha #TodosJuntos**, que uniu 10 Bancos e mais de 30 empresas no propósito de **angariar fundos para bens alimentares e medicamentos para pessoas e famílias vulneráveis**, tendo sido angariados 2,5 milhões de euros. Através do contributo do Santander, **mais de 74 mil pessoas foram apoiadas.**
- Lançámos uma **campanha de doação de sangue**, aberta a colaboradores e ao público em geral, em parceria com o Instituto Português do Sangue e da Transplantação e com 3 hospitais locais. A iniciativa realizou-se em Lisboa, Coimbra, Porto, Faro, Funchal e Ponta Delgada.
- No âmbito da **parceria do Santander com a Federação Portuguesa de Rugby**, o Santander está a dar reposta a um conjunto de desafios sociais **utilizando este desporto como motor de inclusão de crianças e jovens**, através dos valores que ele transmite.
- **4ª Edição do "Donativo Participativo"** – Nesta iniciativa, os colaboradores do Santander em Portugal escolheram a **Associação Alzheimer Portugal, Casa dos Rapazes, Ocean Alive e o Projeto Hipoterapia** como as instituições vencedoras da quarta edição deste Prémio. Outras 12 IPSS receberam menções honrosas no âmbito desta iniciativa.
- Em 2021, lançámos o **Prémio Santander Mais Comunidade**, cujo objetivo é reconhecer e apoiar financeiramente projetos de ação social ou ambiental que impulsionem o bem-estar das comunidades onde estamos inseridos. Os projetos finalistas foram colocados a votação pública no site do Banco.
- O Santander renovou por mais dois anos o **protocolo com a Associação Salvador**, cujo objetivo é **promover a empregabilidade de pessoas com deficiência motora.** Este programa inclui orientação vocacional, sessões de formação para desenvolver competências específicas, pesquisa de ofertas de emprego, bem como a organização de encontros de recrutamento e acompanhamento dos empregadores durante os processos de recrutamento. O Banco contratou cinco pessoas provenientes do Programa de Empregabilidade da Associação Salvador.
- O Banco juntou-se ao projeto **Café Joyeux Portugal**, que abriu recentemente o seu primeiro estabelecimento em Lisboa. Esta iniciativa tem como objetivo **promover a empregabilidade de pessoas com Dificuldades Intelectuais e de Desenvolvimento (DID)**, ao possibilitar a sua integração no mercado de trabalho e a sua formação profissional certificada.

- Lançámos a **campanha solidária de Natal "Escolha a causa. Nós temos o presente"** para apoiar os projetos da **APSA**, da **CAIS**, da **Fundação do Gil**, da **Semear** e do **MDV – Movimento de Defesa da Vida**, através da compra de presentes produzidos pelos beneficiários destas IPSS. O Santander contribuiu com um valor igual ao de cada compra dos colaboradores e, juntos, conseguimos contribuir com um donativo de cerca de 20 mil euros para estas causas.
- Em dezembro de 2021, o Santander anunciou a criação da **Fundação Santander Portugal**, com o propósito de desenvolver programas com elevado impacto social, económico e ambiental. Com uma dotação inicial de 22,5 milhões de euros, a Fundação Santander Portugal vai intervir de forma determinante nas áreas da **Educação**, **Empregabilidade**, **Ecologia e Social**.

## Empoderamento Financeiro

- Para apoiar os clientes com idade superior a 65 anos, pouco familiarizados com a adesão e funcionamento dos canais digitais, lançámos o serviço **"Aqui e Agora"**, através do qual todos os gestores comerciais e outros colaboradores auxiliam, em particular estes clientes, em todos os procedimentos de registo e operação dos canais digitais (Netbanco e App) bem como com os seus pagamentos quer seja por cartão ou transferência, não deixando posteriormente, cada um deles, de acompanhar pessoalmente os clientes que ajudou, até ao final do período de contingência. Em 2021, **85.752 clientes** foram apoiados na **2.ª edição** deste programa.
- O Santander Portugal tem **54 balcões em comunidades com baixa densidade populacional, ou com baixo rendimento**, que **beneficiam mais de 105.200 pessoas**. Nas ilhas dos Açores e Madeira, existem **19 balcões**, que beneficiam **39.500 pessoas**.
- Durante o ano letivo de 2020/21, **56 colaboradores do Santander Portugal participaram como voluntários no programa Junior Achievement Portugal**. Os colaboradores do Santander partilharam o seu conhecimento e experiência com estudantes do 1.º ao 12.º anos em temas tais como cidadania, literacia financeira e empreendedorismo. Houve **68 implementações do Programa** e as sessões alcançaram **997 alunos**.
- Para ajudar os clientes a tomar decisões mais informadas e conscientes sobre as suas finanças, incluímos uma secção com artigos sobre **finanças e gestão do dia-a-dia** no **Salto – O blog da comunidade Santander**.
- Lançámos ainda o **podcast "Tempo é dinheiro. Tem uns minutos?"**, em que os especialistas do Santander falam sobre como gerir as poupanças e investimentos, ter um consumo consciente e prevenir fraudes no mundo digital.
- O Banco também disponibiliza gratuitamente vários  **cursos e workshops online**, dirigidos a PMEs para melhorar as suas competências de empreendedorismo.

## Educação e Inovação

- Unimo-nos à causa da **Associação Sara Carreira**, para apoiar a concretização de sonhos de crianças e jovens com poucos recursos, ajudando-os a evoluir ao longo da sua formação. A Associação atribuiu **21 bolsas de estudo** em 2021, destinadas a crianças e jovens entre os 12 e os 21 anos de idade, com restrições a nível financeiro.
- No âmbito dos programas de mecenato entre o Banco e as Universidades, foram atribuídas **4.666 bolsas de estudo**.
- Foram atribuídas **860 Bolsas Santander Futuro 2021**. O mérito escolar é um dos principais critérios, assim como a necessidade de apoio financeiro para os universitários poderem iniciar ou prosseguir os estudos no 1.º e 2.º ciclos do Ensino Superior. Estas bolsas destinam-se aos alunos das Universidades e Institutos de todo o País que mantêm parcerias com o Santander Universidades.
- Com o objetivo de apoiar **universitários que pretendam ter uma experiência internacional**, foram lançadas 2 edições das **Bolsas Santander Global, que totalizam 450 bolsas**, destinadas a universitários com aproveitamento escolar e com necessidades de apoio financeiro, para incentivar os estudantes a experimentar uma vivência internacional.
- Em parceria com o **British Council**, lançámos **1.000 Bolsas Santander – British Council Online English Courses** para cursos de inglês **self access**, destinados a melhorar o nível de inglês de alunos graduados e pós-graduados, mas também de professores e profissionais.
- Foi lançado o **Data Challenge**, programa que **apoia com 75 mil euros as melhores soluções desenvolvidas por alunos investigadores na área dos dados**. Organizado pela UPTec – Parque de Ciência e Tecnologia da U.Porto e pela UC Business da Universidade de Coimbra, o programa é promovido pelo Santander Universidades e aberto a toda a comunidade científica Portuguesa.
- O Santander apoia, em parceria com o **Expresso**, o **Prémio Primus Inter Pares**, que tem vindo a contribuir para a **criação e desenvolvimento de uma cultura de rigor e profissionalismo na gestão de empresas**, oferecendo aos jovens mais promissores a oportunidade de aceder a uma **formação académica complementar de excelência**.
- O Santander lançou o **Prémio Portugal Inspirador | Lado a lado com as empresas**, com o intuito de prestigiar as empresas e pessoas que mais se destacam no tecido empresarial português e reforçar o papel do Banco no apoio à economia nacional. O objetivo é premiar e dar visibilidade a empresas de excelência, nacionais ou estrangeiras, que atuam em território nacional, e que se evidenciam pela sua capacidade de criar emprego, dinamizar o mercado, inovar e potenciar o desenvolvimento económico. São exemplos de empresas que inspiram outras a fazer mais e melhor em Portugal. O Prémio, que terá uma periodicidade anual, será atribuído em 4 categorias: **Agricultura; Turismo e Serviços; Sustentabilidade e Economia Social; e Inovação, Tecnologia e Indústria**.

## Sustainable Finance

O Banco tem tido um papel de relevo no financiamento sustentável em Portugal. Em 2021, participou numa emissão de 750 milhões e de 1.250 milhões de euros de dívida híbrida verde da EDP e de 300 milhões de euros de *green bonds* da REN. Adicionalmente, durante o ano de 2021, o Santander financiou em 55 milhões de euros projetos de energias renováveis com uma potência instalada total superior a 70MW.

Adicionalmente, oferecemos uma grande variedade de produtos e serviços que integram critérios ambientais, sociais e de *governance*:

- **Fundo Santander Sustentável** – Este fundo segue uma lógica de investimento socialmente responsável (ISR) em empresas que cumprem, para além de critérios financeiros tradicionais, critérios de sustentabilidade ambiental, responsabilidade social e de melhores práticas de *governance*. O fundo tem vindo a ser promovido juntos dos clientes, tendo angariado **63 milhões de euros** durante o ano, perfazendo um total de mais de **203 milhões de euros de ativos sob gestão**. Os desenvolvimentos do *Sustainable Finance Disclosure Regulation* (SFDR) têm também sido acompanhados de perto, garantido que todos os meios estarão disponíveis para responder às exigências de sustentabilidade dos clientes.
- **Crédito Pessoal para energias renováveis** – O Santander é um **parceiro de referência para os investidores em tecnologias de produção de energia renovável**. O Crédito Energias Renováveis é um crédito pensado para quem quer investir em formas de energia alternativas, através da compra de equipamentos que, além de poderem reduzir as suas despesas energéticas, reduzem também a pegada de carbono. Com um *spread* reduzido de 2% e isenção do valor da comissão de formalização do crédito, conseguem-se prestações mensais reduzidas, com prazos de pagamento que se podem estender até aos 8 anos, desde que a soma da idade dos titulares com o prazo não ultrapasse os 72 anos.
- **Habitação Green** – O Santander disponibiliza um crédito habitação com componente verde, com redução no *spread* para as habitações tenham a melhor classificação energética (A e A+).
- **Soluções Auto** – O Santander tem campanhas de *Leasing* Automóvel com *spread* reduzido para viaturas elétricas e híbridas.
- **Campanha de Crédito Automóvel Eco Green** – para Particulares e Empresas - Financiamos **até 100% a compra de um carro elétrico novo**, com taxa de juro mais baixa, em comparação com outras opções de crédito automóvel tradicionais.
- O **IFRRU 2020** disponibiliza empréstimos em condições mais favoráveis face às do mercado, para a **reabilitação integral de edifícios, destinados à habitação ou a outras atividades**, incluindo as soluções integradas de eficiência energética mais adequadas no âmbito dessa reabilitação.
- A **Boutique Santander** é a loja online onde pode comprar telemóveis, computadores e outras tecnologias, relógios, malas, motas, bicicletas, vinhos e muito mais. Durante 2021, o Santander disponibilizou **produtos de apoio à transição para soluções de mobilidade limpa, como bicicletas, trotinetes e motas elétricas**. Até ao final do ano, foram ainda introduzidas ofertas de carregadores para carros e painéis solares. Todos estes produtos são complementados por uma oferta de crédito com condições vantajosas.
- **Linhas de Apoio à Economia – Covid-19** – O Banco, em articulação com as entidades públicas envolvidas disponibilizou as Linhas de Apoio à Economia – Covid-19 para proteger as empresas e negócios afetados. Durante o ano, foram concedidos 663 milhões de euros em apoios para PMEs e ENIs.

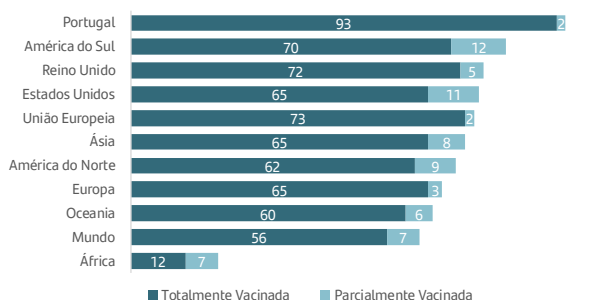
## ENQUADRAMENTO DA ATIVIDADE

A economia mundial terá recuperado, em 2021, com um crescimento de cerca de 5,9% face a 2020, o ano mais afetado pela pandemia da Covid-19 (quando registou uma contração de 3,1%).

O ano de 2021 fica marcado como sendo aquele em que o processo de vacinação se iniciou na maioria das economias desenvolvidas, o que permitiu diminuir o número quer de casos de hospitalizações por situação de doença severa, quer de mortes. No final de fevereiro de 2022, 63% da população mundial tinha sido vacinada, da qual 56% é considerada totalmente vacinada e 7% parcialmente vacinada.

Contudo, o processo de vacinação evoluiu a duas velocidades, com o bloco das economias mais desenvolvidas a concentrarem a mais de 2/3 das doses inoculadas e, no extremo oposto, estão as economias mais pobres, nomeadamente as africanas onde a percentagem da população totalmente vacinada é de apenas 12%.

### População Vacinada contra a Covid-19 (% população)



Fonte: Our World in Data

No conjunto das economias mais desenvolvidas, merece destacar a União Europeia, o Reino Unido e os Estados Unidos com as maiores percentagens de vacinação completa, de 73%, 72% e 65% respetivamente. A aceleração do processo vacinal foi fundamental para permitir o levantamento das restrições à mobilidade e à atividade económica, dinâmica que se acentuou a partir do 2T 2021, ou seja depois da 3.ª vaga pandémica no 1T 2021.

Contudo, no 1T 2021, o número crescente de novos casos de infeção exigiu a imposição de confinamentos, em especial nas economias avançadas, cujo impacto adverso no crescimento foi imediato, o que se traduziu num abrandamento do ritmo de recuperação. Os sinais económicos revelavam uma tendência positiva, mas heterogénea, entre setores e países, com os EUA, a China, a Índia e Rússia no grupo de economias com sinais de retoma mais fortes, e outros, como o Reino Unido, Japão e Brasil, com sinais de queda da atividade.

Esta dinâmica pandémica resultou em que, no conjunto do ano de 2021, a generalidade das economias tenha recuperado fortemente face a 2020, mas a dinâmica intra-anual evidenciasse maior volatilidade.

### Crescimento Económico Mundial

	2020	2021	2022 P
Mundo	-3,1	5,9	4,4
Países Avançados	-4,5	5,0	3,9
EUA	-3,4	5,6	4,0
UEM	-6,4	5,3	3,9
Reino Unido	-9,4	7,2	4,7
Japão	-4,5	1,6	3,3
Países em Desenvolvimento	-2,0	6,5	4,8
África	-1,7	4,0	3,7
Ásia	-0,9	7,2	5,9
China	2,3	8,1	4,8
Europa de Leste	-1,8	6,5	3,5
Médio Oriente	-2,8	4,2	4,3
América Latina	-6,9	6,8	2,4
Brasil	-3,9	4,7	0,3

Fonte: FMI (janeiro de 2022)

**Nos EUA, o PIB cresceu 5.6%, com um primeiro semestre dinâmico, mas um 3.º trimestre mais fraco, fruto da subida expressiva do número de infeções, com a atividade económica a retomar a tendência de recuperação no final do ano.**

As famílias mantiveram uma procura forte por serviços e por bens duradouros, mas num contexto de oferta negativamente afetada pelos bloqueios na distribuição, decorrentes da pandemia. Mais recentemente, os tempos de entrega e os custos de transporte entre a China e os EUA começaram a reduzir-se, contribuindo para desbloquear a situação. Os níveis de *stocks* continuam abaixo do observado face ao período pré-pandémico, existindo potencial de crescimento da atividade económica em função de uma normalização do funcionamento das cadeias de distribuição globais. A taxa de inflação ascendeu aos 7%, no início de 2022, influenciada pela subida do preço da energia e dos alimentos, com a taxa de inflação subjacente (excluindo energia e alimentação) a superar os 5%. A pressão sobre os preços foi mais preponderante ao nível dos bens, fruto dos bloqueios nas cadeias de distribuição, tendo se refletido, embora de forma mais moderada, ao nível dos preços nos serviços.

Também no final de 2021, assistiu-se a um surgimento de pressões salariais, com o índice de custo do trabalho a indicar sinais de aceleração e de forma transversal a todos os setores de atividade.

**Na China, apesar da recuperação face a 2020 (que reflete os efeitos de base da pandemia), a atividade económica desacelerou acentuadamente, ao longo de 2021, fruto de quebras no abastecimento de energia, da instabilidade no sector imobiliário residencial e do ressurgimento de novos casos de Covid-19.** Os indicadores de confiança dos consumidores evidenciavam sinais contraditórios relativamente à evolução do consumo privado, enquanto ao nível da produção e do investimento o sentimento manteve-se refreado em consequência dos bloqueios nas cadeias de distribuição. A procura de energia permaneceu elevada, embora com algum abrandamento, suportadas por medidas públicas que visavam aumentar a produção através do recurso ao carvão e reservas nacionais, na tentativa de diminuir a escalada de preços e

assegurar a independência energética. A crise no sector imobiliário residencial, decorrente da empresa Evergrande apresentar problemas de liquidez e ser caracterizada, pelas agências de rating, como estando numa situação de incumprimento restrito, obrigando o governo chinês permitir que o banco central da China cortasse os requisitos de reserva de liquidez dos bancos expostos e permitindo uma maior capacidade de apoio de liquidez a todo o sector imobiliário.

**No Japão, na dinâmica intra-anual, a economia desacelerou no 3T 2021, também fruto das restrições ao nível da distribuição de matérias-primas e da subida do número de infeções pela Covid-19.** A retoma económica esteve, deste modo, muito ligada com as restrições à mobilidade, com a recuperação dependente da intensificação do processo de vacinação e de apoios governamentais. A taxa de inflação permaneceu em terreno negativo, durante a maior parte do ano, acelerando no final de 2021, fruto da subida dos preços da energia.

**No Reino Unido, a tendência foi similar, com a atividade económica a permanecer moderada no final do ano, após um 3T 2021 inesperadamente mais fraco,** resultado da combinação das restrições nas cadeias de distribuição e da falta de mão-de-obra, consequências do contexto pandémico e claramente amplificadas pelo Brexit. O consumo privado foi o principal motor do crescimento, mais visível nos momentos de redução das medidas de contenção. Por outro lado, o investimento continuou a evoluir a um ritmo fraco. No final de 2021, a economia ainda não tinha recuperado os níveis pré-pandemia.

**Na Zona Euro, a recuperação anual também oculta uma forte volatilidade intra-anual. Depois da contração económica do 1T 2021 (-0,2% em cadeia), a diminuição do número de infeções foi permitindo a gradual abertura da atividade económica, reforçada pela intensificação do processo de vacinação,** o que conduziu a um crescimento de 2,2% (também em cadeia) no 2T 2021, com o setor dos serviços a liderar a recuperação, à medida que as pessoas puderam voltar a frequentar lojas e restaurantes, assim como com o aumento do número de viagens e turismo. O setor industrial manteve-se a operar a bom ritmo, apesar das quebras e falta da matéria-prima e equipamentos, fruto da realocação dos fatores produtivos para o combate à pandemia, amplificado por uma forte recuperação da procura.

O surgimento da variante Ómicron do vírus do SARS-Cov2 (cuja capacidade de transmissão é considerada superior à da variante Delta, embora com características de perigosidade inferiores), e cuja velocidade de propagação se acentuou com a chegada do tempo mais frio ao longo do 4T 2021, dando origem à 5.ª vaga pandémica no conjunto da zona euro.

Ainda assim, a recuperação económica continuou sólida, apesar do impacto negativo momentâneo da 5.ª vaga, mas fruto do sucesso da vacinação foi possível evitar o encerramento de um conjunto de serviços e manter atividade económica, embora com diferenças entre os vários países.

A taxa de desemprego, na zona euro, manteve uma tendência descendente e o número de pessoas em regime de *layoff* caiu

significativamente, comparativamente com o registado em 2020, suportando a melhoria do rendimento e consumo das famílias. Por outro lado, o número de pessoas que compõem a força de trabalho e as horas trabalhadas continuam abaixo dos níveis pré-pandemia.

	PIB	Inflação
UEM	5,3	2,6
Alemanha	2,8	3,2
França	7,0	2,1
Espanha	5,0	3,0
Itália	6,5	1,9

Fonte: CE (fevereiro 2022)

A recuperação mais rápida da atividade económica, num contexto de restrições nas cadeias de distribuição globais, conduziu a um aumento da inflação, fruto da subida dos preços das matérias-primas, incluindo a energia, mas também ao nível dos serviços. A aceleração dos preços, foi mais visível no segundo semestre do ano, começando a captar a atenção dos bancos centrais.

**A dinâmica inflacionista global esteve patente também nas projeções do Fundo Monetário Internacional que, no *World Economic Outlook* de janeiro 2022, estimava que a aceleração da taxa de inflação na segunda metade de 2021 se refletisse em subidas dos preços mais elevadas em 2022, superiores às observadas em 2021.**

Na ótica do Fundo, o fator essencial é de que, na maioria das economias desenvolvidas, mantendo-se as expectativas de inflação ancoradas, a dissipação gradual da crise pandémica em 2022 contribuiria para uma normalização do funcionamento das cadeias de distribuição e assim como dos padrões de consumo entre bens e serviços, contribuindo para que as pressões inflacionistas se desvanecessem ao longo de 2022. As pressões nominais de subida dos salários mantiveram-se, na viragem do ano, controladas na maioria dos países desenvolvidos, com a exceção nos EUA, onde os baixos níveis de desemprego e um número elevado de trabalhadores indisponíveis para trabalhar já pressionavam uma subida estrutural dos salários.

A Reserva Federal dos EUA, que ao longo do ano foi adaptando o seu discurso à evolução da conjuntura económica, comunicou em dezembro de 2021 que iria acelerar o ritmo de diminuição da aquisição de ativos financeiros assim como que iria implementar um ciclo de subida de taxas de juro de referência ao longo de 2022.

Na Zona Euro, o Banco Central manteve uma política monetária acomodaticia, através da utilização extraordinária de um programa de emergência pandémica de compra de ativos (PEPP) e da intensificação do programa de compra de ativos (APP). No âmbito do PEPP, o BCE anunciou pretender reduzir os volumes de aquisições líquidas de ativos a um ritmo inferior ao do trimestre anterior, descontinuando as mesmas no final de março de 2022. No entanto, propôs prolongar o horizonte de reinvestimento até, pelo menos, ao final de 2024, com intuito de evitar interferências ou provocar sinais de instabilidade financeira.



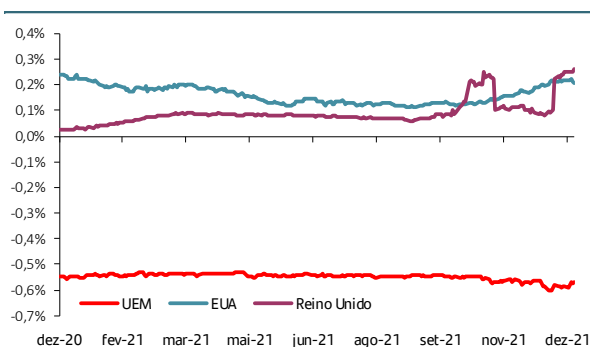
Em consonância com uma redução gradual das aquisições de ativos e para assegurar que a orientação da política monetária permanece coerente com a estabilização da inflação no objetivo simétrico no médio prazo de 2%, o BCE estabeleceu um ritmo mensal de aquisições líquidas de 40 mil milhões de euros no segundo trimestre de 2022 e de 30 mil milhões de euros no terceiro trimestre de 2022, ao abrigo do programa de compra de ativos. A partir de outubro de 2022, o BCE sinalizou manter as aquisições líquidas de ativos ao abrigo do APP num ritmo mensal de 20 mil milhões de euros, enquanto for necessário, para reforçar o impacto acomodatório das taxas de juro diretas do BCE. Adicionalmente, o Conselho do BCE reforçou a mensagem de esperar que as aquisições líquidas cessem pouco antes de começar a aumentar as taxas de juro diretas do BCE.

O desenvolvimento de pressões inflacionistas em muitas economias conduziu vários bancos centrais, tanto em economias em desenvolvimento, como em algumas economias avançadas a uma subida das taxas de juro de referência. Estas decisões de política monetária mais restritivas concorrem com a velocidade da retoma económica na tentativa de evitar uma subida sustentada dos preços e dos custos.

Em particular em economias como a dos EUA e do Reino Unido, onde a política monetária assumiu claramente um pendor menos expansionista, as taxas de juro de curto prazo refletiram uma tendência de subida em dezembro de 2021, tendência que se prolongou em janeiro de 2022.

Na zona euro, em 2021, as taxas de juro de curto prazo permaneceram próximas dos mínimos, embora os prazos mais longos iniciassem uma subida nos últimos meses do ano.

### Taxas de Juro 3 Meses



Fonte: Bloomberg

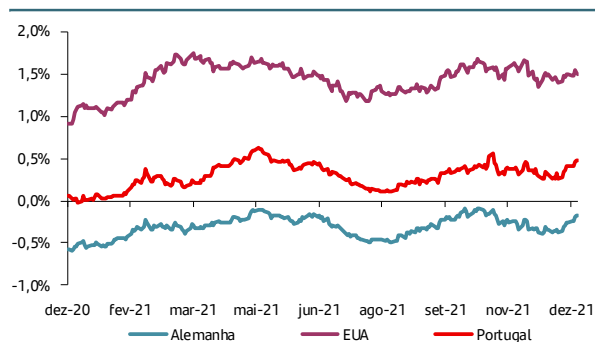
A atuação do Banco Central Europeu, ao longo do ano, e mesmo no final de 2021, quando a inflação ascendeu a 5%, esteve associada à sua visão – partilhada com a maioria dos bancos centrais – de que a inflação refletia fatores pontuais, relacionados com a subida do preço da energia e disrupções nas cadeias de distribuição decorrentes da pandemia, que deveriam dissipar no decurso de 2022.

Já em fevereiro de 2022, e apesar da ausência de sinais de pressões salariais (por seu lado, já visíveis nos EUA e Reino Unido), o BCE reforçou a sua vigilância sobre a evolução da inflação, ao considerar que esta iria permanecer elevada por um

período mais prolongado, deixando em aberto todas as opções de atuação, em caso de necessidade.

Neste contexto de aceleração da inflação, as **taxas de juro de longo prazo** apresentaram um perfil evolutivo ascendente, acomodando a diminuição, anunciada ou executada, do ritmo de aquisição líquida de ativos financeiros pelos bancos centrais. Na Zona Euro, ao longo do ano de 2021, o BCE procurou assegurar uma estabilidade das taxas de rendibilidade, enquanto as perspetivas de pressões inflacionistas conjugadas com uma política monetária menos expansionista por parte da Reserva Federal dos EUA se traduziram numa subida das taxas de juro longo prazo.

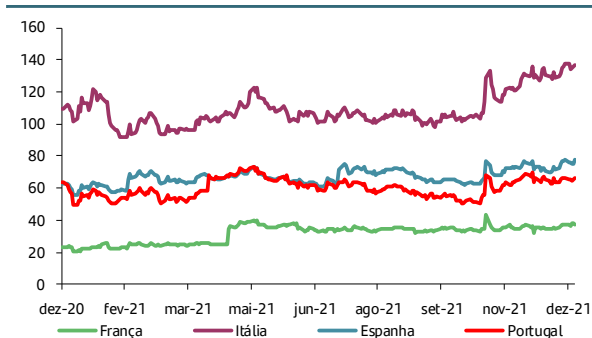
### Taxas de Juro 10 Anos



Fonte: Bloomberg

Os **diferenciais de taxas de juro soberanas** subiram no final do ano de 2021, revelando uma alteração na perceção de risco dos investidores face a um potencial cenário de subida de taxas de juro na zona euro e suas implicações sobre o valor dos ativos, em particular sobre o das economias cujos rácios de endividamento são mais elevados.

### Diferenciais de taxas de juro de longo prazo face Alemanha (pb)



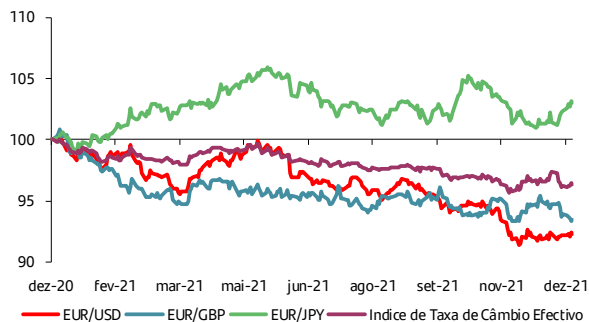
Fonte: Bloomberg

Em Portugal, a taxa de rendibilidade a 10 anos acentuou a sua tendência ascendente, em especial após a reunião do BCE de 3 de fevereiro de 2022, tendo superado o nível de 1% do qual resultou num ligeiro alargamento do *spread* face à Alemanha, em cerca de 10 p.b., para 78 pontos base, acima dos níveis observados ao longo do ano de 2021. A última vez que a *yield* tinha atingido 1% foi em abril de 2017, mas o *spread* chegou a atingir 150 p.b., num contexto em que a política monetária não convencional procurava responder a persistentes baixas taxas de inflação subjacente apesar de o crescimento económico evoluir favoravelmente.



No **mercado cambial**, o euro tendeu a depreciar ao longo de 2021 face às principais divisas, refletindo a divergência entre a prossecução de uma política monetária expansionista por parte do BCE, enquanto que outros bancos centrais começavam a anunciar a redução ou mesmo reduzir os estímulos, nomeadamente a Reserva Federal dos EUA e o Banco Central do Reino Unido. Face ao dólar, o euro terminou o ano em redor de 1,14 dólares, uma depreciação de cerca de 7%.

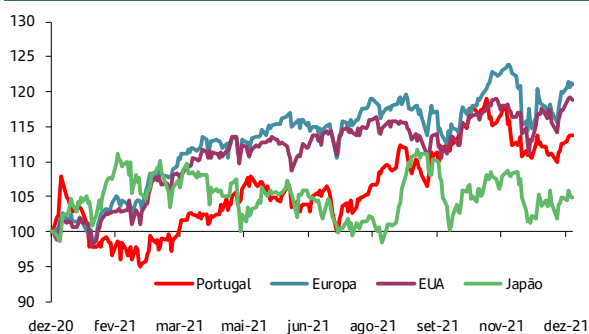
#### Principais Taxas de Câmbio (Dez-2020 = 100)



Fonte: BCE

A melhoria da situação pandémica contribuiu para uma valorização generalizada dos **mercados acionistas**, fruto de uma retoma económica mais rápida face ao esperado e suportada por políticas monetárias globalmente expansionistas. Os mercados norte-americano e europeu, no final do ano, registaram um crescimento de quase 20%, suportados pela velocidade de recuperação das principais economias desenvolvidas. Em Portugal, o PSI acompanhou a tendência europeia, beneficiando do otimismo associado ao sucesso do processo de vacinação e recuperação económica, tendo, no final de 2021, atingindo níveis máximos registados em 2018.

#### Mercados Acionistas (Dez-20 = 100)



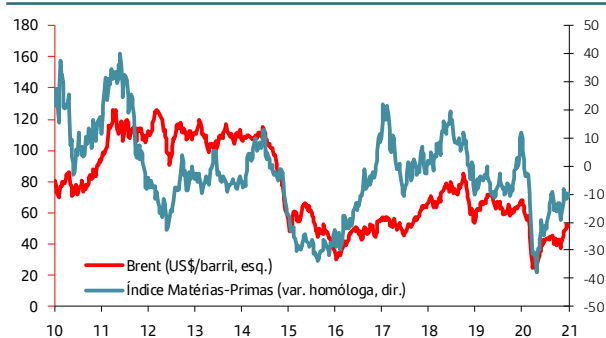
Fonte: Bloomberg

A crise pandémica contribuiu para uma valorização do **ouro** para níveis acima dos 1 800 dólares a onça. Apesar da recuperação económica, a incerteza face ao aparecimento de novas variantes do vírus, e aos riscos geopolíticos crescentes, nomeadamente entre a Rússia e os EUA, continuam a suportar preços estruturalmente mais elevados face ao período pré-pandemia.

O **petróleo** registou uma pronunciada apreciação, tendo o Brent recuperado dos mínimos em redor de 20 dólares/barril, em 2020, para 90 dólares/barril no início de 2022. A rápida recuperação económica, associada ao aumento dos custos

relacionados com transição energética, são os principais motores do crescimento do preço do barril de petróleo.

#### Preços do petróleo Brent, em dólares por barril e Índice de matérias-primas (variação homóloga)



Fonte: Bloomberg

## Economia Portuguesa

A recuperação da atividade económica em 2021 teve por base o sucesso do processo de vacinação, com a população a aderir de forma massiva, culminando em mais de 90% dos cidadãos com o plano vacinal completo. Apesar do aumento do número de casos ativos fruto da variante Ómicron, o número de pessoas com sintomas severos de doença e o número de óbitos eram, no final de 2021, inferiores em 70% ao registado no final de 2020.

Num contexto de pandemia gradualmente mais controlado, os diferentes sectores de atividade económica foram reabrindo e normalizando a suas operações, ainda que sujeitos a regras específicas e pontuais de mitigação da pandemia, como a utilização de máscara, obrigatoriedade de apresentação de certificado de vacinação ou teste negativo à Covid-19 para aceder a estabelecimentos lúdicos e de turismo, por exemplo.

No 4.º trimestre de 2021, o aumento do número de contágios pela variante Ómicron, obrigou as autoridades portuguesas a reativar um conjunto de medidas específicas para o período do Natal e Ano Novo, com o regresso ao teletrabalho obrigatório, encerramento de bares e discotecas, obrigatoriedade de teste negativo e a redução da lotação em estabelecimentos comerciais.

A economia portuguesa, em 2021, cresceu 4,9% em volume, o ritmo mais elevado desde 1990, após a diminuição histórica de 8,4% em 2020, na sequência dos efeitos marcadamente adversos da pandemia na atividade económica. A economia iniciou o ano em contração, com um confinamento geral prolongado fruto da 3.ª vaga pandémica, e terminou com um confinamento parcial.

### Dados Macroeconómicos

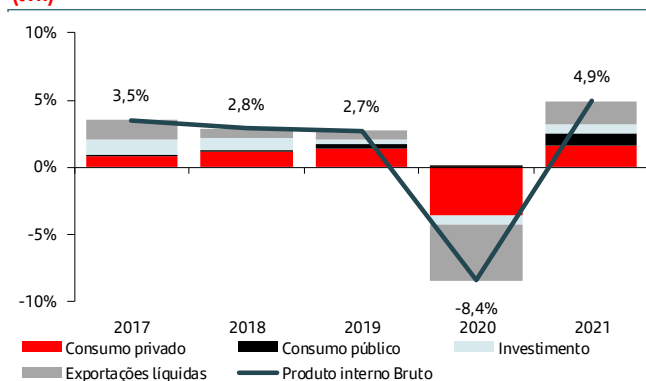
	2020	2021	2022 P
<b>PIB</b>	<b>-8,4</b>	<b>4,9</b>	<b>5,1</b>
Consumo Privado	-7,1	4,4	3,9
Consumo Público	0,4	5,0	4,6
Investimento	-5,7	7,2	12,3
Exportações	-18,6	13,0	17,7
Importações	-12,1	12,8	17,8
Inflação média	0,0	1,3	2,8
Desemprego	7,0	6,5	6,3
Saldo Orçamental (% do PIB)	-5,1	-4,2 (e)	-2,3
Dívida pública (% do PIB)	135,2	127,5	126,5
Bal. Corrente e Capital (% do PIB)	0,0	0,7	0,5

Fonte: INE, Banco de Portugal, Min. Finanças; Previsões: BdP e Estudos Santander Portugal

A procura interna contribuiu positivamente para o crescimento, após ter sido fortemente negativa em 2020, registando-se uma recuperação do consumo privado e do investimento. O contributo da procura externa líquida foi bastante menos negativo em 2021, tendo-se registado crescimentos significativos das importações e das exportações de bens e serviços.

### Contributos para o Crescimento do PIB

(tvh)



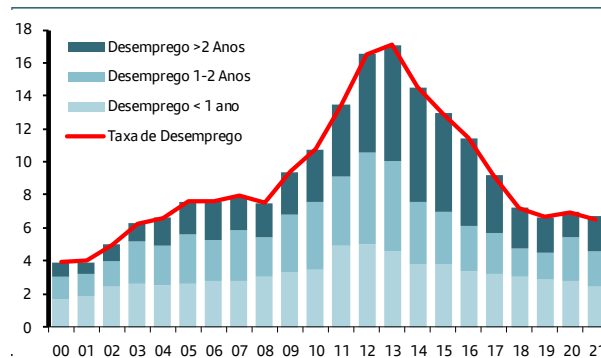
Fonte: INE

O **consumo privado** cresceu 4,4% em 2021, tendo alcançado, no 4.º trimestre de 2021, o valor do final de 2019. O crescimento elevado em 2021 refletiu a recuperação das despesas em serviços, que beneficiaram do levantamento das medidas de contenção e do aumento da confiança com os progressos na vacinação. O consumo de bens duradouros apresenta um dinamismo elevado, refletindo a concretização de despesa adiada durante a crise, quando várias atividades estiveram encerradas.

A recuperação do consumo privado fluiu da tendência descendente da taxa de desemprego que, acompanhada por um aumento da população ativa, com conseqüente crescimento do emprego, contribuiu para um aumento do rendimento disponível nominal em redor de 6,6%. O rendimento disponível das famílias beneficiou da rápida e completa recuperação das remunerações, a par do crescimento das prestações sociais disponibilizadas durante o período de confinamento.

A taxa de poupança das famílias ascendeu a um máximo de 12,8% em 2020, refletindo motivos de precaução e uma poupança involuntária decorrente das limitações ao consumo. Contudo, ao longo de 2021, a taxa de poupança reduziu-se moderadamente, à medida que os padrões de consumo foram retomados, em função dos graus de liberdade permitidos pelas restrições para travar a pandemia. Contudo, a taxa de poupança permaneceu acima dos níveis pré-pandemia.

### Taxa de Desemprego (%)



Fonte: INE

O **investimento** apresentou uma tendência de recuperação ao longo de 2021, após uma queda contida em 2020, por comparação com recessões anteriores. A dinâmica de

investimento foi transversal ao setor público e privado, destacando-se o crescimento da componente pública, fruto do impacto dos fundos europeus, em especial do Plano de Recuperação e Resiliência e de investimentos estruturantes.

O Plano português de Recuperação e Resiliência foi aprovado pela Comissão e Conselho Europeus em julho, permitindo a Portugal receber de imediato uma primeira tranche de cerca de 2,2 mil milhões de euros (dos 16,6 mil milhões que compõem o envelope financeiro global, dos quais 13,9 mil milhões correspondentes a subvenções a fundo perdido). Acresceu a execução dos projetos finais do Portugal 2020.

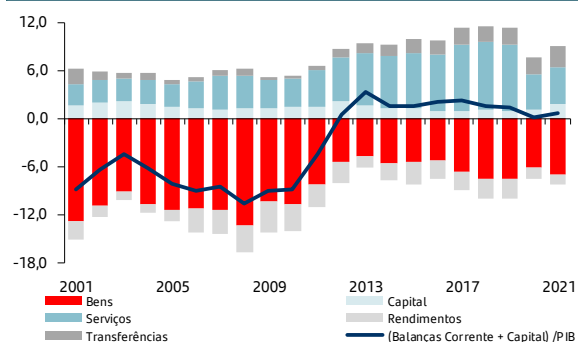
As **exportações** de bens e serviços cresceram 13% em 2021, caracterizando-se por uma recuperação diferenciada entre bens e serviços, com as exportações de bens a excederem o nível pré-pandemia no final de 2021. As perturbações no abastecimento de matérias-primas e bens intermédios penalizaram as exportações de alguns setores, nomeadamente o setor automóvel.

O levantamento das restrições à mobilidade internacional e o aumento da confiança, permitiram que as exportações de serviços, em particular de turismo e transporte, recuperassem de forma progressiva, após a queda abrupta em 2020 e no início de 2021. O agravamento da pandemia fruto da variante Ómicron no 4.º trimestre de 2021 implicou uma evolução mais contida dos fluxos de turismo, embora outubro e novembro tivessem registado níveis de atividade muito próximos dos de 2019.

As **importações** de bens cresceram em função da procura agregada, de forma sustentada, apesar das restrições nas cadeias globais e perturbações em alguns setores. As importações cresceram, assim, 12,8% em 2021.

O saldo da **balança corrente e de capital** voltou a ser positivo em 2021, suportado pela recuperação parcial da balança de serviços, refletindo a retoma parcial do turismo em especial no 3.º trimestre. A balança de bens agravou o défice, refletindo o aumento da procura de bens que acompanhou a gradual diminuição das medidas de restrição ao normal funcionamento da atividade económica, bem como a subida dos preços dos combustíveis. A balança de capital beneficiou dos fundos europeus, reforçando o seu contributo para o excedente, enquanto a redução do pagamento de juros da dívida pública ao exterior teve também um impacto positivo nas contas externas.

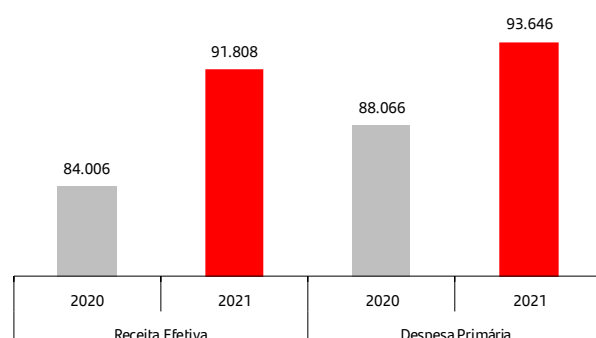
### Balança Corrente e de Capital (% PIB)



Fonte: Banco de Portugal, INE

As contas públicas, em 2021, caracterizaram-se por uma redução do défice orçamental face a 2020, podendo ter ficado próximo, mas abaixo do limite de 3% do PIB, fruto de uma retoma económica que se revelou mais favorável face ao inicialmente esperado, e cujo impacto contribuiu para um aumento das receitas fiscais. Também a dinâmica do mercado laboral contribuiu para o crescimento das contribuições sociais.

### Receita Efetiva e Despesa Primária (€ mn)

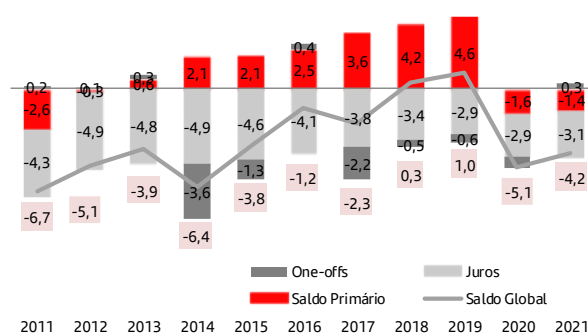


Fonte: Ministério das Finanças

Em 2021, as necessidades de financiamento do Estado diminuíram face a 2020, em cerca de 4 mil milhões de euros, decorrente de um acréscimo de receita superior ao crescimento da despesa. O aumento da receita resultou da evolução favorável da receita fiscal e contributiva e do contributo da receita não fiscal e não contributiva, refletindo a retoma da atividade económica e o aumento das transferências provenientes de fundos europeus no âmbito do REACT-EU, PRR e FSE.

O aumento da despesa deveu-se sobretudo ao aumento das transferências, à aquisição de bens e serviços e despesa com pessoal, mitigado pela evolução favorável da despesa com juros e outros encargos.

### Saldo Orçamental (% PIB)



Fonte: Ministério das Finanças

No quadro do plano de financiamento pelo Tesouro em 2021, destacam-se em fevereiro, a emissão de uma obrigação com título de 3 mil milhões de euros de maturidade de 30 anos e uma taxa de cupão de 1.022%. Em abril de 2021, realizou uma emissão sindicada com maturidade de 10 anos, no montante de 4 mil milhões de euros e com um cupão de 0.3%. Estas emissões contribuíram para aumentar o prazo médio da dívida pública e, simultaneamente, reduzir o seu custo médio.

A dívida pública recuou para 127,5% do PIB, em 2021, uma redução de quase 8p.b. face a 2020. No entanto, em termos absolutos, manteve a trajetória de crescimento ficando próximo dos 280 mil milhões de euros, um crescimento de quase 4% face aos níveis de 2020.

No conjunto da economia portuguesa, o rácio global de endividamento situou-se próximo dos 332% do PIB, com o setor privado empresarial a situar-se nos 131% e as famílias nos 71% do PIB, claramente abaixo dos níveis observados no período anterior ao programa de ajustamento económico-financeiro de 2011-14.

**O setor bancário português** (dados a setembro de 2021) caracterizou-se pelo aumento do crédito concedido aos setores mais afetados e à habitação, acompanhando uma retoma económica acima das expectativas. Em termos de rentabilidade do ativo assistiu-se a uma recuperação face a 2020 (de 0,1% para 0,5%), com uma estabilização do rácio de fundos próprios

de base (15,4%). O rácio de NPL diminuiu ligeiramente de 4,9% (a dezembro de 2020) para 4,0%, acompanhado por um reforço dos rácios de cobertura, em especial ao nível dos setores mais afetados, para quase 56%.

A notação de risco da República atribuída pelas agências S&P, Fitch e Moodys é de BBB (estável), BBB (estável) e Baa2 (estável), respetivamente. A agência DBRS mantém o rating BBB – high (estável). Esta situação consubstancia uma estabilidade face ao ano anterior, com exceção da Moodys, que reviu o rating em alta.

Nota: texto escrito com a informação disponível até 11 de fevereiro de 2022.

## Principais riscos e incertezas para 2022

Os principais riscos e incertezas para a atividade do Santander em Portugal estão associados a dois grandes fatores.

O primeiro, que já estava em marcha nos últimos meses de 2021, está associado à rápida aceleração da inflação, em consequência da subida dos preços das matérias-primas, em especial energéticas, associado às tensões nas cadeias de valor globais provocadas pela pandemia. O encerramento de atividades e a desigual distribuição do processo de vacinação, por um lado, e a rápida recuperação da procura nas economias avançadas, por outro, resultou em reduções e atrasos no fornecimento de bens e de *commodities*, com subidas pronunciadas dos preços. Em alguns países, como os EUA, assistia-se já a efeitos de segunda ordem, com subidas salariais, no quadro de baixas taxas de desemprego.

Nas primeiras semanas de 2022, os bancos centrais das principais economias desenvolvidas estavam a iniciar a subida das taxas de juro de referência. O Banco de Inglaterra estava mais avançado no processo, tendo subido a principal taxa de juro de referência, por duas vezes, em dezembro de 2021 e janeiro de 2022, para 0,5%. A Reserva Federal dos EUA reforçou a sua mensagem de retirada de estímulos, com o anunciado término do programa de aquisição de ativos financeiros, e de que iria, em março, iniciar a subida das taxas de juro de referência. O Banco Central Europeu, em fevereiro, também se revelou mais preocupado com a aceleração da inflação, sinalizando que em março iria alterar o seu posicionamento.

O segundo fator de risco decorre da ofensiva militar da Rússia na Ucrânia, na noite de 23 para 24 de fevereiro de 2022. O conflito prossegue (à data de 18 de março), já com um êxodo populacional já superior a 3 milhões de pessoas. A imposição de sanções à Rússia, em resposta à ofensiva militar, terá impactos económicos, ainda difíceis de avaliar, na Europa, que se conjugam com a subida dos preços das matérias-primas e, em especial, da energia. A Rússia é o 3.º produtor mundial de crude e é o maior fornecedor de gás natural à Europa. Em resultado, os preços das matérias-primas escalaram, para máximos de mais de uma década, como é o caso do petróleo.

Portanto, a Europa, e também Portugal, sofre um duplo choque, com uma aceleração mais acentuada da inflação, que pode ser acompanhada de uma subida das taxas de juro.

A subida da inflação reduz o poder de compra das famílias, e pode conduzir a uma retração do consumo, dinâmica que poderia ser ampliada com um aumento da incerteza relacionada com o conflito militar. Do lado das empresas, pode ocorrer que não haja capacidade de repercutir plenamente nos preços de venda o agravamento dos custos, reduzindo as respetivas margens.

Se as taxas de juro subirem, em ambos os casos, das famílias e das empresas, a redução de rendimentos pode afetar a capacidade de cumprimento do serviço da dívida, em particular para os clientes que tenham sido mais afetados pela pandemia, e que já estavam a ser monitorizados na sequência do término das moratórias de crédito, no final de setembro de 2021.

No global, a atual conjugação de fatores de risco traduz-se num aumento da incerteza e na geração de riscos negativos para o crescimento, face ao inicialmente estimado, que era de um cenário de plena recuperação das atividades após as perturbações causadas pela pandemia. A dimensão dos impactos é de difícil aferição, no atual momento.

Portanto, o Santander em Portugal irá executar a sua atividade num contexto complexo, com riscos de maior abrandamento da atividade e com taxas de juro mais elevadas, requerendo a continuação da constante monitorização da qualidade creditícia.

## ÁREAS DE NEGÓCIO

### Particulares e Negócios, Empresas e Institucionais

O ano de 2021 foi um ano particularmente desafiante para todos e, em especial, para as áreas comerciais, tendo permitido superar desafios e conquistar novos caminhos.

A estratégia na área de **Particulares** passou por uma aposta na simplificação de processos, consolidação de novos modelos de serviço e melhoria da experiência de cliente. Os resultados da atividade comercial, neste segmento, foram em linha com os objetivos do ano, com destaque para o reforço da liderança no Crédito Habitação, o aumento da produtividade nas áreas de Proteção, Poupança e Pagamentos e a melhoria do nível de satisfação dos nossos clientes (NPS). Estes resultados foram claramente alavancados pelo processo de transformação digital do Banco, a par de uma reestruturação das áreas comerciais e de processos.

Em 2021, a atividade de **Seguros Proteção** esteve focada em alargar a base de clientes e o nível de proteção de cada cliente.



No que respeita a Seguros Autónomos, foram lançados novos Produtos com jornadas otimizadas e características diferenciadoras (por exemplo, a cotação num clique): Seguro Auto, Seguro Responsabilidade Civil Empresas e Seguro de Saúde Empresas. Disponibilizaram-se pacotes para venda combinada de seguros com condições vantajosas e foi reforçada a oferta nos canais digitais (cujo peso na colocação de novas apólices duplicou). Em paralelo, desenvolveram-se novas ferramentas de informação comercial e uma visão integrada do cliente com dados de todas as apólices para permitir uma melhor qualidade de serviço e informação aos clientes.

No que respeita a **Seguros Associados** ao Crédito, destaca-se a revisão de todo o processo de simulação e de contratação, mais simples e mais intuitivo, tanto para o Crédito Habitação como para o Crédito Pessoal. Robusteceu-se também a oferta com a nova cobertura de dupla orfandade e disponibilização do Pack Casa. Por outro lado, introduziu-se a possibilidade de renovação do Seguro de Vida com Prémio Único (VPU) e da contratação de seguros para Créditos Pessoais em curso (até então só era possível proteger o crédito no momento da sua contratação).

Adicionalmente, o Banco manteve em vigor as medidas excecionais tomadas no âmbito da Covid-19 que passaram por eliminar a exclusão de pandemia nos Seguros de Saúde, Vida e Proteção Ordenado (tanto na modalidade de Autónomos como de Associados)

Finalmente, a atividade de pós-venda de Seguros Proteção registou importantes progressos no que respeita tanto à renovação das apólices como à gestão dos sinistros. O Banco começou a medir o NPS das jornadas de pós-venda para diversos seguros, o que permite identificar e corrigir oportunidades de melhoria no serviço ao cliente.

Na vertente da **Poupança**, verificou-se o aumento da diversificação de investimentos fora de balanço, principalmente em fundos de investimento e poupança reforma, num processo auxiliado pelo facto de os mercados terem registado um ano bastante positivo. Foi ainda um ano em que se continuou o caminho da digitalização, através da conclusão de vários projetos tecnológicos tendo em vista a melhoria da experiência de cliente.



Ao nível dos **Pagamentos**, manteve-se o foco em posicionar o Santander como o banco dos pagamentos digitais e, no âmbito no plano de transformação digital e do lançamento da "One App", disponibilizaram-se diversas funcionalidades de pagamentos digitais que facilitam o dia-a-dia dos clientes. Uma nova experiência mais simples e comum aos vários países da *One Europe*.

Ainda no âmbito dos pagamentos digitais, de salientar que os clientes continuaram a digitalizar os seus cartões em *Wallets* (*Apple, Garmin, Fitbit* e Santander) e nas plataformas eletrónicas de comércio online.

No que diz respeito a transacionalidade dos clientes empresa, promoveu-se a comercialização de produtos que simplificam a gestão do seu dia-a-dia, como por exemplo a dinamização comercial do Produto IBANs Dedicados (solução que facilita aos clientes o processo de reconciliação das suas cobranças) e o lançamento do Pagamento de serviços por lote em formato XML (solução que permite fazer pagamentos de um modo agregado).

Adicionalmente, no que respeita aos Terminais de Pagamento Automático, o Banco focou-se no desenvolvimento do serviço e de soluções diferenciadoras de pagamentos, nomeadamente, através da contratação digital e do desenvolvimento de novos equipamentos, como o SmartPOS, tendo sido garantido um crescimento sustentado ao longo do ano. O contexto de pandemia manteve o foco nos serviços *online*. Deste modo, a promoção e a divulgação da *Gateway* de Pagamentos, a qual permite a aceitação de cartões, pagamentos de serviços e MB Way numa única plataforma, traduziu-se num crescimento do número de comerciantes face ao ano anterior.

Por último, no que respeita ao cumprimento regulatório da PSD2, salienta-se a capacitação de mais de dois milhões de cartões para realizarem autenticação forte de compras online através da *App* Santander. Adicionalmente, ocorreram



desenvolvimentos ao nível do *open banking*, nomeadamente, o alargamento da oferta de entidades que os clientes podem agregar através dos canais do banco, que, para além dos principais bancos nacionais, passaram a incluir as contas da Revolut, Cetelem e Universo. Desta forma, os clientes do Santander podem consultar todas as suas contas sem sair do Santander e iniciar transferências a partir de qualquer banco. Ainda no que toca a *open banking* e no âmbito de “Collections”, salientar que o Banco passou a permitir aos seus clientes iniciar transferências de outros bancos através dos nossos canais para regularizar dívidas que têm no Santander.

Adicionalmente, no que respeita aos Terminais de Pagamento Automático, o Banco focou-se no desenvolvimento do serviço e de soluções diferenciadoras de pagamentos, nomeadamente,



através da contratação digital e do desenvolvimento de novos equipamentos, como o SmartPOS, tendo sido garantido um crescimento sustentado ao longo do ano. O contexto de pandemia manteve o foco nos serviços *online*. Deste modo, a promoção e a divulgação da Gateway de Pagamentos, a qual permite a aceitação de cartões, pagamentos de serviços e MB Way numa única plataforma, traduziu-se num crescimento do número de comerciantes face ao ano anterior.

Em relação ao **Crédito Pessoal e Habitação**, apesar do contexto de pandemia, a produção acumulada de crédito habitação cresceu cerca de 20% em relação a 2020, colocando a quota de mercado de produção do Banco acima de 20%.



A produção de crédito pessoal ascendeu a 415 milhões de euros (mais 10% do que 2020), sendo de destacar a evolução do Banco para uma solução *end-to-end* totalmente digital e *omnichannel* (disponível em todo os canais), tornando mais fácil a contratação. A contratação de crédito pessoal online representou 54% do crédito pessoal concedido.



A área de **Daily Banking** continuou o trabalho de gestão da oferta bancária do dia-a-dia dos clientes, cuja prioridade estratégica passa por disponibilizar uma experiência de pagamento simples, segura e acessível em qualquer canal. Apesar da situação pandémica, 2021 caracterizou-se por uma evolução positiva de clientes que utilizam o Banco no seu dia-a-dia, nomeadamente nas suas Compras, Pagamentos, Transferências, Levantamentos e Débitos diretos.

De salientar, também, a evolução positiva do número de clientes **Mundo 123** Particulares que usufruem de um ecossistema de vantagens e *cashbacks* ao utilizarem o cartão de crédito. Cerca de 80% destes clientes tem o Santander como seu 1.º Banco. Em 2021, o Banco devolveu benefícios, na forma de *cashback* na conta cartão, a 85% destes clientes num valor aproximado de 15,9 milhões de euros.



Com o objetivo de melhorar a experiência de cliente foram implementadas diversas iniciativas, como a simplificação da oferta de cartões alinhada com a imagem a nível Europeu, o envio do PIN Digital de cartões por SMS no momento da ativação, o fracionamento das compras em POS com cartão de crédito em 3, 6 ou 12 meses, a possibilidade de pedir um cartão pré-pago em canais digitais e a existência de isenção na utilização do MB Way em qualquer plataforma e isenção de custos de compras e levantamento em moedas estrangeira até mil euros nos cartões de débito.



O Banco reforçou ainda a sua aposta na **segurança**. Nas compras online passou a ser necessária a validação do pagamento na App Santander (*3D Secure*) e nas situações de transações recusadas por bloqueios de segurança passou a ser enviada uma notificação ao cliente, ajudando-o a completar as transações.



Em termos de **Banca Responsável**, os cartões passaram a ser emitidos em material biodegradável, com selo de qualidade *Carbon Neutral* de forma a reduzir a pegada ambiental. Adicionalmente, o Banco implementou um processo de Reciclagem de cartões expirados, os quais serão usados para produzir mobiliário urbano. Outra iniciativa implementada foi, por cada quilo de cartões recolhidos, a plantação de uma árvore em área protegida, com garantia do seu cuidado durante 5 anos.

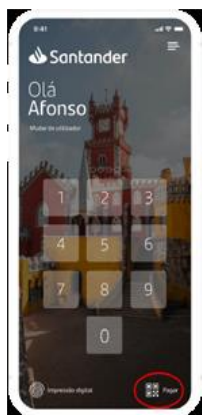


A **Boutique Santander (Marketplace)** celebrou um ano de atividade, contando atualmente com 16 parceiros e dispondo de soluções de crédito (crédito pessoal e cartão de crédito) com possibilidade de o cliente fracionar a sua compra até 36 meses.



Aprofundando o tema da **transformação digital**, 2021 foi um ano bastante importante.

O lançamento da nova App em Portugal foi um marco no plano de transformação digital do Banco. Esta pretende servir melhor os clientes e a forma de interação com os mesmos, através de um modelo de experiência de banca *mobile* comum aos vários mercados europeus. A nova App teve por base a estrutura da App lançada em Espanha, reconhecida e premiada como *Best Digital Bank in Western Europe* pela *Euromoney*.



Complementarmente, o Banco focou-se em consolidar a marca **Digilosofia**, quer a nível interno, lançando diversas iniciativas



de dinamização comercial e de comunicação interna, quer a nível externo, através da implementação de um forte plano de comunicação para clientes, do qual se destaca a campanha "Qual é a sua Digilosofia?". Nesta campanha transportou-se o conceito da Digilosofia, de uma filosofia de vida digital, para o próprio cliente.

Esta transformação contribuiu fortemente para a continuidade da tendência de crescimento do número de clientes digitais e, sobretudo, para o aprofundamento da relação digital Banco - Cliente.



No final de 2021, o Banco ultrapassou a marca de um milhão de clientes digitais, um incremento de 7,5% em relação ao período homólogo (mais 70 mil clientes). Este valor representa uma taxa de penetração digital global (sobre Clientes ativos) na ordem dos 60%.

Paralelamente, notou-se um sólido crescimento nos apartados de natureza qualitativa. No final deste ano e, em relação ao período homólogo, o número de clientes com App *mobile* cresceu quase 20% e o número de clientes com *Wallet* cresceu mais de 75%.

No que diz respeito à **transformação dos Balcões e simplificação de processos**, nos últimos tempos, a banca tem vivido uma época de grandes desafios pela alteração dos comportamentos na utilização de serviços bancários, em que os clientes procuram respostas mais rápidas e utilizam os canais nos momentos da sua preferência e cada vez mais em

autosserviço. Em resposta a este desafio, o Banco promoveu a alteração dos seus modelos de serviço, quer promovendo a omnicanalidade dos seus produtos e serviços, quer evoluindo nos seus canais físicos de atendimento.

Esta transformação foi feita tendo por base um investimento significativo na simplificação dos processos.

Ao nível dos Balcões, foram desenvolvidos 3 novos conceitos de serviço em Balcão.



O Modelo do Posto de Caixa Avançado, implementado em mais de 70% dos Balcões, visa promover um atendimento integral do cliente sempre que é atendido, não diferenciando a atividade comercial da atividade transacional, no momento da sua relação com o Banco. Esta é também uma solução que permite gerir melhor o fluxo de clientes de acordo com as suas necessidades.

O Modelo do Posto de Caixa Dedicado a Empresas, implementado em 20 Balcões, melhora consideravelmente a experiência de um cliente empresa com necessidade de realizar transações como depósitos, pagamentos e levantamentos, ao estar dotado de equipamentos mais sofisticados e complementares à atividade do cliente, como seja a máquina que permite contar e armazenar as moedas previamente ao seu atendimento. Disponibilizou-se um posto de atendimento exclusivo e especializado para a transacionalidade das empresas.

Paralelamente, o Banco investiu em máquinas de *Selfbanking* mais sofisticadas, que permitem realizar depósitos de moedas, efetuar levantamentos, além dos habituais depósitos de notas



e cheques, em zonas de autosserviço, e que se encontram disponíveis 24h por dia, 7 dias por semana. Estas máquinas são mais um canal onde os clientes do Santander podem realizar as suas transações, no horário que mais lhe

for conveniente, e serão ainda alvo de desenvolvimentos de *software* que permitirão novas funcionalidades no futuro próximo. Em 2021, foram instaladas 29 máquinas *Virtual Teller Machine (VTM)*, estando previsto um contínuo reforço destes equipamentos.

Os principais processos do Banco, com impacto nos clientes, foram alvo de uma forte reestruturação, para dar resposta aos clientes de forma mais Simples, Próxima e Justa. A transformação foi profunda e com desenvolvimentos em novas plataformas informáticas, modernizando e digitalizando todos os processos de modo a estarmos mais disponíveis para os nossos clientes.

No segmento de **Negócios, Empresas e Institucionais**, o Banco Santander em Portugal mantém o seu forte compromisso no apoio ao tecido empresarial português, colocando à disposição uma rede comercial de profissionais experientes e capacitados para encontrar as soluções que melhor se adequam às necessidades das empresas em cada momento, bem como uma vasta oferta financeira e não financeira que apoia as empresas clientes na capacitação dos seus recursos e na transição para uma economia mais eficiente e sustentável.

Assim, num ano ainda marcado pela pandemia e pelos seus impactos adversos sobre a atividade económica, fazer chegar às empresas as iniciativas promovidas pelo Governo (linhas de crédito com Garantia do Estado) e apoiar os projetos de investimento público e privado no âmbito dos Fundos Europeus, continuou a ser uma prioridade do Banco. Deste modo, o Santander disponibilizou no seu site público uma página dedicada aos Fundos Europeus, onde a apresentação da informação sobre os diversos programas, agendas de investimento e avisos de candidatura ativos de forma organizada e sistematizada, pretende ser fator diferenciador na clarificação e identificação de oportunidades.



Ao longo de 2021, o Santander desenvolveu, e continuará a desenvolver, iniciativas que apoiam as empresas na sua transição para uma economia mais sustentável, social e ambientalmente responsável, onde a inovação desempenha um papel fundamental. Neste âmbito, lançou no 2.º trimestre de 2021, por exemplo, o Plano de Renovação do Equipamento Agrícola, para apoiar e acelerar a digitalização e sustentabilidade da agricultura portuguesa, de forma a viabilizar o investimento em equipamentos dotados de técnicas de precisão e outras.

O Banco mantém o seu empenho na melhoria de procedimentos e processos internos a fim de garantir a disponibilização de liquidez às empresas, de forma rápida em tempo oportuno, para que possam fazer face aos seus compromissos com terceiros, nomeadamente colaboradores, fornecedores e Estado. O Santander em Portugal reforçou, ainda, a sua abordagem omnicanal, em complemento ao serviço prestado pela rede física, com um forte investimento nos canais digitais, que muito tem contribuído para o aumento do grau de autonomia, satisfação e fidelização dos clientes. Este posicionamento de proximidade e qualidade de serviço permitiu o crescimento sustentado do negócio no segmento de Empresas.

No que respeita ao **Negócio Internacional**, o Santander disponibiliza equipas de especialistas de *Trade Finance*, recursos e ferramentas (*Trade Club* e *Trade Markets*) que ajudam as empresas a desenvolver um trabalho coordenado, a encontrar parceiros e finalizar com sucesso o seu processo de expansão global.



De realçar a nova oferta disponibilizada às empresas portuguesas, o *swift GPI*, o qual possibilita a traçabilidade de transferências internacionais, emitidas e recebidas, validando em *real time* a execução e *tracking* de pagamentos internacionais, bem como a verificação do estado das transferências a receber do estrangeiro. De salientar que o Santander Portugal é o 1.º e único Banco nacional a disponibilizar este serviço aos seus clientes empresa.

No que respeita à **Banca Institucional**, o Santander em Portugal mantém o seu compromisso no apoio aos clientes deste segmento, tanto



ao nível das entidades públicas, mantendo uma forte presença junto das Regiões Autónomas e dos Municípios, como na vertente das entidades privadas, em especial nas instituições religiosas e da economia social, entidades que têm tido um papel fundamental no apoio às famílias de menores recursos.

## Wealth Management and Insurance

O ano de 2021 terminou como tinha começado, condicionado pelas notícias do desenvolvimento da pandemia, e pelos receios que as pressões inflacionistas verificadas no último semestre de 2021 se viessem a revelar mais estruturais do que apenas conjunturais. Com efeito, o choque verificado do lado da procura, aliado aos constrangimentos logísticos e de distribuição, provocaram um pico de inflação generalizada, a atingir os 7% nos EUA e os 5% na Europa. No entanto, estes fatores não impediram que os principais índices bolsistas encerrassem com performances muito positivas: o S&P 500 com valorizações próximas dos 30% e o Eurostoxx 50 acima dos 25%, baseados em expectativas de crescimento económico robusto e da normalização das cadeias de distribuição (com normalização dos níveis de inflação previstos).

Assim, para a generalidade dos indicadores de negócio do **Private Banking** do Santander Portugal, o ano de 2021 revelou-se muito positivo, com um crescimento do património sob gestão em 9%, bem como um crescimento de 29% dos Recursos Fora de Balanço (Fundos, Seguros e Gestão discricionária de carteiras).

Igualmente assinalável foi o forte crescimento da base de clientes do *Private Banking*, com uma dinâmica fortíssima, assente numa forte atividade de prospeção externa, e uma grande colaboração e apoio da rede de balcões e de centros empresas.

As iniciativas com vista a melhorar a eficácia comercial dos gestores *Private* têm surtido os resultados esperados, libertando mais tempo para proximidade e atividade de aconselhamento dos clientes do *Private Banking*, e assim melhorar o serviço de excelência que caracteriza o segmento.



Como reconhecimento da excelência de serviço e atenção ao cliente, o *Private Banking* do Santander Portugal foi no início de 2021, distinguido como o melhor *Private Banking* a operar em Portugal pelo 10.º ano consecutivo, de acordo com a revista *Euromoney* e, já no final do ano, igual distinção pelo 7.º ano consecutivo, pela revista *Global Finance*. Estas distinções reconhecem e reforçam a qualidade das nossas equipas e das soluções de investimento disponibilizadas pelo *Private Banking* do Santander, e animam-nos a continuar no desenvolvimento contínuo de melhoria de serviço ao cliente e da nossa proposta de valor.

O ano de 2021 foi marcado por uma subida generalizada das bolsas: os mercados acionistas globais valorizaram cerca de 20%. Este comportamento justificou-se pelo crescimento económico registado neste período na sequência (1) do início da distribuição de vacinas contra a Covid-19 no final de 2020 e (2) das políticas monetária e fiscal expansionistas implementadas pela generalidade dos bancos centrais e dos governos. Neste contexto, registou-se um movimento ascendente nas principais curvas de rendimentos e a consequente desvalorização das obrigações emitidas por governos e empresas.

A Santander Asset Management (SAM) procurou gerir os seus **fundos de investimento mobiliários** (FIM) de uma forma ativa, com o objetivo de maximizar o retorno dos seus participantes. Neste sentido, ao longo do ano procederam-se a inúmeras iniciativas, destacando-se a alteração das políticas de investimento dos Fundos mistos e de obrigações com vista a uma gestão mais flexível e global e a fusão dos fundos da gama Popular Global na gama de fundos Santander Select. Adicionalmente, procedeu-se ao lançamento de dois novos fundos inovadores, o Santander Investimento Global e o Santander Multi-Estratégia.

O ano foi marcado por uma forte dinâmica na procura de fundos de investimento, os quais encerraram com ativos de 4,6 mil milhões de euros, beneficiando de um crescimento de mil milhões de euros.

As **soluções de Reforma** constituíram um foco muito importante da atividade comercial, tendo presente os desafios crescentes das famílias nesta temática. Os produtos de reforma cresceram 183 milhões de euros, beneficiando do *rebranding* efetuado a esta tipologia de produtos.

Na **área de Seguros Financeiros** registou-se uma forte dinâmica nos seguros financeiros abertos, quer ao nível da Rede de Particulares e Negócios, quer ao nível do segmento de *Private Banking*, tendo encerrado com ativos globais de 3,7 mil milhões de euros. Durante este período, a gama de Seguros foi complementada com o lançamento do Santander *Future Wealth*, um produto inovador que possibilita o acesso às grandes tendências de futuro: tecnologia, sustentabilidade e saúde. As diversas iniciativas permitiram mitigar o volume de vencimentos ocorrido no período, na ordem dos 315 milhões de euros.

Ao longo do ano o Banco continuou a promover ações com vista à melhoria da qualidade de serviço e da experiência de Cliente.

Neste sentido, foi implementado um processo de contratação *paperless*. Ao nível da formação, desenvolveram-se inúmeras ações, maioritariamente no formato de *webinars* internos e para clientes com o objetivo de promover um maior conhecimento sobre os mercados financeiros e o posicionamento dos produtos.

## **Corporate and Investment Banking**

O ano de 2021 foi marcado por elevada incerteza económica derivada do contexto de pandemia. Durante este período, o Banco reforçou a proximidade com os seus clientes e melhorou as plataformas digitais, permitindo uma comunicação mais útil e eficaz. A resiliência, o compromisso e a inovação foram diferenciadores na relação com clientes.

Na área de **Corporate & Investment Banking**, manteve-se o foco no cliente e na oferta de soluções adequadas às suas necessidades. Neste apartado destaca-se a oferta de produtos ESG (*Environmental, Social, Governance*) e a aposta nos canais digitais, destacando a plataforma digital de contratação de câmbios (via NetBanco Empresas).

A carteira de crédito registou, uma diminuição de -1,7% justificada pela recuperação da atividade económica que originou um aumento da liquidez nos clientes.

O produto bancário assinalou, face ao período homólogo, uma subida de +1% devido ao bom desempenho do negócio recorrente.

A margem financeira cresceu +3% face a 2020 e, nas comissões, assistiu-se a uma recuperação nas rubricas de transacionalidade, em particular ATMs e POS, após uma queda acentuada em 2020.

É importante realçar o reconhecimento pela *Euromoney* com a atribuição do prémio "**Best Investment Bank Portugal 2021**".

Na área de **Global Debt Financing**, o ano de 2021 ficou marcado pela presença do Santander, como *bookrunner*, nas seguintes emissões de dívida:

- EDP: emissão de dois novos *Green Bond Híbridos*, com um montante de 750 milhões e de 1.250 milhões de euros, respetivamente. Estas foram as terceira e quarta emissões deste género para a EDP, tendo o Santander participado como *bookrunner* nas quatro operações.
- REN: emissão de um novo *Green Bond*, com uma maturidade de 8 anos e montante de 300 milhões de euros.

O Santander foi totalista em todas as emissões com estas características, realizadas este ano no mercado português.

Relativamente à atividade de financiamentos estruturados, destaca-se em 2021 a operação de financiamento de capital circulante à Medway Portugal, destinado à aquisição de novas locomotivas para viabilização da expansão da empresa na Península Ibérica, num montante de 122 milhões de euros, dos quais o Santander assegurou cerca de 77 milhões de euros.



Durante este período foram, ainda, concluídas diversas operações relevantes de financiamento num conjunto alargado de setores, destacando-se vários financiamentos no sector das energias renováveis e no sector imobiliário, nomeadamente promoção imobiliária para residências de estudantes. Também nos sectores do retalho, infraestruturas de telecomunicações e infraestruturas hospitalares foram contratados diversos financiamentos.

A área de **Corporate Finance** continuou a desenvolver no ano de 2021 uma intensa atividade em operações de **Fusões & Aquisições** e **Equity Capital Markets**, destacando-se a conclusão com sucesso das seguintes operações de assessoria financeira:

- Assessoria à Atlantia na operação anunciada de venda da participação de 17,2% detida na Lusoponte à MM Capital Partners, subsidiária da Marubeni Corporation;
- Atuação como *Joint Bookrunner* no IPO da Greenvolt;
- Assessoria à Teak Capital e Tangor Capital na aquisição da Cerealis;
- Assessoria à FSI/Finerge na aquisição das participações detidas pela EDF Renewables em 2 portfolios eólicos em Portugal com 507 MW (193 MW net); e
- Atuação como *Global Coordinator* no aumento de capital/Oferta Pública de Subscrição de ações da Ibersol.

Na **Tesouraria**, particularmente na área de **Corporate and Commercial Banking**, o ano de 2021 assinalou a consolidação de um modelo alternativo de acompanhamento de clientes, desenhado, testado e corretamente implementado ao longo de 2020.

Com o regresso à “normalidade” na generalidade das atividades económicas e feito o balanço da atividade de 2021, concluiu-se que o constrangimento provocado pela pandemia na ligação com os clientes foi superado com enorme sucesso, numa relação de maior distanciamento físico, mas efetiva proximidade na apresentação de soluções que responderam às necessidades das Empresas que o Santander em Portugal apoia.

Nas operativas **Cambiais e de Taxa de Juro** registou-se um crescimento de atividade, seguindo a tendência dos anos anteriores, suportado na consolidação do modelo de negócio e no reconhecimento pelos nossos clientes dos serviços que prestamos.

Especificamente na área **Cambial**, foi possível manter a trajetória de crescimento de atividade, face ao período homólogo, assente nas alternativas de canais de contratação disponíveis para todos os clientes.

Em 2021 registou-se, simultaneamente: (1) aumento do número de clientes ativos na operativa cambial nos diferentes segmentos (Empresas, *Private* e *Particulares*); (2) crescimento do número de clientes que optam por utilizar os canais digitais (plataforma de contratação de câmbios disponível no NetBanco); (3) crescimento no volume negociado; e (4)

crescimento do volume negociado com clientes de acesso direto à Sala de Mercados.

Neste apartado é de particular destaque que, terminados os períodos de Estado de Emergência que mantiveram muitos clientes do Banco Santander a trabalhar a partir de suas casas, estiveram sempre disponíveis todos os meios de contratação de operações de câmbio, com uma equipa em permanência na Sala de Mercados, as equipas comerciais nos balcões e direções comerciais e com a plataforma eletrónica, disponível no NetBanco Empresas, a assegurar uma resposta adequada às necessidades de todos os clientes.

Na operativa de gestão de risco de taxa de juro acentuou-se a procura por soluções de crédito com taxa fixa, nomeadamente com as linhas protocoladas disponibilizadas ao longo de 2021 (Linha do Fundo Europeu de Investimento), cuja formalização tem ocorrido maioritariamente na modalidade de taxa fixa.

O aumento de volatilidade na generalidade dos mercados financeiros, num contexto de incerteza macroeconómica, tem justificado uma maior proximidade junto das empresas no momento em que renovam os seus financiamentos ou contratam novas operações de crédito.

A escalada da taxa de inflação que já se verificava em algumas das principais economias mundiais, o acentuado aumento do valor das *commodities* (com o Brent em destaque) e a incerteza em torno das políticas que serão seguidas pelos Bancos Centrais, originou uma maior necessidade de cobertura de risco de taxa de juro, quer de novos financiamentos, quer nos já em curso.

Neste âmbito assistiu-se, em 2021, a um crescimento significativo de operações de crédito formalizadas com taxa fixa, tendo esta modalidade representado uma percentagem bastante significativa nos financiamentos concedidos a Empresas.

Na área de **Retail Structured Products**, após um longo período de adaptação à nova realidade de taxas de juro negativas, foi reiniciada a atividade, com a comercialização de 5 Notas Estruturadas durante o ano de 2021 num total de 40,4 milhões de euros. De salientar que as duas primeiras notas de 2021 são *green* (Santander 360º Sustentável, onde todas as partes envolvidas são 100% Santander – emitente, índice, investidor, ativo sustentável). O capital destas notas destinou-se ao financiamento de projetos sustentáveis geridos pelo Banco Santander de acordo com os critérios ESG (*Environmental, Social, Governance*) e a sua rentabilidade está indexada ao Índice de Ações Eurostoxx® 50 ESG –X.

## Clientes Estrangeiros e Residentes no Exterior

No que diz respeito aos **Residentes no Exterior e Estrangeiros**, Portugal continua a ser um país com um enquadramento atrativo para estrangeiros interessados em investir em Portugal ou em viver em Portugal permanentemente ou com residência habitual. Por outro lado, a comunidade de emigrantes portugueses residentes no estrangeiro tem um relevo muito significativo.



Atento a estes dois segmentos, Residentes no Exterior e Estrangeiros, o Banco dispõe de uma equipa cujo principal objetivo é a criação de laços comerciais fortes e de proximidade com as comunidades de portugueses e lusodescendentes residentes no estrangeiro, bem como a promoção e captação de clientes estrangeiros que escolhem Portugal para investir e/ou estabelecer a sua residência.

O Santander dispõe de um serviço remoto dedicado a Clientes residentes no exterior – o **Santander Próximo International**. Trata-se de um Balcão digital, dedicado a Clientes que residem fora de Portugal, que disponibiliza um serviço de atendimento inovador, com recurso a toda a tecnologia necessária para acompanhamento à distância e uma equipa 100% dedicada a estes clientes.



Com esta solução, qualquer cliente do Santander que resida no estrangeiro poderá interagir com o Banco remotamente, à semelhança de um cliente residente.

Perante esta aposta do Banco na transformação digital, tem-se assistido a uma redução da necessidade de contacto físico, pelo que a atuação tem sido a redução gradual da presença física, nomeadamente com o encerramento dos escritórios de representação da Alemanha, França e Suíça, países onde os clientes já estão a ser acompanhados através deste modelo de serviço digital e remoto.

## Desenvolvimento Digital

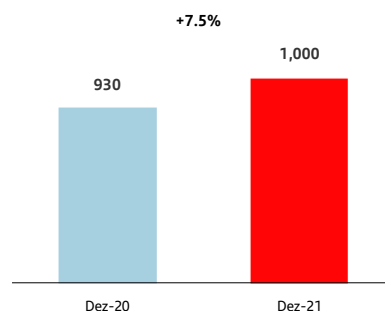
Durante o ano de 2021, o Banco Santander continuou a fortalecer o seu processo de transformação digital. Este processo, potenciado pelo contexto de pandemia, tem como principal objetivo a proximidade com os clientes e a simplificação de processos através de soluções digitais.

Esta estratégia tem permitido consolidar a tendência de crescimento do número de Clientes Digitais.

No final do último semestre de 2021, o Banco registava 1 Milhão de Clientes Digitais, com um incremento de 7% em relação ao período homólogo (mais 70 mil Clientes).

## CLIENTES DIGITAIS

milhares



## Canais Particulares



Em 2021, destaca-se o lançamento da nova App Santander (em outubro). Tratou-se de um marco no plano de transformação digital do Banco e insere-se na estratégia de construção de um modelo de experiência de banca *mobile* comum para as várias geografias do Banco na Europa.

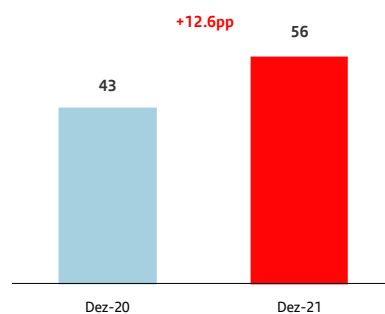
No que toca à adoção de canais digitais, durante o ano manteve-se a tendência de crescimento no número de Clientes Digitais. A App apresentou um crescimento de 19% no número de utilizadores face ao fecho do ano de 2020 (+110 mil). Atualmente, 683 mil clientes utilizam a App, pelo menos uma vez por mês. Relativamente ao canal web, o número de utilizadores manteve-se estável em relação ao ano anterior, tendo fechado o ano com 448 mil utilizadores no NetBanco Particulares com *logins* nos últimos 30 dias.

Relativamente à intensidade de utilização, os números de *logins* médios mensais por utilizador foram de 8 *logins* para o NetBanco, e de 22 *logins* para App. Estes valores estão em linha com os registados no final do ano anterior para o canal Netbanco, mas representam uma ligeira redução no canal App, reflexo da crescente adoção deste canal por clientes com uma utilização menos intensiva.

A penetração de vendas digitais nos canais particulares atingiu os 56% no último semestre, representando um incremento significativo de 13 p.p. face ao fecho do ano de 2020.

## VENDAS EM CANAIS DIGITAIS

%



No que concerne a indicadores de satisfação, o NPS – *Net Promoter Score* relativo aos Canais Digitais Particulares, manteve a trajetória positiva para o NetBanco, tendo registado





uma ligeira redução na App. Em relação aos valores de fecho de 2020, o NPS do NetBanco cresceu 18 p.p., enquanto o NPS registado da App recuou 4 p.p. Esta redução é também reflexo do desinvestimento na App antiga, sendo expectável que, na sequência do lançamento da nova App em outubro, em 2022 a satisfação com este canal volte a aumentar.

Em 2021, os Canais Digitais Particulares tiveram três grandes objetivos:

- Aumentar a cobertura da oferta de produtos e serviços nos canais digitais;
- Reduzir riscos e impactos de incumprimento através da implementação de novas jornadas digitais de "promise-to-pay" e outros casos de uso de recuperações;
- Desenvolver funcionalidades, melhorias e iniciativas que contribuam para o aumento da satisfação na utilização dos canais.

Neste sentido, foi dada continuidade ao processo de modernização do NetBanco, destacando-se a renovação das páginas de cartões, da consulta e contratação de depósitos, da funcionalidade de carregamentos, da consulta e criação de débitos diretos, da consulta de empréstimos e do portal de cartões pré-pagos e refeição. As melhorias implementadas refletem, não só uma interface mais moderna, como uma nova arquitetura da informação, otimizada às atuais necessidades dos nossos clientes.

No que toca ao aumento da oferta de produtos em Canais, foi lançado o novo SafeCare Saúde. Os clientes de NetBanco já têm também a possibilidade de efetuar depósitos a prazo em diferentes moedas, contratar cartões pré-pagos, subscrever Fundos e PPRs de forma pontual e periódica em simultâneo, bem como, contratar descobertos na conta.

Na área de Pagamentos em Atraso, os clientes que se encontrem nesta situação têm agora a possibilidade de pagar pelo valor mínimo, assim como a possibilidade de regularizar a sua dívida através de contas externas, através das capacidades de *open banking* disponíveis em ambos os canais.

Desde 2021, os clientes particulares têm a possibilidade de atualizar, no Netbanco, os seus dados pessoais, profissionais e contatos, utilizando a chave móvel digital. Para além disso, foram também melhorados e otimizados os descritivos dos movimentos, com uma cobertura de quase 90% da volumetria dos movimentos já trabalhados, revistos e disponíveis a cliente.

Destaca-se também, o lançamento da solução estrutural para abertura de conta digital, com recurso à chave móvel digital ou através de videochamada. Esta solução encontra-se disponível no site público e na App.

## Canais Empresas

Ao longo do ano de 2021, o Santander em Portugal continuou a fortalecer a relação com os seus clientes Empresa nos seus canais digitais, através de uma melhoria contínua e modernização de funcionalidades existentes.

Em dezembro de 2021, o NetBanco Empresas apresentava 117 mil utilizadores com *logins* nos últimos 30 dias, com um incremento de 3 mil utilizadores face ao fecho de 2020 (um crescimento de 3%).

Por outro lado, a App Empresas apresentou um crescimento de 30% no número de utilizadores (+10 mil utilizadores face ao fecho de 2020), alcançando um total de 41 mil utilizadores no fecho de 2021 e está na liderança no *rating* das App Stores nas Apps Bancárias para empresas.

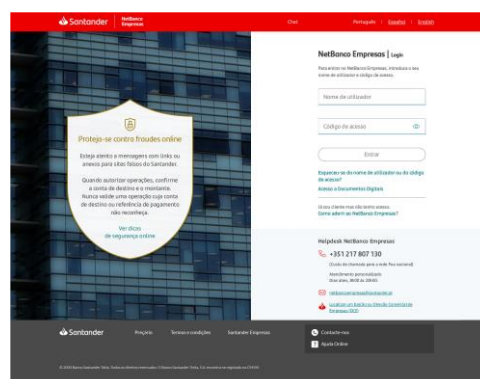
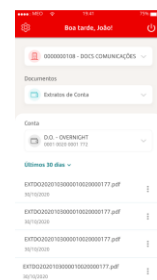
Relativamente à intensidade de utilização, os números de *logins* médios mensais por utilizador foram de 20 *logins* para o NetBanco Empresas e de 21 *logins* para App Empresas. Estes valores representam um incremento de 1 e 3 *logins* médios mensais nos dois canais, respetivamente.

Presentemente, no NetBanco Empresas, os clientes conseguem consultar novas e melhoradas páginas de empréstimos, contas caucionadas e garantias. Depois de ter sido dada a possibilidade da consulta dos extratos de comissões no início do ano foram também feitas melhorias nas páginas de documentos digitais e incluída a possibilidade de consulta das faturas de *Leasing*.

Os clientes podem ainda saber mais informação sobre os seus pagamentos em atraso e regularizar a sua situação através de contas externas, com a opção do *open banking*.

Além disso, os clientes empresas conseguem, desde março, contratar, através do NetBanco Empresas, o seu cartão de crédito Santander Business, bem como gerir os limites do seu cartão de forma totalmente *online*.

Foi disponibilizada uma página de *login* renovada no Netbanco Empresas, permitido a recuperação de utilizador e *password* de forma autónoma.



Na *App* Empresas os clientes conseguem consultar os seus documentos digitais, tais como os extratos de contas e as declarações fiscais, bem como retirar comprovativos de transferências, pagamentos e lotes a partir dos detalhes dos movimentos de conta.

Passou a ser possível autenticar as compras *online* realizadas com recurso aos cartões dos clientes empresa através de notificações *push* e dar um acesso simplificado aos portadores dos cartões que não são utilizadores dos canais.

Na *App* foram também introduzidas as funcionalidades de pagamento dos cartões de crédito, de pedido de cancelamento de cartão, bem como de carregamentos de telemóveis, outros serviços, e também a possibilidade de agendar transferências periódicas.

Os nossos clientes foram o foco permanente do nosso trabalho e são a chave para a nossa criação de valor.

## ÁREAS DE SUPORTE AO NEGÓCIO

### Experiência do cliente

#### Customer Center

O foco no cliente é um pilar estratégico do Banco e a sua realização é indissociável do *Customer Center*.

Desenvolver a atividade bancária com o cliente no centro exige uma atitude concreta, real e próxima do foco, só possível obter através de um laboratório imparcial cuja missão é ouvir, explorar, analisar e investigar o cliente.

Abstratizar o cliente, ignorando o contacto, desvalorizando a perceção que tem da oferta de serviços e de produtos são desviantes do caminho.

Esta razão criou nas áreas, desde as mais operativas às mais comerciais, a necessidade de integrar o *Customer Center* como etapa no processo de construção, validação e modificação de estratégia e, conseqüentemente, das soluções que servem o cliente.

Em dois anos, o *Customer Center* contribuiu para melhorar o serviço interno e externo do Banco, envolvendo 700 pessoas, das quais 300 são colaboradores, numa ligação conjunta de Rede Comercial e Serviços Centrais, onde todos caminham na mesma direção.

Aos 70 projetos realizados, aplicaram-se as diversas metodologias de *user experience*, sempre adequadas e adaptadas ao objeto de *research*, que possibilitou munir as áreas de soluções que visam o objetivo supremo de melhorar a satisfação do cliente na sua relação com o Banco e transformar o Santander no 1.º Banco do Mercado em NPS.

#### Satisfação dos clientes

O ano de 2021 foi o ano de consolidação do conceito e resultados de satisfação dos clientes assente na métrica NPS (*Net Promoter Score*).



Com o NPS, o Banco pretende aferir a fiabilidade dos seus clientes à marca Santander. Esta necessidade tem levado a procurar medir cada vez mais experiências, privilegiando formas de contacto mais rápidas e próximas dos clientes.

Dando seguimento à estratégia adotada, 2021 foi o ano da conclusão do programa "*VOC – Voice of Customer*", em que foram revistos 48 questionários, ajustados às melhores práticas do mercado, fechando o ano com um NPS de 60,5 pp, mais 9,5 pp que em 2020.

No mesmo sentido alargou-se e enriqueceu-se o modelo Estrelas que, à semelhança da hotelaria, classifica cada um dos Balcões do Banco num ranking de 2 a 5 estrelas, incorporando novos e mais desafiantes atributos, sejam de perceção de qualidade pelos clientes, sejam operacionais relativos à eficácia e boas práticas.

Compreender os motivos de satisfação ou insatisfação dos clientes do Banco, permite agir e melhorar as experiências dos clientes, contribuindo desta forma para a transformação do Banco.

Um exemplo da mais-valia de um sistema de medição tão robusto, foi ter possibilitado um seguimento quase diário do processo de transformação, permitindo assim reagir, minorando os impactos e corrigindo o necessário para inverter a tendência negativa de alguns indicadores.

Nesse sentido, foram definidos dois planos táticos com mais 25 medidas de reação aos impactos do plano de transformação que foi implementado e que teve maior repercussão negativa no verão.

#### Posicionamento face à concorrência

No estudo de *benchmark* em que se acompanham os *peers* mais destacados do sector ao longo de cada ano, há claramente um top da tabela, um *ranking* mais, onde o Banco Santander está sempre posicionado e com um grande equilíbrio entre os 3 bancos que se destacam.

Dada essa proximidade entre bancos, qualquer perturbação existente pode resultar na perda de lugares no ranking. Foi o que se passou em 2021, em que o Santander em Portugal cedeu o primeiro lugar alcançado em 2020 em virtude do impacto do processo de transformação que era expectável gerar alguma quebra na Satisfação dos clientes.

Porém os resultados dos meses finais do ano indicam que o Banco está a recuperar, tendo já fechado o ano de 2021 em primeiro lugar, retomando o banco a posição que se quer seja a do Santander, precisamente TOP 1.

#### Programa "O Banco Sou Eu"

Este programa iniciado em 2020 tem por base o envolvimento



de todo o banco na determinação e execução de medidas transformativas da Experiência do Cliente. Assim foram definidas 14 medidas de ação que foram implementadas e que visavam dar resposta às situações identificadas pelos clientes através do nosso apurado sistema de medição.

Um segundo objetivo deste programa era contagiar toda a organização para assim aperfeiçoar toda uma cultura de cliente e garantir que todo o banco tem o cliente como centro da sua atividade.

Nesse sentido, começámos a preparar e a divulgar internamente o conceito do *Banco sou Eu*, agora materializado numa nova atitude perante o cliente, com o claro compromisso de cada colaborador ser ele próprio o banco e fazer-se representar junto dos clientes com essa indicação na lapela.

Iniciámos também uma iniciativa de revisão dos nossos *standards* comportamentais sob o lema "Servir com o Coração"

e onde se pretende rever os comportamentos de forma a gerar empatia com os nossos clientes, "assumindo a sua preocupação" e assim conseguimos responder às suas necessidades.

Esta nova atitude está plasmada na nova campanha onde comunicamos experiência do cliente e sob o lema "Vamos Juntos", dizemos aos clientes que estamos aqui para o servir e que cada um dos nossos colaboradores é o banco e tem como último objetivo servir aquele cliente em concreto.

Somos cada vez mais e definitivamente um *banco de serviço e ao serviço*, e é esta vocação que queremos exercer para cumprirmos com distinção o nosso propósito de contribuirmos decisivamente para a prosperidade das pessoas e das empresas.

### Programa Loop Clientes Diretivos

Em abril de 2020, a área de experiência do cliente promoveu uma nova e original sistemática de conhecimento dos clientes e do banco por parte dos seus diretivos de primeira linha, consistente em cada um dos oitenta diretivos elegíveis, concretizar, em cada mês, pelo menos dez contactos telefónicos com clientes que tenham atribuído ao banco nota negativa nos inquéritos de satisfação realizados no período.

A distribuição pelos diretivos dos clientes insatisfeitos é aleatória, no sentido em que a casualidade da insatisfação não corresponde às atribuições usuais do diretivo, que fica encarregue do respetivo contato, para assim se promover o conhecimento do global do banco, em detrimento de uma especialização em áreas mais conhecidas.

De igual modo o contacto não tem por agenda principal resolver a insatisfação em concreto, mas estabelecer e incrementar diálogo e relação pessoal que permite conhecimento ao diretivo, e laços de reconhecimento e confiança ao cliente.

A iniciativa foi e é um êxito, com envolvimento dedicado dos diretivos, com destaque para os membros da comissão executiva.

### Insatisfação e reclamações

O ano de 2021 continuou a ser marcado pela pandemia Covid-19 e, no que à banca se relaciona, as moratórias e as limitações nos atendimentos presenciais nos balcões perante as orientações da DGS foram dos principais motivos de insatisfação dos clientes. Prevendo-se esta reação, ao longo do ano o Santander tomou medidas preventivas e contínuas com vista a mitigar todos os fatores de maior insatisfação, permitindo assim manter uma tendência positiva de redução de 13% nas reclamações recebidas durante o ano face a período homólogo.

Adicionalmente, verificou-se uma redução de entradas pelos reguladores, o que demonstra uma maior confiança nos clientes na capacidade do Santander em resolver as situações, as suas inquietudes.



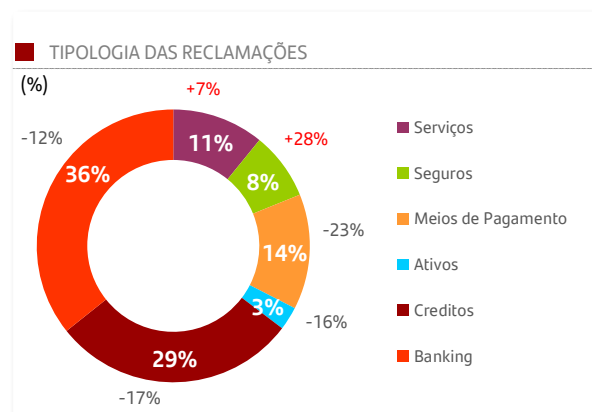
Esta favorabilidade foi determinante no resultado positivo dos três indicadores do Banco de Portugal, publicados no relatório semestral de Supervisão Comportamental, com a redução do volume de reclamações sobre cada matéria.

Com exceção da rubrica de cancelamento de seguros associados ao crédito habitação, que apresentarem expressiva materialidade devido a alterações procedimentais das Companhias de Seguros do Grupo e que refletiram em reclamações dirigidas ao banco, as principais matérias de reclamações não sofreram alterações significativas em linha com os anos anteriores, designadamente as contas à ordem (encerramento e comissões), o crédito, os cartões e, ainda as moratórias. Porém, com redução relevante face a período homólogo, resultado das melhorias implementadas ao longo do ano.

Os principais indicadores do ano são os seguintes:

■ RECLAMAÇÕES		
	2021	2020
Reclamações recebidas	3 570	4 036
Evolução vs período homólogo	- 12 %	- 13 %
Rácio de reclamações/Clientes *	0,97	1,10
Reclamações com origem Reguladores	69%	70%

\* Por cada 10.000 clientes totais



### Tecnologia e Operações

A **área de Tecnologia**, em alinhamento com as áreas de negócio e de transformação digital, atuou em diversas iniciativas orientadas para disponibilizar aos seus colaboradores e aos seus clientes, soluções mais digitais, mais simples e mais integradas, continuando a promover a adoção de novas tecnologias, arquiteturas modernas e abordagens de desenvolvimento ágeis.

Na perspetiva interna, foram implementadas e melhoradas diversas soluções tecnológicas, com a melhoria das aplicações que suportam os processos de contratação, acompanhamento dos clientes com informação mais completa e eficiência na execução das operativas, continuando a evolução do *Cockpit* como porta de entrada de todas as ferramentas do balcão, e do *VOICE* com a informação agregada e conhecimento do cliente.

Na perspectiva externa, com melhorias nas soluções disponibilizadas ao cliente através de mais funcionalidades e melhor experiência de utilizador, das quais destacamos a abertura de conta digital nos canais Netbanco e App, e a implementação da nova App Santander para particulares, alinhada com a iniciativa *One Europe*, que disponibiliza uma App mais personalizada, mais simples e mais segura.

Numa perspectiva mista, com benefícios internos e externos, destacamos também as melhorias e automatismos introduzidos no *Contact Center*, mais concretamente na Superlinha, orientadas para a eficiência interna dos processos e para melhoria do serviço ao cliente.

O ano de 2021 manteve ainda um impacto relevante provocado pela pandemia, em termos gerais, pelos desafios dos diferentes modelos de trabalho, e em particular, pela necessidade de resposta tecnológica à gestão das moratórias públicas e privadas, como importante mecanismo de apoio às famílias e empresas.

Paralelamente ao desenvolvimento e evolução de soluções tecnológicas, a área de Tecnologia manteve importante foco na dimensão de cumprimento, pilar fundamental na atuação do Banco Santander, assegurando a implementação de iniciativas para garantir o cumprimento das exigências legais e regulamentares, assim como a implementação de recomendações decorrentes de auditorias internas e externas.

Durante o ano de 2021 revisitámos e atualizámos a nossa Estratégia de TI, contemplando as dimensões de Tecnologia, Modelo Operativo e Pessoas, operacionalizada num conjunto de iniciativas e medida através de métricas de sucesso. Neste contexto, lançámos diversas iniciativas de aceleração da transformação dos sistemas de informação e da jornada para *Cloud*, de criação dos *enablers* para a transformação digital e da promoção de modelo de desenvolvimento com maior agilidade e automação. As *foundations* criadas durante este ano serão os pilares fundamentais para a aceleração da Estratégia de TI do próximo ano.

O Banco mantém a renovação da sua infraestrutura de forma a assegurar níveis de obsolescência controlados. Durante o ano, foram lançadas algumas iniciativas de AIOPS com vista a evoluir o modelo de monitorização dos sistemas para um nível maior de maturidade, que consegue prever, correlacionar e evitar eventos que provoquem erros na infraestrutura.

Sob a égide "Ajudar as pessoas e os negócios a prosperar" a área de Cibersegurança norteou o seu plano de atividades seguindo a esteira de múltiplos desafios que já vinha a gerir desde o início da situação pandémica que tem vindo a afetar o país e, em particular, o setor financeiro. Tendo uma vez completado o Plano de Transformação de Cibersegurança, deu continuidade ao seu trajeto analisando as ameaças que se preveem vir a afetar o negócio e a tecnologia onde assenta de modo a enfrentar os riscos dali emergentes com confiança.

Num ecossistema financeiro progressivamente mais interconectado e interdependente, apostou na resiliência adotando soluções inovadoras em sede de deteção e resposta a riscos e ameaças dali emergentes em áreas chave como a gestão da fraude, os ciber riscos ao nível do perímetro da cadeia de fornecimento e em soluções baseadas em *Security by Design*.

Porque os dados são o novo perímetro, a ciber resiliência emerge como uma vantagem comercial que se requer competitiva e condutora da confiança e fidelização dos nossos clientes, parceiros e da sociedade em geral. Estes pilares que nos norteiam traduzem-se em iniciativas tão diversas como a criação de ciber serviços com foco nos nossos clientes, segurança no acesso ao Banco e colaborando ativamente em iniciativas público-privadas que possibilitem uma melhor capacidade de resposta à sociedade em geral através da partilha de informação e ciber excelência.

A **área de Operações**, prosseguiu o Projeto de Transformação com os mesmos objetivos estratégicos definidos inicialmente, entre os quais a evolução tecnológica, a automação dos processos e a digitalização das Operações, norteado pela qualidade do serviço prestado ao cliente e pela melhoria dos tempos de execução (*SLAs - Service Level Agreements*) com o compromisso de melhorar o NPS dos nossos clientes.

Nesta sequência, o ano foi essencialmente marcado pela expansão da plataforma BPM (*Business Process Management*) às Redes Comerciais, onde foi garantida a integração da plataforma na Rede Comercial enquadrada com a ergonomia de balcão no âmbito das suas operativas diárias, permitindo a redução da duplicação de atividades com o preenchimento automático de dados e validação em contexto com sistemas do Banco, a adoção de formulários standardizados, entre outros. Resultando esta ação na simplificação das operativas e numa melhor experiência de utilizador (e.g. visibilidade global de todas as tarefas, assistência na execução com *checklist* de documentos, entre outros).

Adicionalmente, e em paralelo com estas atividades, e fruto da análise de todos os processos de Operações com uma visão conjunta da sua execução com o propósito de evoluir e implementar um conjunto de iniciativas de automação e reengenharia de processos permitindo a integração de transações, a facilidade de execução e a simplificação operativa quer em Operações como na Rede Comercial. Reforçando ainda os critérios de sustentabilidade e digitalização, a estratégia digital direcionada para Operações aumentou o seu ritmo de implementação com o objetivo de simplificar processos e reduzir o consumo de documentos físicos no fluxo das tarefas (alavancando a adoção de ferramentas digitais), permitindo acelerar a execução dos processos e reduzir custos com a redução do consumo de papel e do espaço utilizado para arquivo físico.

Este plano de atividades persegue os objetivos iniciais do Projeto de Transformação, permitindo a excelência de execução de todas as tarefas de operações e contribuindo de forma decisiva para o NPS (*Net Promoter Score*) dos nossos clientes.

## Gestão de Pessoas

### Introdução

#### Uma equipa comprometida

A nossa equipa reflete a diversidade das nossas comunidades e adapta-se ao novo ambiente empresarial, inspirando a lealdade dos nossos clientes e dando resposta às necessidades da sociedade.

#### Os nossos colaboradores, a pedra angular da nossa estratégia



#### O nosso objetivo

Tratar os nossos colaboradores de forma responsável, construir equipas mais fortes, dispostas a inspirar a lealdade dos nossos clientes, garantindo aos nossos acionistas o retorno que esperam.

Deste modo, conseguimos investir mais nas nossas comunidades, o que faz com que os nossos colaboradores sintam orgulho em fazer parte do Santander, formando um círculo virtuoso de lealdade que impulsiona o nosso sucesso.

Em Portugal, em 2021 o Santander foi certificado como "Great Place to Work" pelo Great Place To Work – entidade externa de referência e mantivemos as 75 Medidas como Empresa Familiarmente Responsável, na qual o Banco tem certificação para o triénio 2020/2022, com o nível (A) de Excelência, como Empresa Familiarmente Responsável – efr, Fundação Más Família. Em Portugal só há 2 empresas com esta certificação, uma das quais o Banco Santander.

No inquérito global de compromisso, realizado em todo o Grupo de 24 maio a 11 de junho de 2021, destacamos o alinhamento dos Colaboradores em Portugal com o Santander Way: i) o respeito ao trabalho **útil e com propósito** (94% de favorabilidade, 6 p.p. acima do grupo Santander e 16 p.p. acima da referência do setor financeiro) e a possibilidade de ajudar na **missão de contribuir para o desenvolvimento das pessoas e das empresas** (91% de favorabilidade, 11 p.p. acima do último estudo realizado em 2019); e ii) o alinhamento com a cultura de Riscos, a crença na prioridade da cibersegurança (92% de favorabilidade) e o sentido de **responsabilidade pelos riscos enfrentados** (também com 92% de favorabilidade).

Destacamos ainda 91% de respostas favoráveis à resposta à pandemia – "Onde trabalho, todos assumem a responsabilidade

peçoal de respeitar as regras e os procedimentos de segurança relacionados com o coronavírus".

O ano de 2021 exigiu manter um foco grande na gestão da pandemia, fruto das diversas variantes da COVID19 que ao longo do ano foram aparecendo.

Em resultado das novas formas de trabalhar na aceleração, simplificação e digitalização de processos *end-to-end*, da automação e do aumento de Clientes digitais, o ano de 2021 foi marcado por uma grande reestruturação do Banco.

Continuamos a progredir e a desenvolver o nosso trabalho de forma mais responsável e sustentável, com foco na nossa missão – contribuir para o desenvolvimento das pessoas e das empresas – feito de forma simples, próxima e justa.

O Banco tem vindo a lançar várias iniciativas no âmbito da sustentabilidade e, em 2021, implementámos medidas para redução de papel, contribuindo desta forma para a preservação das árvores, melhoria do ambiente e redução de custos desnecessários.

A pandemia veio alterar a nossa forma de trabalhar, tomando-nos mais digitais e demonstrando que conseguimos realizar as nossas tarefas sem imprimir. Assim, nos edifícios centrais i) reduzimos o número de impressoras, ii) deslocalizámo-las para sítios mais longe dos postos de trabalho, desincentivando desta forma impressões, e iii) criámos quotas mensais de impressão a todos os Colaboradores.

Também no âmbito de Banco mais sustentável, substituímos todos os cartões-de-visita em papel pela partilha de contato telefónico e consulta da app.

Este ano representou também a oportunidade de fazer parte da simplificação e transformação do Banco numa plataforma digital, de trabalhar com profissionais inspiradores que se preocupam com o crescimento profissional e pessoal das pessoas e de participar na construção de uma melhor empresa para trabalhar.

A transformação do Banco numa plataforma aberta de serviços financeiros acelerou e o Banco passou a valorizar competências nos seus Colaboradores que refletem as necessidades do futuro, mais digital, mais criativo, em constante mudança e com maior capacidade de adaptabilidade.

Também no plano de reestruturação e redução do número de Colaboradores, que teve grande foco em 2021, o Banco criou o **Programa Nova Etapa**, que consistiu num Gabinete, e num Pack Nova Etapa.

Este programa foi desenhado para apoiar as pessoas na saída do Banco e na transição para uma nova etapa pessoal e profissional, para todas as pessoas que saírem do Banco por rescisão por mútuo acordo ou reforma antes dos 65 anos, englobando um conjunto de benefícios e apoios na saída – *pack* nova etapa com duração até 3 anos, dependendo dos benefícios.

- **Gabinete nova etapa** com uma pessoa dedicada – também ela reformada do banco, para uma maior identificação com o segmento alvo, os problemas e



situações levantadas e a forma de as solucionar e para apoio após a saída do Banco.

- **Pack nova etapa**, que abrange 3 áreas importantes na vida das pessoas
  1. **Proteção na saída**, com manutenção de todos os créditos existentes em condições de Colaborador, preçário de Colaborador, acesso a novos créditos nas mesmas condições de Colaborador e seguro de saúde e/ou SAMS;
  2. **nova atividade profissional e relançamento** com apoio à formação, *outplacement*, apoio na reentrada no mercado de trabalho, para o Colaborador e, em alguns casos, também à família e apoio na constituição de negócio próprio;
  3. **bem-estar – para uma vida saudável** com acesso ao Ginásio do Centro Santander, ao Grupo Desportivo, à Linha Psicólogo e ao grupo de voluntários do Banco.

Seguimos, adaptámos e incorporámos todas as recomendações do Governo e das autoridades de saúde **sobre a Covid-19** em 3 pilares: (1) desenvolvimento e implementação de protocolos de saúde e segurança; (2) priorização e monitorização da saúde dos nossos colaboradores, nomeadamente através de um inquérito feito pela Medicina do trabalho sobre a taxa de vacinação dos nossos Colaboradores; e (3) testagem, através de protocolo com um laboratório de referência, e disponibilização de realização de testes antigénios no Centro Santander via nosso gabinete de enfermagem – Medicina do trabalho.

### Gestão de talentos

A nossa estratégia de gestão de talentos ajuda-nos a atrair e reter os colaboradores mais talentosos e qualificados.

Contribui igualmente para acelerar a nossa transformação, ao encorajar o seu contínuo desenvolvimento. Vários projetos corporativos em progresso que contribuem para este objetivo:

- **Strategic Workforce Planning (SWP)** identifica desafios e lacunas nas competências dos Colaboradores com vista a sua maior especialização. Ajuda-nos a criar planos de ação para nos certificarmos de que cada área tem as competências de que necessita.
- **Skill Model** ajuda-nos a definir perfis de funções comuns em todo o Grupo. Como as competências de que necessitamos são semelhantes em todas as geografias, é uma oportunidade para definir requisitos comuns para as funções, por forma a permitir aos nossos Colaboradores perceber quais os aspetos críticos para o seu trabalho e focar-se em novas áreas impulsionando desta forma a transformação do Banco.
- **Dojo**, uma plataforma de formação que agrupa todas as filiais do Grupo, com vista ao desenvolvimento e atualização das competências e promoção das carreiras dos Colaboradores.
- **Workday**, a nossa nova plataforma global de RH.

Estes programas são complementados por iniciativas locais para cultivar o talento de acordo com os requisitos específicos de cada geografia.

### Principais números de gestão de talentos

	2021	2020	2019
Total de colaboradores (milhares)	4.817	6.012	6.226
% colaboradores com contrato sem termo	100,0	100,0	99,7
% colaboradores a trabalhar a tempo inteiro	99,8	99,9	99,9
% colaboradores promovidos	3,9	8,7	3,9
% colaboradores abrangidos por acordos coletivos	99,8	99,6	99,5

### Comunicação Interna em tempos de Covid-19

Para comunicar todos os procedimentos, protocolos e todas as alterações e medidas que lançámos resultantes da crise do Covid-19, a área de Gestão de Pessoas manteve a linha de comunicação implementada em 2020, comunicar de forma **simples e próxima** com os colaboradores, estabelecendo uma ligação forte com o Banco quer em teletrabalho e, também, no regresso ao local de trabalho, transmitindo **apoio, segurança e confiança**.

Comunicámos com todos os colaboradores, através de *e-mails* informativos, com *headlines* criativos com mensagens apelativas e ilustradas, utilizando imagens do manual de marca Santander.

Esta “nova” forma de comunicar contribuiu também para um melhor conhecimento do *Santander Way*. O *Santander Way* é o “caminho” que o Grupo escolheu para identificar a cultura do grupo e do Banco, sendo sempre salientado e incorporado toda a comunicação interna.

Desta forma, damos a conhecer a todos os Colaboradores a nossa “maneira” de fazer as coisas: **de forma simples, próxima e justa, com os nossos 8 comportamentos e 4 compromissos de Liderança**.

Acreditamos que, desta forma, os resultados do Banco e dos colaboradores, a qualidade de serviço ao cliente, a entrega de valor ao acionista e o apoio à sociedade se fará de forma responsável e sustentável.

Os 8 comportamentos que deverão ser aplicados por todos os colaboradores no seu dia-a-dia são: Promovo a Mudança, Promovo a Colaboração, Falo Claramente, Escuto com Atenção, Apoio as Pessoas, Trabalho com Paixão, Demonstro Respeito e Cumpro as Promessas. Estes 8 comportamentos ajudar-nos-ão a ser:

- O melhor Banco para os colaboradores
- O melhor Banco para a sociedade
- O melhor Banco para os clientes
- O melhor Banco para os acionistas

## Liderança

Por forma a melhorar a performance global do Banco, identificou-se a liderança como um eixo estratégico de atuação, uma vez que este fator tem impactos no nível de *engagement* dos colaboradores, no seu grau de felicidade no local de trabalho e inclusivamente no seu bem-estar. Por essa razão criaram-se os compromissos de liderança que devem ser utilizados pelos nossos líderes, orientando e alinhando o caminho e as expectativas de forma a serem responsáveis através do foco nas seguintes áreas de atuação:

1. Ser aberto e inclusivo,
2. Inspirar e implementar a transformação,
3. Liderar pelo exemplo,
4. Apoiar a equipa a progredir

### Formação executiva

A aposta no desenvolvimento da liderança é, há muitos anos, um eixo estratégico de atuação, uma vez que o enquadramento de equipas tem impactos na *performance* individual e consequentemente na organização como um todo.

Para corporizar esta aposta, foram criados dois programas de formação executiva, desenvolvidos inteiramente à medida das necessidades identificadas:

- **Elevate:** um programa vocacionado para o desenvolvimento da capacidade de liderança em 4 vertentes: 1. *Elevate myself*; 2. *Elevate my team*; 3. *Elevate the business* e 4. *Elevate the vision*.

O programa somou 120 h de formação para um universo de 35 colaboradores, totalizado assim 4.200 horas.

- Paralelamente foram ainda concedidas muitas oportunidades em programas abertos nas melhores universidades do país, por forma a promover não só a aquisição de conhecimento atual e relevante, mas também a troca de experiências com trabalhadores de outros setores.

### Atração de talentos

Para transformarmos o Banco na melhor plataforma aberta de serviços financeiros contamos com uma oferta de valor com vantagens para candidatos e com uma comunicação atrativa, utilizada internamente para os colaboradores e também para candidatos externos. Está a ser desenvolvido um processo de recrutamento global. Esta forma de atuar já está a ser implementada nos processos de recrutamento em curso, sendo que o principal objetivo é o Santander ter uma atuação uniforme e que o colaborador recém-integrado seja acolhido da mesma forma, independentemente do país que o contrate, e que receba desde o início os mesmos valores e princípios que caracterizam a marca Santander em todo o mundo.

No âmbito do rejuvenescimento de quadros, recrutámos, ao longo de 2021, 92 pessoas com competências em áreas associadas ao processo transformacional do Banco.

### - Atrair profissionais da área tecnológica/digital

A nossa proposta de valor para o colaborador impulsiona o impacto que os especialistas tecnológicos e digitais podem ter na organização. Nesse sentido, mantemos uma proximidade com as Universidades de referência no campo da Tecnologia e do Digital, procurando atrair o melhor talento fundamental ao suporte da nossa transformação digital.

### - Desenvolvimento profissional

A transformação do Santander é impulsionada pela nossa abordagem de aprendizagem contínua. Os nossos programas de formação e desenvolvimento ajudam os colaboradores a adquirir novas competências, aumentar o desempenho e a produtividade e a tornarem-se melhores profissionais. Existe também a preocupação de melhorar a capacidade de liderança dos responsáveis de equipa na medida em que o seu papel é determinante para o desempenho de toda a organização.

Estes são os principais programas corporativos de desenvolvimento de talento e de carreira:

- Avaliações de talento
- Planeamento da sucessão: A nossa abordagem estratégica é crítica para assegurar o sucesso futuro do Santander, identificando potenciais substitutos para cargos-chave e proporcionando-lhes oportunidades de desenvolvimento valiosas.
- *Young Leaders* envolve 185 líderes emergentes que possuem um notável conhecimento nas áreas do digital e inovação e defendem a nossa cultura de Simple, Próximo e Justo (SPJ). Portugal conta com 10 participantes.
- *Top Talent* foca-se em acelerar o desenvolvimento dos nossos líderes mais séniores. Os participantes refletem sobre o seu estilo de gestão e é-lhes dado *feedback* e apoio individual para criar um plano de desenvolvimento com base nos seus principais pontos fortes e áreas de melhoria.
- *Elevate*

### - Mobilidade corporativa

A mobilidade é vital para o desenvolvimento dos nossos colaboradores e para tornar as equipas mais diversas. Os principais programas de mobilidade corporativa são:

- **Global Job Posting** oferece aos colaboradores a hipótese de se candidatar para trabalhar noutros países, áreas e empresas do Grupo Santander.
- **Programas de mobilidade do talento das áreas:** CIB, Contabilidade e Controlo, Auditoria Interna e outras empresas e funções têm programas de mobilidade internacional para expor os colaboradores a novas realidades e projetos, impulsionando o seu desenvolvimento de carreira.
- **Mundo Santander** é um dos programas de talento emblemáticos do Grupo Santander desde 2008. Apoia o



desenvolvimento de mais de 2.000 colaboradores que participaram em projetos estratégicos noutros países num período de 3 a 6 meses.

Devido às restrições nas viagens pelo efeito da pandemia, o programa Mundo Santander foi redesenhado para que os participantes possam trabalhar virtualmente em projetos internacionais, de modo a promover o desenvolvimento das suas carreiras nestas novas circunstâncias.

#### - Formação e desenvolvimento

Em 2021, um total de 5.836 Colaboradores participaram em ações de formação, sendo 78% destas ações na modalidade de *e-learning*.

Foram ministradas um total de 219.786 horas de formação, o que representou um investimento em formação no ano de cerca de 1,3 milhões de euros.

Verificou-se uma média de 44,6 h *per capita*, que se distribuem em três modalidades: *e-learning*, aulas virtuais e presenciais.

Em 2021, foi dada formação *online* e também diversos *webinars* aos Colaboradores em temas como: direitos humanos, nomeadamente diversidade e inclusão; saúde e segurança; relações com clientes e fornecedores; o meio ambiente e o combate à corrupção.

#### Avaliações de desempenho e remuneração

O modelo do Grupo de remuneração é abrangente e combina regimes variáveis e fixos, com base nos resultados dos colaboradores e da empresa.

A remuneração variável, a curto e longo prazo, reflete o que alcançamos (objetivos quantitativos e qualitativos ao nível do Grupo, bem como objetivos individuais e de equipa) e como o fizemos (ex.: comportamentos, liderança, sustentabilidade, compromisso, crescimento e gestão de riscos).

Além disso, os colaboradores têm benefícios competitivos, produtos e serviços bancários, seguros de vida e de saúde.

Os regimes de remuneração fixa refletem as condições do mercado local. À remuneração fixa, aplicam-se estritamente os critérios de referência e acordos coletivos em vigor no país.

Para cumprir com os regulamentos da UE sobre remunerações, o Grupo Santander classifica colaboradores como *colaboradores identificados*, cujas decisões podem ter um impacto material no capital do Grupo. Estes colaboradores estão sujeitos a uma política de diferimento da remuneração variável. Esta política suspende um montante significativo da sua remuneração variável (40%-60%, dependendo das suas responsabilidades) por um período de três a sete anos, de acordo com os regulamentos internos e locais. 50% dessa remuneração é entregue em ações e está sujeita a potenciais reduções (*malus*) ou recuperações (*clawback*).

#### Principais iniciativas em 2021:

- Aumentar a sensibilização para práticas de pagamento justas, em termos de igualdade salarial, redução da

disparidade salarial entre homens e mulheres e diversidade na remuneração.

- Inclusão de aspetos ESG nas nossas métricas de longo prazo para a remuneração de executivos, com uma métrica de longo prazo específica, composta pelos nossos três compromissos de Banca Responsável mais representativos: mulheres em cargos diretivos, pessoas empoderadas financeiramente e financiamento verde.

#### Destaque *MyContribution*

*MyContribution* é o modelo comum no Grupo de gestão do desempenho. A gestão do desempenho é essencial para enriquecer a nossa cultura e assegurar que os Colaboradores dão o seu melhor para realizar os seus objetivos de carreira.

#### Diversidade e Inclusão

O nosso compromisso com um ambiente de trabalho diverso e inclusivo é uma pedra angular da nossa estratégia corporativa.

O grupo de trabalho executivo global de D&I do Grupo Santander e a rede de representantes locais de D&I desempenham um papel vital para impulsionar e criar um "efeito cascata" quanto à importância da diversidade e inclusão em todo o Grupo.

Para recrutar, gerir e desenvolver talentos que reflitam a sociedade em geral, mantemos a **estratégia de diversidade e inclusão (D&I)**.

Esta estratégia, pretende consolidar uma equipa inclusiva em termos de género, LGBTI, pessoas com deficiência e diversidade cultural (idade, etnia, religião e *background* educacional), ao:

- Encorajar o envolvimento dos líderes:
- Aumentar a consciencialização:

#### Igualdade salarial

A nossa estratégia também prioriza a igualdade salarial para a mesma função entre homens e mulheres. Medimos este indicador em termos de *equal pay gap* e *gender pay gap*.

#### Pessoas com deficiência

O Grupo Santander tem planos implementados para incluir e aumentar as acessibilidades para as pessoas com deficiência. Acreditamos que a inclusão de pessoas com deficiência é uma questão de talento, ética e responsabilidade. Ao mesmo tempo que promove a sua independência, liberdade e dignidade, enriquece as equipas a que estas pessoas se juntam.

A nossa estratégia de D&I define dois objetivos para promover a inclusão de pessoas com deficiência:

- Atingir ou ultrapassar a quota legal de colaboradores com deficiência;
- Cumprir a legislação de acessibilidades local.
- As iniciativas globais do Santander conduziram a um aumento no número de colaboradores com deficiência, que, em Portugal, aumentou de 1,9% em 2019 para 2,1% em 2021. Essas iniciativas foram:
  - Um mapeamento global para partilhar boas práticas dos países com todo o Grupo.

- Recrutamento de talentos com deficiência através de programas com diferentes associações que apoiam a integração de pessoas com deficiência.
- Voluntariado e acompanhamento dirigidos a pessoas com deficiência.

### Boas práticas para a inclusão de pessoas com deficiência – Santander Portugal

Importa realçar o nosso papel ativo com o *ICF – Inclusive Community Forum*, no âmbito do qual ajudámos a construir um processo de recrutamento inclusivo que foi assumido pelas empresas parceiras deste fórum.

Outro programa a destacar neste âmbito, que conta com o apoio do Santander, é o Programa de empregabilidade para pessoas com deficiência motora da Associação Salvador, que tem como objetivo promover a integração social e profissional destas pessoas e melhorar a sua qualidade de vida. Deste modo, ajudamos a Associação Salvador a desenvolver competências nos jovens que apoia através dos *bootcamps* e feiras de emprego.

Fazemos parte da rede de Empresas Recetivas da APSA (Associação Portuguesa de Síndrome de Asperger). No âmbito do nosso apoio a esta associação, contratámos duas pessoas que, neste momento, estão a trabalhar no Santander.

### Experiência do colaborador

A motivação das nossas equipas é vital para assegurar o compromisso e sucesso na missão de apoiar o desenvolvimento das pessoas e das empresas.

#### 1. Falar abertamente, escutar ativamente e tomar medidas

Num Banco responsável, todos devem sentir que podem sugerir formas melhores de fazer as coisas e alertar as chefias quando as coisas correm mal ou quando suspeitam de má conduta.

No Inquérito Global de Compromisso realizado em 2021, tivemos 82% de respostas favoráveis na pergunta: “Posso ter conversas constantes e abertas com a minha chefia direta para melhorar o meu desempenho”.

#### A nossa estratégia de escuta

O Grupo, em linha com os nossos comportamentos corporativos, escutamos os nossos colegas com atenção e encorajamo-los a falar clara e abertamente.

Tomamos medidas impulsionadas por *feedback*, dados e experiência, em vez de por processos, para promover a mudança. Realizamos muitos **exercícios internos de auscultação** em larga escala, tais como **inquéritos a todos os colaboradores (o nosso Inquérito Global de Compromisso), por verificações e apreciações de desempenho, entrevistas de saída, de seguimento de incidentes e canais de denúncia**.

Também somos avaliados por certificações externas, tais como *Top Employer* e/ou *Great Place To Work*, que dão relevo à forma como escutamos os colaboradores.

### Canais éticos

O **Canal Aberto** foi implementado nos principais mercados do Grupo Santander.

Em Portugal, existe desde 2020 com o propósito de permitir aos colaboradores reportar violações do código geral de conduta e ações que não cumpram os comportamentos corporativos.

#### 2. Benefícios corporativos

Oferecemos vários benefícios aos colaboradores em todas as geografias. Cada país estabelece programas adaptados às condições locais, com benefícios que vão desde serviços gratuitos para colaboradores e familiares até descontos em produtos e serviços.

Durante a pandemia, alargámos esses serviços para garantir o bem-estar dos colaboradores durante este período difícil. Focámo-nos particularmente em ajudar os colaboradores a manter-se física e psicologicamente saudáveis durante o confinamento. Adaptámos as coberturas de saúde às novas circunstâncias e necessidades.

#### Mantivemos e adaptámos, em 2021, o pacote de medidas no âmbito do Covid-19:

1. Salários – a todos os colaboradores, quer estivessem em regime de teletrabalho, de quarentena, por isolamento ou por pertencerem a grupos de risco, ou a usufruir da licença decorrente da suspensão das atividades letivas e não letivas e do fecho de lares, foi assegurado o pagamento do salário e do subsídio de alimentação a 100%.
2. Subsídio de Natal – a todos os colaboradores com necessidades imediatas de liquidez foi dada a possibilidade de antecipar até 50% do subsídio de Natal.
3. Crédito a Formação – Crédito para Formação até 50 mil euros, com uma taxa de 0,25% para que os Colaboradores possam fazer face às despesas de pagamentos das propinas das universidades dos seus filhos.
4. Crédito Família Net – aquisição de equipamento informático e mobiliário de escritório a taxa zero até ao montante máximo de 1.500€.
5. Análises à Covid-19 para todos os colaboradores com contacto direto de alto risco com pessoas infetadas ou com sintomas da doença. Protocolo com o Laboratório Germano de Sousa, para que os Colaboradores do Santander pudessem fazer análise PCR, nos casos em que seja possível fazer a análise no laboratório, o Banco suporta o pagamento da análise reembolsando o Colaborador

Em 2021 alargámos a medida, incluindo os testes antigénio, e dotamos o gabinete de enfermagem do Centro Santander de testes antigénios, para que os Colaboradores com sintomas, contactos diretos ou caso de necessitarem de apresentar resultado negativo nesta

análise, pudessem efetuar o teste antigénio, marcando diretamente com o Gabinete de Enfermagem.

6. Mantivemos as Linhas telefónicas médicas de apoio Covid-19: i) a Linha médica Covid-19 e ii) a Linha Psicólogo Covid-19, todos os dias durante 2 horas, para dar apoio aos Colaboradores ou familiares para situações resultantes do Covid-19.
7. Nas Comunicações:
  - a. Para os colaboradores em teletrabalho com necessidade de estabelecer contactos comerciais e que não dispõem de telemóvel do Banco, foi assumido o pagamento com um limite de 20€ mensais.
  - b. Para os comerciais com telemóvel do Banco e que, por motivos de contactos comerciais, o *plafond* das comunicações seja ultrapassado, o Banco também assumiu esse pagamento.
  - c. Foi disponibilizado, sempre que necessário, um *hotspot*, para que os Colaboradores garantissem acesso ao Banco através de *wi-fi*.
8. Para facilitar o regresso ao trabalho presencial nos edifícios centrais em 2021:
  - a. mantivemos as 4 rotas de MiniBus – 3 em Lisboa e 1 no Porto
  - b. Fizemos protocolos com a Uber
  - c. acesso livre à garagem do Centro Santander – enquanto a taxa de ocupação dos edifícios esteve abaixo de 70% (praticamente durante todo o ano de 2021)

### Prémios Excelência

É um reconhecimento que o Banco faz aos filhos dos colaboradores que terminam o ensino secundário com médias superiores a 16 valores, inclusive. Esta medida surgiu para premiar também o que se considera ser reflexo do mérito dos pais que incentivam a meritocracia e passam aos seus filhos a importância do fazer bem.

Os prémios atribuídos em 2021, materializados num cartão presente entregue no evento, corresponderam ao montante de 3, 2 e 1 ano de propinas universitárias, cujo valor de referência é o anunciado pela Direção Geral do Ensino Superior para cada ano letivo, que para o ano de 2021, foi de 697 euros. O investimento total por parte do Banco, foi de 66 912 euros

Aos primeiros 8 alunos foi oferecido o valor das propinas de uma licenciatura de 3 anos (2 091 euros), aos segundos premiados (20) foi atribuído o valor de 2 anos de propinas do ensino superior (1 394 euros) e aos terceiros premiados (32) foi atribuído o valor correspondente a 1 ano de propinas (697 euros). O Santander já tem um historial de proximidade ao mundo universitário e este prémio pretende reforçar o que já é feito e ir ao encontro do talento e excelência dos filhos dos Colaboradores.

### Presente de Natal para os filhos dos colaboradores

Mais um ano em que o banco ofereceu aos filhos dos Colaboradores (até aos 16 anos) um presente de Natal – um cartão recarregável com 25€ – o cartão STAR.

### 3. A nossa forma de trabalhar

O Grupo Santander promove um bom equilíbrio entre a vida profissional e pessoal, através do trabalho flexível, bem como de programas de saúde e bem-estar para os colaboradores.

#### *FlexiWorking*

O nosso modelo global *FlexiWorking* inclui uma série de medidas formais e informais relacionadas com o “onde”, “quando” e “quanto” trabalhamos.

Motivamos os Colaboradores a melhorar o equilíbrio entre a vida profissional.

Comprometemo-nos a promover uma gestão prática do tempo e a utilização de tecnologia que ajude os colaboradores a organizar melhor o trabalho e defenda o seu direito de “desligar digitalmente” quando estão fora do local de trabalho.

O *FlexiWorking* permitiu, em Portugal a mais de **90% dos Colaboradores dos serviços centrais trabalhar remotamente durante o pico da pandemia.**

#### *Metodologias Agile*

Trabalhamos com metodologias *agile* para promover a colaboração, acelerar a tomada de decisões e impulsionar a mudança através de equipas remotas em vários países. Em Portugal, mais de um terço dos serviços centrais já trabalha sob metodologia *agile*.

### 4. Voluntariado

O voluntariado cria um forte espírito de equipa e um sentido de propósito, ao mesmo tempo que apoia as comunidades às quais prestamos serviços. O modelo de voluntariado corporativo na Política de Cultura corporativa permite aos colaboradores dedicar um determinado número de horas de trabalho por mês ou por ano ao voluntariado.

Anualmente, são realizados dois importantes eventos de voluntariado para colaboradores ao nível do Grupo: a semana Somos Santander, observada em todos os países ao mesmo tempo, e o Dia Internacional do Voluntariado. Localmente, as filiais do Grupo organizam vários programas de voluntariado, como parte dos seus compromissos de investimento na comunidade.

#### **Continuámos a apoiar as comunidades, apesar da pandemia**

Não abdicámos da nossa colaboração e compromisso com as organizações sociais durante a pandemia. Os nossos voluntários continuaram a dedicar o seu tempo à promoção de uma sociedade mais inclusiva.





## Natal 2021

A Comissão Executiva do Banco ofereceu 25 euros por Colaborador para promover o espírito de equipa e de partilha, autorizando que os jantares se realizassem até o final do mês de janeiro.

### 5. O nosso bem-estar

Manter os nossos **colaboradores em segurança, saudáveis e bem** sempre foi uma **prioridade fundamental para nós**.

Além das medidas que tomámos para proteger os colaboradores, temos acordos de negociação coletiva e outros acordos setoriais e para o setor da Banca que incluem disposições sobre a prevenção de riscos de saúde e segurança laboral, tais como *check ups* e análises regulares ou após ausência prolongada.

Temos um **global head of health and safety** para coordenar e centralizar todas as iniciativas relacionadas com o bem-estar dos colaboradores.

Também trabalhamos para rever regularmente os nossos **planos de prevenção de riscos laborais**, que implementamos através de:

Na pergunta "A minha chefia direta ajuda-me a manter um bom equilíbrio entre a minha vida profissional e pessoal" obtivemos 81% de respostas favoráveis no Inquérito Global de Compromisso de 2021.

Também na questão "O Santander está a adotar as medidas apropriadas para garantir que os seus colaboradores estejam em segurança e saudáveis durante esta fase de pandemia", tivemos 82% de respostas favoráveis.

### Programa BeHealthy



O Santander dispõe de um programa corporativo que tem como objetivo posicionar o Banco como a empresa mais saudável do mundo. Esse programa denomina-se *BeHealthy* e tem por objetivo promover e criar hábitos de vida saudáveis para os seus colaboradores com base em 4 pilares de desenvolvimento:

O Santander dispõe de um programa corporativo que tem como objetivo posicionar o Banco como a empresa mais saudável do mundo.

- *Know Your Numbers*: oferecer ferramentas que permitem tomar contacto com indicadores de saúde, marcar metas de melhoria e prevenir riscos de saúde;
- *Eat*: consciencializar sobre os benefícios de comer de forma saudável e combater o excesso de peso;
- *Be Balanced*: ajudar a gerir o equilíbrio no trabalho, promovendo formas de melhoria do rendimento, nomeadamente através do Mindfulness;
- *Move*: promover o exercício físico e *fitness* no trabalho. Monitorizar o progresso e inspirar a um *lifestyle* saudável.

### Semana Somos Santander 2021

Todos os anos o Grupo Santander, em todos os seus países, realiza a "Semana Santander", onde os destinatários principais são os colaboradores e no âmbito da qual se realizam inúmeras atividades e eventos de forma a incrementar o orgulho de pertença. Pretende-se reforçar o relacionamento entre as equipas, hierarquias e colaboradores. Em 2021, celebrámos esta semana em setembro, de forma remota e totalmente dedicada à Cultura do Banco - *Santander Way* - e de forma remota. Em cada dia da semana, demos foco uma das 5 dimensões 1) Valores: Simples, Próximo e Justo 2) Comportamentos; 3) *RiskPro* 4) os 4 compromissos de Liderança e 5) o *Santander Way*,

Durante esta semana tivemos vários eventos:

- **Vídeos com o CRO, sobre "risk pro"** – a cultura de riscos do Santander, a estratégia de "Cobranças e Recuperações", bem como os desafios de Cibersegurança
- **Livros & Companhia** – lançamento de um grupo de leitura para partilha de livros e artigos de opinião.
- **Masterclass** – pela Federação Portuguesa de Rugby, sobre liderança e trabalho em equipa.
- **Mesa-redonda #ThePlaceToBeYourself**, a importância da diversidade nas empresas. Testemunhos de vários colaboradores.
- **Torneio de Xadrez (online) Polónia vs. Portugal** – 12 Colaboradores do Santander Portugal jogaram com Colaboradores do Santander Polónia. Ganhou a Polónia.



## INFORMAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

### Atividade consolidada

No final do exercício de 2021, a Santander Totta, SGPS registou um resultado líquido de 298,6 milhões de euros, comparando com 295,6 milhões de euros registados no período homólogo do ano anterior, mais 1,0%, num contexto económico condicionado pela situação de pandemia.

A rentabilidade de capitais próprios (ROE) situou-se em 6,3% e o rácio de eficiência em 40,1% (4,9 p.p. abaixo do valor do ano de 2020).

O crédito bruto totalizou 43,4 mil milhões de euros, representando uma subida homóloga de 1,7%. O crédito a particulares aumentou 5,6% e o crédito a empresas desceu 1,3%. As linhas de crédito com garantia do Estado cifraram-se em 1,8 mil milhões de euros, tendo sido apoiados mais de 16 mil clientes.

O rácio de *Non-Performing Exposure* situou-se em 2,3%, descendo 0,3 p.p., em relação aos 2,6% de 2020, com uma cobertura por provisões de 81,0% (mais 8,7 p.p. do que no período homólogo).

Os recursos de clientes alcançaram 46,9 mil milhões de euros, crescendo 8,5%, face ao mesmo período do ano anterior, com uma subida de 6,9% em depósitos e de 16,6% em recursos fora de balanço.

O rácio *Common Equity Tier 1* (*fully implemented*) atingiu 25,1%, aumentando 4,5 p.p. em relação ao período homólogo.

O rácio de MREL cifrou-se em 31,6%, acima do requisito (*fully implemented*) de 20,4%, exigido a partir de 1 de janeiro de 2022.

O financiamento obtido junto do Banco Central Europeu, no montante de 7,5 mil milhões de euros refere-se totalmente a operações de longo prazo, através do programa de TLTRO III, o que, conjugado com o crescimento dos depósitos, resultou numa exposição líquida excedentária ao Eurosistema.

No financiamento de longo prazo, refere-se também 2,0 mil milhões de euros de obrigações hipotecárias, 0,5 mil milhões de

euros de emissão *Senior HoldCo* e 0,5 mil milhões de euros de titularizações.

O financiamento de curto prazo, quer por acordos de recompra, quer através de depósitos institucionais, foi nulo.

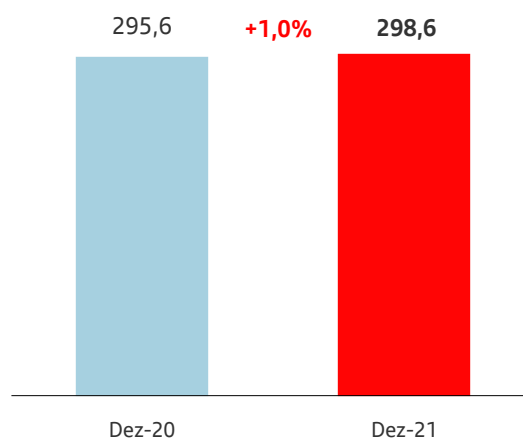
A reserva de liquidez atingiu 17,1 mil milhões de euros.

O rácio LCR (*Liquidity Coverage Ratio*), calculado segundo as normas da CRD IV, situou-se em 138,2%, cumprindo a exigência regulamentar vigente em base *fully implemented*.

O Santander Totta possui as melhores notações financeiras do setor. As atuais notações de *rating* da dívida de longo prazo do Banco, em comparação com as da República Portuguesa são as seguintes: Fitch – BBB+ (Portugal – BBB); Moody's – Baa2 (Portugal – Baa2); Standard & Poor's – BBB (Portugal – BBB); e DBRS – A (Portugal – BBB high).

### RESULTADO CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO ATRIBUÍVEL AOS ACIONISTAS DO ST

milhões de euros



## Resultados

<b>DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS</b> (milhões de euros)	<b>Dez-21</b>	<b>Dez-20</b>	<b>Var.</b>
<b>Margem financeira</b>	<b>729,6</b>	<b>786,6</b>	<b>-7,2%</b>
Rendimento de instrumentos de capital	1,5	1,7	-11,4%
Resultados de associadas	16,1	14,6	+10,5%
Comissões líquidas	426,6	373,2	+14,3%
Outros resultados de exploração	10,8	9,6	+12,5%
Atividade de seguros	16,2	17,2	-5,8%
<b>Margem comercial</b>	<b>1.200,9</b>	<b>1.203,0</b>	<b>-0,2%</b>
Resultados em operações financeiras	155,3	114,7	+35,4%
<b>Produto bancário</b>	<b>1.356,2</b>	<b>1.317,7</b>	<b>+2,9%</b>
Despesas administrativas	(479,0)	(524,8)	-8,7%
Despesas de pessoal	(282,1)	(324,4)	-13,0%
Outras despesas administrativas	(196,9)	(200,4)	-1,7%
Contribuições para fundos de resolução e sistemas de garantia de depósitos	(37,7)	(35,6)	+5,8%
Depreciação	(49,7)	(52,4)	-5,1%
<b>Resultado de exploração</b>	<b>789,7</b>	<b>704,8</b>	<b>+12,0%</b>
Imparidade, provisões líquidas e outros resultados	(354,8)	(299,8)	+18,3%
<b>Resultado antes de impostos e de interesses que não controlam</b>	<b>435,0</b>	<b>405,0</b>	<b>+7,4%</b>
Impostos	(136,3)	(109,3)	+24,6%
<b>Resultado após impostos e antes de interesses que não controlam</b>	<b>298,7</b>	<b>295,7</b>	<b>+1,0%</b>
Interesses que não controlam	(0,1)	(0,1)	+3,7%
<b>Resultado consolidado do exercício atribuível aos acionistas do ST, SGPS</b>	<b>298,6</b>	<b>295,6</b>	<b>+1,0%</b>

No final de 2021, a margem financeira cifrou-se em 729,6 milhões de euros, decrescendo 7,2%, em relação aos 786,6 milhões de euros registados no período homólogo de 2020, em consequência das taxas de juro de mercado negativas, da redução dos *spreads* de crédito, no âmbito de um setor muito competitivo, e da gestão da carteira de títulos de dívida pública.

O resultado gerado por empresas associadas atingiu 16,1 milhões de euros, aumentando 10,5%, face a 14,6 milhões de euros apurados no período homólogo.

As comissões líquidas ascenderam a 426,6 milhões de euros, representando uma subida de 14,3%, em comparação com 373,2 milhões de euros registados um ano antes, destacando-se as comissões de contas, com a oferta de contas pacote com um conjunto de serviços associados, de meios de pagamento, pelo maior volume de transações, dada a progressiva reabertura da atividade económica, de fundos e de seguros, reflexo da diversificação de recursos de clientes e o foco estratégico na distribuição de seguros autónomos, e de crédito, pela dinâmica comercial da nova concessão.

Os outros resultados de exploração totalizaram 10,8 milhões de euros, 12,5% acima dos 9,6 milhões de euros do período homólogo.

A atividade de seguros situou-se em 16,2 milhões de euros, descendo 5,8%, em comparação com 17,2 milhões de euros do período homólogo.

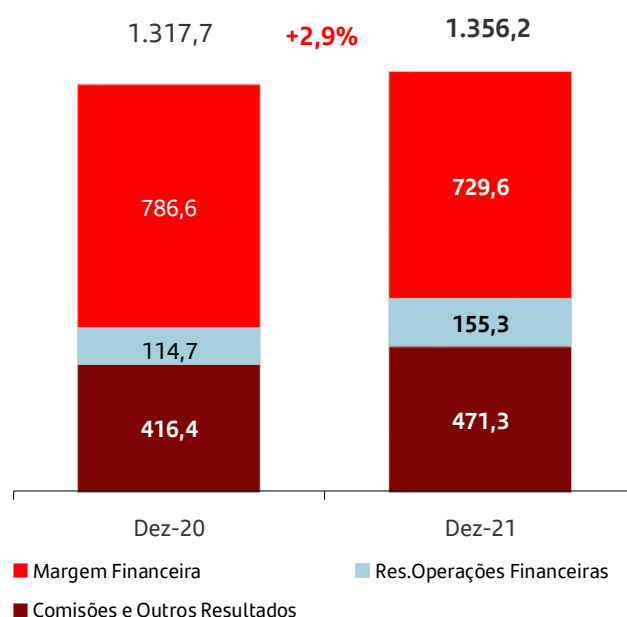
A margem comercial atingiu 1.200,9 milhões de euros, menos 0,2% em relação aos 1.203,0 milhões de euros registados no período homólogo de 2020, com a evolução favorável das comissões, atenuada pela redução da margem financeira.

Os resultados em operações financeiras ascenderam a 155,3 milhões de euros, subindo 35,4% face aos 114,7 milhões de euros obtidos um ano antes, influenciados pelo resultado gerado na gestão da carteira de títulos de dívida pública.

O produto bancário totalizou 1.356,2 milhões de euros, progredindo 2,9% em relação aos 1.317,7 milhões de euros do final de 2020.

## PRODUTO BANCÁRIO

milhões de euros



Os custos operacionais situaram-se em 528,7 milhões de euros, apresentando uma redução de 8,4%, face aos 577,2 milhões de euros apurados no período homólogo.

No ano de 2021, o Banco concretizou um plano de transformação operacional e comercial, para se adequar a um contexto mais competitivo e digital, com um investimento considerável na simplificação organizacional, na automação de processos e na capacidade tecnológica, orientado para a melhoria da qualidade do serviço prestado, satisfação e fidelização dos clientes, e que conduziu à redução de 84 postos de atendimento e de 1.195 colaboradores.

As despesas de pessoal situaram-se em 282,1 milhões de euros, descendo 13,0%, em comparação com 324,4 milhões de euros do período homólogo.

As outras despesas administrativas atingiram 196,9 milhões de euros, menos 1,7%, em comparação com 200,4 milhões de euros do ano de 2020.

A depreciação cifrou-se em 49,7 milhões de euros, reduzindo 5,1%, face a 52,4 milhões de euros do final de 2020.

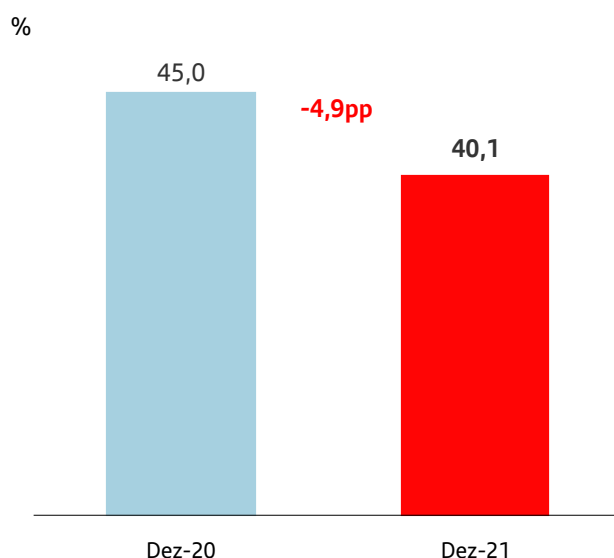
Na estrutura dos custos operacionais, as despesas de pessoal são responsáveis por 53,3% do total, seguidos das outras despesas administrativas com 37,2% e da depreciação com 9,4%.

<b>CUSTOS OPERACIONAIS</b> (milhões de euros)	<b>Dez-21</b>	<b>Dez-20</b>	<b>Var.</b>
Despesas de pessoal	(282,1)	(324,4)	-13,0%
Outras despesas administrativas	(196,9)	(200,4)	-1,7%
Depreciação	(49,7)	(52,4)	-5,1%
<b>Custos operacionais</b>	<b>(528,7)</b>	<b>(577,2)</b>	<b>-8,4%</b>
<b>Rácio de eficiência</b>	<b>40,1%</b>	<b>45,0%</b>	<b>-4,9 p.p.</b>

No final de 2021, o rácio de eficiência situou-se em 40,1%, o que corresponde a uma descida de 4,9 p.p., em comparação com 45,0% do ano anterior, dado o aumento de 2,9% do

produto bancário e a diminuição de 8,4% dos custos operacionais.

## RÁCIO DE EFICIÊNCIA



O custo com as contribuições para o Fundo de Resolução e para o Fundo de Garantia de Depósitos cifrou-se em 37,7 milhões de euros, +5,8%, face ao custo de 35,6 milhões de euros suportados no exercício anterior.

O resultado de exploração alcançou 789,7 milhões de euros, aumentando 12,0%, em relação aos 704,8 milhões de euros registados no período homólogo, traduzindo a evolução positiva das receitas e a descida dos custos operacionais.

A imparidade, provisões líquidas e outros resultados registaram um custo de 354,8 milhões de euros, mais 18,3%, ao comparar com um custo de 299,8 milhões de euros do período homólogo.

A imparidade líquida de ativos financeiros ao custo amortizado totalizou um custo de 73,5 milhões de euros, menos 60,8% do que o custo de 187,6 milhões de euros, registado um ano antes, quando se tinha constituído uma provisão adicional *overlay*, na sequência da incorporação da componente *forward looking* do cenário macroeconómico associado ao contexto de pandemia. A recuperação da atividade económica e a conduta prudente adotada sobre uma eventual degradação da carteira de crédito, permitiram a reversão parcial da provisão *overlay* constituída anteriormente.

### Balanço e Atividade

No final de 2021, o volume de negócio totalizou 90,3 mil milhões de euros, aumentando 5,1% em comparação com os 85,9 mil milhões de euros registados no período homólogo de

As provisões líquidas e outros resultados incluem uma provisão extraordinária de 235,0 milhões de euros, para o plano de transformação do Banco, mediante a otimização da rede de agências e investimentos em processos, digitalização e tecnologia. Registou-se também um custo de 22,5 milhões de euros, referentes à dotação inicial para a Fundação Santander Portugal, cujo propósito assenta na intervenção nas áreas da educação, empregabilidade, ecologia e social.

O custo regulatório com a Contribuição do Setor Bancário e a Contribuição de Solidariedade de 35,1 milhões de euros, aumentou 1,7%, em relação aos 34,5 milhões de euros, observados no ano passado.

O resultado antes de impostos e de interesses que não controlam ascendeu a 435,0 milhões de euros, mais 7,4% em comparação com 405,0 milhões de euros do período homólogo do ano anterior.

Os impostos cifraram-se em 136,3 milhões de euros, subindo 24,6%, face a 109,3 milhões de euros registados um ano antes.

No final do exercício de 2021, a Santander Totta, SGPS apurou um resultado líquido de 298,6 milhões de euros, mais 1,0% em relação aos 295,6 milhões de euros apurados no período homólogo de 2020.

2020, em consequência do crescimento de 1,7% do crédito e de 8,5% dos recursos de clientes.

### VOLUME DE NEGÓCIO (milhões de euros)

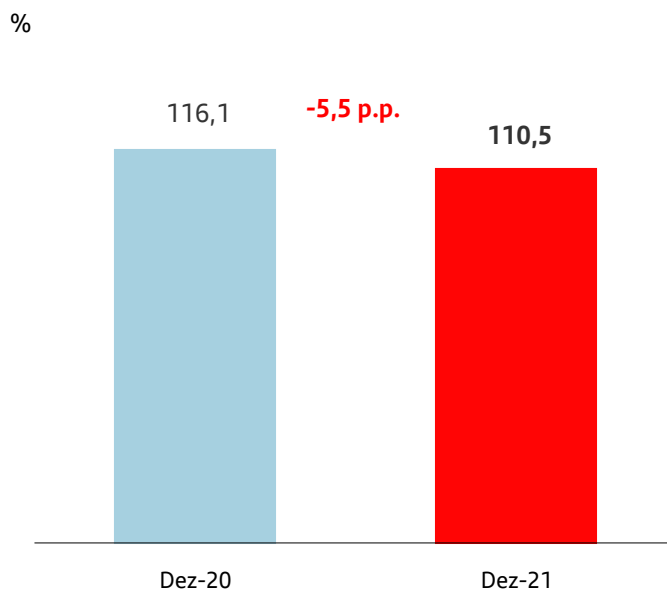
	Dez-21	Dez-20	Var.
<b>Volume de Negócio</b>	<b>90.307</b>	<b>85.892</b>	<b>+5,1%</b>
Crédito (bruto)	43.416	42.684	+1,7%
Recursos de Clientes	46.892	43.208	+8,5%



O rácio de transformação, medido pela relação do crédito face aos depósitos, situou-se em 110,5% em dezembro de 2021,

menos 5,5 p.p. do que no período homólogo, dado o crescimento do crédito inferior ao dos depósitos.

### RÁCIO CRÉDITO / DEPÓSITOS (rácio de transformação)



No final de 2021, a carteira de crédito (bruto) ascendeu a 43,4 mil milhões de euros, mais 1,7%, do que no período homólogo do ano anterior, refletindo a evolução favorável da produção de

crédito hipotecário, das linhas de crédito com garantia do Estado e dos projetos de investimento público e privado, no âmbito dos Fundos Europeus.

CRÉDITO (milhões de euros)	Dez-21	Dez-20	Var.
<b>Crédito (bruto)</b>	<b>43.416</b>	<b>42.684</b>	<b>+1,7%</b>
<i>do qual</i>			
Crédito a particulares	24.035	22.768	+5,6%
<i>do qual</i>			
Habituação	21.921	20.671	+6,0%
Consumo	1.716	1.681	+2,1%
Crédito a empresas	16.159	16.371	-1,3%

O crédito a particulares totalizou 24,0 mil milhões de euros, correspondendo a uma subida de 5,6%, face a 22,8 mil milhões de euros do período homólogo.

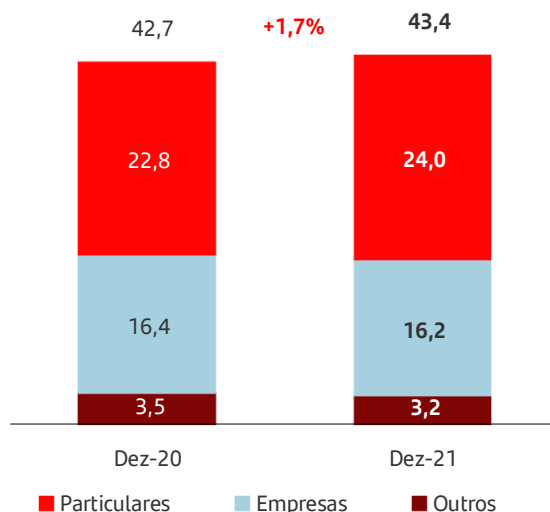
O crédito à habitação de 21,9 mil milhões de euros cresceu 6,0%, em termos homólogos. O Banco Santander em Portugal acompanhou a retoma do mercado de crédito à habitação, com um forte dinamismo comercial e uma produção de novos créditos à habitação a atingir uma quota de mercado acima de 20%.

O crédito ao consumo de 1,7 mil milhões de euros, apresentou um crescimento homólogo de 2,1%, refletindo o aumento da despesa, no contexto da reabertura da atividade económica.

O crédito a empresas situou-se em 16,2 mil milhões de euros, decrescendo 1,3% em relação ao período homólogo, decorrente do vencimento de operações do segmento de grandes empresas, no último trimestre do ano, num contexto de elevada liquidez. O Banco Santander em Portugal manteve o seu forte compromisso no apoio ao tecido empresarial português, fazendo chegar às empresas as linhas de crédito com garantia do Estado (tendo sido apoiados mais de 16 mil clientes, no valor global de 1,8 mil milhões de euros) e apoiando os projetos de investimento público e privado, no âmbito dos Fundos Europeus.

## CRÉDITO BRUTO

mil milhões de euros



O rácio *Non-Performing Exposure* (NPE), calculado de acordo com a definição da EBA (em relação a exposições de balanço), situou-se em 2,3% em dezembro de 2021, registando uma redução de 0,3 p.p. face aos 2,6% do período homólogo, com uma cobertura por imparidades de 81,0% (72,3% em dezembro de 2020).

O custo do crédito situou-se em 0,17%, menos 0,28 p.p., em comparação com 0,45% registados no período homólogo.

No último trimestre de 2021, após o término da moratória legal de crédito, foi retomado o normal cumprimento dos planos de pagamentos, por parte dos clientes, sem implicações relevantes na qualidade da carteira de crédito, tendo sido efetuado o seguimento habitual nestas fases de ajustamento, após um período longo de moratória.

### INDICADORES DE RISCO DE CRÉDITO

	Dez-21	Dez-20	Var.
Rácio de <i>Non-Performing Exposure</i>	2,3%	2,6%	-0,3 p.p.
Cobertura de <i>Non-Performing Exposure</i>	81,0%	72,3%	+8,7 p.p.
Custo do crédito	0,17%	0,45%	-0,28 p.p.

No final do exercício de 2021, os recursos de clientes alcançaram 46,9 mil milhões de euros, equivalendo a um aumento de 8,5%, em comparação com o período homólogo de

2020, com um crescimento de 6,9% dos depósitos e de 16,6% dos recursos fora de balanço.

### RECURSOS (milhões de euros)

	Dez-21	Dez-20	Var.
<b>Recursos de clientes</b>	<b>46.892</b>	<b>43.208</b>	<b>+8,5%</b>
Recursos de balanço	38.412	35.939	+6,9%
Depósitos	38.412	35.939	+6,9%
Recursos fora de balanço	8.479	7.269	+16,6%
Fundos de investimento geridos ou comercializados pelo Banco	4.340	3.252	+33,4%
Seguros e outros recursos	4.139	4.017	+3,1%



Os depósitos ascenderam a 38,4 mil milhões de euros, mais 6,9%, em comparação com 35,9 mil milhões de euros do período homólogo, sendo a principal fonte de financiamento do balanço, e revelando o aumento da taxa de poupança das famílias, bem como a confiança e a vinculação dos clientes no Banco, num contexto de taxas de juro com valores mínimos históricos.

Os recursos de clientes fora de balanço cifraram-se em 8,5 mil milhões de euros, crescendo 16,6%, quando comparados com 7,3 mil milhões de euros de 2020.

Os fundos de investimento geridos ou comercializados pelo Banco de 4,3 mil milhões de euros subiram 33,4%, face a 3,3 mil

milhões de euros do período homólogo. Os seguros e outros recursos de 4,1 mil milhões de euros cresceram 3,1%, em termos homólogos. Esta evolução refletiu a política de investimento, com uma gestão mais flexível e global da carteira, com o objetivo de maximizar o retorno, e o lançamento de produtos inovadores, num enquadramento marcado por um sentimento favorável dos investidores, com uma forte dinâmica na procura de fundos de investimento e de seguros financeiros, mediante a estratégia prosseguida de diversificação de recursos, num contexto de taxas de juro de mercado negativas.

### Rácios de Solvabilidade

No final de 2021, o rácio *Common Equity Tier 1* (CET 1), calculado de acordo com as normas da CRR/CDR IV, atingiu 25,1% (*fully implemented*), com um acréscimo de 4,5 p.p., comparativamente a 20,6% do período homólogo, refletindo a capacidade de geração orgânica de capital e a gestão dos ativos ponderados por risco.

Considerando a recomendação do Banco Central Europeu (ECB/2020/19) de 27 de março de 2020, o Conselho de Administração do Santander em Portugal decidiu não distribuir dividendos no ano de 2021.

A Santander Totta SGPS tem uma capitalização bastante elevada, acima dos requisitos mínimos exigidos pelo Banco Central Europeu no âmbito do Processo de Análise e Avaliação pelo Supervisor (SREP – *Supervisory Review and Evaluation Process*), sendo em 2021, CET 1 de 8,3%, Tier 1 de 10,1% e Total de 12,5% (*fully implemented*).

O rácio MREL (*Minimum Requirement for Own Funds and Eligible Liabilities*) de 31,5%, situou-se acima do requisito (*fully implemented*) de 20,4%, exigido a partir de 1 de janeiro de 2022.

<b>CAPITAL</b> (milhões de euros)	<b>Dez-21</b>	<b>Dez-20</b>	<b>Var.</b>
<b>Common Equity Tier I</b>	<b>3.740</b>	<b>3.697</b>	<b>+1,2%</b>
Tier I	4.140	4.297	-3,7%
Capital (total)	4.204	4.373	-3,9%
<b>Risk Weighted Assets (RWA)</b>	<b>14.879</b>	<b>17.958</b>	<b>-17,1%</b>
Rácio CET I	25,1%	20,6%	+4,5 p.p.
Rácio Tier I	27,8%	23,9%	+3,9 p.p.
Rácio capital (total)	28,3%	24,4%	+3,9 p.p.

## FACTOS RELEVANTES APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Na noite de 23 para 24 de fevereiro de 2022, a Rússia lançou uma ofensiva militar na Ucrânia, resultando num conflito que traz de novo um cenário de guerra à Europa, e que decorre ainda à data de aprovação deste relatório. Decorrem negociações entre as partes, ao mesmo tempo que prosseguem as hostilidades, não sendo possível avaliar quando o conflito termine.

A generalidade da comunidade internacional reagiu, com a condenação da agressão militar, o apoio à Ucrânia, e a imposição, pelo G-7, de pesadas sanções económicas à Rússia. Estas, contudo, também terão, previsivelmente, efeitos adversos sobre as principais economias desenvolvidas e, em particular, sobre a União Europeia, agravadas pela escalada dos preços das *commodities*, que alcançaram máximos de mais de uma década, como no caso do petróleo

## PERSPETIVAS PARA 2022

Conforme referido no capítulo de “Principais riscos e incertezas para 2022”, a evolução da atividade do Santander em Portugal estará dependente do impacto, ao nível da economia portuguesa, dos dois fatores ali referidos.

Os distintos impactos contribuem para um aumento da incerteza, juntamente com a possibilidade de redução do poder de compra, por parte das famílias, decorrentes da aceleração da inflação, que pode ser ampliada se o Banco Central Europeu reagir com uma subida das taxas de juro de referência.

Neste contexto de incerteza, o Santander em Portugal mantém-se focado na prossecução das suas linhas estratégicas já definidas, nomeadamente o apoio às famílias e empresas, com especial orientação para adotar as iniciativas necessárias, por sua parte, para minorar os efeitos sobre os rendimentos e a capacidade de cumprir com o serviço da dívida.

Os riscos para atividade económica estão, deste modo, enviesados em baixa, tendo, por isso, implicações sobre a atividade do banco e, consequentemente, sobre a rentabilidade. As receitas do Banco poderão ser afetadas por uma menor procura de crédito, enquanto os custos poderão sofrer uma pressão em alta, com o maior crescimento da inflação. Adicionalmente, o contexto de incerteza continua a requerer uma monitorização da qualidade creditícia dos clientes, com potencial impacto sobre as imparidades, em especial considerando que alguns setores de atividade ainda não recuperaram totalmente para os níveis pré-pandemia.

Sem prejuízo destes fatores, o Banco irá continuar o seu processo de transformação, digital e comercial, procurando simplificar ainda mais processos e melhorar os canais de interação com os clientes, cujo comportamento, em termos de relacionamento com os bancos, já se vinha a alterar, num processo que foi acelerado pela pandemia.

O Banco continuará a desenvolver a sua estratégia e aprofundar a sua transformação assente, essencialmente: i) na contínua otimização de processos, nomeadamente através de maior inovação nos canais digitais e o reforço do modelo de distribuição multicanal de modo a prestar um serviço mais completo e acessível aos clientes; ii) na simplificação e contínua adequação da oferta comercial às necessidades dos clientes; iii) no crescimento orgânico, com especial foco no incremento das quotas de mercado em segmentos onde se obtenha a adequada remuneração do capital alocado; iv) no controlo rigoroso da qualidade creditícia; e v) na manutenção de uma sólida posição de capital e liquidez, em linha com os requisitos regulamentares.

O Santander em Portugal continuará, também, focado em ser um Banco Responsável impulsionando o crescimento sustentável e inclusivo da Sociedade, reduzindo as desigualdades sociais e económicas das populações e apoiando, ao mesmo tempo, o desenvolvimento das Comunidades onde está presente, o que se traduz na promoção do consumo sustentável, através de produtos como o Fundo Santander Sustentável e do financiamento de energias renováveis e tecnologias verdes, apoiando assim a transição para a economia de baixo carbono.

## GESTÃO DE RISCO

### Modelo de gestão e controlo de risco

O modelo de gestão e controlo de riscos do Banco baseia-se num conjunto de princípios comuns e numa cultura de risco integrada em todo o Grupo Santander, numa correta identificação e gestão dos riscos, numa forte estrutura de governo, e em processos e ferramentas avançadas de gestão de risco.

#### A. Princípios e cultura de riscos

Os princípios de gestão e controlo dos riscos, de cumprimento obrigatório e aplicáveis a todo o momento, têm em conta os requisitos e normas regulatórias e as melhores práticas de mercado. Estes princípios são os seguintes:

- Uma sólida cultura de riscos (*Risk Pro*): que faz parte do "Santander Way" e que é seguida por todos os colaboradores, cobre todos os riscos e promove uma gestão socialmente responsável contribuindo para a sustentabilidade a longo prazo do Banco;
- Todos os empregados são responsáveis pela gestão do risco e devem conhecer e compreender os riscos gerados pelas suas atividades diárias evitando assumir riscos cujo impacto seja desconhecido ou exceda os limites de apetite de risco do Banco;
- Envolvimento da Alta Direção assegurando uma gestão e controlo consistentes dos riscos através da sua conduta, ações e comunicações. Além disso, promoverão a cultura de risco, avaliando o seu grau de implementação e controlando que o perfil de risco se mantém dentro dos níveis definidos no nosso apetite de risco;
- Independência das funções de gestão e controlo de riscos, de acordo com o nosso modelo de três linhas de defesa que se define com mais detalhe no apartado Governo de Riscos;
- Abordagem prévia e abrangente da gestão e controlo de riscos em todos os negócios e tipos de riscos;
- Gestão adequada e completa da informação que permite identificar, avaliar, gerir e comunicar os riscos de uma forma adequada aos níveis correspondentes.

Estes princípios, juntamente com uma série de ferramentas e processos inter-relacionados no planeamento da estratégia do Banco, tais como a nossa declaração de apetência pelo risco, avaliação do perfil de risco, análise de cenários e a nossa estrutura de relatórios de risco, e processos orçamentais anuais, formam uma estrutura de controlo holística para todo o Banco.

#### B. Identificação e Gestão dos Riscos

Encontram-se estabelecidos os seguintes riscos-chave no Marco Corporativo de Riscos:

- **Risco de crédito:** é o risco de perda financeira resultante do incumprimento ou da deterioração da qualidade creditícia de um cliente ou de uma contraparte, a quem o Banco tenha

concedido crédito diretamente ou pelo qual tenha assumido uma obrigação contratual;

- **Risco de mercado:** é o risco incorrido como resultado do efeito que as alterações nos fatores de mercado, taxas de juro, taxas de câmbio, rendas variáveis e *commodities*, entre outros, podem ter nos rendimentos ou no capital;
- **Risco de liquidez:** é o risco de que o Banco não disponha de recursos financeiros líquidos para cumprir as suas obrigações na devida data de vencimento, ou apenas os consiga obter a um elevado custo;
- **Risco estrutural:** é o risco de haver alterações no valor ou criação de margem dos ativos ou passivos de *banking book* como resultado de alterações nos fatores de mercado e no comportamento do balanço. Inclui também os riscos associados aos seguros e pensões e o risco de o Banco não dispor de capital suficiente, em termos de quantidade ou qualidade, para satisfazer os seus objetivos internos de negócio, requisitos regulatórios ou expectativas de mercado;
- **Risco operacional:** é definido como o risco de perda resultante da inadequação ou falhas de processos, pessoas e sistemas internos, ou resultantes de eventos externos, incluindo o risco legal e o risco de conduta;
- **Risco de cumprimento normativo:** é o risco resultante do incumprimento dos requisitos legais e regulatórios, bem como das expectativas dos supervisores, que podem originar sanções legais ou regulatórias, incluindo multas ou outras consequências económicas;
- **Risco de modelo:** é o risco de perda resultante de previsões incorretas, que levem o Banco à adoção de medidas que não sejam as mais apropriadas, ou da utilização inadequada de um modelo;
- **Risco de reputação:** risco de impacto económico negativo imediato ou potencial para o Banco devido a danos sobre a perceção da imagem do Banco por parte de empregados, clientes, acionistas/investidores e da sociedade em geral;
- **Risco estratégico:** risco de perdas ou danos resultantes de decisões estratégicas ou da sua implementação de forma deficiente, e que têm impacto na posição a médio e a longo prazo das nossas principais partes interessadas, ou resultantes de uma incapacidade de adaptação a desenvolvimentos externos.

Adicionalmente, os elementos de riscos relacionados com o meio-ambiente e as alterações climáticas- físicos e de transação - são considerados fatores que poderão influenciar os riscos existentes a médio e a longo prazo.

A classificação dos riscos é essencial para a sua gestão e controlo efetivo dos mesmos. Todos os riscos identificados devem, portanto, ser associados às categorias de risco acima referidas, a fim de organizar a sua gestão, controlo e informação relacionada.

## C. Governo de Riscos

O Banco tem uma estrutura robusta de gestão do risco que procura controlar eficazmente o perfil de risco, de acordo com o apetite definido pelo Conselho de Administração.

Esta estrutura de governo baseia-se na distribuição de papéis entre as três linhas de defesa, numa forte estrutura de comités e numa relação estreita com a corporação. Tudo isto é apoiado por uma cultura de risco implementada em todo o Banco - *Risk Pro*.

### Linhas de defesa

No Banco, seguimos um modelo em três vertentes para assegurar uma gestão e controlo eficaz dos riscos:

- **1.ª Linha: Gestão de riscos** – funções de negócio e de suporte que originam riscos e são as primeiras responsáveis pela sua gestão;
- **2.ª Linha: Controlo e supervisão de riscos** – funções de controlo de risco que controlam as exposições de riscos, assegurando a sua supervisão e questionamento, e permitindo uma visão holística dos riscos de todas as atividades;
- **3.ª Linha: Risk Assurance** – Auditoria Interna, que assegura uma comprovação independente.

Embora cada uma das três linhas de defesa tenha uma estrutura organizativa separada e um grau de independência, devem colaborar sempre que necessário para garantir o cumprimento dos objetivos de negócio. As áreas de Risco, de Cumprimento e Conduta e Auditoria Interna têm acesso direto ao Conselho de Administração e aos seus comités.

### Primeira linha de defesa: Gestão de riscos

As linhas de negócio e todas as funções de suporte que geram exposições de risco constituem a primeira linha de defesa. A primeira linha de defesa identifica, mede, controla, segue e relata os riscos que originam e aplica as políticas, modelos e procedimentos que regulam a gestão do risco. A geração de risco deve ser de acordo com a apetência de risco aprovada e os limites associados. O responsável de qualquer unidade que origine um risco é o primeiro responsável pela gestão desse risco.

A primeira linha de defesa é responsável por:

- Estabelecer um ambiente apropriado para a gestão de todos os riscos associados ao negócio;
- Propor, em colaboração com as áreas de segunda linha de defesa:
  - A apetência de risco ao Conselho de Administração, para aprovação por este;
  - Limites de nível inferior proporcionais à apetência de risco, para aprovação pelo órgão relevante.
- Implementar os mecanismos para gerir o perfil de risco dentro da apetência de risco e dos limites de nível inferior;

- Assegurar que os modelos operativos de gestão são eficazes para as necessidades do negócio.

A primeira linha de defesa deve apoiar e promover a cultura de gestão de riscos do Banco.

### Segunda linha de defesa: Controlo e supervisão de riscos

As áreas de Riscos e de Cumprimento e Conduta, como segunda linha de defesa, irão supervisionar e questionar de forma independente as atividades de gestão de risco levadas a cabo pela primeira linha de defesa. Esta segunda linha de defesa deve garantir, dentro dos seus respetivos âmbitos de responsabilidade, que os riscos são geridos de acordo com a apetência de risco definida pela direção de topo e promover uma forte cultura de gestão de riscos em toda a organização.

A segunda linha de defesa é responsável por:

- Supervisionar a gestão de risco levada a cabo pela primeira linha de defesa;
- Verificar o cumprimento das políticas e dos limites estabelecidos, e avaliar se os negócios se mantêm dentro da apetência de risco;
- Questionar as propostas de negócio e emitir parecer sobre as mesmas. Deve proporcionar à direção de topo e às unidades de negócio os elementos necessários para a compreensão dos riscos dos diversos negócios e atividades;
- Fornecer uma visão consolidada das exposições de risco; incluindo o perfil de risco;
- Disponibilizar avaliações detalhadas dos riscos materiais e acompanhar de perto os riscos emergentes;
- Definir as métricas que devem ser utilizadas na medição de riscos e rever e questionar as propostas de apetência de risco e de limites de nível inferior da primeira linha de defesa;
- Verificar que existem políticas e procedimentos adequados para gerir o negócio dentro da apetência de risco

Na estrutura do Banco, a segunda linha de defesa é composta pelas áreas de Riscos e de Cumprimento e Conduta, embora as estruturas organizativas no âmbito da segunda linha de defesa possam variar por tipo de risco.

A responsabilidade da segunda linha de defesa inclui a obrigação de reportar, como seja necessário, sobre o risco, a apetência de risco e incumprimentos da mesma aos órgãos de governo apropriados.

A segunda linha de defesa deve adotar e promover uma cultura de gestão de riscos comum. Deverá igualmente fornecer orientação, aconselhamento e juízo especializado em todas as matérias relevantes relacionadas com riscos.

### Terceira linha de defesa: Risk Assurance

A Auditoria Interna é uma função permanente, independente de qualquer outra função ou unidade, cuja missão é fornecer ao Conselho de Administração e à Alta Direção uma garantia



independente sobre a qualidade e eficácia dos processos e sistemas de controlo interno, gestão do risco (atuais ou emergentes) e de governo, contribuindo assim para a proteção do valor da organização, da sua solvência e reputação. Para este fim, a Auditoria Interna avalia:

- A eficácia e eficiência dos processos e sistemas acima referidos;
- O cumprimento da normativa e requisitos de supervisão aplicáveis;
- A fiabilidade e integridade da informação financeira e operacional;
- E a integridade patrimonial.

#### Estrutura dos comités de riscos

O **Conselho de Administração** é responsável pela gestão e controlo do risco e, em particular, pela aprovação e revisão periódica do apetite e enquadramento do risco e pela promoção de uma forte cultura de risco em toda a organização. Para desempenhar estas funções, o Conselho depende de vários comités com responsabilidades específicas relacionadas com o risco.

O **Chief Risk Officer (CRO)** é responsável pela monitorização de todos os riscos e pelo questionamento e aconselhamento das linhas de negócio sobre gestão de riscos. Tem acesso direto ao Conselho de Administração e à Comissão Executiva.

Outros organismos que formam o nível mais elevado de governo dos riscos, com poderes delegados pela Comissão Executiva são o Comité Executivo de Riscos e o Comité de Controlo de Riscos, que são detalhados abaixo:

- **Comité Executivo de Riscos (CER)**

Este comité é o órgão máximo de decisão de riscos. O comité toma decisões de assunção de riscos ao mais alto nível, assegurando que se encontram dentro dos limites estabelecidos pelo apetite de risco do Banco.

**Presidente:** Presidente da Comissão Executiva (CEO).

- **Comité de Controlo de Riscos (CCR)**

Este Comité é responsável pelo controlo dos riscos, determinando se os riscos provenientes das linhas de negócio são geridos de acordo com os nossos limites de apetência ao risco, tendo em conta uma visão holística de todos os riscos. Isto envolve a identificação e monitorização dos riscos atuais e emergentes, e a avaliação do seu impacto no perfil de risco do Banco.

**Presidente:** Responsável de Riscos (CRO).

Além disso, cada fator de risco tem os seus próprios fóruns e/ou comités regulares para gerir e controlar os riscos pertinentes.

#### D. Processos e Ferramentas de Gestão

Tendo por objetivo controlar e gerir eficazmente os riscos, o Banco dispõe de uma série de processos e ferramentas-chave descritas abaixo:

#### Apetite de riscos e estrutura de limites

No Banco, o apetite de risco (RAS, sigla em inglês) é definido como o montante e o tipo de riscos que é considerado prudente assumir na execução da nossa estratégia de negócio para que o Banco possa manter a sua atividade normal em caso de eventos inesperados. Ao estabelecer este apetite, são tidos em conta cenários adversos que podem ter um impacto negativo nos níveis de capital, liquidez, rentabilidade e/ou preço das ações.

O Conselho de Administração estabelece anualmente o apetite de risco sendo o mesmo transferido para limites e políticas de gestão por tipo de risco, carteira e segmento de negócio, dentro das normas definidas.

#### Modelo de negócio e fundamentos do apetite de risco

O apetite pelo risco é consistente com a cultura de risco e modelo de negócio do Grupo Santander. Os principais elementos que definem este modelo de negócio e apoiam a nossa apetência pelo risco são:

- Um perfil de risco médio-baixo e previsível baseado num modelo de negócio centrado na banca comercial, com uma presença internacionalmente diversificada e quotas de mercado significativas, com um modelo de negócio de banca maiorista que dá prioridade às relações com os clientes nos principais mercados do Grupo;
- Produção de ganhos estáveis e recorrentes e remuneração dos acionistas, sobre uma forte base de capital e liquidez com uma diversificação eficaz das fontes de financiamento;
- Uma estrutura de filiais independentes e autónomas em termos de capital e liquidez, assegurando que nenhuma filial apresente um perfil de risco que possa pôr em risco a solvência do Grupo;
- Uma função de risco independente com envolvimento da Alta Direção que reforça a forte cultura de risco e retorno sustentável do capital;
- Uma visão global e holística de todos os riscos com um ambiente robusto de controlo e monitorização: todos os riscos, todas as empresas e todos os países;
- Um modelo de negócio centrado nos produtos em que o Banco se considera suficientemente conhecedor e capaz de gestão (sistemas, processos e recursos);
- Um modelo de conduta que cuida dos interesses dos colaboradores, clientes, acionistas e da sociedade em geral;
- Uma política de remuneração que alinha os interesses individuais dos empregados e gestores com o apetite pelo risco e é consistente com o desempenho do Banco a longo prazo.

## Princípios Gerais do Apetite de Riscos

O apetite pelo risco em todas as entidades pertencentes ao Grupo Santander, incluindo o Banco Santander em Portugal, é regido pelos seguintes princípios:

- **Responsabilidade do Conselho e da Alta Direção.** O Conselho de Administração é o último responsável pela definição do apetite de risco, bem como pelo controlo do seu cumprimento;
- **Visão integral do risco (*enterprise wide risk*), comparação e questionamento do perfil de risco.** O apetite pelo risco deve considerar todos os riscos significativos, facilitando uma visão agregada do perfil de risco através da utilização de métricas quantitativas e indicadores qualitativos;
- **Visão prospetiva dos riscos (*forward-looking view*).** O apetite de risco deve considerar o perfil de risco desejável a curto e médio prazo, tendo em conta tanto as circunstâncias mais prováveis como os cenários adversos ou de *stress*;
- **Vinculação a planos estratégicos e de negócio.** O apetite de risco é uma componente fundamental do planeamento estratégico e de negócio, e está integrado na gestão através da sua tradução em políticas e limites de gestão, bem como através da participação de todas as linhas de defesa em processos chave de apetite;
- **Princípios e uma linguagem de risco comum a toda a organização.** O apetite de risco das diferentes unidades incluindo a do Banco está alinhado com o do Grupo.
- **Revisão periódica, comparação e adaptação às melhores práticas e requisitos regulatórios.** Mecanismos de seguimento e controlo para manter o perfil de risco, e assim adotar as medidas corretivas e atenuantes necessárias em caso de incumprimento.

## Estrutura de limites, seguimento e controlo

O apetite de risco é expresso em termos qualitativos e por limites, estruturado em torno de 5 eixos principais:

- **Volatilidade de resultados:** Perda máxima que o Banco está disposto a assumir face a um cenário de *stress* crónico;
- **Solvência:** Posição de capital mínimo e nível máximo de alavancagem que o Banco está preparado para assumir num cenário de *stress* crónico;
- **Liquidez:** Posição mínima de liquidez estrutural, horizontes de liquidez mínima que o Banco está disposto a assumir face a vários cenários de *stress* crónico e posição mínima de cobertura de liquidez;
- **Concentração:** por cliente individual; concentração em contrapartes de *non investment grade*; concentração em grandes exposições;
- **Riscos Não Financeiros:** Indicadores qualitativos sobre riscos não financeiros (fraude; tecnologia; segurança e ciber risco; contencioso e outros), perdas máximas de risco operacional e perfil de risco máximo.

O cumprimento dos limites de apetite de risco é controlado regularmente. As áreas especializadas de controlo informam mensalmente o Conselho de Administração e os seus Comitês sobre o perfil de risco.

A vinculação dos limites de apetite de risco aos limites utilizados na gestão de unidades de negócio e carteiras é um elemento-chave para garantir eficácia do apetite de risco como instrumento de gestão. Assim, as políticas e os limites utilizados na gestão, para as diferentes tipologias e categorias de risco, estão diretamente relacionados com os princípios e limites definidos no apetite pelo risco.

## *Risk Profile Assessment (RPA)*

O Banco realiza exercícios para identificar e avaliar os diferentes tipos de riscos a que está exposto, envolvendo todas as linhas de defesa, estabelecendo normas de gestão que cumprem os requisitos regulamentares, refletem as melhores práticas de mercado e reforçam a cultura de risco do Banco.

Os resultados dos exercícios de identificação e avaliação do risco (RIA) são integrados na avaliação do perfil de risco do Banco, conhecido como RPA. Este exercício analisa a evolução dos riscos e identifica áreas a melhorar em cada um dos blocos:

- **Desempenho do risco**, que permite conhecer o risco residual para cada tipo de risco através de um conjunto de métricas e indicadores calibrados de acordo com *standards* internacionais;
- **Avaliação do ambiente de controlo**, que avalia o grau de implementação do modelo operacional alvo como parte da gestão avançada do risco;
- **Análise prospetiva**, baseada em métricas de *stress* ou identificação e avaliação das principais ameaças ao plano estratégico (*Top risks*), permitindo o estabelecimento de planos de ação específicos para mitigar os seus impactos potenciais.

## Análise de cenários

Outro instrumento fundamental utilizado pelo Banco para assegurar uma robusta gestão e controlo de riscos é a análise dos possíveis impactos decorrentes de diferentes cenários relacionados com o ambiente em que o Banco opera. Estes cenários são expressos tanto em termos de variáveis macroeconómicas como de outras variáveis que afetam o perfil de risco do Banco.

Permite avaliar a resistência do Banco a cenários de *stress*, bem como identificar as possíveis ações de mitigação a serem implementadas caso os cenários projetados comecem a concretizar-se. O objetivo é reforçar a estabilidade dos resultados, bem como dos níveis de capital e liquidez.



## Gestão de Risco em 2021

Para o Banco Santander em Portugal, a qualidade da gestão do risco constitui um eixo fundamental de atuação, na linha da política corporativa do Grupo em que se insere. A prudência na gestão do risco aliada à utilização de técnicas avançadas de gestão foi um fator decisivo, no último ano e meio de atividade, não só pelo surgimento da Pandemia que afetou o mundo, mas também pela continuidade da exigência dos mercados financeiros.

A forte Cultura de Riscos do Grupo e que está incorporada transversalmente em toda atividade e estrutura do Banco, influenciando decisivamente a forma como se executam todos os processos no Banco, tendo em conta não só o meio envolvente, mas também as atitudes, os comportamentos, os valores e os princípios que cada colaborador demonstra face aos diferentes tipos de riscos que enfrentamos. Esta forte cultura de riscos é especialmente importante em anos muito desafiantes, como foi este último ano e meio, possibilitando quer ao Banco quer às diferentes equipas uma rápida adaptação às diferentes conjunturas.

### Risco de Crédito – principais vetores da atividade

O ano de 2021 fica marcado pela continuidade na gestão criteriosa da pandemia no dia-a-dia de gestão comercial e de riscos dos nossos clientes.

Manteve-se a intensidade de monitorização e acompanhamento dos clientes efetuado, primeiro através da primeira linha de defesa (Área Comercial) e conjuntamente com a segunda linha de defesa (Área de Riscos).

Mantiveram-se as análises periódicas aos setores mais críticos e preocupantes, com base no estudo e análise aos portfólios de clientes, constituído por 4 capítulos:

- **Enquadramento sectorial:** breve enquadramento setorial baseado na recolha de informação disponível em fontes de informação oficial;
- **Análise do universo clientes encarteirados** (clientes com gestor de risco): análise das principais métricas de risco e análise individual (conjunta entre área comercial e riscos) dos principais grupos económicos, estabelecendo um *outlook* / grau de vigilância com os mesmos;
- **Análise do universo de clientes não encarteirados** (clientes sem gestor de risco): foram analisadas as principais métricas de risco deste tipo de clientes (nível de classificação de operações, nível de cobertura por garantias; tipo de produtos contratados, etc.
- **Conclusões / Políticas de Crédito a assumir:** em função de toda a análise efetuada nos capítulos anteriores, foram definidas linhas orientadoras para a área comercial e de riscos na gestão futura do risco de crédito neste setor e com os clientes.

Todos estes estudos foram apresentados em fórum específico para o mesmo, onde participaram elementos da área comercial e da área de riscos. Foram também

apresentados e discutidos no último escalão de decisão de crédito do Banco.

Nos clientes (particulares e empresas de pequena dimensão) cuja decisão de crédito é efetuada maioritariamente através de modelos de decisão considerados “automáticos”, foram incorporados nos mesmos, fatores que permitam mitigar e antecipar potenciais problemas futuros decorrentes da Pandemia e após terminarem as moratórias.

Foram reforçadas as análises e a monitorização às métricas comportamentais nestes clientes de forma a detetar antecipadamente possíveis deteriorações da real capacidade de pagamento dos mesmos.

Foi monitorizado, com periodicidade diária, o vencimento das moratórias privadas e públicas, acompanhando os vencimentos das prestações, e sua respetiva liquidação.

Mantiveram-se inalterados os princípios básicos de atuação no que diz respeito à análise e concessão de risco de crédito:

- Manutenção do princípio da segmentação no tratamento de risco de crédito, diferenciando a abordagem de riscos em função das características dos clientes e dos produtos.
- Manutenção do rigor dos critérios de admissão e consequentemente da qualidade dos Riscos admitidos em cada um dos segmentos visando a preservação da boa qualidade das carteiras de crédito.
- Ao nível dos Riscos Encarteirados reforçou-se a política de proximidade com os clientes de forma a antecipar as suas necessidades de crédito, as revisões das suas linhas de crédito e antecipar eventuais problemas na sua capacidade de reembolso.
- A atuação, e o nível de qualidade creditícia dos nossos clientes permitiu-nos continuar a manter rácios de crédito vencido e de crédito em risco controlados e em níveis aceitáveis.
- Continuamos a desenvolver melhorias nos nossos processos de admissão com o objetivo de respondermos aos pedidos dos nossos clientes de forma mais eficaz e rápida.
- Intensificou-se e reforçou-se a recorrência das reuniões de acompanhamento e revisão de clientes, prática habitual do Banco e que consta das políticas internas, para a deteção antecipada de alertas na carteira de crédito, mas por força da Pandemia sentimos a necessidade de o fazer com maior periodicidade, de forma a aferir as potenciais dificuldades estruturais ou conjunturais dos nossos clientes.
- Nos Riscos Estandarizados (ou Não Encarteirados), o Banco, visando a melhoria contínua e a eficiência do processo de admissão, e tendo presente o objetivo da qualidade da carteira, procedeu à atualização e manutenção dos modelos de decisão automática, nomeadamente *scorings* e sistemas comportamentais utilizados nos segmentos de Particulares e de Negócios.
- Ainda ao nível dos Riscos Estandarizados, manteve-se o foco na garantia da qualidade da carteira, atuando sobre os

*Non Performing Exposure* e Crédito Vencido, procurando sempre antecipar o deterioro da qualidade creditícia da carteira de crédito.

- Neste sentido mantiveram-se as já definidas estratégias de admissão, nos sistemas de decisão do Banco, bem como o recurso aos sistemas comportamentais para a identificação de medidas de prevenção e recondução a oferecer aos seus clientes.
- Ao nível da Gestão Corporativa de Riscos, manteve-se o foco permanente no conhecimento e acompanhamento da carteira de crédito, com vista a um rigoroso controlo do seu risco, procurando proporcionar uma adequada e atempada informação de gestão, de forma a permitir a tomada de medidas com vista a uma gestão correta dos Riscos do Banco.
- Manteve-se igualmente a atenção nos modelos internos do Banco, já reconhecidos na sua quase totalidade (por parte dos reguladores) como modelos avançados (IRB) para efeitos do cálculo de requerimento de recursos próprios, assim como na sua cada vez maior integração na gestão.

#### Risco de crédito

O risco de crédito é originado pela possibilidade de perdas derivadas do incumprimento, total ou parcial, das obrigações financeiras contraídas para com o Banco por parte dos seus clientes.

A organização da função de riscos de crédito no Santander está especializada em função da tipologia de clientes, diferenciando-se, ao longo de todo o processo de gestão do risco, entre clientes encarteirados (tratamento à medida ou personalizado) e clientes não encarteirados (standardizados ou de tratamento massivo).

São clientes encarteirados os que, fundamentalmente em razão do risco assumido, têm atribuído um analista de risco. Neste grupo estão incluídas as empresas de Banca Maiorista, as Instituições Financeiras e parte das empresas da Banca de Retalho. A avaliação do risco destes clientes é efetuada pelo analista de riscos, complementado com ferramentas de apoio à decisão baseadas em modelos internos de valoração do risco.

São clientes standardizados os que não têm um analista de riscos especificamente designado para o seu acompanhamento. Incluem-se neste grupo os Clientes Particulares, Empresários em Nome Individual e as empresas da Banca de Retalho não encarteiradas. A avaliação destes riscos baseia-se em modelos internos de valoração e decisão automática, complementados quando necessário com equipas de analistas de riscos especializados.

#### Métricas e ferramentas de medição do risco

O Banco Santander utiliza modelos próprios de atribuição de classificação de solvência ou ratings internos, para os diferentes segmentos de clientes, os quais utiliza para medir a qualidade creditícia de um cliente ou operação correspondendo cada rating ou *scoring* uma probabilidade de incumprimento.

As ferramentas de classificação globais são aplicadas aos segmentos de risco país, entidades financeiras e Banca Maiorista Global, tanto na determinação do seu rating como no acompanhamento dos riscos assumidos. Estas ferramentas atribuem um rating a cada cliente em resultado de um módulo quantitativo, ou automático, baseado em dados/rácios de balanço ou variáveis macroeconómicas complementado pela análise efetuada pelo analista de riscos que acompanha o cliente.

No caso das empresas e instituições de Banca Minorista, a atribuição de um rating está baseada nos mesmos módulos que os acima referidos, neste caso quantitativo ou automático (analisando o comportamento creditício de uma amostra de clientes e a sua correlação com um conjunto de dados e rácios contabilísticos) e qualitativo, a cargo da análise do analista de riscos, o qual tem a obrigação de efetuar uma revisão final do rating atribuído.

Os ratings atribuídos são revistos periodicamente, incorporando a nova informação financeira que, entretanto, tenha ficado disponível bem como, ao nível qualitativo, a experiência decorrente da avaliação da relação creditícia existente. Esta periodicidade aumenta no caso dos clientes em que os sistemas internos de alerta e classificação de risco assim o exijam.

Para as carteiras de riscos standardizados, tanto clientes Particulares como de Empresas – não encarteiradas, estão implementadas ferramentas de *scoring* e de modelos de decisão que atribuem automaticamente uma valoração/decisão das operações apresentadas. Estas ferramentas de decisão podem ser complementadas com um modelo de *scoring* comportamental, instrumento que permite uma maior capacidade preditiva dos riscos assumidos e que são utilizados para ações comerciais.

#### Parâmetros de risco de crédito

A valoração do cliente e/ou operação, mediante rating ou *scoring*, constitui uma avaliação da capacidade creditícia, a qual se quantifica através da probabilidade de incumprimento (*probability of default* ou PD).

Para além da valoração efetuada do cliente, a análise quantitativa do risco considera outros aspetos como o prazo da operação, o tipo de produto e as garantias existentes. Desta maneira não só se tem em conta a probabilidade de que o cliente incumpra nas suas obrigações contratuais (PD) como também se estima o montante do incumprimento (*exposure at default* ou EAD) e a percentagem do EAD que não poderá ser recuperado (*loss given default* ou LGD).

São estes os fatores (PD, LGD e EAD) que constituem os principais parâmetros de risco de crédito, permitindo com a sua combinação o cálculo da perda esperada e da perda inesperada.

A sua combinação permite o cálculo da perda esperada (ou perda provável), a qual é considerada como mais um custo de atividade (refletindo o prémio de risco), sendo este custo convenientemente repercutido no preço das operações.

Permite também o cálculo da perda inesperada, que é a base do cálculo do capital regulatório segundo as normas do acordo de

capital de Basileia (BIS II), o qual atendendo à sua natureza não se considera como recorrente pelo que deve ser devidamente coberto pelos capitais próprios.

A PD define-se como a probabilidade de que uma contraparte possa não conseguir cumprir com as suas obrigações no prazo de um ano, através da observação estatística.

O cálculo da LGD baseia-se na observação do processo de recuperação das operações em incumprimento, tendo em conta não só as receitas e custos associados a este processo, mas também o momento em que os mesmos se produzem e os custos indiretos que decorrem da atividade de recuperação.

A estimação da EAD assenta na comparação do uso das linhas comprometidas no momento do incumprimento e numa situação normal, de modo a identificar o consumo real das linhas no momento em que se verifica o incumprimento.

#### *Ciclo do Risco de Crédito*

O processo de gestão de riscos consiste em identificar, medir, analisar, controlar, negociar e decidir relativamente aos riscos incorridos pela operativa do Banco.

Este processo inicia-se nas áreas de negócio, que propõem uma dada propensão ao risco. Estes riscos são analisados e decididos em comités próprios, os quais atuam por competências delegadas pela Comissão Executiva no Comité Executivo de Riscos (CER). É o CER que estabelece as políticas e procedimentos de riscos e estabelece os limites e delegações de faculdades.

#### *Planificação e estabelecimento de limites*

O estabelecimento de limites de riscos é concebido como um processo dinâmico que identifica o perfil de riscos que o Banco está na disposição de assumir, mediante a avaliação das propostas de negócio e a opinião da área de Riscos, através da definição dos Planos Estratégicos Comerciais (PEC).

Ao nível dos grandes grupos corporativos utiliza-se um modelo de pré-classificações baseado num sistema de medição e seguimento de capital económico.

Ao nível dos riscos encarteirados, a gestão é feita ao nível do Grupo Económico em que é definido o apetite de risco para o mesmo, estabelecendo limites de crédito.

Ao nível dos riscos standardizados, o processo de planificação e estabelecimento de limites realiza-se mediante a elaboração conjunta, pela área de Riscos e de Negócio, de Planos Estratégicos Comerciais (PEC) onde se refletem os resultados esperados do negócio em termos de risco e rentabilidade, assim como os limites a que se deve sujeitar a atividade, a gestão de riscos associada e os meios de suporte necessários.

#### *Estudo do risco, decisão de operações e seguimento e controlo*

O estudo do risco é um requisito prévio à autorização de qualquer operação de crédito no Santander em Portugal. Este estudo consiste em analisar a capacidade do cliente em fazer face aos compromissos contratuais para com o Banco, o que implica analisar a qualidade creditícia do cliente, as suas operações de crédito, a sua solvência e sua rentabilidade.

Adicionalmente, também se efetua um estudo e revisão da valoração atribuída sempre que se verifique um alerta ou evento que afete o cliente/operação.

O processo de decisão de operações tem por objeto a análise e decisão das mesmas, tomando em consideração o perfil dos riscos e os elementos relevantes da operação na definição de um equilíbrio entre o risco e a rentabilidade.

De modo a manter um adequado controlo da qualidade creditícia da carteira, para além das ações desenvolvidas pela Auditoria Interna, encontra-se estabelecida dentro da área de Riscos a função específica de Seguimento. Esta função está também especializada em função da segmentação de clientes e assenta fundamentalmente num processo contínuo de observação que permite detetar antecipadamente as incidências que possam vir a ocorrer na evolução do risco, das operações e do cliente, com a finalidade de empreender, por antecipação, ações destinadas a mitigá-los.

#### *Gestão de Irregulares e Recuperações*

A gestão de recuperações no Banco Santander é uma atividade estratégica, integral e de negócio. Os objetivos específicos do processo de recuperações são os seguintes:

- Assegurar a cobrança ou a regularização dos valores em situação irregular, privilegiando a solução negocial, de modo que a situação creditícia do cliente regresse ao normal. Caso a solução negocial não seja possível, recuperações procurarão então recuperar os créditos recorrendo à via judicial.
- Manter e fortalecer a relação com o cliente, acautelando o seu comportamento ao nível dos compromissos que este assumiu contratualmente para com o Banco.

A atividade de recuperações está estruturada de acordo com a segmentação comercial dos clientes: Particulares & Negócios e Empresas, com modelos de gestão específicos. A gestão de recuperações, assim segmentada, respeita ainda as distintas fases de gestão: gestão preventiva, gestão de irregulares e gestão de morosidade e falidos, as quais contam com modelos, estratégias e circuitos específicos. Toda esta atividade é partilhada com as áreas de negócio.

Em Maio 2020, o Banco deu início ao desenvolvimento de um projeto de transformação *End to End*, sobre a temática de "*Recoveries and Collections*", que visa a gestão massiva e preemptiva de clientes (não encarteirados), através do desenvolvimento de estratégias, processos e oferta comercial em ambiente omnicanal (canais de comunicação diferenciados em função da tipologia de cliente), que constituiu numa abordagem sofisticada, que permitiu minimizar os impactos após o fim das moratórias no segmento de clientes particulares e negócios, através da rapidez de resposta às dificuldades de tesouraria dos clientes que a demonstraram.

#### **Risco de contraparte**

O risco de contraparte, latente em contratos realizados em mercados financeiros – mercados organizados ou o chamado mercado de balcão (OTC) – corresponde à possibilidade de

incumprimento pelas contrapartes dos termos contratados e subsequente ocorrência de perdas financeiras para a instituição.

Os tipos de transações abrangidos incluem a compra e venda de valores mobiliários, operações de mercado monetário interbancário, a contratação de “*repos*”, empréstimos de valores mobiliários e instrumentos derivados.

O controlo destes riscos é efetuado através de um sistema integrado que permite o registo dos limites aprovados e providencia a informação de disponibilidade dos mesmos para os diferentes produtos e maturidades. O mesmo sistema permite ainda que seja controlada de forma transversal a concentração de riscos para determinados grupos de clientes/contrapartes.

O risco em posições de derivados, denominado Risco Equivalente de Crédito (REC), é calculado como sendo a soma do Valor Presente de cada contrato (ou Custo atual de Substituição) com o respetivo Risco Potencial, componente que reflete uma estimativa do valor máximo esperado até ao vencimento, consoante as volatilidades dos fatores de mercado subjacentes e a estrutura de fluxos contratada.

Durante o ano de 2021 a exposição atual das operações sobre indexantes de taxa de juro (Euribor) registou uma forte diminuição, refletindo a evolução das taxas de mercado de médio e longo prazo. Relativamente à exposição com Grupos Financeiros, as operações de cobertura de risco estrutural de taxa de juro mantiveram-se, tendo a LCH Clearnet como câmara de compensação. Foram mantidas as operações de Securitização provenientes do BANIF. O valor da exposição dos derivados com os Grupos Financeiros desceu de forma significativa devido à diminuição do coeficiente de risco das operações de taxa de juro a longo prazo com o acerto da metodologia de cálculo.

### Risco de mercado de negociação, estrutural e liquidez

Este capítulo foca-se nas atividades de gestão e controlo de riscos relacionadas com o risco de mercado, distinguindo atividade negociação, riscos estruturais e riscos de liquidez. São também brevemente descritas as principais metodologias e métricas utilizadas no Santander Totta para este efeito.

O âmbito das atividades sujeitas a risco de mercado inclui as operações nas quais se assume risco patrimonial em consequência de possíveis variações de fatores de mercado (taxa de juros, taxa de câmbio, renda variável e spread de crédito, entre outros), bem como o risco de liquidez dos diferentes produtos e mercados em que o Grupo opera e o risco de liquidez do balanço.

Inclui os riscos da atividade de negociação e os riscos estruturais, ambos afetados pelos movimentos dos mercados.

A medição e o controlo destes riscos é assegurada por um órgão independente da gestão.

Os riscos das atividades de negociação decorrem de atividades de serviço financeiro a clientes com instrumentos não complexos, concentrando-se na cobertura dos riscos de taxa de câmbio e de taxa de juros. As operações realizadas com clientes

são cobertas com o mercado, de modo a garantir uma exposição residual a este tipo de risco.

A metodologia aplicada no exercício de 2021, no âmbito do Santander em Portugal, para a atividade de negociação, é o Valor em Risco (VaR). Utiliza-se como base a metodologia de Simulação Histórica com um nível de confiança de 99% e um horizonte temporal de um dia, tendo sido aplicados ajustes estatísticos que permitiram incluir de forma rápida e eficaz os acontecimentos mais recentes, e que condicionam os níveis de riscos assumidos.

Complementarmente utiliza-se a Análise de Cenários (*Stress Testing*), que consiste em definir cenários do comportamento de diferentes variáveis financeiras e obter o respetivo impacto nos resultados ao aplicá-los sobre as carteiras. Estes cenários podem replicar o comportamento de variáveis financeiras perante factos ocorridos no passado (como crises) ou, pelo contrário, podem-se determinar cenários plausíveis que não correspondem a eventos passados. Em suma, a análise de cenários busca identificar o risco potencial sobre condições de mercado extremas e nas franjas de probabilidade de ocorrência não cobertas pelo VaR.

São calculadas também várias medidas de sensibilidade (BPV e gregos) e volumes equivalentes.

Paralelamente é efetuado um acompanhamento diário das posições e da conta de resultados, os quais incluem o ajuste de avaliação de crédito (CVA) e o ajuste de avaliação de débito (DVA).

A fiabilidade do modelo de VaR é aferida periodicamente através de uma análise de *backtesting*. O *backtesting* consiste numa análise comparativa entre os cálculos do Valor em Risco (VaR) e os resultados diários “limpos” (*clean P&L* – resultado associado à reavaliação das carteiras de fecho do dia anterior aos preços de fecho do dia seguinte), onde são analisados os desvios pontuais/esporádicos dos resultados verificados face às medidas estimadas.

As análises de *backtesting* realizadas no Banco Santander em Portugal cumprem as recomendações do BIS, em matéria de comparação dos sistemas internos utilizados na medição e gestão dos riscos financeiros. Adicionalmente, no *backtesting* são efetuados testes de hipóteses: testes de excessos, testes de normalidade, medidas de excesso médio, entre outros.

Para as carteiras de negociação utilizam-se limites quantitativos que se classificam em dois grupos, sendo estabelecidos em função dos seguintes objetivos:

- Limites dirigidos a proteger o volume de perdas potenciais futuras. Constituem exemplo deste tipo de limites os limites por VaR, sobre medidas de sensibilidade (BPV e gregos) ou sobre posições equivalentes;
- Limites dirigidos a proteger/acomodar o volume de perdas efetivas ou a proteger níveis de resultados já alcançados durante o período. Este tipo de limites tem como objetivo a geração de alertas sobre posições que estejam a gerar perdas (*loss triggers*), permitindo a tomada de decisões

antes de alcançar o limite de perda máxima (*stop loss*), a partir do qual se considerará que as perdas terão atingido um nível inaceitável e se procederá ao imediato fecho de posições.

O VaR manteve-se em níveis muito reduzidos, registando o valor de EUR 14 mil a 31/12/2021.

### Controlo do Risco Estrutural de Balanço

O controlo do risco estrutural de balanço incide sobre o risco de taxa de juro e o risco de liquidez.

O risco de taxa de juro decorre dos desfasamentos nos vencimentos e na repreciação dos ativos e passivos e do impacto que movimentos adversos nas taxas de juro podem ter no valor económico ou na margem financeira do banco. O risco de taxa de juro do balanço consolidado é medido através da modelização das posições de ativos e passivos sensíveis a variações de taxa de juro de acordo com a sua estrutura de indexantes e de repreciação. Este modelo permite medir e controlar o risco originado pelo movimento da curva de rendimentos, nomeadamente o seu impacto na margem financeira e no valor patrimonial do balanço do Banco.

Complementarmente, são calculados outros indicadores de risco, como o Valor em Risco (VaR) e a análise de cenários (*stress test*).

O risco de liquidez consiste no risco de o Banco não dispor dos recursos financeiros líquidos necessários para cumprir as obrigações no momento devido ou de incorrer num custo excessivo para as cumprir. O risco de liquidez é medido e controlado através da modelização dos fluxos de pagamentos e recebimentos presentes e futuros, bem como pela realização de exercícios de análise de cenários que procuram identificar o risco potencial sobre condições de mercado extremas. Paralelamente, são calculados rácios sobre as posições de balanço que atuam como indicadores das necessidades de liquidez estrutural e de curto prazo, bem como indicadores de liquidez intradiária em situações normais e de stress e indicadores de alerta precoce.

O rácio LCR (Liquidity Coverage Ratio), calculado segundo as normas do BCE situou-se em 138,16% a 31/12/2021.

O controlo dos riscos de balanço é garantido através da aplicação de uma estrutura de limites quantitativos que visam manter as exposições dentro dos níveis autorizados. Os limites incidem sobre os seguintes indicadores:

- Taxa de juro: Sensibilidade da margem financeira e do valor económico, *stress test* da carteira ALCO, VaR;
- Liquidez: *Buffer* de liquidez, cenários de stress, rácios de liquidez de curto prazo e estrutural, rácios de oneração de ativos e de concentração.

### Risco operacional

O Banco Santander em Portugal define o risco operacional como o risco de perda resultante de deficiências ou falhas nos processos internos, recursos humanos ou sistemas internos, ou resultantes de eventos externos.

O risco operacional é inerente a todos os produtos, atividades, processos e sistemas e é gerado em todas as áreas de negócio e de suporte. Por esse motivo, todos os colaboradores são responsáveis pela gestão do risco operacional inerente às atividades, processos e sistemas próprios das suas funções habituais.

O principal objetivo em matéria de controlo e gestão do risco operacional consiste na identificação, avaliação, medição, controlo, mitigação e reporte deste mesmo risco, sendo que a identificação e mitigação das fontes de risco constituem uma prioridade para o Banco, independentemente de as mesmas terem ou não originado perdas efetivas.

Para efeitos de cálculo de requisitos de fundos próprios e em matéria de cobertura do risco operacional, o Grupo optou pelo Método Standard previsto no normativo de BIS II.

O modelo organizativo do Santander em Portugal em termos de controlo e gestão do Risco Operacional, resulta da adaptação à abordagem de Basileia II pelo Grupo.

A supervisão e controlo do risco operacional são realizados através dos seus órgãos de governo. Neste sentido, o Conselho de Administração e a Comissão Executiva incluem de forma periódica na sua gestão o tratamento de aspetos relevantes em matéria de controlo e mitigação do Risco Operacional.

Com o objetivo de cumprir os requisitos regulatórios e de acordo com as melhores práticas do sector bancário, o Grupo definiu um modelo organizacional estruturado em três linhas de defesa.

A **primeira linha de defesa**, é constituída por todas as unidades de negócio e funções de suporte, sendo responsável pelo risco operacional originado nas suas áreas e tem como principal função a identificação, avaliação, monitorização, mitigação e reporte deste risco.

A **segunda linha de defesa** é constituída pela área com função de controlo de Risco Operacional, e é responsável, por um lado por supervisionar o controlo efetivo do risco operacional nas suas diferentes vertentes, e por outro lado por avaliar se a sua gestão está em linha com o definido e se respeita os níveis de tolerância estabelecidos para o efeito. A segunda linha de defesa é uma função independente e complementa as funções de gestão e controlo da primeira linha.

A **terceira linha de defesa** é constituída pela Auditoria Interna, um órgão independente que assume funções de controlo e avalia periodicamente se as políticas, metodologias e procedimentos são adequadamente implementados.

As diversas etapas do modelo de gestão e controlo permitem:

- Identificar o risco operacional inerente a todas as atividades, produtos, processos e sistemas do Banco;



- Definir o perfil de risco operacional, através da medição de métricas e indicadores por área e horizonte temporal, e estabelecer limites de tolerância e apetência de risco.
- Realizar e seguir o orçamento de risco operacional.
- Promover o envolvimento e integração de todos os colaboradores na cultura do risco operacional através da realização de formação em matéria de risco operacional e através da realização de reuniões periódicas.
- Medir e avaliar o risco operacional de forma objetiva, continuada e coerente tendo por base as exigências regulatórias (Basileia, Banco de Portugal, entre outros).
- Efetuar um seguimento contínuo e sistemático das fontes de exposição ao risco e implementar os respetivos mecanismos de controlo de modo a minimizar eventuais perdas.
- Estabelecer medidas e ações de mitigação que reduzam e mitiguem o risco operacional.
- Elaborar apresentações e relatórios periódicos de risco operacional, e realizar a sua divulgação junto dos diversos órgãos de gestão e supervisão (internos e externos).

O modelo de controlo de risco operacional implementado traduz-se nos seguintes benefícios:

- Promover o desenvolvimento de uma cultura de risco operacional robusta.
- Permitir uma gestão integral e eficaz do risco operacional (identificação, medição/avaliação, controle/mitigação e reporte).
- Melhorar o conhecimento dos riscos operacionais, tanto reais como potenciais, e estabelecer a sua relação com as linhas de negócio e de suporte.
- Incrementar a melhoria dos processos e controles e mitigar/reduzir eventuais perdas.
- Facilitar o estabelecimento de limites de apetite de risco operacional.

No que respeita à identificação, medição e avaliação do risco operacional, foram definidos diversos instrumentos quantitativos e qualitativos, que de forma conjunta permitem realizar um diagnóstico em matéria de risco operacional e classificar/avaliar as diversas áreas relativamente à gestão do seu próprio risco.

A análise quantitativa realiza-se fundamentalmente através de instrumentos que registam e quantificam o potencial nível de perdas associados a eventos de risco operacional, nomeadamente:

- Base de dados de eventos internos, cujo objetivo consiste no registo de eventos de risco operacional, com ou sem eventuais impactos contabilísticos. Existem processos de conciliação contabilística que garantem a qualidade da informação incluída na base de dados.
- Base de dados de eventos externos, que disponibiliza informação quantitativa e qualitativa e facilita uma análise

mais detalhada e estruturada dos eventos relevantes que possam ocorrer no sector.

- Análise de cenários, em que participam diversas áreas de negócio, segunda linha e coordenadores de risco operacional, tendo como objetivo a identificação de potenciais eventos com baixa probabilidade de ocorrência e elevada severidade para a instituição. Avalia-se o possível impacto e identificam-se se necessário, controlos adicionais e/ou medidas de mitigação, que minimizem o seu impacto.

A análise qualitativa permite avaliar aspetos relacionados com o perfil de risco. Os instrumentos utilizados são fundamentalmente:

- Autoavaliação de Risco Operacional (RCSA – *Risk Control Self-Assessment*), cujo objetivo principal consiste em identificar e avaliar os riscos operacionais em relação aos controlos existentes, e identificar eventuais medidas de mitigação.
- Indicadores (ORIs – *operational risk indicators*), são parâmetros de natureza diversa (métricas, índices e medidas) que disponibilizam informação útil acerca da exposição ao risco. Estes indicadores e respetivos limites são revistos periodicamente para alertar sobre alterações que possam antecipar a materialização dos principais riscos.
- Recomendações da auditoria interna, externa e reguladores, que proporcionam informação relevante sobre o risco, e permitem a identificação de eventuais debilidades e aspetos de melhoria.

O Banco desenvolve ainda modelos de supervisão e de controlo específicos em matéria de gestão de riscos tecnológico e ciber de modo a garantir o adequado seguimento dos sistemas de informação e o reforço da proteção cibernética do Banco. Não obstante, impera o princípio da homogeneização pelo que os modelos se encontram perfeitamente alinhados com as ferramentas e com os instrumentos de gestão do risco operacional já anteriormente mencionados.

Adicionalmente, existe ainda um conjunto de diversos instrumentos que complementam e asseguram um sólido ambiente de controlo, nomeadamente:

- Políticas e procedimentos;
- Planos de ação e/ou ações corretivas/mitigadoras;
- Gestão de crises e Plano de Continuidade de Negócio;
- Mecanismos de transferência de riscos e seguros;
- Acordo com terceiros e controlo de fornecedores.

O Banco implementou um programa de gestão avançada de risco operacional, tendo como principais objetivos o envolvimento de todos os colaboradores e dos órgãos de gestão no controlo e mitigação do risco operacional. A implementação e divulgação da cultura de riscos do Santander em Portugal permitem uma avaliação e monitorização mais eficiente do risco operacional e facilitam a tomada de decisão por parte das áreas de negócio e da Administração.



À semelhança dos anos anteriores, o Banco continua a desenvolver ações no sentido de melhorar a eficiência das ferramentas de gestão do risco operacional, incluindo uma aplicação específica que é utilizada pelas primeiras linhas de defesa e pelas diversas áreas de controlo. Trata-se de uma ferramenta integrada que permite o desenvolvimento de sinergias entre as diversas áreas e fomenta a utilização de metodologias comuns de avaliação e controlo do risco. Esta aplicação incorpora ainda a base de dados de eventos, o sistema de controlo, as métricas/indicadores e os planos de ação/mitigação dos riscos da instituição.

### Risco de Cumprimento e Reputacional

O risco de Cumprimento é definido como a probabilidade de ocorrência de impactos negativos para a instituição, com projeção nos resultados ou no capital, decorrentes da violação de normas jurídicas, determinações específicas, obrigações contratuais, regras de conduta e de relacionamento com clientes, princípios éticos e práticas instituídas, relativas à atividade desenvolvida, que se materializem, designadamente, em sanções de carácter legal ou regulatório, afetação das oportunidades de negócio, redução do potencial de expansão ou impossibilidade de exigência do cumprimento de obrigações contratuais por parte de terceiros.

Por sua vez, entende-se por Risco Reputacional a probabilidade da ocorrência de impactos financeiros negativos para a Instituição, com reflexo nos resultados ou no próprio capital, resultantes de uma perceção desfavorável da sua imagem pública, fundamentada ou não, por parte de clientes, fornecedores, analistas, colaboradores, investidores, órgãos de comunicação e quaisquer outras entidades com as quais a Instituição se relacione, ou pela opinião pública em geral.

As políticas de Cumprimento e as políticas de Risco Reputacional têm por finalidade a gestão dos riscos, tal como definidos nos parágrafos anteriores, determinando mecanismos e procedimentos que permitam: i) minimizar a probabilidade de que se concretize; ii) identificar, reportar à Administração, gerir, e superar as situações que, eventualmente, se tenham verificado; iii) assegurar o seguimento e controlo; e iv) evidenciar, se necessário, que o Banco tem estes riscos entre as suas preocupações essenciais e dispõe de organização e meios vocacionados para a sua prevenção, deteção antecipada, mitigação e, sendo o caso, superação.

Sem prejuízo de todos os demais aspetos que decorrem do que fica exposto, a Política Global relativa ao Risco de Cumprimento, bem como a Política relativa ao Risco Reputacional, abrangem, designadamente, os instrumentos identificados na lista abaixo, que são referidos pelo seu particular impacto na prevenção e gestão do risco.

#### *Políticas e instrumentos de risco de cumprimento*

- Valores Corporativos que se traduzem em “comportamentos” concretos, os quais pautam a conduta de todos os colaboradores;
- Política de Cumprimento;

- Prevenção de Branqueamento de Capitais e do Financiamento ao Terrorismo;
- Códigos de conduta (com três dimensões: geral; na relação com os clientes e relativo ao mercado de valores);
- Política e Procedimentos de Comercialização e Seguimento de Produtos;
- Política de Prevenção, Comunicação e Sanação de Conflitos de Interesses;
- Política de Tratamento e Proteção de Dados Pessoais;
- Política de formação de colaboradores, que inclui formação regulamentar obrigatória, bem como adicional;
- Políticas de Prevenção de Corrupção e de Defesa Corporativa (o Santander possui uma Política Corporativa de Prevenção da Corrupção, incluindo, entre outros: i) Um canal de denúncias (Canal Aberto) onde qualquer colaborador pode comunicar, de forma confidencial e anónima, quaisquer eventuais violações dos Códigos de Conduta e/ou da Política de Prevenção da Corrupção e ii) outras eventuais irregularidades);
- Monitorização e seguimento de novos normativos;
- Articulação com as autoridades de supervisão e seguimento de ações por elas desenvolvidas.

#### *Políticas de risco reputacional*

- Política de Risco Reputacional;
- Política de Setores Sensíveis (regula o financiamento a determinados setores considerados sensíveis, devido à sua possível repercussão social, política ou cultural, estabelecendo as pautas para avaliar e decidir sobre o envolvimento com esses mesmos setores, de forma a conseguir identificar, gerir e prevenir o risco reputacional associado);
- Política de Defesa (definindo os critérios a seguir na atividade financeira relacionada com este setor e prevendo um procedimento de análise de todas as operações e clientes abrangidos no setor).
- Política de Contribuições para Fins Sociais (definindo os critérios a seguir na atribuição de donativos com finalidades sociais).

Para além do risco de Cumprimento e risco Reputacional, o Banco tem ainda uma área autónoma de Sustentabilidade e de Banca Responsável, na qual se destacam outras políticas, tais como a *Política Geral de Sustentabilidade*, a *Política de Direitos Humanos* e a *Política de Cultura Corporativa*.

Neste contexto, deve ser ainda destacada a *Política de gestão de Riscos Ambientais, Sociais e de Alterações Climáticas*, acompanhada na área de Riscos, que agregou as anteriores políticas setoriais sócio-ambientais (energia, minas e setor mineiro e *soft commodities*), definindo os princípios e critérios do Grupo Santander para a identificação, avaliação, monitorização e gestão dos riscos ambientais e sociais e outras atividades relacionadas com as alterações climáticas.

## PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Resultado Líquido do Exercício, em termos individuais e referente ao ano de 2021, foi de 54 499 155,21€ (cinquenta e quatro milhões, quatrocentos e noventa e nove mil, cento e cinquenta e cinco Euro e vinte e um cêntimos) e o Resultado Consolidado em 2021 foi de 298 614 496€ (duzentos e noventa e oito milhões, seiscentos e catorze mil, quatrocentos e noventa e seis Euro).

Assim, o Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral a seguinte aplicação de resultados:

- Reserva Legal: 5 449 915,52€ (cinco milhões, quatrocentos e quarenta e nove mil, novecentos e quinze Euro e cinquenta e dois cêntimos);
- Distribuição de Dividendos: 49 049 239,69€ (quarenta e nove milhões, quarenta e nove mil, duzentos e trinta e nove Euro e sessenta e nove cêntimos).

Lisboa, 29 de março de 2022

**O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

## INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

### Prevenção de branqueamento de capitais

A função de cumprimento em matéria de Prevenção do Branqueamento de Capitais e do Financiamento do Terrorismo (PBCFT) do Santander em Portugal está corporizada na área de PBCFT, integrada na área de Cumprimento e Conduta, que materializa a função de “compliance” e que funciona de forma independente e permanente.

A área de PBCFT dispõe de autonomia funcional e reporta ao responsável da área de Cumprimento e Conduta (*Chief Compliance Officer*).

Tem como objetivo principal a gestão dos riscos de cumprimento relativos ao branqueamento de capitais, financiamento do terrorismo e sanções, zelando para que a atividade se desenvolva em conformidade com todo o normativo aplicável, na prevenção e minimização de danos, nomeadamente decorrentes de eventuais sanções, bem como de caráter reputacional.

Para este efeito, além de contar com um “Responsável pelo Cumprimento Normativo” e de uma estrutura orgânica especializada e exclusivamente dedicada, existem normativos internos e estão implementados procedimentos e controlos específicos, corporizando o sistema de controlo interno em matéria de PBCFT, que é objeto de auditoria anual.

Ao Responsável pelo Cumprimento Normativo” nesta matéria, compete:

- Participar na definição e emitir parecer prévio sobre as políticas e os procedimentos e controlos destinados a PBCFT;
- Acompanhar, em permanência, a adequação, a suficiência e a atualidade das políticas e dos procedimentos controlos em matéria de PBCFT, propondo as necessárias atualizações;
- Participar na definição, acompanhamento avaliação da política de formação interna;
- Assegurar a centralização de toda a informação relevante que provenha das diversas áreas de negócio da entidade obrigada;
- Desempenhar o papel de interlocutor das autoridades judiciais, policiais e de supervisão e fiscalização, designadamente dando cumprimento ao dever de

comunicação e assegurando o exercício das demais obrigações de comunicação e colaboração.

Ao *Chief Compliance Officer* compete, nomeadamente, a coordenação da área de PBCFT e a avaliação de situações que lhe sejam submetidas pelo Responsável de Cumprimento Normativo.

Em 2021 foram efetuados os seguintes reportes aos Supervisores:

- i) Relatório de PBCFT conforme determina a Instrução do Banco de Portugal n.º 5/2019.
- ii) Reporte previsto no n.º 1 do artigo 18.º do Regulamento da CMVM n.º 2/2020 relativo a PBCFT.”

### Estrutura acionista

Acionista	Nº ações	%
Banco Santander, SA	196,996,017,344	99.85%

### Movimento de ações próprias

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral Anual, realizada no passado dia 25 de maio de 2021, a Santander Totta SGPS, S.A. diretamente por si ou por sociedade sua dependente, pode adquirir ações próprias bem como alienar as adquiridas até ao limite e nas demais condições da lei.

Tendo em conta a recomendação do Banco Central Europeu (ECB/2020/19) de 27 de março de 2020, a compra de ações próprias ficou suspensa até que esta recomendação deixou de vigorar (30 de setembro de 2021).

Em 31 de Dezembro de 2020, a Santander Totta SGPS detinha 113.595.456 ações próprias correspondentes a 0,058% do seu capital social. Durante o ano 2021, a Santander Totta SGPS, S.A. comprou 3.454.487 ações próprias, correspondente a 0,002% do seu capital social, fechando o ano com um total de 117.049.943 ações próprias.

A aquisição está inserida na política geral da Santander Totta SGPS, no sentido de adquirir ações de acionistas fora do Grupo Santander que as queiram vender.

#### TRANSAÇÃO COM AÇÕES PRÓPRIAS DURANTE O ANO DE 2021

Santander Totta SGPS, S.A.	Número de ações	Preço médio unitário (€)	Valor Contabilístico (€)	% no Capital Social
Saldo em 31/12/2020	113,595,456	0.02	2,447,158	0.058%
Aquisição de ações	3,454,487	0.02	81,468	0.0018%
Alienação de ações	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2021	117,049,943	0.02	2,528,626	0.059%

<sup>2</sup> <https://www.bankingsupervision.europa.eu/press/pr/date/2021/html/ssm.pr210723~7ef2cdf6b7.en.html>

## Movimentos de ações e obrigações dos membros dos órgãos de administração e fiscalização

### Publicidade de participações dos membros de órgãos de administração e fiscalização - artigo 447º Código das Sociedades Comerciais

	Entidade	Posição a 31/dez/2020	Movimentos em 2021	Posição a 31/dez/2021
<b>José Carlos Brito Sítima</b>	Banco Santander, SA	<b>146,571</b>	23.02.2021 - Atribuição Corporativa: 8.660 - 2,91€	<b>155,231</b>
<b>Pedro Aires Coruche Castro e Almeida</b>	Banco Santander, SA	<b>110,175</b>	23.02.2021 - Atribuição Corporativa: 46.001 - 2,91€	<b>156,176</b>
<b>Manuel António Amaral Franco Preto</b>	Banco Santander, SA	<b>199,792</b>	23.02.2021 - Atribuição Corporativa: 34.171 - 3,91€	<b>233,963</b>
<b>José Duarte Assunção Dias</b>	-	<b>0</b>	-	<b>0</b>
<b>Fernando Jorge Marques Vieira</b>	-	<b>0</b>	-	<b>0</b>
<b>Ricardo Manuel Duarte Vidal de Castro</b>	-	<b>0</b>	-	<b>0</b>
<b>José Luís Areal Alves da Cunha</b>	-	<b>0</b>	-	<b>0</b>

## Funções exercidas pelos membros do Conselho de Administração do Santander Totta noutras sociedades

### Cargos em Acumulação

	No perímetro da consolidação	Fora do perímetro da consolidação
<b>José Carlos Brito Sítima</b>	<b>Banco Santander Totta, SA</b> (Presidente do Conselho de Administração)	<b>Câmara de Comércio e Indústria Luso Espanhola</b> (Vice-Presidente da Junta Diretiva)
<b>Pedro Aires Coruche Castro e Almeida</b>	<b>Banco Santander Totta, SA</b> (Vice - Presidente do Conselho de Administração; Presidente da Comissão Executiva   CEO)	<b>ACEGE - Associação Cristã de Empresários e Gestores</b> (Membro do Conselho Estratégico) <b>Centro Paroquial São Francisco de Paula</b> (NE Diretor) <b>ISEG - Lisbon School of Economics &amp; Management, Universidade de Lisboa</b> (Membro do Conselho Consultivo) <b>Fundação Alfredo de Sousa</b> (Membro do Conselho de Curadores) <b>Fundação Santander Portugal</b> (Presidente do Conselho de Curadores) <b>Associação Portuguesa de Bancos</b> (Vogal da Direção, em representação do Banco Santander Totta, SA)
<b>Manuel António Amaral Franco Preto</b>	<b>Banco Santander Totta, SA</b> (Membro do Conselho de Administração   Vice-Presidente da Comissão Executiva) <b>Taxagest - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.</b> (Presidente do Conselho de Administração)	-
<b>José Duarte Assunção Dias</b>	<b>Santander Totta Seguros</b> (Suplente do Conselho Fiscal) <b>Gamma</b> (Presidente do Conselho Fiscal) <b>Aegon Santander Portugal Vida</b> (Presidente do Conselho Fiscal) <b>Aegon Santander Portugal Não Vida</b> (Presidente do Conselho Fiscal)	<b>Alves da Cunha, A. Dias &amp; Associados SROC</b> (Sócio) <b>Fundação Santander Portugal</b> (Presidente do Conselho Fiscal)
<b>Fernando Jorge Marques Vieira</b>	<b>Gamma</b> (Membro do Conselho Fiscal)	<b>Mazars &amp; Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.</b> (Sócio e Representante da sociedade na prestação de serviços de auditoria e/ou ROC em diversas entidades/sociedades)
<b>Ricardo Manuel Duarte Vidal de Castro</b>	<b>Gamma</b> (Membro do Conselho Fiscal)	<b>Clube do Autor</b> (Administrador Executivo) <b>CFO&amp;F SA</b> (CFO) <b>Rimaduvica Lda</b> (Gerente)

## INDICADORES ALTERNATIVOS DE DESEMPENHO

Apresenta-se um conjunto de Indicadores Alternativos de Desempenho (IAD), utilizado no Relatório de Gestão, elaborado em conformidade com as orientações emitidas pela ESMA (Autoridade Europeia dos Valores Mobiliários e dos Mercados) em 5 de outubro de 2015 (ESMA/2015/1415pt).

O Banco utiliza, para análise da gestão, um conjunto de indicadores, para medição da rentabilidade, eficiência e dinâmicas de volumes de negócio. Na sua maioria, estes indicadores são derivados da informação financeira divulgada de acordo com as normas contabilísticas em vigor (informação IFRS), mas outros são calculados com informação de gestão (informação MIS), não diretamente relacionável com a informação IFRS. De igual modo, alguns indicadores podem ser calculados corrigindo de movimentos não recorrentes, visando traduzir a dinâmica subjacente da atividade, rentabilidade e eficiência do Banco.

Os indicadores são discriminados seguidamente, efetuando-se a remissão, no possível, para a informação IFRS.

### Margem financeira

"Rendimentos de juros" deduzidos das "Despesas com juros", tal como apresentado na Demonstração dos Resultados.

### Rendimento de instrumentos de capital

"Rendimento de dividendos", tal como apresentado na Demonstração dos Resultados.

### Resultado de associadas

"Proporção dos lucros ou prejuízos de investimentos em filiais, empreendimentos conjuntos e associadas contabilizada pelo método da equivalência", tal como apresentado na Demonstração dos Resultados.

### Comissões líquidas

"Rendimentos de taxas e comissões" deduzidos das "Despesas de taxas e comissões", tal como apresentado na Demonstração dos Resultados.

### Outros resultados de exploração

"Outras receitas operacionais" deduzidas de "Outras despesas operacionais", tal como apresentado na Demonstração dos Resultados.

### Atividade de seguros

Soma de "Margem bruta de seguros de vida em que o risco é do tomador do seguro" com "Margem bruta da atividade de seguros", tal como apresentado na Demonstração dos Resultados.

### Margem comercial

Soma da "Margem financeira", "Rendimento de instrumentos de capital", "Resultado de associadas", "Comissões líquidas" e "Outros resultados de exploração" e "Atividade de seguros".

### Resultado em operações financeiras

Soma de "Ganhos ou perdas com o desreconhecimento de ativos e passivos financeiros não contabilizados pelo justo valor através de resultados, valor líquido", "Ganhos ou perdas com ativos e passivos financeiros, detidos para negociação, valor líquido", "Ganhos ou perdas com ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente contabilizados pelo justo valor através dos resultados, valor líquido", "Ganhos ou perdas da contabilidade de cobertura, valor líquido", "Diferenças cambiais ganhos ou perdas, valor líquido", "Ganhos ou perdas com o desreconhecimento de ativos não financeiros, valor líquido", tal como apresentado na Demonstração dos Resultados.

### Produto bancário

"Margem comercial" adicionada de "Resultados em operações financeiras".

### Custos operacionais

Soma de "Despesas de pessoal", de "Outras despesas administrativas" e de "Depreciação", tal como apresentado na Demonstração dos Resultados.

### Resultado de exploração

"Produto bancário" subtraído de "Custos operacionais" e de "Contribuições em numerário para fundos de resolução e sistemas de garantia de depósitos", tal como apresentado na Demonstração dos Resultados.

### Imparidade, provisões líquidas e outros resultados

Soma de "provisões ou reversão de provisões", de "Imparidades ou reversão de imparidades de ativos financeiros não contabilizados pelo justo valor através dos resultados", de "Imparidades ou reversão de imparidades de ativos não financeiros", de "Ganhos ou perdas outros, valor líquido", e de "Lucros ou prejuízos com ativos não correntes e grupos para alienação classificados como detidos para venda não elegíveis como unidades operacionais descontinuadas", tal como apresentado na Demonstração dos Resultados.



### **Resultado antes de impostos e de interesses que não controlam**

“Resultado de exploração” subtraído de “Imparidade, provisões líquidas e outros resultados”.

### **Impostos**

“Despesas ou receitas com impostos relacionadas com os resultados de unidades operacionais em continuação”, tal como apresentado na Demonstração dos Resultados.

### **Resultado após impostos e antes de interesses que não controlam**

“Resultado antes de impostos e de interesses que não controlam” deduzido de “Impostos”.

### **Interesses que não controlam**

“Lucros ou prejuízos do período – atribuíveis a participações minoritárias sem controlo”, tal como apresentado na Demonstração dos Resultados.

### **Resultado consolidado do exercício atribuível aos acionistas da ST, SGPS**

“Resultado após impostos e antes de interesses que não controlam”, deduzido de “Interesses que não controlam”.

### **Rácio de eficiência**

Rácio entre os “Custos operacionais” e o “Produto bancário”.

### **Rácio Crédito / Depósitos (rácio de transformação)**

Calculado de acordo com a Instrução 6/2018 do Banco de Portugal.

### **Volume de Negócio**

Soma do “Crédito a clientes (bruto)” com os “Recursos de clientes”.

### **Crédito a clientes (bruto)**

Corresponde à soma das rubricas de balanço: “Ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral – empréstimos e adiantamentos”, “Ativos financeiros pelo custo amortizado – títulos de dívida” e “Ativos financeiros pelo custo amortizado - Empréstimos e adiantamentos”, expurgado de “Outros saldos a receber” e de “Empréstimos e adiantamentos – instituições de crédito”, conforme consta na nota 9 do capítulo “Notas às demonstrações financeiras consolidadas”. Valores antes de imparidades.

### **Crédito a clientes (líquido)**

Crédito a clientes (bruto), líquido de imparidades. As imparidades correspondem à soma de “Imparidade para títulos de dívida” e “Imparidade para empréstimos e adiantamentos – clientes” conforme consta na nota 9 do capítulo “Notas às demonstrações financeiras consolidadas”.

### **Crédito a particulares (habitação e consumo) e empresas**

Definido de acordo com a segmentação da informação de gestão (MIS).

### **Rácio de non-performing exposure**

Exposição não produtiva (NPE), definida de acordo com o documento “Orientações sobre créditos não produtivos dirigidas a instituições de crédito” do Banco Central Europeu (março 2017), em rácio da exposição total, incluindo extra-patrimoniais.

### **Custo do crédito**

Rácio entre a “Imparidades ou reversão de imparidades de ativos financeiros não contabilizados pelo justo valor através dos resultados - Ativos financeiros pelo custo amortizado” (da Demonstração dos Resultados) e a média do “Crédito a clientes (bruto)” (do balanço).

### **Cobertura de non-performing exposure**

Imparidades de exposições não-produtivas em relação ao total de exposições não produtivas (NPE).

### **Depósitos**

Corresponde à rubrica “Depósitos – Clientes” – ver nota 17 (no capítulo das Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas).

### **Recursos fora de balanço**

Soma dos “Fundos de investimento geridos ou comercializados pelo Banco” e dos “Seguros e outros recursos”, cuja informação é obtida através da Santander Asset Management e/ou do sistema de informação de gestão (MIS).

### **Recursos de clientes**

Soma de “Recursos de clientes (depósitos)” com os “Recursos fora de balanço”.

**Liquidity Coverage Ratio (LCR)**

O LCR (rácio de cobertura de liquidez), de acordo com o disposto no artigo 412.º, n.º 1, do Regulamento (UE) n.º 575/2013, deverá ser igual ao rácio entre a reserva de liquidez de uma instituição de crédito e as suas saídas de liquidez líquidas durante um período de tensão de 30 dias de calendário.

**Rendibilidade dos capitais próprios (ROE)**

Rácio entre o "Resultado consolidado do exercício atribuível aos acionistas da ST, SGPS" e o Total dos capitais próprios no início do período.

**Rendibilidade do ativo (ROA)**

Rácio entre o "Resultado consolidado do exercício atribuível aos acionistas da ST, SGPS" e o Total do ativo.

**Tabela de indicadores não financeiros**

Informamos que o Banco preparou um Relatório de Banca Responsável separado do Relatório de Gestão que inclui a informação não financeira, conforme previsto no artigo 66.º-B do Código das Sociedades Comerciais, sendo o mesmo publicado no sítio da internet do Grupo Santander Totta no prazo legal.

# RELATÓRIO DE GOVERNO SOCIETÁRIO

## I - Introdução

Com o presente Relatório de Governo Societário, relativo ao exercício de 2021, a Santander Totta, SGPS, SA dá cumprimento ao dever de prestar informação anual sobre a estrutura e as práticas de governo societário em conformidade com o artigo 70º, nº 2, alínea b) do Código das Sociedades Comerciais (CSC) e o artigo 29º-H do Código de Valores Mobiliários.

Para elaboração do presente relatório, foram igualmente tidos em consideração a diversa regulamentação e orientações das entidades de regulação e supervisão competentes.

Sublinha-se que, durante o exercício de 2021 e relativamente ao seu modelo de governo societário e controlo interno, a Santander Totta, SGPS, SA, observou e cumpriu com os procedimentos impostos pelo Aviso do Banco de Portugal n.º 3/2020 e as orientações revistas (EBA/GL/2021/05) da Autoridade Bancária Europeia (EBA – European Banking Authority) respeitantes à aplicação dos mesmos.

## II. Estrutura Acionista

A Santander Totta, SGPS, SA tem por objeto social a gestão de participações noutras sociedades, como forma indireta do exercício de atividades económicas, e encontra-se sediada em Portugal

O capital social da sociedade é detido em 99,848% pelo Banco Santander, S.A..

As ações representativas do capital são todas da mesma espécie e categoria, conferindo iguais direitos aos respetivos titulares, incluindo o direito de voto e o de participação nos lucros.

Não há, conseqüentemente, ações privilegiadas de nenhum tipo. Do mesmo modo, inexistem restrições de qualquer natureza à transmissibilidade das ações, que é totalmente livre.

Não está consagrado nenhum sistema de participação dos trabalhadores no capital da Sociedade.

Sem embargo do exposto supra, nos termos estatutários, é atribuído um voto a cada cem ações.

Para que os acionistas tenham direito a participar na Assembleia Geral devem comprovar o registo ou depósito das ações em intermediários financeiros até ao terceiro dia útil anterior à data de realização da mesma.

A Sociedade não tem conhecimento de qualquer acordo parassocial que tenha sido celebrado entre acionistas.

Não estão estabelecidos pela sociedade quaisquer acordos cuja entrada em vigor esteja dependente da modificação da composição acionista da Sociedade ou que sejam alterados ou cessem na decorrência dela.

Doutra parte, não existem acordos que confirmam aos titulares da Administração direito à indemnização quando a cessação do vínculo que os liga à Sociedade resulte da sua própria iniciativa, de destituição ou despedimento com justa causa ou ocorra na sequência de uma oferta pública de aquisição.

## III. Órgãos Sociais

A Sociedade está organicamente estruturada na modalidade prevista no artigo 278º, nº 1. al. a) do CSC.

São órgãos sociais: a Assembleia Geral, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal, existindo ainda um Revisor Oficial de Contas autónomo do Conselho Fiscal, em cumprimento do disposto no artigo 413º, nº 1 al. b do CSC.

Os membros da Mesa da Assembleia Geral, do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, bem como o Revisor Oficial de Contas, são designados pela Assembleia Geral e os seus mandatos têm a duração de três anos, sendo permitida a sua reeleição por uma ou mais vezes

Existe ainda uma Comissão de Vencimentos designada pela Assembleia Geral.

Nos termos do artigo 8º dos Estatutos da Sociedade, a Mesa da Assembleia Geral é constituída por um Presidente e um Secretário.

O Conselho de Administração é o órgão de gestão da sociedade cabendo-lhe, nos mais amplos termos da lei, deliberar sobre quaisquer assuntos e praticar todos os atos relativos à mesma.

Nos termos dos estatutos da Sociedade, o Conselho de Administração é composto por um mínimo de três e um máximo de 15 vogais, consoante o que a Assembleia Geral fixar para cada mandato.

O Conselho de Administração reúne, pelo menos, uma vez por trimestre e sempre que for convocado pelo respetivo Presidente ou por dois Administradores.

Não estão conferidos ao Conselho de Administração poderes para deliberar aumentos do capital social da sociedade. Não estão também definidas regras especiais relativas à nomeação e substituição dos Administradores, bem como quanto a alterações estatutárias, aplicando-se a Lei Geral nestas matérias.

O Conselho de Administração é composto por uma Comissão Executiva, na qual estão delegados, nos termos do artigo 10º, n.º 2 dos Estatutos da Sociedade, todos os poderes permitidos pelo artigo 407º, nº 4, do CSC.

A Comissão Executiva é o órgão responsável pela gestão corrente dos negócios e pela representação da Sociedade. Reúne sempre que for convocada pelo seu Presidente ou por outros dois dos seus membros, seguindo continuamente a evolução dos negócios sociais, nomeadamente através da análise dos projetos em curso ou a desenvolver, bem como dos resultados atingidos.

A fiscalização da sociedade compete ao Conselho Fiscal e, conforme deliberado em Assembleia Geral a um revisor oficial de contas ou sociedade de revisores oficiais de contas que não sejam membros daquele órgão.

O Conselho Fiscal é composto por três membros, sendo um de entre eles o respetivo Presidente.

Das reuniões dos Órgãos Sociais são elaboradas atas que permitem uma adequada identificação dos seus participantes, incluindo do seu secretário, bem como uma adequada compreensão das matérias nelas tratadas, das deliberações tomadas, de eventuais recomendações formuladas ou dos assuntos que carecem de acompanhamento em reuniões futuras.

Os membros do órgão de administração e fiscalização submetem-se em permanência aos requisitos de adequação, idoneidade, aptidão, experiência, disponibilidade, independência e qualificações profissionais para o exercício do cargo que forem definidos pelas normas aplicáveis, submetendo-se às regras de avaliação periódicas, individuais e coletivas que vierem a ser definidas pela Sociedade.

Durante o ano de 2021 a composição dos órgãos sociais da Santander Totta, SGPS, SA foi seguinte:

#### **MESA DA ASSEMBLEIA GERAL**

Presidente:	José Manuel Galvão Teles
Vice-Presidente:	António Maria Pinto Leite
Secretário:	Secretário da Sociedade

#### **CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Presidente:	José Carlos Brito Sítima
Vice-Presidente:	Pedro Aires Coruche Castro e Almeida
Vogal:	Manuel António Amaral Franco Preto

#### **CONSELHO FISCAL**

Presidente:	José Duarte Assunção Dias
Vogais:	Fernando Jorge Marques Vieira Ricardo Manuel Duarte Vidal Castro
Suplente:	José Luís Areal Alves da Cunha

#### **REVISOR OFICIAL DE CONTAS**

PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, LDA., representada por José Manuel Henriques Bernardo<sup>1</sup>

#### **COMISSÃO EXECUTIVA**

Presidente:	Pedro Aires Coruche Castro e Almeida
Vogal:	Manuel António Amaral Franco Preto

#### **COMISSÃO DE VENCIMENTOS**

Presidente:	Jaime Pérez Renovales
Vogal:	Roberto di Bernardini

#### **SECRETÁRIO DA SOCIEDADE**

Secretário Efetivo:	João Afonso Pereira Gomes da Silva
Secretários Suplentes:	Bruno Miguel dos Santos de Jesus Cristina Isabel Cristovam Braz Vaz Serra

---

<sup>1</sup> O Revisor Oficial de Contas em funções, PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., por comunicação datada de 11 de maio de 2021, indicou como novo representante, Dr. José Manuel Henriques Bernardo

No dia 21 de dezembro de 2021, reuniu-se a Assembleia Geral dos Acionistas da Santander Totta, SGPS, SA e foi aprovada a eleição dos órgãos sociais, incluindo os membros da Mesa da Assembleia Geral, do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, da Comissão de Vencimentos e da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, para o Triénio 2022/2024.

O início do exercício de funções dos novos membros dos órgãos sociais ficou sujeito à autorização ou não oposição por parte das entidades de supervisão competentes, a qual foi obtida a 28 de março de 2022.

Os órgãos sociais da Santander Totta, SGPS, SA para o triénio 2022/2024, são:

#### **MESA DA ASSEMBLEIA GERAL**

Presidente:	António Maria Pinto Leite
Vice-Presidente:	Ricardo Andrade Amaro
Secretário:	Secretário da Sociedade

#### **CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Presidente:	José Carlos Brito Sítima
Vice-Presidente:	Pedro Aires Coruche Castro e Almeida
Vogais:	Manuel António Amaral Franco Preto Miguel Belo de Carvalho

#### **CONSELHO FISCAL**

Presidente:	José Duarte Assunção Dias
Vogais:	Henrique Salema de Carvalho e Silva Luís Paulo Glória Picardo de Sousa
Suplente:	José Luís Areal Alves da Cunha

#### **REVISOR OFICIAL DE CONTAS**

PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, LDA., representada por José Manuel Henriques Bernardo

#### **COMISSÃO DE VENCIMENTOS**

Presidente:	Jaime Pérez Renovales
Vogal:	Alexandra Brandão



## Política de Remuneração dos Membros do Órgão de Administração e Fiscalização

A seguinte declaração sobre a política de remuneração dos membros do órgão de Administração e Fiscalização da Santander Totta SGPS, S.A. (a «Sociedade»), a vigorar no ano de 2021, é proposta à Assembleia Geral de acionistas de aprovação das contas do exercício de 2020.

### 1. Enquadramento

O Grupo Santander adota práticas remuneratórias consistentes que cumprem com os normativos aplicáveis nas jurisdições onde desenvolve a sua atividade.

A retribuição é definida para promover uma cultura de elevado desempenho, na qual as pessoas são premiadas e reconhecidas pelo seu desempenho, competência e pelo impacto que têm no sucesso do Grupo e/ ou das suas filiais.

As práticas remuneratórias do Grupo Santander deverão sempre ser alinhadas com os interesses dos seus acionistas, colaboradores, clientes e da sociedade e, em particular, promover as boas condutas. O Grupo Santander assegura, através das suas práticas, que as políticas de retribuição promovam e sejam coerentes com uma sólida e eficaz gestão de riscos e com a manutenção de uma base sólida de capital.

### 2. A remuneração dos órgãos sociais da Sociedade

2.1. Os órgãos sociais da Sociedade são a Assembleia Geral, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal:

- a) **Assembleia Geral.** Os seus membros não são remunerados pelo exercício das funções na Sociedade.
- b) **Conselho Fiscal.** Os seus membros recebem uma remuneração fixa, paga nos seguintes termos: valor anual, pago 12 vezes ano.
- c) **Conselho de Administração.** Os membros do Conselho de Administração não auferem quaisquer remunerações, pensões de reforma ou quaisquer outros benefícios pelo exercício das suas funções, sendo remunerados apenas por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo com a sociedade, nomeadamente pela sua principal filial, o Banco Santander Totta.

Os montantes pagos a título de remuneração fixa e variável aos administradores e aos membros do órgão de fiscalização, por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade, totalizaram, no ano de 2020, o valor global de 2,7 milhões de euros.

### 3. Aspetos complementares

Todas as filiais da sociedade aplicam práticas remuneratórias consistentes entre si, nomeadamente as práticas decorrentes da política de remunerações em vigor a cada momento do Grupo Santander.

Lisboa, 20 de abril de 2021

## Declaração a que se refere a alínea c) do nº 1 do artigo 29º-G do Código de Valores Mobiliários

A alínea c) do nº.1 do artigo 29º-G do Código de Valores Mobiliários determina que cada uma das pessoas responsáveis da sociedade emita declaração cujo teor é aí definido.

Os membros do Conselho de Administração da Santander Totta, SGPS, S.A, aqui identificados nominativamente subscreveram individualmente a declaração que a seguir se transcreve:

“Declaro, nos termos e para os efeitos previstos na alínea c) do nº.1 do artigo 29º-G do Código de Valores Mobiliários que, tanto quanto é do meu conhecimento, o Relatório de Gestão, as Contas Anuais, a Certificação Legal das Contas e demais documentos de prestação de contas do Santander Totta, SGPS, S.A., todas relativas ao exercício de 2021, foram elaboradas em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados daquela sociedade e das empresas incluídas no perímetro da consolidação, e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição daquela sociedade e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, contendo uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam”.

### Conselho de Administração

---

José Carlos Brito Sítima

Presidente

---

Pedro Aires Coruche Castro e Almeida

Vice-Presidente

---

Manuel António Amaral Franco Preto

Vogal

---

Miguel Belo de Carvalho

Vogal

---

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS



## DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Notas	31-12-2021	31-12-2020
<b>ATIVO</b>			
Caixa, saldos de caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem	5	8.718.528	4.543.652
Ativos financeiros detidos para negociação	6	579.220	901.010
Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente contabilizados pelo justo valor através dos resultados	7	3.194.784	3.195.742
Instrumentos de capital		1.182.568	817.078
Títulos de dívida		2.012.216	2.378.664
Ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral	8	6.102.774	8.457.676
Instrumentos de capital		72.653	72.768
Títulos de dívida		3.050.819	5.244.837
Empréstimos e adiantamentos		2.979.302	3.140.071
Ativos financeiros pelo custo amortizado	9	40.383.981	39.833.021
Títulos de dívida		3.458.792	3.965.219
Empréstimos e adiantamentos		36.925.189	35.867.802
Derivados - Contabilidade de cobertura	10	7.447	23.719
Investimentos em filiais, empreendimentos conjuntos e associadas	11	108.235	131.136
Ativos tangíveis	12	497.563	584.511
Propriedades de investimento		213.731	250.531
Ativos tangíveis		283.832	333.980
Ativos intangíveis	12	35.760	39.231
Ativos por impostos	13	312.852	393.876
Outros ativos	14	169.559	175.428
Ativos não correntes e grupos para alienação classificados como detidos para venda	15	74.911	51.461
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>60.185.614</b>	<b>58.330.463</b>
<b>PASSIVO</b>			
Passivos financeiros detidos para negociação	6	571.183	920.602
Passivos financeiros contabilizados pelo justo valor através dos resultados	16	3.343.853	3.261.337
Passivos financeiros contabilizados pelo custo amortizado	17	49.618.366	47.052.864
Depósitos		46.216.138	44.280.137
Títulos de dívida emitidos		3.180.165	2.560.585
Outros passivos financeiros		222.063	212.142
Derivados - Contabilidade de cobertura	10	294.108	522.283
Provisões	18	886.091	950.932
Compromissos e garantias concedidos		51.179	57.466
Outras provisões		834.912	893.466
Passivos por impostos	13	357.472	391.264
Capital social reembolsável à vista	19	54.805	64.692
Outros passivos	20	435.576	446.049
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>55.561.454</b>	<b>53.610.023</b>
<b>CAPITAIS PRÓPRIOS</b>			
Capital	21	1.972.962	1.972.962
Instrumentos de capital próprio emitidos, exceto capital social	21	400.000	600.000
Outro rendimento integral acumulado	21	(132.147)	4.172
Rubricas que não serão reclassificados em resultados		(608.747)	(658.627)
Rubricas que podem ser reclassificados em resultados		476.600	662.799
Lucros retidos	21	482.914	197.228
Outras reservas	21	1.602.514	1.651.171
Ações próprias	21	(2.529)	(2.447)
Resultados atribuíveis aos proprietários da empresa-mãe	22	298.614	295.559
Participações minoritárias sem controlo	23	1.832	1.795
<b>TOTAL DOS CAPITAIS PRÓPRIOS</b>		<b>4.624.160</b>	<b>4.720.440</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E DOS CAPITAIS PRÓPRIOS</b>		<b>60.185.614</b>	<b>58.330.463</b>

O anexo faz parte integrante da demonstração da posição financeira consolidada em 31 de dezembro de 2021.

## SANTANDER TOTTA, SGPS, S.A.

## DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

		(Montantes expressos em milhares de Euros)	
	Notas	31-12-2021	31-12-2020
Rendimentos de juros	25	1.010.045	1.110.848
Despesas com juros	25	(280.403)	(324.208)
<b>MARGEM FINANCEIRA</b>		<b>729.642</b>	<b>786.640</b>
Rendimento de dividendos	26	1.537	1.734
Proporção dos lucros ou prejuízos de investimentos em filiais, empreendimentos conjuntos e associadas contabilizada pelo método da equivalência	27	16.085	14.553
Rendimentos de taxas e comissões	28	531.538	483.571
Despesas de taxas e comissões	28	(104.957)	(110.359)
Ganhos ou perdas com o desconhecimento de ativos e passivos financeiros não contabilizados pelo justo valor através dos resultados, valor líquido	29	129.561	93.832
Ganhos ou perdas com ativos e passivos financeiros detidos para negociação, valor líquido	29	(4.409)	(9.298)
Ganhos ou perdas com ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente contabilizados pelo justo valor através dos resultados, valor líquido	29	3.550	3.326
Ganhos ou perdas da contabilidade de cobertura, valor líquido	29	-	-
Diferenças cambiais ganhos ou perdas, valor líquido	29	13.505	11.192
Ganhos ou perdas com o desconhecimento de ativos não financeiros, valor líquido	30	13.044	15.620
Margem bruta de seguros de vida em que o risco é do tomador do seguro	31	81.930	73.208
Margem bruta da atividade de seguros	31	(65.690)	(55.972)
Outras receitas operacionais	32	20.848	21.353
Outras despesas operacionais	32	(10.012)	(11.718)
<b>PRODUTO BANCÁRIO</b>		<b>1.356.172</b>	<b>1.317.682</b>
<b>Despesas administrativas</b>	33	<b>(479.012)</b>	<b>(524.808)</b>
Despesas de pessoal		(282.080)	(324.383)
Outras despesas administrativas		(196.932)	(200.425)
<b>Contribuições em numerário para fundos de resolução e sistemas de garantia de depósitos</b>	34	<b>(37.679)</b>	<b>(35.624)</b>
<b>Depreciação</b>	12	<b>(49.732)</b>	<b>(52.405)</b>
<b>Provisões ou reversão de provisões</b>	18	<b>(243.411)</b>	<b>(66.707)</b>
Compromissos e garantias concedidos		6.288	(4.217)
Outras provisões		(249.699)	(62.490)
<b>Imparidades ou reversão de imparidades de ativos financeiros não contabilizados pelo justo valor através dos resultados</b>	18	<b>(73.525)</b>	<b>(187.632)</b>
Ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral		(38)	75
Ativos financeiros pelo custo amortizado		(73.487)	(187.707)
<b>Imparidades ou reversão de imparidades de ativos não financeiros</b>	18	<b>(16.777)</b>	<b>(16.013)</b>
<b>Ganhos ou perdas outros, valor líquido</b>	1.3 l)	<b>(35.075)</b>	<b>(34.495)</b>
<b>Lucros ou prejuízos com ativos não correntes e grupos para alienação classificados como detidos para venda não elegíveis como unidades operacionais descontinuadas</b>	35	<b>14.033</b>	<b>5.014</b>
<b>LUCROS OU PREJUÍZOS DE UNIDADES OPERACIONAIS EM CONTINUAÇÃO ANTES DE IMPOSTOS</b>		<b>434.994</b>	<b>405.012</b>
<b>Despesas ou receitas com impostos relacionadas com os resultados de unidades operacionais em continuação</b>	13	<b>(136.266)</b>	<b>(109.344)</b>
<b>LUCROS OU PREJUÍZOS DE UNIDADES OPERACIONAIS EM CONTINUAÇÃO APÓS DEDUÇÃO DE IMPOSTOS</b>		<b>298.728</b>	<b>295.668</b>
<b>LUCROS OU PREJUÍZOS DO PERÍODO</b>		<b>298.728</b>	<b>295.668</b>
Atribuíveis a participações minoritárias sem controlo	23	114	109
Atribuíveis aos proprietários da empresa-mãe		298.614	295.559

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados consolidados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS E DO OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL CONSOLIDADOS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

	Notas	(Montantes expressos em milhares de Euros)			
		2021		2020	
		Atribuível aos acionistas da Sociedade	Atribuível a interesses que não controlam	Atribuível aos acionistas da Sociedade	Atribuível a interesses que não controlam
<b>Lucros ou prejuízos do período</b>		<b>298.614</b>	<b>114</b>	<b>295.559</b>	<b>109</b>
<b>Outro rendimento integral</b>	21	<b>(135.055)</b>	<b>(56)</b>	<b>222.247</b>	<b>93</b>
<b>Rubricas que não serão reclassificadas em resultados</b>					
Remensuração com planos de pensões de benefício definido					
. Valor bruto	21	49.892	26	(5.585)	(2)
. Impacto fiscal		-	(1)	-	-
Variação do justo valor dos instrumentos de capital próprio contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral					
. Valor bruto	7	(812)	-	(238)	-
. Impacto fiscal		-	-	-	-
Variação do justo valor dos instrumentos de capital próprio contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral					
Proporção de outras receitas e despesas reconhecidas de investimentos em associadas					
. Valor bruto		492	(1)	(1.162)	
. Impacto fiscal		22	-	296	
<b>Rubricas que podem ser reclassificadas em resultados</b>					
Coberturas de fluxos de caixa	18				
Variação no justo valor					
. Valor bruto		43.603	19	8.383	4
. Impacto fiscal		(13.517)	(6)	(2.599)	(1)
Instrumentos de dívida contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral					
Transferências para resultados do período					
. Valor bruto	7	(258.217)	(72)	(162.735)	(71)
. Impacto fiscal		78.489	22	50.167	22
Empréstimos e adiantamentos contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral					
Ganhos ou perdas de avaliação imputados ao capital próprio					
Alteração do modelo de negócio (Nota 1.3 c))					
. Impacto inicial					
. Valor bruto	7	-	-	373.023	152
. Impacto fiscal		-	-	(115.637)	(46)
Variação no justo valor					
. Valor bruto	7	(68.716)	(63)	121.217	51
. Impacto fiscal		21.302	20	(37.578)	(15)
Variações na "shadow reserve":	21				
. Valor bruto		14.536	-	(9.063)	-
. Impacto fiscal		(3.416)	-	3.543	-
Proporção de outras receitas e despesas reconhecidas de investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas					
. Valor bruto		1.068	-	294	-
. Impacto fiscal		219	-	(80)	-
<b>Rendimento integral consolidado do período</b>		<b>163.559</b>	<b>58</b>	<b>517.806</b>	<b>202</b>

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados e do outro rendimento integral consolidados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021.



## DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO CONSOLIDADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Instrumentos de		Outro rendimento integral acumulado		Lucros	Outras	Ações	Lucros ou prejuízos	Interesses minoritários		Total do					
	Capital	capital próprio emitidos, exceto capital social	De justo valor	Por impostos					atribuíveis aos proprietários da empresa mãe	retidos		reservas	próprias	outras	rubricas	capital próprio
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>1.972.962</b>	<b>600.000</b>	<b>(226.905)</b>	<b>10.498</b>	<b>(137.618)</b>	<b>1.518.234</b>	<b>(2.447)</b>	<b>527.258</b>	<b>122</b>	<b>1.466</b>	<b>4.263.570</b>					
Aplicação dos resultados																
. Transferência para reservas (Nota 21)	-	-	-	-	396.046	131.212	-	(527.258)	(218)	218	-					
Distribuição de rendimentos - "Additional Tier 1 Instruments"	-	-	-	-	(61.200)	-	-	-	-	-	(61.200)					
Alienação de instrumentos de capital da carteira ao justo valor através de outro rendimento integral	-	-	(2.312)	589	-	1.723	-	-	-	-	-					
Outros	-	-	-	-	-	2	-	-	-	5	7					
Rendimento integral do exercício de 2020	-	-	324.208	(101.906)	-	-	-	295.559	202	-	518.063					
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>1.972.962</b>	<b>600.000</b>	<b>94.991</b>	<b>(90.819)</b>	<b>197.228</b>	<b>1.651.171</b>	<b>(2.447)</b>	<b>295.559</b>	<b>106</b>	<b>1.689</b>	<b>4.720.440</b>					
Aplicação dos resultados																
. Transferência para reservas (Nota 21)	-	-	-	-	285.686	9.873	-	(295.559)	(109)	109	-					
Reembolso de "Additional Tier 1 Instruments" (Nota 21)	-	(600.000)	-	-	-	-	-	-	-	-	(600.000)					
Emissão de "Additional Tier 1 Instruments" (Nota 21)	-	400.000	-	-	-	-	-	-	-	-	400.000					
Distribuição de rendimentos - "Additional Tier 1 Instruments"	-	-	-	-	-	(59.775)	-	-	-	-	(59.775)					
Aquisição de ações próprias (Nota 21)	-	-	-	-	-	-	(82)	-	-	-	(82)					
Transações com detentores de participações minoritárias	-	-	-	-	-	(19)	-	-	-	(21)	(40)					
Alienação de instrumentos de capital da carteira ao justo valor através de outro rendimento integral (Nota 8)	-	-	(1.498)	234	-	1.264	-	-	-	-	-					
Rendimento integral do exercício de 2021	-	-	(218.154)	83.099	-	-	-	298.614	58	-	163.617					
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>1.972.962</b>	<b>400.000</b>	<b>(124.661)</b>	<b>(7.486)</b>	<b>482.914</b>	<b>1.602.514</b>	<b>(2.529)</b>	<b>298.614</b>	<b>55</b>	<b>1.777</b>	<b>4.624.160</b>					

O anexo faz parte integrante da demonstração das alterações no capital próprio consolidado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

	(Montantes expressos em milhares de Euros)		
	Notas	31-12-2021	31-12-2020
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:</b>			
Rendimentos de juros e comissões		1.503.223	1.516.925
Despesas com juros e comissões		(426.651)	(384.873)
Despesas administrativas		(580.181)	(540.245)
Contribuições para os fundos de pensões	36	(23.860)	(19.400)
Resultados cambiais e outras receitas/despesas operacionais		2.903	2.309
Recuperação de créditos incobráveis	18	3.734	7.317
Recebimentos/(Pagamentos) de prémios de seguros		28.956	34.047
Resultados operacionais antes das alterações nos ativos e passivos operacionais		<u>508.124</u>	<u>616.080</u>
<b>(Aumentos) diminuições de ativos operacionais:</b>			
Ativos financeiros pelo custo amortizado - Instituições de crédito		(10.293)	751.463
Ativos financeiros detidos para negociação		321.790	172.419
Ativos financeiros pelo custo amortizado - Clientes		(607.073)	(3.016.579)
Ativos e passivos ao justo valor através de resultados		39.436	(187.837)
Ativos não correntes e grupos para alienação classificados como detidos para venda		70.393	(30.449)
Propriedades de investimento		36.801	1.981
Outros ativos		(103.607)	53.242
		<u>(252.553)</u>	<u>(2.255.760)</u>
<b>Aumentos (diminuições) de passivos operacionais:</b>			
Passivos financeiros contabilizados pelo custo amortizado - Instituições de crédito		(464.564)	2.084.040
Passivos financeiros contabilizados pelo custo amortizado - Clientes		2.447.224	810.477
Passivos financeiros detidos para negociação		(349.419)	(176.612)
Outros passivos		(62.896)	(1.345)
		<u>1.570.345</u>	<u>2.716.560</u>
Caixa líquida das atividades operacionais antes dos impostos sobre o rendimento		1.825.916	1.076.880
Impostos pagos		(51.662)	(194.950)
<b>Caixa líquida das atividades operacionais</b>		<u>1.774.254</u>	<u>881.930</u>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:</b>			
Dividendos recebidos	26	1.537	1.734
Aquisição ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral		(874)	(177.030)
Alienação/reembolso de ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral		2.011.935	1.397.059
Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente contabilizados pelo justo valor através dos resultados		958	(95.467)
Rendimentos adquiridos ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral		74.467	75.891
Aquisições de ativos tangíveis e intangíveis		(43.885)	(51.473)
Vendas de ativos tangíveis		4.476	12.092
Alienação de empresas subsidiárias e associadas	4	26.235	14.400
<b>Caixa líquida das atividades de investimento</b>		<u>2.074.849</u>	<u>1.177.206</u>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:</b>			
Reembolso de dívida titulada e subordinada		615.639	(878.797)
Remuneração paga de dívida emitida		(30.091)	(31.574)
Outros instrumentos de capital		(200.000)	-
Distribuição rendimento - "Additional Tier 1 Instruments"		(59.775)	(61.200)
<b>Caixa líquida das atividades de financiamento</b>		<u>325.773</u>	<u>(971.571)</u>
<b>Aumento (Diminuição) líquida de caixa e seus equivalentes</b>		<u>4.174.876</u>	<u>1.087.565</u>
Caixa e seus equivalentes no início do período		4.543.652	3.456.087
Caixa e seus equivalentes no fim do período		8.718.528	4.543.652

O Anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa consolidados para  
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

## NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS



## NOTA INTRODUTÓRIA

A Santander Totta, SGPS, S.A. (adiante igualmente designada por “Sociedade”, “Santander Totta”, “ST SGPS” ou “Grupo”) foi constituída no dia 16 de dezembro de 2004 no âmbito da operação de cisão / fusão do Banco Totta & Açores, S.A. (totta). Nos termos desta operação, as participações financeiras detidas pelo totta na Foggia, SGPS, S.A. (Foggia) e na então denominada Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. (“Santander Totta Seguros” ou “Companhia”) foram destacadas do património do totta e usadas para a realização em espécie do capital social da Santander Totta. Na mesma data, os restantes ativos e passivos do totta, em conjunto com o Banco Santander Portugal, S.A. (BSP), foram incorporados por fusão na Companhia Geral de Crédito Predial Português, S.A. (CPP) que alterou a sua designação para Banco Santander Totta, S.A. (“Banco”). A Santander Totta tem por objeto social a gestão de participações noutras empresas, como forma indireta do exercício de atividades económicas, e encontra-se sedeadada em Portugal.

Em 20 de dezembro de 2015, na sequência da medida de resolução aplicada pelo Banco de Portugal ao Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A. (Banif), o Grupo adquiriu a atividade bancária e um conjunto de ativos, passivos, elementos extrapatrimoniais e ativos sob gestão desta entidade.

Na sequência da deliberação do Conselho Único de Resolução no que respeita à aplicação de uma medida de resolução ao Banco Popular Español, S.A., tomada no dia 7 de junho de 2017, através do instrumento de alienação da totalidade da atividade, com a transmissão da totalidade das ações representativas do capital social do Banco Popular Español, S.A. para o Banco Santander, S.A., este passou a deter, indiretamente, a totalidade do capital social e dos direitos de voto do Banco Popular Portugal, S.A. (BAPOP). Neste sentido, em 27 de dezembro de 2017, o Banco comprou a totalidade do capital e dos direitos de voto do BAPOP procedendo nessa data à fusão por incorporação.

A Santander Totta está integrada na consolidação do Banco Santander, S.A. (*ultimate parent*). Os principais saldos e transações mantidos com empresas do Grupo Santander durante os exercícios de 2021 e 2020 encontram-se detalhados na Nota 38.

O Grupo dispõe de uma rede nacional de 358 balcões (434 balcões em 31 de dezembro de 2020). Tem ainda algumas filiais e escritórios de representação no estrangeiro e participações em empresas subsidiárias e associadas.

As demonstrações financeiras consolidadas e o Relatório de gestão de 31 de dezembro de 2021 foram aprovados em reunião do Conselho de Administração em 29 de março de 2022. Estas demonstrações financeiras estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas, mas é convicção do Conselho de Administração que as mesmas venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

## 1. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

### 1.1. Bases de apresentação das contas

As demonstrações financeiras consolidadas da Santander Totta foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), conforme adotadas pela União Europeia, de acordo com o Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho e efetivas à data de 1 de janeiro de 2005, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de fevereiro e pelo Aviso nº 5/2005, de 30 de dezembro, do Banco de Portugal. No que se refere às empresas do Grupo que utilizam normativos contabilísticos diferentes, são efetuados ajustamentos de conversão para as IAS/IFRS.

As políticas contabilísticas utilizadas pelo Grupo na preparação das suas demonstrações financeiras consolidadas referentes a 31 de dezembro de 2021, são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas com referência a 31 de dezembro de 2020.

A partir do exercício de 2020 o Grupo passou a apresentar as suas demonstrações financeiras de acordo com as orientações do Regulamento (EU 2017/1443 de 29 de junho de 2017).

As demonstrações financeiras consolidadas estão expressas em milhares de euros, arredondado ao milhar mais próximo.

Na preparação das demonstrações financeiras o Grupo segue a convenção de custo histórico, modificada quando aplicável, pela mensuração ao justo valor de: - Ativos financeiros detidos para negociação; - Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente contabilizados pelo justo valor através dos resultados; - Ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral; - Derivados, - Propriedades de Investimento e - Passivos financeiros contabilizados pelo justo valor através dos resultados.

As demonstrações financeiras do Grupo foram preparadas numa base de continuidade, uma vez que o Conselho de Administração considera que o Grupo dispõe de recursos necessários para continuar a operar. A avaliação efetuada pelo Conselho de Administração baseia-se num conjunto alargado de informação relacionada com as condições atuais e futuras, incluindo projeções sobre rentabilidade futura, fluxos de caixa, requisitos de capital e fontes de financiamento. As projeções efetuadas estão baseadas em diferentes cenários e incluem também o impacto na atividade do Grupo da incerteza provocada pela pandemia Covid – 19.

A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com as IFRS requer o uso de determinadas estimativas contabilísticas críticas, implicando também o exercício de julgamento pela Gestão, quanto à aplicação das políticas contabilísticas do Grupo. As áreas das demonstrações financeiras que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou as áreas cujos pressupostos e estimativas são significativos à preparação deste conjunto de demonstrações financeiras, encontram-se apresentadas na Nota 2.

No âmbito da aplicação das IFRS tal como aprovadas pela União Europeia, o Grupo adotou com referência a 1 de janeiro de 2021 as seguintes normas, alterações e interpretações:

- **IFRS 16** (alteração), 'Locações - Bonificações de rendas relacionadas com a COVID-19'. Esta alteração introduz um expediente prático para os locatários (mas não para os locadores), que os isenta de avaliar se as bonificações atribuídas pelos locadores no âmbito da COVID-19, qualificam como "modificações" quando estejam cumpridos cumulativamente três critérios: i) a alteração nos pagamentos de locação resulta numa retribuição revista para a locação que é substancialmente igual, ou inferior, à retribuição imediatamente anterior à alteração; ii) qualquer redução dos pagamentos de locação apenas afeta pagamentos devidos em, ou até 30 de junho de 2021; e iii) não existem alterações significativas a outros termos e condições da locação. Os locatários que optem pela aplicação desta isenção, contabilizam a alteração aos pagamentos das rendas, como rendas variáveis de locação no(s) período(s) no(s) qual(ais) o evento ou condição que aciona a redução de pagamento ocorre. Esta alteração é aplicada retrospectivamente com os impactos refletidos como um ajustamento nos resultados transitados (ou noutra componente de capital próprio, conforme apropriado) no início do período de relato anual em que o locatário aplica a alteração pela primeira vez.

- **IFRS 4** (alteração), 'Contratos de seguro – diferimento da aplicação da IFRS 9'. Esta alteração refere-se às consequências contabilísticas temporárias que resultam da diferença entre a data de entrada em vigor da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros e da futura IFRS 17 – Contratos de Seguro. Em especial, a alteração efetuada à IFRS 4 adia até 2023 a data de expiração da isenção temporária da aplicação da IFRS 9 a fim de alinhar a data efetiva desta última com a da nova IFRS 17.
- **IFRS 9, IAS 39, IFRS 7, IFRS 4 e IFRS 16** (alterações) 'Reforma das taxas de juro de referência - fase 2. Estas alterações tratam de questões que surgem durante a reforma de uma taxa de juro de referência, incluindo a substituição de uma taxa de juro de referência por outra alternativa, permitindo a adoção de isenções como: i) alterações na designação e documentação de cobertura; ii) valores acumulados na reserva de cobertura de fluxo de caixa; iii) avaliação retrospectiva da eficácia de uma relação de cobertura no âmbito da IAS 39; iv) alterações nas relações de cobertura para grupos de itens; v) presunção de que uma taxa de referência alternativa, designada como uma componente de risco não especificada contratualmente, é identificável separadamente e qualifica como um risco coberto; e vi) atualizar a taxa de juro efetiva, sem reconhecer ganho ou perda, para os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado com variações nos fluxos de caixa contratuais em consequência da reforma da IBOR, incluindo locações que são indexadas a uma IBOR.

No âmbito da "Reforma das taxas de juro de referência – fase 1" e por forma a gerir e controlar a revisão das taxas de juro de referência (que incluem, entre outras, EONIA, LIBOR e EURIBOR: A EONIA será descontinuada em Janeiro de 2022, a LIBOR deverá ser descontinuada em Dezembro de 2021 e a EURIBOR continua como um índice válido), o Grupo Santander criou um grupo de trabalho, onde o Grupo está inserido, para assegurar uma transição correta em todas as entidades e avaliar possíveis impactos.

O próximo quadro apresenta as principais rubricas de balanço abertas pelas taxas de referência:

	Empréstimos e adiantamentos	Depósitos	Títulos de dívida (ativo)	Títulos de dívida emitidos	Derivados negociação (ativo)	Derivados de cobertura (ativo)	Derivados de negociação (passivo)	Derivados de cobertura (passivo)	Compromissos por crédito
referenciado a EONIA	606.484	607.858	-	-	-	-	-	-	-
referenciado a EURIBOR	31.454.221	259.211	1.171.754	719.202	20.777	1.946	218.877	288.657	-
referenciado a LIBOR	53.686	94.027	15.665	-	17.172	5.501	17.281	5.451	-
dos quais: USD	33.890	77.791	10.992	-	17.172	5.501	-	5.343	-
dos quais: GBP	19.796	6.555	-	-	-	-	-	107	-
referenciado a taxa de juro fixa	7.732.456	37.646.439	7.185.705	2.460.963	541.271	-	335.025	-	6.934.861
referenciado a outros indexantes - taxa base	57.644	7.608.603	148.703	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>39.904.491</b>	<b>46.216.138</b>	<b>8.521.827</b>	<b>3.180.165</b>	<b>579.220</b>	<b>7.447</b>	<b>571.183</b>	<b>294.108</b>	<b>6.934.861</b>

No que se refere à aplicação da IAS 39 seguida pelo Grupo para a contabilidade de cobertura, os principais pressupostos assumidos no contexto desta Reforma das taxas de juro de referência foram:

- Nas coberturas de fluxos de caixa, o Grupo assumiu que os fluxos de caixa cobertos não foram afetados pela referida reforma, e em consequência continuam a cumprir com os requisitos. No Grupo não existe qualquer derivado de fluxos de caixa que tenha sido afetado pela reforma das taxas de referência.
- Na avaliação da eficácia prospetiva das coberturas de justo valor, o Grupo concluiu que a relação económica entre o elemento coberto e o instrumento de cobertura continua a existir uma vez que a taxa de juro de referência em que se baseia essa relação não é alterada pela referida reforma.



O valor nominal de instrumentos financeiros derivados de cobertura que foram afetados pela substituição das taxas de referência representa 4% do valor nominal total dos derivados de cobertura.

No que se refere aos instrumentos financeiros designados como elementos cobertos que foram afetados pela transição introduzida pela reforma das taxas de referência, o seu valor representa 4,2% do total de elementos cobertos.

Na sequência das normas e interpretações supra referidas não foram identificados impactos materiais.

Normas (novas e alterações) publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2022, e que a União Europeia já endossou:

- **IAS 16** (alteração) 'Rendimentos obtidos antes da entrada em funcionamento'. Alteração do tratamento contabilístico dado à contraprestação obtida com a venda de produtos que resultam da produção em fase de teste dos ativos fixos tangíveis, proibindo a sua dedução ao custo de aquisição dos ativos. Esta alteração é de aplicação retrospectiva, sem reexpressão dos comparativos.
- **IAS 37** (alteração) 'Contratos onerosos – custos de cumprir com um contrato. Esta alteração específica que na avaliação sobre se um contrato é ou não oneroso, apenas podem ser considerados os gastos diretamente relacionados com o cumprimento do contrato, como os custos incrementais relacionados com mão-de-obra direta e materiais e a alocação de outros gastos diretamente relacionados como a alocação dos gastos de depreciação dos ativos tangíveis utilizados para realizar o contrato. Esta alteração deverá ser aplicada aos contratos que, no início do primeiro período anual de relato ao qual a alteração é aplicada, ainda incluam obrigações contratuais por satisfazer, sem haver lugar à reexpressão do comparativo.
- **IFRS 3** (alteração) 'Referências à Estrutura conceptual'. Esta alteração atualiza as referências à Estrutura Conceptual no texto da IFRS 3, não tendo sido introduzidas alterações aos requisitos contabilísticos para as concentrações de atividades empresariais. Esta alteração também clarifica o tratamento contabilístico a adotar relativamente aos passivos e passivos contingentes no âmbito da IAS 37 e IFRIC 21 e proíbe o registo de ativos contingentes da adquirida numa concentração de atividades empresariais. Esta alteração é de aplicação prospetiva.
- **IFRS 16** (alteração), 'Locações - Bonificações de rendas relacionadas com a COVID-19 após 30 de junho de 2021' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de abril de 2021). A alteração estende a data de aplicação da alteração à IFRS 16 – 'Locações - Bonificações de rendas relacionadas com a COVID-19' de 30 de junho de 2021 até 30 de junho de 2022. As condições de aplicação do expediente prático mantêm-se, sendo que: i) caso o locatário já estiver a aplicar o expediente prático de 2020, terá de continuar a aplicá-lo a todos os contratos de locação com características similares, e em condições comparáveis; e ii) caso o locatário não tenha aplicado o expediente prático às bonificações de rendas elegíveis de 2020, não poderá aplicar esta extensão à alteração de 2020. Esta alteração é aplicada retrospectivamente com os impactos refletidos como um ajustamento ao saldo de abertura dos resultados transitados do período de relato anual em que o locatário aplica esta alteração pela primeira vez.

- **IFRS 17** (nova), 'Contratos de seguro' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023). Esta nova norma substitui o IFRS 4 e é aplicável a todas as entidades que emitam contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária. A IFRS 17 baseia-se na mensuração corrente das responsabilidades técnicas, as quais são reavaliadas a cada data de relato. A mensuração corrente pode ser efetuada pela aplicação do modelo completo ("building block approach") ou simplificado ("premium allocation approach"). O modelo completo baseia-se em cenários de fluxos de caixa descontados ponderados pela probabilidade de ocorrência e ajustados pelo risco, e uma margem de serviço contratual, a qual representa a estimativa do lucro futuro do contrato. Alterações subsequentes dos fluxos de caixa estimados são ajustados contra a margem de serviço contratual, exceto se esta se tornar negativa. A IFRS 17 é de aplicação retrospectiva com algumas isenções na data da transição
- **IFRS 17** (alteração), 'Contratos de seguro' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023). Esta alteração compreende alterações específicas em oito áreas da IFRS 17, tais como: i) âmbito; ii) nível de agregação dos contratos de seguros; iii) reconhecimento; iv) mensuração; v) modificação e desreconhecimento; vi) apresentação da Demonstração da posição financeira; vii) reconhecimento e mensuração da Demonstração dos resultados; e viii) divulgações. Esta alteração também inclui clarificações, que têm como objetivo simplificar alguns dos requisitos desta norma e agilizar a sua implementação.
- **IAS 1** (alteração), 'Apresentação das demonstrações financeiras - classificação de passivos'. Esta alteração pretende clarificar a classificação dos passivos como saldos correntes ou não correntes em função dos direitos que uma entidade tem de diferir o seu pagamento, no final de cada período de relato. A classificação dos passivos não é afetada pelas expectativas da entidade (a avaliação deverá determinar se um direito existe, mas não deverá considerar se a entidade irá ou não exercer tal direito), ou por eventos ocorridos após a data de relato, como seja o incumprimento de um "covenant". Esta alteração inclui ainda uma nova definição de "liquidação" de um passivo. Esta alteração é de aplicação retrospectiva.
- **IAS 1** (alteração), 'Divulgação de políticas contabilísticas'. Alteração aos requisitos de divulgação de políticas contabilísticas baseadas na definição de "material" em detrimento de "significativo". A informação relativa a uma política contabilística considera-se material caso, na ausência da mesma, os utilizadores das demonstrações financeiras não tenham a capacidade de compreender outras informações financeiras incluídas nessas mesmas demonstrações financeiras. As informações imateriais relativas a políticas contabilísticas não precisam de ser divulgadas. O *IFRS Practice Statement 2*, foi também alterado para clarificar como se aplica o conceito de "material" à divulgação de políticas contabilísticas.
- **IAS 8** (alteração), 'Divulgação de estimativas contabilísticas'. Introdução da definição de estimativa contabilística e a forma como esta se distingue das alterações de políticas contabilísticas. As estimativas contabilísticas passam a ser definidas como valores monetários sujeitos a incerteza na sua mensuração, utilizadas para concretizar o(s) objetivo(s) de uma política contabilística.
- **Melhorias às normas 2018 – 2020**. Este ciclo de melhorias altera os seguintes normativos: IFRS 1, IFRS 9, IFRS 16 e IAS 41.

Adicionalmente, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras encontram-se publicadas as seguintes normas e melhorias ainda não adotadas pelo Grupo, em virtude da sua aplicação não ser ainda obrigatória ou de não terem sido aprovadas (“*endorsed*”) pela União Europeia:

- **IAS 12** (alteração), ‘Imposto diferido relacionado com ativos e passivos associados a uma única transação’. A IAS 12 passa a exigir que as entidades reconheçam imposto diferido sobre determinadas transações específicas, quando o seu reconhecimento inicial dê origem a valores iguais de diferenças temporárias tributáveis e diferenças temporárias dedutíveis. As transações sujeitas referem-se ao registo de: i) ativos sob direito de uso e passivos de locação; e ii) provisões para desmantelamento, restauro ou passivos semelhantes, e os correspondentes valores reconhecidos como parte do custo do ativo relacionado, quando na data do reconhecimento inicial não relevem para efeitos fiscais. Estas diferenças tributáveis deixam de ser sujeitas à isenção de reconhecimento inicial de impostos diferidos. O efeito acumulado da aplicação inicial desta alteração é reconhecido como um ajustamento ao saldo de abertura dos resultados transitados (ou outro componente do capital próprio, conforme apropriado) do período comparativo mais antigo apresentado.
- **IFRS 17** (alteração), ‘Aplicação inicial da IFRS 17 e IFRS 9 - Informação Comparativa’. Esta alteração aplica-se apenas às seguradoras na transição para a IFRS 17 e permite a adoção de um “*overlay*” na classificação de um ativo financeiro para o qual a entidade não efetue a aplicação retrospectiva, no âmbito da IFRS 9. Esta alteração visa evitar desfasamentos contabilísticos temporários entre ativos financeiros e passivos de contratos de seguro, na informação comparativa apresentada na aplicação inicial da IFRS 17, prevendo: (i) a aplicação ativo financeiro a ativo financeiro; (ii) a apresentação da informação comparativa como se os requisitos de classificação e mensuração da IFRS 9 tivessem sido aplicados a esse ativo financeiro, mas sem exigir que uma entidade aplique os requisitos de imparidade da IFRS 9; e (iii) a obrigação de utilizar informações razoáveis e suportadas disponíveis na data de transição, para determinar como a entidade espera que esse ativo financeiro seja classificado de acordo com a IFRS 9.

Na sequência da adoção das normas e interpretações supra referidas não foram identificados impactos materiais.

#### 1.2. Consolidação de empresas filiais e entidades sob controlo conjunto e registo de empresas associadas (IFRS10, IFRS11, IAS 28 e IFRS3)

As demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas refletem os ativos, passivos, rendimentos, gastos, outros rendimentos integrais e fluxos de caixa do Grupo e as das entidades controladas por si direta e indiretamente (Nota 4), incluindo entidades com finalidade especial.

Subsidiárias são entidades controladas pelo Grupo. O Grupo controla uma entidade quando detém o poder de dirigir as atividades relevantes da entidade, e quando está exposto, ou tenha direito, à variabilidade nos retornos provenientes do seu envolvimento com essa entidade e possa apoderar-se dos mesmos através do poder que detém sobre as atividades relevantes dessa entidade. As demonstrações financeiras das empresas subsidiárias são consolidadas pelo método da integração global a partir do momento em que o Grupo assume o controlo sobre as suas atividades até ao momento em que o controlo cessa. As transações e os saldos entre as empresas objeto de consolidação foram eliminados. Adicionalmente, quando aplicável, são efetuados ajustamentos de consolidação de forma a assegurar a consistência na aplicação dos princípios contabilísticos. O valor correspondente à participação de terceiros nas empresas subsidiárias que foram consolidadas pelo método da integração global é apresentado na rubrica "Participações minoritárias sem controlo" (Nota 23). Adicionalmente, em resultado da aplicação da IFRS 10 – "Demonstrações Financeiras Consolidadas", o Grupo inclui no seu perímetro de consolidação entidades com finalidade especial, nomeadamente veículos e fundos criados no âmbito de operações de titularização, quando exerce sobre as mesmas um controlo financeiro e operacional efetivo e quando está exposto à maioria dos riscos e benefícios associados à respetiva atividade.

As perdas acumuladas de uma subsidiária são atribuídas aos interesses que não controlam nas proporções detidas, o que poderá implicar o reconhecimento de interesses que não controlam de valor negativo.

Numa operação de aquisição por etapas (*step acquisition*) que resulte na aquisição de controlo, qualquer participação minoritária anteriormente detida é reavaliada ao justo valor por contrapartida de resultados aquando do cálculo do *goodwill*. No momento de uma venda parcial, da qual resulte a perda de controlo sobre uma subsidiária, qualquer participação minoritária remanescente retida é reavaliada ao justo valor na data da venda e o ganho ou perda resultante dessa reavaliação é registado por contrapartida de resultados.

Por outro lado, o Grupo gere ativos detidos por fundos de investimento, cujas unidades de participação são detidas por terceiros. As demonstrações financeiras dos fundos de investimento não são incluídas no perímetro de consolidação do Grupo, exceto quando este detém o controlo desses fundos de investimento, nomeadamente quando tem mais de 50% das suas unidades de participação, casos esses em que aqueles fundos são consolidados pelo método da integração global. De acordo com o estabelecido na IAS 32 e na IFRS 10, o valor correspondente à participação de terceiros nos fundos de investimento que foram consolidados pelo método da integração global é apresentado como um passivo na rubrica "Capital social reembolsável à vista". Os interesses que não controlam de resultados do Fundo Novimovest são reconhecidos como uma dedução à rubrica "Outras receitas/despesas operacionais" atendendo à natureza dos principais rendimentos auferidos por esse fundo.

Os investimentos financeiros em associadas são registados registadas pelo método da equivalência patrimonial, a partir do momento em que o Grupo passa a deter influência significativa até ao momento em que a mesma cessa. As empresas associadas são entidades nas quais o Grupo exerce influência significativa mas em que não detém o seu controlo. Entende-se existir influência significativa quando se detém uma participação financeira (direta ou indireta) superior a 20%, mas inferior a 50% (com direitos de voto proporcionais à participação) ou o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais de uma entidade, mas sem haver controlo nem controlo conjunto sobre a mesma.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as demonstrações financeiras consolidadas incluem a parte atribuível ao Grupo do total do capital próprio e dos lucros e prejuízos reconhecidos pelas empresas associadas. Os dividendos atribuídos pelas Associadas reduzem ao valor do investimento realizado pelo Grupo. O Grupo realiza testes de imparidade para os seus investimentos em associadas, sempre que se verifiquem indícios de imparidade. As perdas de imparidade contabilizadas em períodos anteriores podem ser reversíveis, até ao limite das perdas acumuladas.

O goodwill corresponde à diferença positiva entre o custo de aquisição dos negócios e a percentagem efetiva equivalente no justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes das empresas subsidiárias e associadas adquiridas, assim como quaisquer instrumentos de Capital Próprio emitidos pelo Grupo. Com uma periodicidade mínima anual, o Grupo realiza testes de imparidade ao *goodwill*, de acordo com os requisitos da IAS 36 – “Imparidade de ativos”. Para este efeito, o *goodwill* é alocado a unidades geradoras de fluxos de caixa, nunca superiores ao grupo de ativos que compõem cada segmento operacional do Grupo, sendo apurado o respetivo valor recuperável com base em estimativas de “*cash-flows*” futuros, atualizadas com base em taxas de desconto consideradas apropriadas pelo Grupo e assentes em metodologias apropriadas e aceites. As perdas por imparidade associadas ao goodwill são registadas em resultados do exercício e não podem ser revertidas. O goodwill das empresas associadas é incluído no valor de balanço da participação, sendo esta sujeita a testes de imparidade.

Na data da primeira adoção das IFRS, o Grupo decidiu não aplicar retrospectivamente a IFRS 3 – “Concentrações de atividades empresariais” (IFRS 3). Neste sentido, o goodwill resultante de aquisições ocorridas até 1 de janeiro de 2004 encontra-se deduzido ao capital próprio de acordo com a anterior política contabilística seguida. Por outro lado, as diferenças de consolidação negativas anteriormente registadas foram acrescidas ao capital próprio, tal como permitido pela IFRS 1.

As aquisições de empresas subsidiárias e associadas ocorridas após 1 de janeiro de 2004 foram registadas pelo método da compra. O Grupo reconheceu o justo valor dos ativos adquiridos e passivos assumidos ou efetuou a respetiva valorização de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro aplicáveis para alguns ativos e passivos em que aquele não é o princípio de mensuração previsto na IFRS 3 – “Concentrações de atividades empresariais”. O custo de aquisição equivaleu ao valor determinado à data da compra, dos ativos adquiridos e dos passivos incorridos ou assumidos e das contingências, nos termos da IFRS 3. Deste modo, o Grupo aplicou a IAS 19 aos ativos adquiridos e aos passivos assumidos relacionados com os benefícios de colaboradores e a IAS 12 aos ativos adquiridos e aos passivos assumidos relacionados com impostos sobre o rendimento.

Adicionalmente, sempre que se identifique que o justo valor dos ativos adquiridos e dos passivos incorridos ou assumidos, e após a sua confirmação nos termos previstos na IFRS 3, é superior ao custo de aquisição (ganho na compra a desconto), o diferencial é reconhecido na demonstração dos resultados. Nos termos da IFRS 3, o Grupo tem um período máximo de um ano contado a partir da data de aquisição para obter informação em falta e eventualmente corrigir de forma retrospectiva o valor dos ativos adquiridos e passivos assumidos e, conseqüentemente, o resultado determinado na compra.

Com a aplicação das alterações às normas IFRS 3 e IAS 27, o Grupo definiu como política contabilística a valorização ao justo valor por resultados nos casos em que existe alteração de controlo por aquisição em diferentes fases de participadas. Nesses casos, a participação adquirida previamente ao momento de alteração de controlo é reavaliada ao justo valor por resultados. O *goodwill* é apurado nessa data como a diferença entre o custo total de aquisição e a proporção do justo valor dos ativos e passivos da participada. Do mesmo modo, da aplicação das alterações às normas acima referidas, o Grupo reavaliou por resultados as participações nas quais perdeu o controlo.

As políticas contabilísticas das subsidiárias e das associadas são alteradas, sempre que necessário, de forma a garantir que as mesmas são aplicadas de forma consistente por todas as empresas do Grupo.

### 1.3. Resumo das principais políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras anexas, foram as seguintes:

#### a) Especialização dos exercícios

A Santander Totta adota o princípio contabilístico da especialização de exercícios em relação à generalidade das rubricas das demonstrações financeiras. Assim, os gastos e rendimentos são registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

#### b) Transações em moeda estrangeira

As contas da Sociedade são preparadas na divisa do ambiente económico em que opera ("moeda funcional"), sendo expressas em euros.

As transações em moeda distinta da moeda funcional, e os correspondentes rendimentos e gastos, são registadas ao câmbio da data em que ocorrem. Em cada data de balanço, os ativos e passivos expressos em moeda distinta da moeda funcional são convertidos à taxa de câmbio oficial de divisas ("fixing" do Banco de Portugal).

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o câmbio das principais moedas distintas da moeda funcional era:

	2021	2020
Moedas		
USD	1,13260	1,22710
GBP	0,84028	0,89903

#### c) Instrumentos financeiros

A classificação dos **ativos financeiros** segue três critérios:

- O modelo de negócio sob o qual os ativos financeiros são geridos;
- O tipo de instrumento financeiro isto é (i) instrumentos financeiros derivados, (ii) instrumentos de capital próprio ou (iii) instrumentos financeiros de dívida; e
- As características dos fluxos de caixa contratuais dos instrumentos financeiros de dívida (que representem apenas pagamentos de capital e juros).



Neste contexto, as categorias de ativos financeiros previstas para instrumentos financeiros de dívida são:

- Um instrumento financeiro de dívida que (i) seja gerido sob um modelo de negócio cujo objetivo passe por manter os ativos financeiros em carteira e receber todos os seus fluxos de caixa contratuais e (ii) tenha fluxos de caixa contratuais em datas específicas que correspondam exclusivamente ao pagamento de capital e juros sobre o capital em dívida - deve ser mensurado ao custo amortizado, a menos que seja designado ao justo valor por resultados sob a opção de justo valor – “Hold to Collect”.
- Um instrumento financeiro de dívida que (i) seja gerido sob um modelo de negócio cujo objetivo é alcançado quer através do recebimento dos fluxos de caixa contratuais quer através da venda dos ativos financeiros e (ii) contemplem cláusulas contratuais que dão origem a fluxos de caixa que correspondam exclusivamente ao pagamento de capital e juros sobre o capital em dívida - deve ser mensurado ao justo valor através de outro rendimento integral (“FVTOCI”), a menos que seja designado ao justo valor por resultados sob a opção de justo valor – “Hold to Collect & Sale”.
- Todos os restantes instrumentos financeiros de dívida devem ser mensurados ao seu justo valor através de resultados (“FVTPL”).

O Grupo avaliou os seus modelos de negócio tendo por base um conjunto alargado de indicadores entre os quais se destacam o seu plano de negócios e as atuais políticas de gestão do risco. Para o modelo de negócio “Hold to Collect”, por forma a avaliar a frequência e materialidade das vendas, foram definidos thresholds quantitativos tendo por base a experiência passada. As vendas previstas para os ativos financeiros classificados neste modelo de negócio não ultrapassam os thresholds definidos pelo Grupo.

No que respeita aos restantes instrumentos financeiros, em concreto os instrumentos de capital próprio e derivados, estes por definição, são classificados ao justo valor através de resultados. Para os instrumentos de capital próprio, existe a opção irrevogável de designar que todas as variações de justo valor sejam reconhecidas em outro rendimento integral, sendo que neste caso, apenas os dividendos são reconhecidos em resultados, pois os ganhos e perdas não são reclassificados para resultados mesmo aquando do seu desreconhecimento/venda.

#### Reclassificações entre carteiras de instrumentos financeiros

De acordo com a IFRS 9, caso a entidade altere o seu modelo de negócio, deverá proceder à reclassificação dos respetivos ativos de acordo com o seu novo modelo de negócio. De acordo com a referida norma, estas alterações devem ser pouco frequentes devendo cumprir com os seguintes requisitos, nomeadamente:

- A alteração do respetivo modelo de negócio deverá ser tomada pela Administração;
- A referida alteração deverá impactar significativamente nas operações da entidade; e
- A alteração deverá ser demonstrável a entidades externas.

Em março de 2020 a administração do Banco, em virtude dos eventos mencionados na Nota 8, tomou a decisão de descontinuar a atividade de concessão de créditos que requirem financiamento estável e em grandes montantes e prazos, dentro desta atividade encontra-se o financiamento direto ao estado português. Esta decisão foi (i) devidamente documentada internamente, (ii) disseminada por toda a estrutura do Banco e (iii) e devidamente comunicada a todos os *stakeholders*. É entendimento da gestão, que os créditos impactados pela alteração do modelo de negócio têm um impacto significativo no Balanço do Banco, tal como pode ser demonstrado na Nota 8.

Face ao exposto, e uma vez cumpridos todos os impactos requisitos definidos na IFRS 9, o Banco procedeu à reclassificação dos respetivos contratos, passando os mesmos a ser mensurados pelo justo valor através de outro rendimento integral, quando anteriormente eram mensurados pelo custo amortizado. A diferença entre o justo valor e respetivo valor de balanço na data da reclassificação, foi reconhecida em outro rendimento integral, conforme se apresenta:

	Mensuração	
	Custo amortizado	Ao justo valor através de outro rendimento integral
Crédito concedido	2.300.000	2.300.000
Juros a receber	49.478	49.478
Justo valor	-	373.172
Correções de valor de ativos objeto de cobertura	258.180	258.180

#### Venda de créditos

Os ganhos e perdas obtidos na venda de créditos a título definitivo são registados na rubrica da demonstração dos resultados "Imparidade de ativos financeiros pelo custo amortizado". Estes ganhos ou perdas correspondem à diferença entre o valor de venda fixado e o valor de balanço desses ativos, líquido de perdas por imparidade.

#### Crédito titularizado não desreconhecido

O Grupo não desreconhece do ativo os créditos vendidos nas operações de titularização quando:

- mantém o controlo sobre as operações;
- continua a receber parte substancial da sua remuneração; e
- mantém parte substancial do risco sobre os créditos transferidos.

Os créditos vendidos e não desreconhecidos são registados na rubrica "Ativos financeiros pelo custo amortizado" e são sujeitos a critérios contabilísticos idênticos às restantes operações de crédito. Os juros e comissões associados à carteira de crédito titularizada são periodificados de acordo com o respetivo prazo das operações de crédito.

A manutenção do risco e/ou benefício é representada pelas obrigações com grau de risco mais elevado emitidas pelo veículo de titularização. O valor registado no ativo e no passivo representa a proporção do risco/benefício detido pelo Grupo (envolvimento continuado).

As obrigações emitidas pelos veículos de titularização e detidas por entidades do Grupo são eliminadas no processo de consolidação.

#### Desreconhecimento

Os ativos são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais do Grupo ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, o Grupo tenha transferido o controlo sobre os ativos.

#### Garantias prestadas e compromissos irrevogáveis

As responsabilidades por garantias prestadas e compromissos irrevogáveis são registadas em rubricas extrapatrimoniais pelo valor em risco, sendo os fluxos de juros, comissões ou outros rendimentos registados em resultados ao longo do período de vigência dessas operações.

As garantias de performance são inicialmente reconhecidas ao justo valor, que é normalmente evidenciado pelo valor das comissões recebidas no período de duração do contrato. Aquando da quebra contratual, o Banco tem o direito de reverter a garantia, sendo os valores reconhecidos em Ativos financeiros pelo custo amortizado após a transferência da compensação de perdas para o beneficiário da garantia.

#### Reconhecimento de rendimentos e despesas de taxas e comissões

Os rendimentos de taxas e comissões obtidos na execução de um ato significativo, como por exemplo comissões na sindicância de empréstimos, são reconhecidos em resultados quando o ato significativo tiver sido concluído.

Os rendimentos de taxas e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no exercício a que se referem.

Os rendimentos de taxas e comissões que integram a remuneração de instrumentos financeiros são registados em resultados pelo método da taxa de juro efetiva.

O reconhecimento de despesas de taxas e comissões é efetuado de acordo com os mesmos critérios adotados para os rendimentos.

#### Ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral

Os ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral incluem instrumentos de capital e de dívida que são registados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor acrescidos dos custos de transação, e subsequentemente mensurados pelo justo valor. Os ganhos e perdas relativos à variação subsequente do justo valor são refletidos em rubrica específica do capital próprio denominada "Outro rendimento integral acumulado" até à sua venda onde são reclassificados para resultados do período, com exceção dos instrumentos de capital que se mantêm em capital.

Os juros inerentes são calculados de acordo com o método da taxa de juro efetiva e registados em resultados na rubrica de “Rendimentos de juros”.

Os rendimentos de títulos de rendimento variável são reconhecidos na rubrica da demonstração dos resultados “Rendimento de dividendos” na data em que são atribuídos. De acordo com este critério, os dividendos antecipados são registados como rendimentos no exercício em que é deliberada a sua distribuição.

#### Ativos e passivos financeiros detidos para negociação e ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente contabilizados pelo justo valor através de resultados

Os ativos financeiros detidos para negociação incluem títulos de rendimento variável em mercados ativos adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Os derivados de negociação com valor líquido a receber (justo valor positivo), bem como as opções compradas são incluídos na rubrica de ativos financeiros detidos para negociação. Os derivados de negociação com valor líquido a pagar (justo valor negativo), bem como as opções vendidas são incluídos na rubrica de passivos financeiros detidos para negociação.

Ativos e passivos financeiros detidos para negociação e ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente contabilizados pelo justo valor através de resultados são reconhecidos inicialmente ao justo valor, com os gastos associados às transações reconhecidos em resultados no momento inicial. Os ganhos e perdas decorrentes da valorização subsequente ao justo valor são reconhecidos na demonstração dos resultados, nas rubricas “Ganhos ou perdas com ativos e passivos financeiros detidos para negociação, valor líquido” e “Ganhos ou perdas com ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente contabilizados pelo justo valor através dos resultados, valor líquido”, respetivamente.

O justo valor dos ativos financeiros detidos para negociação e transacionados em mercados ativos é o seu “bid-price” mais representativo, dentro do intervalo “bid-ask” ou a sua cotação de fecho à data do balanço. Se um preço de mercado não estiver disponível, o justo valor do instrumento é estimado com base em técnicas de valorização, que incluem modelos de avaliação de preços ou técnicas de “discounted cash flows”. Quando são utilizadas técnicas de “discounted cash flows”, os fluxos financeiros futuros são estimados de acordo com as expectativas da gestão e a taxa de desconto utilizada corresponde à taxa de mercado para instrumentos financeiros com características semelhantes. Nos modelos de avaliação de preços, os dados utilizados correspondem a informações sobre preços de mercado.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados que não sejam transacionados em bolsa, incluindo a componente de risco de crédito atribuído às partes envolvidas na operação (“Credit Value Adjustments” e “Debit Value Adjustments”), é estimado com base no montante que seria recebido ou pago para liquidar o contrato na data em análise, considerando as condições de mercado vigentes, bem como a qualidade creditícia dos intervenientes.

#### Passivos financeiros contabilizados pelo justo valor através de resultados

Os contratos de investimento comercializados pela Santander Totta Seguros e sem risco de seguro significativo são considerados contratos de investimento e contabilizados de acordo com os requisitos da Norma IFRS 9.

Estes contratos incluem a totalidade dos produtos em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro (doravante designados unit-linked) e contratos de investimento sem participação discricionária nos resultados.

Os passivos financeiros designados como passivos financeiros contabilizados pelo justo valor através de resultados dizem exclusivamente respeito a estes produtos unit-linked. A Santander Totta Seguros não garante aos tomadores de seguros nem o capital investido nem qualquer remuneração mínima nesses produtos, sendo o risco de investimento integralmente suportado pelos tomadores de seguro.

Os ativos investidos pela seguradora como cobertura dos produtos unit-linked estão contabilizados como ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente contabilizados pelo justo valor através de resultados, e mensurados em conformidade. O impacto da mensuração ao justo valor desses ativos é igualmente refletida na valorização dos passivos unit-linked. Os ganhos e perdas decorrentes da valorização tanto dos ativos como dos passivos são reconhecidos na demonstração dos resultados na rubrica "Margem bruta de seguros de vida em que o risco é do tomador do seguro".

#### Passivos financeiros contabilizados pelo custo amortizado

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu justo valor, o qual normalmente corresponde à contraprestação recebida, líquida de custos de transação e são mensurados ao custo amortizado, de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

Os passivos financeiros correspondem essencialmente a recursos de bancos centrais, de outras instituições de crédito, depósitos de clientes e emissões de obrigações.

#### Operações de venda com acordo de recompra

Os títulos vendidos com acordo de recompra são mantidos na carteira onde estavam originalmente registados. Os fundos recebidos são registados na data de liquidação, em conta específica do passivo, sendo periodificados os respetivos juros a pagar.

#### Transações em mercado secundário

O Grupo efetua recompras de obrigações emitidas em mercado secundário. As compras e vendas de obrigações próprias são incluídas proporcionalmente nas respetivas rubricas da dívida emitida (capital, juros e comissões) e as diferenças entre o montante liquidado e o respetivo valor contabilísticos.

## **Contabilidade de cobertura**

O modelo de contabilidade de cobertura da IFRS 9 visa não só simplificar o processo de criação e manutenção das relações de cobertura, mas também alinhar a contabilização destas relações com as atividades de gestão de risco de cada instituição, alargar a elegibilidade de um maior número de instrumentos cobertos e de cobertura, mas também tipos de risco.

A IFRS 9 ainda não contempla regras para a contabilização de coberturas denominadas de macro-hedging, sendo que estas se encontram ainda a ser definidas pelo IASB. Em virtude desta limitação da IFRS 9, e no que se refere à contabilidade de cobertura, é permitido às instituições optarem por manter os princípios contabilísticos da IAS 39 (apenas para a contabilidade de cobertura) até à conclusão do projeto de macro-hedging pelo IASB. Neste enquadramento, o Grupo decidiu continuar a aplicar a contabilidade de cobertura definida no âmbito da IAS 39.

O Grupo utiliza instrumentos financeiros derivados, nomeadamente para cobertura do risco de taxa de juro, resultante de atividades de financiamento e de investimento. Os derivados que se qualificam para aplicação de contabilidade de cobertura são registados ao seu justo valor e os ganhos ou perdas são reconhecidos de acordo com o modelo de contabilidade de cobertura adotado pelo Grupo.

Nos termos previstos na norma, a aplicação da contabilidade de cobertura só é possível quando se verificam cumulativamente os seguintes requisitos:

- Existência de documentação formal da relação de cobertura e da estratégia de gestão de risco do Banco;
- Expectativa inicial de que a relação de cobertura seja altamente eficaz;
- A efetividade da cobertura pode ser fiavelmente mensurada;
- A cobertura é avaliada numa base contínua e efetivamente determinada como sendo altamente efetiva ao longo do período do relato financeiro;
- Em relação à cobertura de uma transação prevista, esta é altamente provável e apresenta uma exposição a variações nos fluxos de caixa que poderiam em última análise afetar os resultados.

A contabilidade de cobertura apenas é aplicada a partir do momento em que todos aqueles requisitos são cumpridos. Do mesmo modo, se em algum momento a eficácia da cobertura deixar de se situar no intervalo entre 80% e 125% a contabilidade de cobertura é descontinuada.

### Cobertura de justo valor

Os ganhos ou perdas na reavaliação de um instrumento financeiro derivado de cobertura são reconhecidos em resultados. Caso a cobertura seja eficaz, os ganhos ou perdas resultantes da variação no justo valor do elemento coberto relativo ao risco que está a ser objeto de cobertura são igualmente reconhecidos em resultados.



Se um instrumento de cobertura se vence ou é terminado antecipadamente, os ganhos ou perdas reconhecidos na valorização do risco coberto como correções de valor dos elementos cobertos são amortizados ao longo do seu período de vigência remanescente. Se o ativo ou passivo coberto é vendido ou liquidado, todos os valores reconhecidos na valorização do risco coberto são reconhecidos em resultados do exercício e o instrumento financeiro derivado passa a pertencer à carteira de negociação. Se a cobertura deixar de ser eficaz, os ganhos ou perdas reconhecidas como correções de valor dos elementos cobertos são amortizados por resultados durante o seu período de vigência remanescente.

No caso de coberturas de risco de taxa de câmbio de elementos monetários, não é aplicada contabilidade de cobertura, sendo o ganho ou perda associado ao derivado reconhecido na demonstração dos resultados, assim como as variações cambiais dos elementos monetários.

#### Cobertura de fluxos de caixa

Como cobertura de fluxos de caixa entende-se a cobertura de uma exposição relativa à variabilidade de fluxos de caixa futuros, que pode ser atribuída a um risco específico associado a um ativo ou passivo reconhecido, ou ainda a uma transação futura altamente provável, e que possa afetar os resultados.

Neste sentido, o Grupo contratou instrumentos financeiros derivados para cobertura dos fluxos futuros de juros de parte da sua carteira de crédito à habitação remunerada a taxa variável. Contratou ainda instrumentos financeiros derivados para a cobertura dos fluxos futuros provenientes da alienação de parte da sua carteira ao justo valor através de outro rendimento integral.

A aplicação da contabilidade de cobertura de fluxos de caixa está sujeita aos requisitos genéricos anteriormente referidos para a contabilidade de cobertura e implica os seguintes registos:

- O ganho ou perda no instrumento de cobertura na parcela que seja considerada eficaz é reconhecido diretamente em rubrica específica do capital próprio; e
- A parte não eficaz é reconhecida em resultados.

Adicionalmente, o ganho ou perda no instrumento de cobertura reconhecido em capitais próprios corresponde ao menor dos seguintes valores:

- A variação acumulada no justo valor do instrumento de cobertura desde o início da cobertura; e
- A variação acumulada no justo valor do elemento coberto, relativo ao risco que está a ser coberto, desde o início da cobertura.

Nesse sentido, e se aplicável, a parte não reconhecida em capitais próprios do ganho ou perda no instrumento de cobertura é refletida em resultados.

A contabilidade de cobertura de fluxos de caixa deve ser descontinuada se o instrumento de cobertura se vencer ou terminar antecipadamente, se a cobertura deixar de ser eficaz ou se for decidido terminar a designação da relação de cobertura. Nestes casos, o ganho ou perda acumulado resultante do instrumento de cobertura deve permanecer reconhecido separadamente no capital próprio, sendo refletido em resultados no mesmo período de tempo do reconhecimento em resultados dos ganhos ou perdas no elemento coberto. Caso o Grupo realize a cobertura de uma operação que não se prevê vir a ser realizada, a quantia do derivado ainda reconhecida em Capital Próprio é imediatamente transferida para resultados do exercício, sendo o derivado transferido para a carteira de negociação do Grupo.

### **Imparidade de crédito**

A IFRS 9 determina que o conceito de imparidade baseado em perdas esperadas, seja aplicado a todos os ativos financeiros exceto os ativos financeiros mensurados pelo justo valor através de resultados e os instrumentos de capital próprio mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral.

O Grupo aplica o conceito de perdas esperadas da IFRS 9 aos ativos financeiros pelo custo amortizado, instrumentos de dívida e empréstimos e adiantamentos mensurados pelo justo valor através de outro rendimento integral, exposições extrapatrimoniais, leasing financeiro, outros valores a receber, garantias financeiras e compromissos de crédito não valorizados pelo justo valor.

Com exceção dos ativos financeiros adquiridos ou originados com imparidade (designados por POCI) (que são descritos separadamente abaixo), as perdas por imparidade devem ser estimadas através de uma provisão para perdas num montante igual a:

- perda esperada por risco de crédito a 12 meses, ou seja, perda total estimada resultante dos eventos de incumprimento do instrumento financeiro que são possíveis no prazo de 12 meses após a data de relato (denominada Stage 1);
- ou perda esperada por risco de crédito até à maturidade, ou seja, perda total estimada resultante de todos os possíveis eventos de incumprimento ao longo da vida do instrumento financeiro (referido como Stage 2 e Stage 3). Uma provisão para perda esperada por risco de crédito até à maturidade é exigida para um instrumento financeiro se o risco de crédito desse instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial ou se o instrumento financeiro estiver em imparidade.

A perda esperada por risco de crédito é uma estimativa ponderada pela probabilidade do valor presente das perdas de crédito. Esta estimativa resulta do valor presente da diferença entre os fluxos de caixa devidos ao Grupo sob o contrato e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber decorrentes da ponderação de múltiplos cenários económicos futuros, descontados à taxa de juro efetiva dos instrumentos financeiros.

O Grupo mede a perda esperada individualmente, ou em base coletiva, para carteiras de instrumentos financeiros que compartilham características semelhantes de risco. A mensuração da provisão para perdas baseia-se no valor atual dos fluxos de caixa esperados do ativo usando a taxa de juro efetiva original do ativo, independentemente de ser medido individualmente ou coletivamente.

### Ativos financeiros em imparidade

Um ativo financeiro encontra-se em imparidade quando um ou mais eventos que tenham um impacto negativo nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro tenham ocorrido. Ativos financeiros com redução no valor recuperável de crédito são referidos como ativos classificados em Stage 3. O Grupo adotou em 2021 a nova definição de *default* como critério para identificação de créditos em Stage 3, seguindo a recomendação da EBA GL 2017/06. A definição interna de créditos em incumprimento é regida por critérios objetivos e subjetivos e é utilizada para o cálculo de capital regulamentar por métodos avançados de risco de crédito.

### Ativos financeiros adquiridos ou originados com imparidade (POCI)

Os ativos financeiros classificados como POCI são tratados de forma diferente uma vez que se encontram em situação de "impaired". Na reavaliação do ativo é aplicada a perda esperada até à maturidade. Os juros associados são calculados aplicando a taxa de juro efetiva ao valor líquido.

### Aumento significativo do risco de crédito

O Grupo monitoriza todos os ativos financeiros de forma a avaliar se houve um aumento significativo no risco de crédito desde o seu reconhecimento inicial. Se tiver havido um aumento significativo no risco de crédito, o Banco estimará a provisão para perda esperada por risco de crédito até à maturidade (PDLT (*life time*)) e não em 12 meses.

O Grupo utiliza sistemas de *scorings* e rating para a gestão interna de risco de crédito. Estas notações permitem avaliar o nível de risco das operações ou do cliente em cada momento e são consideradas nas decisões de aprovação e seguimento do risco de crédito. Os modelos baseiam-se em séries de dados que são considerados como preditivos do risco de incumprimento e que aplicam julgamentos, ou seja, as notações de risco de crédito são definidas usando fatores qualitativos e quantitativos que são indicativos do risco de incumprimento. As notações consideram características atuais e eventos passados sendo estudada a sua significância para o nível de risco.

O Grupo usa critérios diferentes para determinar se o risco de crédito aumentou significativamente por carteira de ativos, nomeadamente:

- Limites de variação relativa da PD acumulada para a maturidade residual da operação. Os limites de variação relativa são diferenciados por nível de PD na medida em que variações de risco nas operações de risco muito baixo podem não representar um acréscimo de risco significativo. De referir que clientes sem alteração da notação de risco de crédito podem ter uma degradação significativa (variação de PD acumulada acima do limite definido) por evolução do prazo residual (sensibilidade diferenciada ao tempo das operações) ou por alterações das perspetivas futuras quanto à economia.

- Independentemente do resultado da avaliação acima referida, o Banco presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial quando existem pagamentos contratuais vencidos há mais de 30 dias, assim como outros indicadores que indiquem a deterioração da qualidade creditícia dos clientes (e.g. créditos identificados como reestruturados por dificuldades financeiras, clientes com exposições em atraso na Central de Responsabilidades de Crédito do Banco de Portugal).

### **Medição de perda esperada por risco de crédito para efeitos de perdas por imparidade**

#### Parâmetros de risco de crédito

Os principais conceitos usados para medir a perda esperada por risco de crédito são:

- probabilidade de incumprimento (PD);
- perda dado o incumprimento (LGD);
- e exposição no momento de incumprimento (EAD).

Estes conceitos são calculados através de modelos estatísticos desenvolvidos internamente e são ajustados para refletir informações prospetivas.

**PD** é uma estimativa da probabilidade de incumprimento em um determinado horizonte de tempo. Os modelos desenvolvidos estimam esta probabilidade em horizontes suficientemente largos para aplicação na maturidade residual dos ativos financeiros. O cálculo baseia-se em modelos de classificação estatística (*rating* e *scoring*) que discriminam o nível de risco das diferentes contrapartes. Os modelos de classificação (*rating* e *scoring*) são utilizados na gestão e baseiam-se em dados internos que compreendem tanto fatores quantitativos como qualitativos. A estimativa é baseada nas condições atuais, ajustadas para levar em conta as estimativas das condições futuras que afetarão a PD.

A **LGD** é uma estimativa da perda total caso o ativo entre no estado de incumprimento (default). É baseada na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos e aqueles que o Banco espera receber, levando em conta os fluxos de caixa das garantias existentes. Os modelos de LGD para ativos garantidos consideram a valorização das garantias, levando em conta gastos de venda, tempo de realização de garantias, nível de colateralização, etc. Os modelos de LGD para ativos não garantidos consideram tempo de recuperação, taxas de recuperação e gastos de recuperação. O cálculo é feito com base em fluxos de caixa descontados à taxa de juro efetiva original do empréstimo. A estimativa é baseada nas condições atuais, ajustadas para levar em conta as estimativas das condições futuras que afetarão a LGD.

**EAD** é uma estimativa da exposição em uma data de incumprimento futura, levando em consideração as mudanças esperadas na exposição após a data de relato. A abordagem de modelização do Grupo para EAD reflete as mudanças esperadas no saldo em aberto ao longo da vida da exposição do empréstimo permitidas pelos termos contratuais atuais, tais como perfis de amortização, reembolso antecipado total ou parcial e mudanças na utilização de compromissos não utilizados antes da entrada em incumprimento.

O Grupo avalia a perda esperada para risco de crédito para efeitos de perdas por imparidade considerando o risco de incumprimento durante o período contratual máximo sobre o qual a entidade está exposta ao risco de crédito. Contudo, para instrumentos financeiros como cartões de crédito, linhas de crédito e facilidades de descoberto que incluam um empréstimo e um componente de compromisso não utilizado, a capacidade contratual do Grupo de exigir o reembolso e cancelar o compromisso não utilizado não limita a exposição do Grupo a perdas de crédito ao período de aviso prévio contratual. Para tais instrumentos financeiros, o Grupo mede a perda esperada para risco de crédito para o período observado historicamente como vida média destes instrumentos.

#### Análise coletiva

Quando a perda esperada por risco de crédito é medida coletivamente, os instrumentos financeiros são agrupados com base em características de risco comuns, tais como: tipo de instrumento, tipo de cliente, grau de risco de crédito medido pelo sistema de *ratings* ou *scoring*, tipo colateral, data do reconhecimento inicial, relação entre empréstimo e valor da garantia (LTV).

Os agrupamentos são revistos regularmente para garantir que cada grupo é composto por exposições homogéneas.

Relativamente ao cálculo da perda esperada através da análise coletiva, o mesmo resulta do produtos da PD do ativo financeiro, da LGD e da EAD descontado à taxa de juros efetiva original do ativo.

#### Análise individual

O processo de quantificação da perda por imparidade através de uma análise individual é aplicado a clientes com exposição em Stage 3 (ativos em imparidade e em *default*) individualmente significativos (exposição acima de 1 milhão de euros em 2021 e 0,5 milhões de euros em 2020).

O processo envolve o cálculo de uma perda estimada, levando em consideração fluxos de caixa futuros previstos sob vários cenários diferentes, cada um deles utilizando fatores e circunstâncias específicos dos clientes, nomeadamente execução de garantias, nas situações em que os clientes não geram fluxos de caixa suficientes para o pagamento da dívida, ou projeção e desconto dos fluxos de caixa do negócio para os restantes clientes. O valor presente líquido dos fluxos de caixa é apurando considerando a taxa de juro efetiva original dos contratos.

Este processo de avaliação é atualizado no mínimo a cada trimestre, mas ocorrerá com mais frequência se houver mudanças nas circunstâncias que possam afetar os cenários, de fluxos de caixa.

#### Incorporação de informações prospetivas

O gabinete de estudos económicos do Grupo modeliza cenários de previsões económicas para os distintos exercícios de planeamento do Grupo, nomeadamente, orçamento, planeamento estratégico e ICAAP. Neste contexto são gerados diversos cenários macro- económicos, nomeadamente 2 cenários pessimistas, 1 cenário base e 2 cenários otimistas.

Para efeitos das perdas por imparidade é usado um cenário pessimista (18,5%), o cenário base (63,1%) e um cenário otimista (18,4%). O Grupo aplica probabilidades aos cenários de previsão identificados. O cenário base é o resultado mais provável e consiste em informações usadas pelo Grupo para o planeamento estratégico e orçamento. As estimativas são atualizadas pelo menos uma vez por ano e são sujeitas a exercícios de monitorização anual.

d) Locações

Método de mensuração do direito de uso e passivo de locação

A IFRS 16 define um conjunto de requisitos, nomeadamente quanto à classificação e mensuração de operações de locação na ótica do locatário. Enquanto locatário, o Grupo procede ao registo de um ativo de direito de uso que se encontra reconhecido na rubrica Ativos tangíveis e ativos intangíveis (Nota 12) e um passivo de locação que se encontra reconhecido na rubrica Passivos financeiros contabilizados pelo custo amortizados – outros passivos financeiros – compromissos com rendas futuras (Nota 17), na data de entrada em vigor da respetiva operação:

- i. O passivo de locação é mensurado através do valor presente das rendas futuras a incorrer durante a vigência do contrato, utilizando uma taxa de desconto diferenciada por maturidade. São considerados na estimação do passivo os pagamentos fixos, variáveis que dependem de uma taxa ou índice, valores respeitantes ao exercício da opção de compra, quando o grupo está razoavelmente certo que irá exercer o seu direito.

O passivo locação é remensurado sempre que ocorra uma alteração contratual, sendo que no momento em que o passivo de locação é reavaliado, os efeitos da reavaliação são reconhecidos por contrapartida do direito de uso (ativo). Caso se verifique uma alteração do prazo do contrato ou uma alteração quanto à avaliação do exercício da opção deverá ser estimada uma nova taxa de desconto, e consequentemente remensurado o passivo.

- ii. O direito de uso é inicialmente mensurado ao custo pelo valor do passivo de locação, ajustado por alterações contratuais subsequentes, sendo depreciado pelo método linear até ao termo do contrato, e alvo de testes de imparidade.

e) Ativos tangíveis

Os ativos tangíveis utilizados pelo Grupo para o desenvolvimento da sua atividade são contabilisticamente relevados pelo seu custo de aquisição (incluindo gastos diretamente atribuíveis), deduzido de amortizações e perdas de imparidade acumuladas, quando aplicável.

A depreciação dos ativos tangíveis é registada numa base sistemática, por duodécimos, ao longo do período de vida útil estimado dos bens, o qual corresponde ao período em que se espera que os ativos estejam disponíveis para uso e que se detalha de seguida:

	Anos de <u>vida útil</u>
Imóveis de serviço próprio	50
Equipamento	4 a 10



As despesas de investimento em obras não passíveis de recuperação realizadas em edifícios que não sejam propriedade do Grupo (arrendados) são depreciadas ao longo de um prazo compatível com o da sua vida útil esperada, ou do contrato de arrendamento, caso este seja inferior, o qual em média corresponde a um período de dez anos. Os gastos de manutenção e de reparação são reconhecidos na rubrica de “Outras despesas administrativas”.

Sempre que exista uma indicação de que o ativo fixo tangível possa ter imparidade, é efetuada uma estimativa do seu valor recuperável. Para este efeito, os balcões são considerados unidades geradoras de fluxos de caixa, sendo registadas perdas por imparidade nas situações em que o valor recuperável do imóvel, onde está localizado o balcão, através do seu uso nas operações ou através da sua venda é inferior ao seu valor líquido contabilístico. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração de resultados, sendo revertidas em períodos de relato posteriores, quando os motivos que levaram ao seu reconhecimento inicial cessarem. Para este efeito, a nova quantia depreciável não será superior àquela que estaria contabilizada, caso não tivessem sido imputadas perdas de imparidade ao ativo, considerando as depreciações que este teria sofrido.

Os critérios seguidos nas avaliações dos imóveis consideram normalmente o método de comparação de mercado e o valor constante da avaliação corresponde ao valor de mercado do imóvel no seu estado atual.

Os imóveis de serviço próprio do Banco que se encontravam com contratos de promessa de compra e venda são contabilizados na rubrica de “Ativos não correntes e grupos para alienação classificados como detidos para venda” e os que se encontravam em processo de venda são contabilizados na rubrica de “Outros ativos”. Estes ativos foram transferidos pelo seu valor líquido contabilístico de acordo com a IAS 16 (custo de aquisição, líquido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas), sendo testados por imparidade à data de reclassificação e posteriormente sujeitos a avaliações periódicas para apuramento de eventuais perdas por imparidade.

Os ganhos e perdas obtidos na alienação destes ativos são reconhecidos na rubrica “Lucros ou prejuízos com ativos não correntes e grupos para alienação classificados como detidos para venda não elegíveis como unidades operacionais descontinuadas”.

f) Ativos intangíveis

O Grupo regista nesta rubrica as despesas incorridas na fase de desenvolvimento de projetos relativos a tecnologias de informação implementados e em fase de implementação, bem como as relativas a *software* adquirido, em qualquer dos casos quando o impacto esperado das mesmas se repercute para além do exercício em que são realizadas.

Os ativos intangíveis são amortizados por duodécimos, ao longo do seu período de vida útil estimada, o qual em média corresponde a três anos.

Os programas informáticos desenvolvidos internamente são reconhecidos como ativos intangíveis quando, entre outros requisitos se verifica que são utilizáveis e passíveis de serem vendidos e para além disso são identificáveis e é possível demonstrar a sua capacidade de gerar benefícios económicos futuros.

g) Propriedades de investimento

As propriedades de investimento compreendem, edifícios e terrenos detidos pelo Novimovest - Fundo de Investimento Imobiliário Aberto (Novimovest) para auferir rendimento ou para valorização de capital, ou ambos, e não para uso no fornecimento de bens, serviços ou para fins administrativos.

As propriedades de investimento são registadas pelo seu justo valor determinado por avaliações periódicas efetuadas por entidades especializadas independentes. As variações no justo valor das propriedades de investimento são reconhecidas diretamente na demonstração dos resultados do exercício.

Os gastos incorridos com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades (Imposto municipal sobre imóveis), são reconhecidos na demonstração dos resultados do exercício a que se referem. As benfeitorias relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros, são capitalizadas.

h) Ativos não correntes e grupos para alienação classificados como detidos para venda

O Grupo regista na rubrica de "Ativos não correntes e grupos para alienação classificados como detidos para venda" essencialmente os imóveis, os equipamentos e outros bens recebidos em dação ou arrematação para pagamento de operações de crédito vencido, quando estes se encontram disponíveis para venda imediata na sua condição presente e existe a probabilidade de alienação dos mesmos no período de um ano. Caso não cumpram estes critérios, aqueles bens são registados na rubrica "Outros ativos" (Nota 14).

Relativamente aos ativos recebidos em dação, o seu reconhecimento inicial é efetuado pelo menor entre o seu justo valor deduzido dos gastos esperados de venda e o valor de balanço do crédito concedido objeto de recuperação, sendo testados por imparidade à data da reclassificação para ativos não correntes detidos para venda. Subsequentemente, estes ativos são mensurados ao menor entre o valor de reconhecimento inicial e o justo valor deduzido dos gastos de venda e não são amortizados. As perdas não realizadas com estes ativos, assim determinadas, são registadas em resultados.

Tal como descrito na Nota 15 a metodologia utilizada com mais frequência pelo Grupo para avaliação deste tipo de ativo é o método de mercado. Neste método o critério da comparação de mercado tem por referência valores de transação de imóveis semelhantes e comparáveis ao imóvel objeto de estudo obtido através da prospeção de mercado realizado na zona onde aquele se encontra localizado.

Se, numa data subsequente, os factos que levaram ao registo de perdas por imparidade deixarem de se verificarem por aumento do justo valor menos custos de vendas, serão revertidas as perdas por imparidade até ao limite do valor que os bens teriam se não tivessem sido reclassificados para ativos não correntes detidos para venda.

O Grupo não reconhece mais-valias potenciais nestes ativos.

i) Provisões

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço, de acordo com, informação dos consultores legais e fiscais do Grupo.

Desta forma, a rubrica do passivo “Provisões” inclui as provisões constituídas para fazer face, nomeadamente, a benefícios pós emprego específicos de alguns membros do Conselho de Administração do Banco, planos de reestruturação aprovado pela Comissão Executiva, processos judiciais em curso e outros riscos específicos decorrentes da sua atividade.

j) Benefícios pós-emprego dos colaboradores

Banco Santander Totta S.A.

O Banco subscreveu o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) para o setor bancário, pelo que os seus empregados ou as suas famílias têm direito a pensões de reforma, invalidez e sobrevivência.

Para os colaboradores admitidos no Banco até 31 de dezembro de 2008, o plano de pensões existente correspondia a um plano de benefício definido, uma vez que estabelecia os critérios de determinação do valor da pensão que um empregado receberia durante a reforma em função do tempo de serviço prestado e da respetiva retribuição à data da reforma, sendo as pensões atualizadas anualmente com base nas remunerações previstas no ACT para o pessoal no ativo.

Para estes colaboradores, o Banco é responsável pelo valor integral das pensões previstas no ACT. Para cobertura das responsabilidades com este plano de benefício definido, o Banco dispõe de um Fundo de Pensões.

A partir de 1 de janeiro de 2009, os colaboradores admitidos no Banco passaram a estar inscritos na Segurança Social, estando abrangidos por um plano de pensões complementar de contribuição definida e direitos adquiridos ao abrigo da cláusula 93º do ACT. O referido plano é financiado através de contribuições dos colaboradores (1,5%) e do Banco (1,5%) sobre o valor da retribuição mensal efetiva. Para este efeito, cada colaborador pode optar por um fundo de pensões aberto à sua escolha.

Os empregados do ex-totta sempre estiveram inscritos na Segurança Social, pelo que a responsabilidade do Banco com o plano de benefício definido relativamente a estes colaboradores tem consistido no pagamento de complementos de reforma.

Em outubro de 2010 foi celebrado um acordo entre o Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, a Associação Portuguesa de Bancos e a Federação do Setor Financeiro (FEBASE), para integração dos trabalhadores do setor bancário no Regime Geral da Segurança Social. Na sequência daquele acordo, foi publicado em 2011 o Decreto-Lei n.º 1-A/2011, de 3 de janeiro, que definiu que os trabalhadores do setor bancário que estivessem no ativo na data da sua entrada em vigor (4 de janeiro de 2011) passariam a estar abrangidos pelo Regime Geral da Segurança Social, no que diz respeito à pensão de reforma por velhice e nas eventualidades de maternidade, paternidade e adoção. Face ao caráter de complementaridade previsto nas regras do Acordo Coletivo de Trabalho do Setor Bancário, o Banco continua a garantir a diferença entre o valor dos benefícios que sejam pagos ao abrigo do Regime Geral da Segurança Social para as eventualidades integradas e os previstos nos termos do referido Acordo.

As responsabilidades por serviços passados reconhecidas a 31 de dezembro de 2010 não sofreram alterações com a publicação do acima referido Decreto-Lei, uma vez que a redução do valor das pensões a cargo do Banco relativa aos trabalhadores no ativo era aplicável aos serviços futuros dos colaboradores, com início em 1 de janeiro de 2011. Desta forma, o gasto do serviço corrente reduziu-se a partir dessa data, mas o Banco passou a suportar Taxa Social Única (TSU) de 23,6%. Por outro lado, o Banco mantém a seu cargo as responsabilidades pelo pagamento das pensões de invalidez e sobrevivência e os subsídios de doença.

Na sequência da aprovação pelo Governo do Decreto-Lei n.º 127/2011, de 31 de dezembro, foi estabelecido um Acordo Tripartido entre o Governo, a Associação Portuguesa de Bancos e os Sindicatos dos trabalhadores bancários sobre a transferência para a esfera da Segurança Social, das responsabilidades das pensões em pagamento dos reformados e pensionistas a 31 de dezembro de 2011.

Este decreto-lei estabeleceu que as responsabilidades a transferir correspondiam às pensões em pagamento em 31 de dezembro de 2011, a valores constantes (taxa de atualização 0%) na componente prevista no ACT. As responsabilidades relativas às atualizações das pensões, a benefícios complementares, às contribuições para o SAMS sobre as pensões de reforma e sobrevivência, ao subsídio de morte e à pensão de sobrevivência diferida continuaram a cargo das instituições.

Adicionalmente, os ex-colaboradores da ex-Sucursal de Londres do Banco (atual escritório de representação) estão abrangidos por um plano de pensões de benefício definido, para o qual o Banco dispõe de um fundo de pensões autónomo.

Por outro lado, em fevereiro de 2010 foi aprovado um plano complementar de reforma de contribuição definida para um conjunto de diretivos do Banco, tendo para o efeito sido contratado um seguro.

Em 20 de dezembro de 2015, na sequência da medida de resolução aplicada pelo Banco de Portugal ao Banif, o Banco assumiu as responsabilidades com pensões de um conjunto de trabalhadores do Banif.

Em 8 de agosto de 2016 foi publicado pelo Ministério do Trabalho no BTE um novo ACT. As alterações mais relevantes foram as seguintes:

- i) Alteração na fórmula de determinação da contribuição da entidade empregadora para o SAMS, a qual deixa de ser uma percentagem da reforma e passa a ser um valor fixo (89,28 euros por beneficiário e 38,64 euros no caso dos pensionistas); e
- ii) Introdução de um novo benefício denominado - prémio fim de carreira (prémio na reforma). Este benefício, pelo facto de ser atribuído na data da reforma ou em caso de morte, é considerado como um benefício pós-emprego pelo que passa a integrar as responsabilidades com reforma.

Em 27 de dezembro de 2017, no âmbito da operação de compra e fusão do BAPOP, o Banco assumiu as responsabilidades com pensões de todos os trabalhadores desta entidade.

As responsabilidades do Banco com pensões de reforma são calculadas por peritos externos (Mercer (Portugal), Limitada), com base no método "Projected Unit Credit". A taxa de desconto utilizada nos estudos atuariais é determinada com base nas taxas de mercado relativas a obrigações de empresas de elevada qualidade em termos de risco de crédito, denominadas na moeda em que os benefícios irão ser pagos (euros) e com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano. Os benefícios pós-emprego dos colaboradores incluem ainda os cuidados médicos (SAMS), bem como o subsídio por morte e o prémio na reforma.

De acordo com a IAS 19 – "Benefícios aos empregados" as remensurações são registadas diretamente em capitais próprios (outro rendimento integral) e na rubrica de "Despesas de pessoal" da demonstração dos resultados são reconhecidas as seguintes componentes:

- Gasto dos serviços correntes;
- Juro líquido com o plano de pensões;
- Gastos com reformas antecipadas, correspondente ao acréscimo de responsabilidades pela passagem à situação de reforma; e
- Ganhos e perdas resultantes da alteração das condições do plano.

O juro líquido com o plano de pensões é calculado pelo Banco multiplicando o ativo/responsabilidade líquida com pensões de reforma (responsabilidades deduzidas do justo valor dos ativos do Fundo) pela taxa de desconto utilizada para efeitos da determinação das responsabilidades com pensões de reforma. Desta forma, o juro líquido representa o gasto dos juros associado às responsabilidades com pensões de reforma líquido do rendimento teórico dos ativos do Fundo, ambos mensurados com base na taxa de desconto utilizada no cálculo das responsabilidades.

Os ganhos e perdas de remensuração, nomeadamente: (i) os ganhos e perdas atuariais resultantes das diferenças entre os pressupostos atuariais utilizados e os valores efetivamente verificados (ganhos e perdas de experiência), bem como as alterações de pressupostos atuariais; e (ii) os ganhos e perdas decorrentes da diferença entre o rendimento teórico dos ativos do Fundo e os valores obtidos, são reconhecidos por contrapartida da demonstração do outro rendimento integral.

As responsabilidades com pensões de reforma, deduzidas do justo valor dos ativos do Fundo de Pensões, são registadas nas rubricas de “Outros ativos” ou “Outros passivos”, dependendo da existência de excesso ou insuficiência de financiamento. O reconhecimento de um excesso de justo valor dos ativos do plano sobre as responsabilidades descontadas depende da existência de uma redução de contribuições futuras, ou do reembolso de contribuições efetuadas.

O Aviso do Banco de Portugal n.º 4/2005 determina a obrigatoriedade de financiamento integral pelo Fundo de Pensões das responsabilidades por pensões em pagamento e de um nível mínimo de financiamento de 95% das responsabilidades com serviços passados do pessoal no ativo.

#### Santander Totta Seguros (“Companhia”)

Em conformidade com o contrato coletivo de trabalho (CCT) então vigente para o setor segurador, a Companhia tinha assumido o compromisso de conceder prestações pecuniárias para complemento das reformas atribuídas pela Segurança Social aos seus empregados admitidos no setor até 22 de junho de 1995, data de entrada em vigor do CCT, incluindo os que transitaram da Seguros Génesis no âmbito do convénio celebrado entre esta entidade e a Companhia em 29 de junho de 2001. Estas prestações consistiam numa percentagem, crescente com o número de anos de serviço do trabalhador, aplicada à tabela salarial em vigor à data da reforma.

No âmbito do novo contrato coletivo de trabalho para a atividade seguradora, assinado em 23 de dezembro de 2011, o anterior plano de pensões de benefício definido foi substituído, no que se refere aos trabalhadores no ativo, com referência a 1 de janeiro de 2012, por um plano de contribuição definida, sendo o valor atual das responsabilidades por serviços passados em 31 de dezembro de 2011 transferido para a conta individual de cada participante. Esta alteração não foi aplicável às responsabilidades com pensões em pagamento relativas a trabalhadores que em 31 de dezembro de 2011 se encontrassem reformados ou pré-reformados. No entanto, nesta data, a Companhia não tinha trabalhadores nesta situação.

Em julho de 2002, a Companhia aderiu ao Fundo de Pensões Aberto Reforma Empresa, gerido pela Santander Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. (entidade inserida no Grupo Santander).

#### k) Impostos sobre os lucros

O Grupo está sujeito ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (Código do IRC). Os impostos correntes são calculados com base no resultado tributável do Grupo, apurado de acordo com as regras fiscais aprovadas, ou substancialmente aprovadas à data do reporte financeiro.

Na sequência da promulgação da Lei n.º 2/2014, de 16 de janeiro (Reforma do IRC) e da redação dada pela Lei do Orçamento de Estado para 2021 (Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro), a tributação dos lucros das empresas para os exercícios de 2020 e 2019, é a seguinte:

- Taxa de IRC de 21% sobre o lucro tributável;
- Derrama municipal a uma taxa compreendida entre 0% e 1,5% sobre o lucro tributável;



- Derrama estadual a uma taxa variável sobre o lucro tributável de acordo com os escalões abaixo indicados:
  - Até 1.500 milhares de euros 0%
  - entre 1.500 milhares de euros e 7.500 milhares de euros 3%
  - entre 7.500 milhares de euros e 35.000 milhares de euros 5%
  - superior a 35.000 milhares de euros 9%.

Desta forma, as alterações acima referidas implicaram que a taxa de imposto utilizada pelo Grupo no apuramento e registo de impostos diferidos fosse de 31%.

Com a publicação do Orçamento Suplementar para 2020 (Lei n.º 27-A/2020 de 24 de julho), os prejuízos fiscais apurados nos períodos de tributação de 2020 e 2021 poderão ser utilizados nos doze períodos de tributação posteriores. Adicionalmente, a contagem do prazo de reporte dos prejuízos fiscais fica suspensa por dois períodos de tributação.

Assim, os prejuízos fiscais gerados entre o exercício de 2014 e 2016, inclusive, poderão ser utilizados nos catorze períodos de tributação posteriores, enquanto que os gerados entre 2017 e 2019, inclusive, poderão ser utilizados nos sete períodos de tributação posteriores.

A dedução dos prejuízos a efetuar em cada exercício não pode exceder 70% do respetivo lucro tributável (80%, no caso dos prejuízos fiscais gerados em 2020 e 2021), podendo o remanescente ser utilizado até ao final do prazo de reporte.

A Lei nº 98/2019, de 4 de setembro, aprovou um novo regime em matéria de imparidades das instituições de crédito e outras instituições financeiras, estabelecendo também o regime aplicável às perdas por imparidade registadas nos períodos de tributação anteriores e ainda não aceites fiscalmente.

Sendo este novo regime de natureza optativa durante um período de adaptação de cinco anos com início em, ou após, 1 de janeiro de 2019, a adesão antecipada ao novo regime fiscal, aplicável em matéria de imparidades das instituições de crédito e outras instituições financeiras, encontrava-se dependente de comunicação dirigida ao Diretor-Geral da Autoridade Tributária e Aduaneira, até ao final do décimo mês do período de tributação em curso (cfr. Nº 1 do artigo 4 desta lei). Neste sentido, o Grupo aderiu ao regime definitivo consagrado nos artigos nº 2 e 3 deste diploma em 2019.

O Grupo decidiu aplicar a partir do exercício de 2017 o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (RETGS). Segundo este regime, o lucro tributável/prejuízo fiscal do Grupo corresponde à soma do lucro tributável/prejuízo fiscal que vier a ser apurado pela sociedade dominante através da soma algébrica dos resultados fiscais apurados nas declarações periódicas individuais de cada sociedade. As sociedades abrangidas por este regime são: Santander Totta - a Sociedade dominante, e Taxagest, Banco, Santander Totta Seguros, TottaUrbe e Gamma - sociedades dominadas. O ganho obtido com aplicação do RETGS é alocado às entidades abrangidas de forma proporcional à matéria coletável de cada sociedade.

Os impostos diferidos ativos e passivos correspondem ao valor do imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias entre o valor de um ativo ou passivo no balanço e a sua base de tributação. Os créditos fiscais são igualmente registados como impostos diferidos ativos.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto as relacionadas com: i) o reconhecimento inicial do goodwill; ou ii) o reconhecimento inicial de ativos e passivos, que não resultem de uma concentração de atividades empresariais, e que à data da transação não afetem o resultados contabilístico ou fiscal.

O Grupo não reconhece impostos diferidos ativos ou passivos para as diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis associadas a investimentos em empresas subsidiárias e associadas, por não ser provável que a diferença se reverta num futuro previsível.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos quando se estimam que sejam recuperáveis e até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que acomodem as diferenças temporárias dedutíveis.

Os impostos diferidos ativos e passivos foram calculados com base nas taxas fiscais aprovadas, ou substancialmente aprovadas à data do reporte financeiro, as quais constituem a melhor estimativa da taxa a vigorar, para o período em que se prevê que seja realizado o ativo ou incorrido o passivo.

Os impostos correntes e os impostos diferidos são refletidos em resultados, com exceção dos impostos relativos a transações diretamente registadas em capitais próprios, nomeadamente, ganhos e perdas potenciais em Ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral, em derivados de cobertura de fluxos de caixa, bem como os associados a desvios atuariais relativos a responsabilidades com pensões, os quais são registados igualmente em rubricas de capitais próprios.

A Administração revê periodicamente a posição assumida na preparação das declarações fiscais relativamente a situações em que a aplicação do regime fiscal está sujeita a interpretação, e avalia se é provável que a Administração Fiscal aceite o tratamento fiscal adotado. O Grupo mensura os ativos / passivos decorrentes de posições incertas de impostos sobre o rendimento, considerando o valor mais provável ou o valor esperado, consoante o que seja mais adequado em cada circunstância.

l) Contribuição sobre o setor bancário e adicional de solidariedade sobre o sector bancário

O Banco está abrangido pelo regime de contribuição sobre o setor bancário definido na Lei n.º 55 - A/2010, de 31 de dezembro.

Com a publicação da Lei nº 27-A/2020 de 27 de julho, o Banco passou também a estar abrangido pelo adicional de solidariedade sobre o setor bancário, esta contribuição tem por objetivo reforçar os mecanismos de financiamento do sistema de segurança social.

Estas contribuições têm a mesma base de cálculo variando unicamente as taxas aplicadas às bases:

a) O passivo apurado e aprovado pelos sujeitos passivos deduzido dos fundos próprios de base ("Tier 1") e complementares ("Tier 2") e dos depósitos abrangidos pelo Fundo de Garantia de Depósitos. Ao passivo assim apurado são deduzidos:

- Elementos que segundo as normas de contabilidades aplicáveis sejam reconhecidos como capitais próprios;

- Passivos associados ao reconhecimento de responsabilidades por planos de benefício definido;
- Passivos por provisões;
- Passivos resultantes da reavaliação de instrumentos financeiros derivados;
- Receitas com rendimento diferido, sem consideração das referentes a operações passivas e;
- Passivos por ativos não desreconhecidos em operações de titularização.

b) O valor nocional dos instrumentos financeiros derivados fora do balanço apurado pelos sujeitos passivos, com exceção dos instrumentos financeiros derivados de cobertura ou cuja posição em risco se compense mutuamente.

Para a contribuição sobre o sector bancário, as taxas aplicáveis às bases de incidência definidas nas alíneas a) e b) anteriores são de 0,110% e 0,0003%, respetivamente, conforme previsto na alteração efetuada pela Portaria nº 165 - A/2016, de 14 de junho, ao artigo 5º da Portaria nº 121/2011, de 30 de março.

Para o adicional de solidariedade sobre o sector bancário, as taxas aplicáveis às bases de incidência definidas nas alíneas a) e b) anteriores são de 0,02% e de 0,00005% respetivamente.

m) Provisões técnicas

A Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A., comercializa seguros de vida, e até dezembro de 2014, comercializou seguros não vida.

Os contratos de seguro e os contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária comercializados pela Santander Totta Seguros estão contabilizados nas demonstrações financeiras consolidadas da Santander Totta nos termos previstos na IFRS 4. Nesse sentido, as provisões técnicas apresentadas nas demonstrações financeiras consolidadas correspondem às provisões técnicas registadas na Santander Totta Seguros para os referidos contratos:

- Provisão para prémios não adquiridos e gastos de aquisição diferidos

A provisão para prémios não adquiridos corresponde ao diferimento dos prémios emitidos, sendo calculada apólice a apólice, desde a data de encerramento do balanço até ao vencimento do período referente ao prémio.

Esta provisão é aplicável aos produtos de risco do ramo vida e do ramo não vida. A Santander Totta Seguros difere os custos de aquisição relativos a comissões de mediação incorridas com a angariação das respetivas apólices de seguro.

- Provisão matemática do ramo vida

A provisão matemática destina-se a fazer face aos encargos futuros decorrentes dos contratos de seguro do ramo vida, sendo calculada para cada apólice, de acordo com as bases atuariais aprovadas pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões. Esta provisão é igualmente aplicável aos contratos de investimento com participação discricionária nos resultados.

- Provisão para compromissos de taxa

A provisão para compromissos de taxa é constituída quando a taxa de rendibilidade efetiva dos instrumentos financeiros que se encontram a representar as provisões matemáticas do ramo vida e os passivos financeiros decorrentes das responsabilidades resultantes dos contratos de investimento sem participação discricionária nos resultados é inferior à taxa técnica de juro utilizada na determinação dessas provisões matemáticas e passivos financeiros.

- Provisão para sinistros

A provisão para sinistros destina-se a fazer face às indemnizações a pagar relativas a sinistros já ocorridos mas não regularizados, sendo determinada da seguinte forma:

- i) A partir da análise dos sinistros pendentes no final do exercício e da consequente estimativa da responsabilidade existente nessa data;
- ii) Pela estimativa dos montantes necessários para fazer face a responsabilidades com sinistros ocorridos e não declarados (IBNR);
- iii) Pela estimativa dos gastos administrativos a incorrer na regularização futura de sinistros que atualmente se encontram em processo de gestão.

- Provisão para participação nos resultados a atribuir

Corresponde ao valor líquido dos ajustamentos de justo valor dos investimentos afetos a seguros de vida com participação nos resultados, na parte estimada do tomador de seguro ou beneficiário do contrato.

A determinação da participação nos resultados a atribuir aos segurados tem por base as demonstrações financeiras estatutárias da Santander Totta Seguros preparadas de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor segurador. Neste sentido, para efeitos de preparação das demonstrações financeiras consolidadas, os referidos ativos financeiros são classificados na rubrica de ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral, e as respetivas mais e menos-valias potenciais, líquidas de impostos, são registadas na rubrica de "Outro rendimento integral acumulado" do capital próprio consolidado. Adicionalmente, é reconhecida a parte dos tomadores de seguro na rubrica "Provisões técnicas do passivo (provisão para participação nos resultados a atribuir – "shadow reserve")" por contrapartida de "Outro rendimento integral acumulado" do capital próprio consolidado, de forma a evitar distorções ao nível da conta de resultados e do capital próprio consolidados ("shadow accounting" previsto na IFRS 4).

- Provisão para participação nos resultados atribuída

A provisão para participação nos resultados atribuída corresponde aos montantes atribuídos e ainda não distribuídos aos beneficiários dos contratos de seguro, sendo o seu cálculo efetuado de acordo com as bases técnicas de cada produto. A participação nos resultados é paga aos beneficiários dos contratos ou distribuída às apólices de seguro nos termos estabelecidos nas respetivas condições gerais das apólices.

- Provisões técnicas de resseguro cedido

A Santander Totta Seguros mantém tratados de resseguro cedido assegurando a transferência para companhias resseguradoras de parte do risco incorrido nos produtos de seguros contratados com os seus clientes.

As provisões técnicas de resseguro cedido, correspondem à quota-parte da responsabilidade dos resseguradores nas responsabilidades totais da Santander Totta Seguros, sendo calculadas de acordo com os tratados de resseguro em vigor, com base nas percentagens de cedência e outras cláusulas existentes.

- Provisão para riscos em curso

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante necessário para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos e dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor de seguros não vida. Esta provisão é calculada com base nos rácios de sinistralidade, de despesas, de cedência e de rendimentos apurados no exercício, de acordo com o definido pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

n) Ajustamentos de recibos por cobrar

Têm por objetivo ajustar o montante dos recibos por cobrar ao seu valor estimado de realização, sendo calculados de acordo com os princípios estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

o) Reconhecimento de rendimentos e despesas – seguros

Os prémios de contratos de seguros de vida e de contratos de investimento com participação discricionária nos resultados são registados quando emitidos, na rubrica de “Margem bruta da atividade de seguros – Prémios brutos emitidos, líquidos de resseguro”, da demonstração dos resultados.

Os contratos de investimento sem componente discricionária na participação nos resultados, comercializados pela Santander Totta Seguros, estão contabilizados nas demonstrações financeiras consolidadas, como “Passivos financeiros contabilizados pelo custo amortizado”.

Os títulos afetos à atividade seguradora são todos aqueles que se encontram a representar os passivos por contratos de seguro e passivos financeiros por contratos de investimento com e sem participação discricionária nos resultados e estão registados nas demonstrações financeiras consolidadas na rubrica de “Ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral”, com exceção dos títulos afetos aos contratos em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro (contratos “unit linked”), que se encontram registados na rubrica de “Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente contabilizados pelo justo valor através de resultados”.

p) Ações próprias

As ações próprias são registadas a débito em contas de capital pelo valor de aquisição não sendo sujeitas a reavaliação, a parcela de dividendos a distribuir por estas ações ficam retidos nos capitais próprios. As mais e menos-valias realizadas na venda de ações próprias, bem como os respetivos impostos, são registadas diretamente em capitais próprios não afetando o resultado do exercício.

q) Instrumentos de capital próprio

Um instrumento é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos ativos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Custos diretamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são registados por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor da emissão. Valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são registados no capital próprio, líquidos dos custos de transação. As distribuições efetuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio como dividendos quando declaradas.

r) Resultados por ação

Os resultados por ação básicos são calculados dividindo o resultado líquido atribuível aos acionistas da Sociedade pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação, excluindo o número médio de ações ordinárias adquiridas pela Sociedade e detidas como ações próprias.

Para o cálculo dos resultados por ação diluídos, o número médio ponderado de ações ordinárias em circulação é ajustado de forma a refletir o efeito de todas as potenciais ações ordinárias diluidoras.

s) Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da preparação da demonstração de fluxos de caixa, o Grupo considera como "Caixa e seus equivalentes" o saldo da rubrica "Caixa, saldos de caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem", uma vez que os itens contabilizados nesta rubrica têm um período de vencimento não superior a 3 meses, e o seu risco de variação de valor é imaterial.

## 2. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E INCERTEZAS ASSOCIADAS À APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo são continuamente avaliadas, representando à data de cada relato a melhor estimativa do Conselho de Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados.

#### Benefícios pós-emprego dos colaboradores (Nota 36)

As responsabilidades com pensões de reforma e sobrevivência são estimadas tendo por base avaliações atuariais efetuadas por peritos externos certificados pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF). Estas estimativas incorporam um conjunto de pressupostos financeiros e demográficos, nomeadamente a taxa de desconto, tábuas de mortalidade e invalidez, crescimento das pensões e dos salários, entre outros. A taxa de desconto utilizada no apuramento das responsabilidades foi determinada por referência a taxas de mercado de obrigações de empresas de baixo risco e de prazo semelhante ao da liquidação das responsabilidades. Os crescimentos de salários e pensões estimados têm em conta a atual situação nacional e as consequentes perspetivas de menores aumentos no futuro, ou mesmo de manutenção dos valores atuais. A tábua de mortalidade utilizada teve por base a recomendação do atuário.

Os pressupostos adotados correspondem à melhor estimativa do Conselho de Administração do Grupo quanto ao comportamento futuro das acima referidas variáveis.

#### Valorização de instrumentos financeiros não transacionados em mercados ativos (Nota 39)

Na valorização de instrumentos financeiros não transacionados em mercados ativos são utilizados modelos ou técnicas de valorização. Consequentemente, as valorizações obtidas correspondem à melhor estimativa do justo valor dos referidos instrumentos na data do balanço.

O justo valor do instrumento é estimado com base em técnicas de valorização, que incluem modelos de avaliação de preços ou técnicas de “discounted cash flows”. Quando são utilizadas técnicas de “discounted cash flows”, os fluxos financeiros futuros são estimados de acordo com as expectativas da gestão e a taxa de desconto utilizada corresponde à taxa de mercado para instrumentos financeiros com características semelhantes.

De modo a assegurar uma adequada segregação de funções, a valorização daqueles instrumentos financeiros é determinada por um órgão independente da função de negociação.

#### Determinação de perdas por imparidade (Notas 9, 18 e 39)

As perdas por imparidade em crédito concedido são calculadas conforme indicado na Nota 1.3. c). Deste modo, a determinação da imparidade através de análise individual corresponde ao julgamento do Conselho de Administração quanto à situação económica e financeira dos seus clientes e à sua estimativa do valor das garantias associadas aos respetivos créditos, com o consequente impacto nos fluxos de caixa futuros esperados. A determinação da imparidade através de análise coletiva é efetuada com base em parâmetros para tipologias de operações comparáveis, tais como: tipo de instrumento, tipo de cliente, grau de risco de crédito medido pelo sistema de ratings ou scoring, tipo colateral, data do reconhecimento inicial, relação entre empréstimo e valor da garantia (LTV) e incorporação de informação prospetiva.



#### Ativos não correntes e grupos para alienação classificados como detidos para venda e outros ativos (Notas 14 e 15)

Os imóveis, equipamentos e outros bens recebidos em dação ou arrematação para pagamento de operações de crédito vencido, são registados pelo valor acordado por via negocial ou judicial, deduzido dos gastos que o Banco estima incorrer com a sua venda, ou pelo seu valor de venda rápida, caso este seja inferior. Os imóveis são sujeitos a avaliações periódicas efetuadas por avaliadores independentes, os quais incorporam diversos pressupostos, nomeadamente acerca da evolução do mercado imobiliário e quando aplicável, expectativas quanto ao desenvolvimento de projetos imobiliários. Os pressupostos utilizados nas avaliações destes imóveis têm impacto na sua valorização e consequentemente na determinação da imparidade. Sempre que o valor decorrente dessas avaliações (líquido de gastos de venda) seja inferior ao valor pelo qual os imóveis se encontram contabilizados, são registadas perdas por imparidade.

Tal como descrito na Nota 15 a metodologia utilizada com maior frequência pelo Banco para avaliação deste tipo de ativo é o método de mercado. Neste método o critério da comparação de mercado tem por referência valores de transações de imóveis semelhantes e comparáveis ao imóvel objeto de estudo obtido através da prospeção de mercado realizada na zona onde aquele se encontra localizado.

#### Impostos (Nota 13)

O reconhecimento de impostos diferidos ativos pressupõe a existência de resultados e de matéria coletável futura. Adicionalmente, os impostos correntes e diferidos foram determinados com base na interpretação da legislação fiscal atual. Deste modo, alterações na legislação fiscal ou na sua interpretação por parte das autoridades competentes podem ter impacto no valor dos impostos correntes e diferidos. Para efeito da análise da recuperabilidade dos impostos diferidos ativos (prejuízos fiscais) o Grupo apura projeções de lucros tributáveis baseados em pressupostos. Desta forma a recuperabilidade dos impostos diferidos ativos depende da concretização da estratégia do Conselho de Administração do Grupo.

#### Determinação do desfecho dos processos judiciais em curso e provisões de reestruturação (Notas 18 e 42)

O reconhecimento de uma provisão ocorre quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O desfecho dos processos judiciais em curso, bem como o montante da provisão correspondente à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço, é aferida de acordo com a opinião dos advogados/consultores legais do Grupo e as decisões até à data dos tribunais, os quais no entanto poderão vir a não se concretizar.

Relativamente aos planos de reestruturação foram considerados os encargos decorrentes da obrigação construtiva de reorganizar, com a definição das ações a desenvolver suportadas num plano formal detalhado com elementos mínimos de abordagem e quantificação e identificação dos fatores impactados.

#### Determinação dos passivos por contratos de seguro (Nota 18)

A determinação das responsabilidades da Companhia por contratos de seguro é efetuada com base em metodologias e pressupostos descritos na Nota 1.3. m) acima.

Face à sua natureza, a determinação das provisões para sinistros e outros passivos por contratos de seguro reveste-se de um certo nível de subjetividade, podendo os valores efetivamente verificados vir a ser diferentes das estimativas reconhecidas em balanço.

No entanto, a Companhia considera que os passivos determinados com base nas metodologias aplicadas refletem de forma adequada a melhor estimativa em 31 de dezembro de 2021 das responsabilidades a que se encontra obrigada.

#### Resseguro cedido

A provisão para prémios não adquiridos de resseguro cedido, a provisão matemática de resseguro cedido e a provisão para sinistros de resseguro cedido correspondem à quota-parte da responsabilidade dos resseguradores nas responsabilidades totais da Companhia e são calculadas nos termos dos tratados de resseguro em vigor à data do balanço. A provisão para participação nos resultados de resseguro cedido é igualmente estimada à data do balanço, tendo por base as condições contratuais instituídas nos referidos tratados de resseguro.

### 3. DIVULGAÇÕES POR SEGMENTOS

Nos termos requeridos pela IFRS 8, as divulgações por segmentos operacionais são apresentadas de seguida, de acordo com a informação tal como é analisada pelos órgãos de gestão do Grupo (Comissão Executiva):

#### **Corporate Investment Banking:**

Inclui essencialmente a atividade do Grupo nos mercados financeiros e com grandes empresas, sendo prestados serviços de assessoria financeira, nomeadamente de Corporate e Project Finance, assim como serviços de intermediação, guarda e liquidação de valores.

#### **Banca de Retalho:**

Refere-se essencialmente a operações de concessão de crédito e captação de recursos relacionadas com clientes particulares e negócios com faturação inferior a 10 milhões de euros, canalizadas pela rede de balcões e serviços disponibilizados por canais complementares.

#### **Banca de Empresas:**

São consideradas nesta área as empresas com faturação entre 10 e 125 milhões de euros. Esta atividade é suportada pela rede de balcões, centros de empresas e serviços especializados, incluindo diversos produtos, nomeadamente empréstimos, financiamento de projetos, de comércio, às exportações e ao imobiliário.

#### **Gestão de Seguros:**

Esta área inclui os seguros de vida que, na estratégia de *cross selling*, são colocados através da rede de balcões do Grupo.

#### **Atividades Corporativas:**

Nesta área é considerada toda a atividade desenvolvida no Grupo e que dá suporte às atividades principais mas que não está diretamente relacionada com as áreas de negócio de clientes, incluindo a gestão de liquidez, coberturas de balanço e financiamento estrutural do Grupo.

A demonstração dos resultados por segmento operacional em 31 de dezembro de 2021 e 2020 apresenta o seguinte detalhe:

	31-12-2021					Total
	Corporate Investment Banking	Banca de Retailho	Banca de Empresas	Gestão de Seguros	Atividades Corporativas	
Margem financeira	51.390	435.792	84.905	488	157.067	729.642
Rendimento de dividendos	-	-	-	-	1.537	1.537
Proporção dos lucros ou prejuízos de investimentos em filiais, empreendimentos conjuntos e associadas contabilizada pelo método da equivalência	-	-	-	11.854	4.231	16.085
Rendimentos/despesas de taxas e comissões	48.271	372.289	24.896	(5.563)	(13.312)	426.581
Resultado em operações financeiras a)	9.175	6.528	634	13.964	124.950	155.251
Outros receitas/despesas operacionais	-	2.685	-	1.213	6.938	10.836
Atividades seguradora	-	-	-	16.240	-	16.240
<b>Produto bancário</b>	<b>108.836</b>	<b>817.294</b>	<b>110.435</b>	<b>38.196</b>	<b>281.411</b>	<b>1.356.172</b>
Despesas administrativas	(25.195)	(415.317)	(26.305)	(8.393)	(3.803)	(479.012)
Contribuições em numerário para fundos de resolução e sistemas de garantia de depósitos	-	-	-	-	(37.679)	(37.679)
Depreciações	(3.353)	(45.485)	(404)	(489)	-	(49.732)
	<b>80.288</b>	<b>356.492</b>	<b>83.726</b>	<b>29.314</b>	<b>239.929</b>	<b>789.749</b>
Imparidade e provisões, líquidas de anulações b)	(380)	(153.235)	(16.311)	(2)	(163.786)	(333.713)
Lucros ou prejuízos com ativos não correntes e grupos para alienação classificados como detidos para venda não elegíveis como unidades operacionais descontinuadas	-	-	-	27	14.005	14.033
Ganhos ou perdas outros, valor líquido	-	-	-	-	(35.075)	(35.075)
<b>Lucros ou prejuízos de unidades operacionais em continuação antes de impostos</b>	<b>79.908</b>	<b>203.257</b>	<b>67.415</b>	<b>29.340</b>	<b>55.073</b>	<b>434.994</b>
Despesas ou receitas com impostos relacionadas com os resultados de unidades operacionais em continuação	(24.771)	(63.010)	(20.899)	(4.510)	(23.075)	(136.266)
Lucros ou prejuízos do exercício atribuíveis a participações minoritárias sem controlo	-	-	-	-	(114)	(114)
<b>Lucros ou prejuízos do exercício atribuíveis aos proprietários da empresa-mãe</b>	<b>55.137</b>	<b>140.247</b>	<b>46.517</b>	<b>24.829</b>	<b>31.884</b>	<b>298.614</b>

	31-12-2020					Total
	Corporate Investment Banking	Banca de Retailho	Banca de Empresas	Gestão de Seguros	Atividades Corporativas	
Margem financeira	74.074	469.195	85.280	485	157.606	786.640
Rendimento de dividendos	-	-	-	-	1.734	1.734
Proporção dos lucros ou prejuízos de investimentos em filiais, empreendimentos conjuntos e associadas contabilizada pelo método da equivalência	-	-	-	9.200	5.353	14.553
Rendimentos/despesas de taxas e comissões	45.927	340.836	23.389	(4.448)	(32.493)	373.212
Resultado em operações financeiras a)	9.757	5.569	499	18.190	80.656	114.672
Outros receitas/despesas operacionais	-	2.564	-	1.277	5.794	9.635
Atividades seguradora	-	-	-	17.236	-	17.236
<b>Produto bancário</b>	<b>129.758</b>	<b>818.164</b>	<b>109.169</b>	<b>41.942</b>	<b>218.650</b>	<b>1.317.682</b>
Despesas administrativas	(23.387)	(448.740)	(37.384)	(11.408)	(3.890)	(524.808)
Contribuições em numerário para fundos de resolução e sistemas de garantia de depósitos	-	-	-	-	(35.624)	(35.624)
Depreciações	(3.265)	(46.742)	(1.854)	(544)	-	(52.405)
	<b>103.106</b>	<b>322.682</b>	<b>69.931</b>	<b>29.990</b>	<b>179.136</b>	<b>704.845</b>
Imparidade e provisões, líquidas de anulações b)	(2.024)	(4.373)	5.760	(612)	(269.104)	(270.352)
Lucros ou prejuízos com ativos não correntes e grupos para alienação classificados como detidos para venda não elegíveis como unidades operacionais descontinuadas	-	-	-	30	4.984	5.014
Ganhos ou perdas outros, valor líquido	-	-	-	-	(34.495)	(34.495)
<b>Lucros ou prejuízos de unidades operacionais em continuação antes de impostos</b>	<b>101.083</b>	<b>318.309</b>	<b>75.691</b>	<b>29.408</b>	<b>(119.479)</b>	<b>405.012</b>
Despesas ou receitas com impostos relacionadas com os resultados de unidades operacionais em continuação	(31.335)	(98.676)	(23.464)	274	43.857	(109.344)
Lucros ou prejuízos do exercício atribuíveis a participações minoritárias sem controlo	-	-	-	-	(109)	(109)
<b>Lucros ou prejuízos do exercício atribuíveis aos proprietários da empresa-mãe</b>	<b>69.748</b>	<b>219.633</b>	<b>52.227</b>	<b>29.682</b>	<b>(75.731)</b>	<b>295.559</b>

a) Inclui as seguintes rubricas da demonstração dos resultados consolidados:

- Ganhos ou perdas com o desreconhecimento de ativos e passivos financeiros não contabilizados pelo justo valor através dos resultados, valor líquido;
- Ganhos ou perdas com ativos e passivos financeiros detidos para negociação, valor líquido;
- Ganhos ou perdas com ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente contabilizados pelo justo valor através dos resultados, valor líquido;
- Ganhos ou perdas da contabilidade de cobertura, valor líquido;
- Diferenças cambiais ganhos ou perdas, valor líquido;
- Ganhos ou perdas com o desreconhecimento de ativos não financeiros, valor líquido.

b) Este agregado inclui as seguintes rubricas da demonstração dos resultados consolidados:

- Provisões ou reversão de provisões;
- Imparidades ou reversão de imparidades de ativos financeiros não contabilizados pelo justo valor através dos resultados;
- Imparidades ou reversão de imparidades de ativos não financeiros.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os ativos e passivos afetos a cada segmento operacional, conforme informação utilizada pela Gestão do Grupo para a tomada de decisões, apresentam o seguinte detalhe:

	31-12-2021					Total
	Corporate Investment Banking	Banca de Retailho	Banca de Empresas	Gestão de Seguros	Atividades Corporativas	
<b>Ativo</b>						
Ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral	-	-	-	-	2.979.302	2.979.302
Ativos financeiros pelo custo amortizado						
Crédito hipotecário	-	21.920.887	-	-	-	21.920.887
Crédito ao consumo	-	1.716.486	-	-	-	1.716.486
Outros créditos	3.205.129	6.305.890	6.276.394	-	30.470	15.817.882
Outros saldos a receber	-	38.927	-	-	889.799	928.726
<b>Total dos ativos afetos</b>	<b>3.205.129</b>	<b>29.982.190</b>	<b>6.276.394</b>	<b>-</b>	<b>3.899.571</b>	<b>43.363.283</b>
Ativos não afetos						16.822.331
<b>Total do Ativo</b>						<b>60.185.614</b>
<b>Passivo</b>						
Passivos financeiros contabilizados pelo custo amortizado						
Depósitos - Bancos Centrais	-	-	-	-	7.410.242	7.410.242
Depósitos - Instituições de crédito	-	-	-	-	393.405	393.405
Depósitos - Clientes	1.408.917	30.679.818	6.323.756	-	-	38.412.491
Títulos de dívida emitidos	-	-	-	-	3.180.165	3.180.165
<b>Total de passivos afetos</b>	<b>1.408.917</b>	<b>30.679.818</b>	<b>6.323.756</b>	<b>-</b>	<b>10.983.812</b>	<b>49.396.303</b>
Passivos não afetos						6.165.151
<b>Total do Passivo</b>						<b>55.561.454</b>
<b>Garantias e Avals</b>	<b>157.386</b>	<b>535.587</b>	<b>984.137</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.677.110</b>

	31-12-2020					Total
	Corporate Investment Banking	Banca de Retailho	Banca de Empresas	Gestão de Seguros	Atividades Corporativas	
<b>Ativo</b>						
Ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral	-	-	-	-	3.140.071	3.140.071
Ativos financeiros pelo custo amortizado						
Crédito hipotecário	-	20.669.687	-	-	-	20.669.687
Crédito ao consumo	-	1.680.478	-	-	-	1.680.478
Outros créditos	3.742.164	6.329.283	6.121.185	-	20.170	16.212.803
Outros saldos a receber	-	52.845	-	-	1.217.208	1.270.053
<b>Total dos ativos afetos</b>	<b>3.742.164</b>	<b>28.732.293</b>	<b>6.121.185</b>	<b>-</b>	<b>4.377.449</b>	<b>42.973.092</b>
Ativos não afetos						15.357.371
<b>Total do Ativo</b>						<b>58.330.463</b>
Passivos financeiros contabilizados pelo custo amortizado						
Depósitos - Bancos Centrais	-	-	-	-	6.791.820	6.791.820
Depósitos - Instituições de crédito	-	-	-	-	1.549.291	1.549.291
Depósitos - Clientes	1.333.795	29.117.077	5.488.154	-	-	35.939.026
Títulos de dívida emitidos	-	-	-	-	2.560.585	2.560.585
<b>Total de passivos afetos</b>	<b>1.333.795</b>	<b>29.117.077</b>	<b>5.488.154</b>	<b>-</b>	<b>10.901.696</b>	<b>46.840.722</b>
Passivos não afetos						6.769.301
<b>Total do Passivo</b>						<b>53.610.023</b>
<b>Garantias e Avals</b>	<b>180.278</b>	<b>520.765</b>	<b>911.700</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.612.743</b>

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 o Grupo não manteve atividade relevante em qualquer geografia distinta da atividade doméstica.

As políticas contabilísticas utilizadas na preparação da informação financeira por segmentos foram consistentes com as descritas na Nota 1.3. deste anexo.

#### 4. EMPRESAS DO GRUPO E TRANSAÇÕES OCORRIDAS NO EXERCÍCIO

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as empresas subsidiárias e associadas e os seus dados financeiros mais significativos, extraídos das respetivas demonstrações financeiras individuais, excluindo ajustamentos de conversão para IAS/IFRS, podem ser resumidos da seguinte forma:

Empresa	Participação (%) direta		Participação (%) efetiva		Ativo líquido		Capitais próprios		Lucro ou prejuízo do período	
	31-12-2021	31-12-2020	31-12-2021	31-12-2020	31-12-2021	31-12-2020	31-12-2021	31-12-2020	31-12-2021	31-12-2020
SANTANDER TOTTA, SGPS,S.A.	Matriz	Matriz	100,00	100,00	4.188.453	3.848.195	3.604.976	3.812.090	54.499	7.089
BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.	99,96	99,96	99,96	99,96	58.900.196	57.448.833	4.160.679	3.990.610	303.343	275.210
TOTTA (IRELAND), PLC (2)	-	-	99,96	99,96	568.046	536.675	460.490	461.336	1.088	1.455
TOTTAURBE - EMP.ADMIN. E CONSTRUÇÕES, S.A. (1)	-	-	99,96	99,96	99.856	134.313	96.928	127.726	(4.748)	583
TAXAGEST,SGPS,SA	1,00	1,00	99,96	99,96	55.737	55.745	55.732	55.744	(12)	(3)
NOVIMOVEST - Fundo de Investimento Imobiliário Aberto	-	-	78,71	78,71	263.711	311.513	257.792	304.335	3.960	341
GAMMA, Sociedade Financeira de Titularização de Créditos, S.A.	-	-	99,96	99,96	7.304	7.249	7.134	6.810	323	63
HIPOTOTTA NO. 4 PLC	-	-	-	-	511.024	562.050	(4.286)	(3.564)	(806)	1.088
HIPOTOTTA NO. 5 PLC	-	-	-	-	521.706	572.173	(12.849)	(10.508)	(2.307)	923
HIPOTOTTA NO. 4 FTC	-	-	-	-	450.577	505.515	447.251	499.365	1.928	168
HIPOTOTTA NO. 5 FTC	-	-	-	-	457.596	504.601	455.913	503.853	2.490	398
Operações de Securitização geridas pela GAMMA, STC	-	-	-	-	2.467.826	2.804.742	-	-	-	-
UNICRE - INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DE CRÉDITO, S.A.	-	-	21,86	21,85	409.384	368.375	118.845	110.136	19.510	23.919
LUSIMOVEST - FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO	-	-	-	25,76	-	107.131	-	101.807	-	1.210
SANTANDER TOTTA SEGUROS - COMPANHIA DE SEGUROS VIDA, S.A.	100,00	100,00	100,00	100,00	4.255.736	4.224.577	141.511	170.534	24.647	26.907
AEGON SANTANDER PORTUGAL VIDA - COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.	-	-	49,00	49,00	128.745	132.548	40.286	36.552	17.716	14.776
AEGON SANTANDER PORTUGAL NÃO VIDA - COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.	-	-	49,00	49,00	55.591	52.919	23.311	21.018	9.404	4.001
MAPFRE SANTANDER PORTUGAL Co. SEGUROS	-	-	49,99	49,99	13.297	13.655	5.346	8.215	(2.870)	(1.149)

As demonstrações financeiras de algumas empresas subsidiárias, associadas e entidades sob controlo conjunto estão pendentes de aprovação pelos respetivos Órgãos Sociais. No entanto, é convicção do Conselho de Administração do Grupo que não haverá alterações com impacto significativo nos capitais próprios e no lucro consolidado do Grupo.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a atividade, a localização da Sede e o método de consolidação utilizado para as empresas incluídas na consolidação foi como segue:

Empresa	Atividade	Sede	Método de Consolidação
Santander Totta, SGPS, S.A.	Gestão de participações sociais	Portugal	Matriz
Banco Santander Totta, S.A.	Bancária	Portugal	Integral
TOTTA (IRELAND), PLC <sup>(2)</sup>	Gestão de investimentos	Irlanda	Integral
TOTTA URBE - Emp.Admin. e Construções, S.A. <sup>(1)</sup>	Gestão de propriedades	Portugal	Integral
TAXAGEST, SGPS, S.A.	Gestão de participações sociais	Portugal	Integral
UNICRE - INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DE CRÉDITO, S.A.	Emissão e gestão de cartões de crédito	Portugal	Equivalência patrimonial
HIPOTOTTA nº 4 PLC	Gestão de Investimentos	Irlanda	Integral
HIPOTOTTA nº 5 PLC	Gestão de Investimentos	Irlanda	Integral
HIPOTOTTA nº 4 FTC	Fundos de titularização de créditos	Portugal	Integral
HIPOTOTTA nº 5 FTC	Fundos de titularização de créditos	Portugal	Integral
Operações de Securitização geridas pela GAMMA, STC	Fundos de titularização de créditos	Portugal	Integral
NOVIMOVEST - Fundo de Investimento Imobiliário Aberto	Fundo Imobiliário	Portugal	Integral
GAMMA, Sociedade Financeira de Titularização de Créditos, S.A.	Gestão de titularizações	Portugal	Integral
SANTANDER TOTTA SEGUROS - COMPANHIA DE SEGUROS VIDA, S.A.	Seguradora	Portugal	Integral
AEGON SANTANDER PORTUGAL VIDA - COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.	Seguradora	Portugal	Equivalência patrimonial
AEGON SANTANDER PORTUGAL NÃO VIDA - COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.	Seguradora	Portugal	Equivalência patrimonial
MAPFRE SANTANDER PORTUGAL Co. SEGUROS	Seguradora	Portugal	Equivalência patrimonial

- (1) A situação líquida desta subsidiária inclui prestações suplementares no montante de 99.760 milhares de euros.
- (2) Em virtude desta subsidiária encerrar o seu exercício económico em 30 de novembro, os montantes refletidos nas colunas do "Lucro ou prejuízo do período" correspondem ao resultado líquido apurado entre 01 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2021 (01 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2020).

Em Outubro de 2020, o Grupo alienou à Mapfre Seguros Gerais, S.A. 50,01% do capital social da Popular Seguros, pelo valor global de 14.400, tendo registado mais valia líquida de 5.775 milhares de euros. Adicionalmente, decorrente da alienação e perda de controlo sobre as companhias acima mencionadas, o Grupo gerou uma mais valia decorrente da valorização ao justo valor das participações remanescentes de 49,99% de 9.713 milhares de euros (Nota 30). A alienação da participação no capital social da Popular Seguros foi efetuada no contexto do "Shareholders's agreement", celebrado em 14 de outubro de 2020 entre a Santander Totta Seguros, o Banco Santander Totta, S.A. e a Mapfre Seguros Gerais, S.A., no âmbito do qual foram estabelecidos os mecanismos de governo societário que conferem ao Grupo Santander e ao Grupo Mapfre controlo conjunto sobre a entidade. Na sequência deste acordo, foi celebrado entre sociedade e o Banco Santander Totta, S.A. um acordo de distribuição, mediante o qual o Banco irá comercializar, em regime de exclusividade, os produtos da companhia até dezembro de 2037.

De acordo com a IFRS 10, que veio substituir a IAS 27 e a SIC 12, o Grupo inclui nas suas demonstrações financeiras consolidadas as entidades com finalidade especial (SPE's), criadas no âmbito de operações de titularização quando as controla, ou seja quando detém a maior parte dos riscos e benefícios associados à sua atividade, nomeadamente, as obrigações que emitiram com maior grau de subordinação – *equity pieces*.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o balanço das sociedades Aegon Santander Portugal Vida e não Vida apresentava a seguinte composição:

	31-12-2021			31-12-2020		
	Aegon Santander Portugal Vida - Companhia de Seguros de Vida, S.A.	Aegon Santander Portugal Não Vida - Companhia de Seguros, S.A.	Total	Aegon Santander Portugal Vida - Companhia de Seguros de Vida, S.A.	Aegon Santander Portugal Não Vida - Companhia de Seguros, S.A.	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	8.154	5.229	13.383	16.342	6.689	23.031
Ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral	81.486	44.596	126.082	73.833	40.146	113.979
Ativos tangíveis	297	-	297	298	-	298
Ativos intangíveis	7.860	4.481	12.341	9.721	5.063	14.784
Provisões Técnicas de resseguro cedido	27.362	771	28.133	29.106	501	29.607
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	3.504	498	4.002	3.163	406	3.569
Acréscimos e diferimentos	49	16	65	60	114	174
Outros elementos do ativo	33	-	33	25	-	25
	<u>128.745</u>	<u>55.591</u>	<u>184.336</u>	<u>132.548</u>	<u>52.919</u>	<u>185.467</u>
Provisões Técnicas	68.937	19.102	88.039	66.257	17.840	84.097
Outros passivos financeiros	3.128	18	3.146	4.181	-	4.181
Outros credores por operações de seguros e outras operações	11.181	8.706	19.887	20.925	11.351	32.276
Passivos por impostos e taxas	2.386	3.173	5.559	1.817	769	2.586
Acréscimos e diferimentos	2.827	1.281	4.108	2.816	1.941	4.757
Capital	7.500	7.500	15.000	7.500	7.500	15.000
Reservas de reavaliação	616	232	848	1.535	745	2.280
Reservas por impostos diferidos	(163)	(61)	(224)	(399)	(194)	(593)
Outras Reservas	14.617	6.236	20.853	13.140	5.836	18.976
Lucros retidos	-	-	-	-	3.130	3.130
Resultado do exercício	17.716	9.404	27.120	14.776	4.001	18.777
	<u>128.745</u>	<u>55.591</u>	<u>184.336</u>	<u>132.548</u>	<u>52.919</u>	<u>185.467</u>

## 5. CAIXA, SALDOS DE CAIXA EM BANCOS CENTRAIS E OUTROS DEPÓSITOS À ORDEM

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2021	31-12-2020
Caixa	341.298	336.121
Depósitos à ordem em bancos centrais		
Banco Central Europeu (BCE)	8.141.015	3.932.058
Outros depósitos à ordem em instituições de crédito		
Depósitos à ordem	236.215	275.473
	<u>8.718.528</u>	<u>4.543.652</u>

De acordo com a regulamentação em vigor as instituições de crédito estabelecidas nos Estados-Membros participantes estão sujeitas à constituição de reservas mínimas em contas mantidas junto dos Bancos Centrais Nacionais participantes. A base de incidência compreende todos os depósitos em bancos centrais e em instituições financeiras e monetárias que se situem fora da Zona Euro e todos os depósitos de clientes com maturidades inferiores a dois anos. A esta base é aplicado um coeficiente de 1% e abatido um montante de 100.000 de euros. O cumprimento das disponibilidades mínimas obrigatórias, para um dado período de observação, é concretizado tendo em consideração o valor médio dos saldos dos depósitos junto do Banco de Portugal durante o referido período. As reservas mínimas exigidas são remuneradas à RFI (nestas datas esta taxa é zero).



Para o excesso, o Conselho do BCE em 12 de setembro de 2019, decidiu introduzir um sistema de dois níveis para a remuneração de reservas excedentárias, que isenta uma parte da liquidez excedentária das instituições, ou seja, a parte das reservas que excede as reservas obrigatórias, da remuneração negativa à taxa de juro aplicável à facilidade permanente de depósito. O Conselho do BCE decidiu, nomeadamente, isentar um múltiplo das reservas obrigatórias das instituições e decidiu fixar em seis o multiplicador inicial «m» das reservas obrigatórias das instituições que é utilizado para calcular a parte isenta das reservas excedentárias das instituições em relação a todas as instituições elegíveis, e em zero por cento a taxa de juro inicial aplicável às reservas excedentárias isentas. O referido multiplicador «m» e a taxa de juro aplicável às reservas excedentárias isentas podem ser ajustados ao longo do tempo pelo Conselho do BCE.

## 6. ATIVOS / PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

As rubricas de ativos e passivos financeiros detidos para negociação têm a seguinte composição:

	<u>31-12-2021</u>	<u>31-12-2020</u>
Ativos financeiros detidos para negociação		
Derivados com justo valor positivo	<u>579.220</u>	<u>901.010</u>
Passivos financeiros detidos para negociação		
Derivados com justo valor negativo	<u>571.183</u>	<u>920.602</u>

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, estão registados os seguintes derivados:

	31-12-2021				31-12-2020			
	Valor nominal	Ativo	Passivo	Líquido	Valor nominal	Ativo	Passivo	Líquido
Mercados de balcão								
Forwards								
Compras	308.284				401.114			
Vendas	307.801	4.737	4.390	347	401.024	6.820	6.736	84
Swaps								
Contratos de taxa de câmbio (Currency Swaps)								
Compras	974.114				1.084.783			
Vendas	974.444	704	1.141	(437)	1.086.821	512	3.335	(2.823)
Contratos de taxa de juro (Interest Rate Swaps)	25.471.827	518.835	541.911	(23.076)	26.478.426	831.103	863.703	(32.600)
Contratos sobre cotações (Equity Swaps)	343.258	34.746	3.150	31.596	352.863	21.154	4.828	16.326
Opções								
Contratos de taxa de câmbio (Currency Swaps)								
Compras	120.523				7.961			
Vendas	120.523	1.559	1.571	(12)	7.961	309	311	(2)
Contratos sobre cotações (Equity Swaps)								
Compras	16.262				46.765			
Vendas	8.151	772	1.180	(408)	46.765	1.439	2.113	(674)
Contratos de garantia de taxa de juro (Caps and Floors)	913.972	17.867	17.840	27	961.240	39.673	39.576	97
	<u>29.559.159</u>	<u>579.220</u>	<u>571.183</u>	<u>8.037</u>	<u>30.875.723</u>	<u>901.010</u>	<u>920.602</u>	<u>(19.592)</u>

Em 31 de dezembro de 2021, as rubricas de ativo e passivo relativas a “Instrumentos financeiros derivados” encontram-se deduzidas dos montantes de, aproximadamente, 3.977 milhares de euros e 715 milhares de euros de “Credit Value Adjustments” e de “Debit Value Adjustments”, respetivamente (5.300 milhares euros e 5.053 milhares de euros em 31 de dezembro de 2020, respetivamente), de acordo com a metodologia descrita na Nota 39.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a quase totalidade dos instrumentos financeiros derivados de negociação encontravam-se cobertos “back-to-back” com o Banco Santander, S.A..

## 7. ATIVOS FINANCEIROS NÃO DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO OBRIGATORIAMENTE CONTABILIZADOS PELO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2021	31-12-2020
Instrumentos de capital	1.182.568	817.078
Títulos de dívida		
De emissores públicos	1.240.362	1.427.030
De outros emissores	771.854	951.634
	<u>3.194.784</u>	<u>3.195.742</u>

Os juros e os resultados da valorização destes ativos financeiros pelo seu justo valor foram refletidos na rubrica da demonstração dos resultados “Ganhos ou perdas com ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente contabilizados pelo justo valor através dos resultados” (Nota 29).

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o detalhe desta rubrica é o seguinte:

Descrição	31-12-2021					31-12-2020				
	Produtos "Unit link"		Outros produtos			Produtos "Unit link"		Outros produtos		
	Juros a receber	Capital	Juros a receber	Capital	Justo Valor	Juros a receber	Capital	Juros a receber	Capital	Justo Valor
Instrumentos de dívida										
Obrigações do Tesouro	1.227.051	12.992	317	2	1.240.362	1.411.512	15.518	-	-	1.427.030
Dívida não subordinada	765.162	6.656	36	-	771.854	937.902	13.732	-	-	951.634
Instrumentos de capital	1.082.296	-	100.272	-	1.182.568	683.228	-	133.850	-	817.078
	<u>3.074.509</u>	<u>19.648</u>	<u>100.625</u>	<u>2</u>	<u>3.194.784</u>	<u>3.032.642</u>	<u>29.250</u>	<u>133.850</u>	<u>-</u>	<u>3.195.742</u>

O movimento ocorrido nos "Outros produtos" durante o exercício de 2021 foi o seguinte:

	31-12-2020	Compras	Reembolsos/Amortiz /Liquidação/Vendas	Valias não realizadas	Valias/rendimentos realizadas	31-12-2021
Instrumentos de capital	<u>133.850</u>	<u>880</u>	<u>(36.009)</u>	<u>1.134</u>	<u>417</u>	<u>100.272</u>

## 8. ATIVOS FINANCEIROS CONTABILIZADOS PELO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2021								
	Custo de aquisição	Juros a receber	Ajust. por op. cobertura	Reserva de justo valor			Outros	Imparidade	Valor de balanço
				Reserva Positiva	Reserva Negativa	Total			
Instrumentos de dívida									
Títulos de dívida pública	2.577.876	57.434	29.255	296.668	(1.260)	295.408	(2.184)	-	2.957.789
Outros emissores	91.723	994	-	565	(200)	365	-	(52)	93.030
	<u>2.669.599</u>	<u>58.428</u>	<u>29.255</u>	<u>297.233</u>	<u>(1.460)</u>	<u>295.773</u>	<u>(2.184)</u>	<u>(52)</u>	<u>3.050.819</u>
Instrumentos de capital	72.986	-	-	-	(333)	(333)	-	-	72.653
	<u>2.742.585</u>	<u>58.428</u>	<u>29.255</u>	<u>297.233</u>	<u>(1.793)</u>	<u>295.440</u>	<u>(2.184)</u>	<u>(52)</u>	<u>3.123.472</u>
Empréstimos e adiantamentos	2.300.000	31.153	222.491	425.658	-	425.658	-	-	2.979.302
	<u>5.042.585</u>	<u>89.581</u>	<u>251.746</u>	<u>722.891</u>	<u>(1.793)</u>	<u>721.098</u>	<u>(2.184)</u>	<u>(52)</u>	<u>6.102.774</u>
	31-12-2020								
	Custo de aquisição	Juros a receber	Ajust. por op. cobertura	Reserva de justo valor			Outros	Imparidade	Valor de balanço
				Reserva Positiva	Reserva Negativa	Total			
Instrumentos de dívida									
Emitidos por residentes									
Títulos de dívida pública	4.443.870	70.285	58.098	552.768	(45)	552.723	36.676	-	5.161.652
Outros emissores	81.575	575	-	1.181	(132)	1.049	-	(14)	83.185
	<u>4.525.445</u>	<u>70.860</u>	<u>58.098</u>	<u>553.949</u>	<u>(177)</u>	<u>553.772</u>	<u>36.676</u>	<u>(14)</u>	<u>5.244.837</u>
Instrumentos de capital	72.288	-	-	480	-	480	-	-	72.768
	<u>4.597.733</u>	<u>70.860</u>	<u>58.098</u>	<u>554.429</u>	<u>(177)</u>	<u>554.252</u>	<u>36.676</u>	<u>(14)</u>	<u>5.317.605</u>
Empréstimos e adiantamentos	2.300.000	31.153	314.480	494.438	-	494.438	-	-	3.140.071
	<u>6.897.733</u>	<u>102.013</u>	<u>372.578</u>	<u>1.048.867</u>	<u>(177)</u>	<u>1.048.690</u>	<u>36.676</u>	<u>(14)</u>	<u>8.457.676</u>

Em 31 de dezembro de 2020 na coluna “Outros” estava incluído um montante de 39.198 milhares de euros, relativo a um ajustamento de cobertura descontinuado, cujo ativo subjacente foi alienado em 2021 e o valor reclassificado para resultados.

Com o objetivo de colocar maior ênfase no desenvolvimento do seu core business (banca de retalho - hipotecas e PMEs), durante o primeiro trimestre de 2020, o Banco alterou o seu business plan tendo revisto a sua estratégia de financiamento e alocação dos seus recursos, o que implicará a descontinuação de atividades (através da venda ou do seu vencimento) que requeiram financiamento estável e em grandes montantes e prazos. Em virtude da referida alteração estratégica do Banco, e tendo em consideração o seu novo modelo de negócio (“hold to collect and sale”) esta tipologia de crédito que anteriormente era mensurada pelo custo amortizado, passou a ser mensurada pelo justo valor através de outro rendimento integral, sendo que os respetivos impactos podem ser vistos na Nota 1.3 c).

O movimento ocorrido nesta rubrica durante o exercício de 2021 foi o seguinte:

31-12-2020	Compras	Reembolsos/Amortiz/Liquidado/Vendas	Valias			Variação carteira da seguradora	Juros/coberturas /outros	Imparidade	31-12-2021	
			não realizadas	realizadas por resultados	realizadas por C/P					
Instrumentos de capital	72.768	2.103	(1.408)	(811)	-	(2)	(1)	4	-	72.653
Titulos de dívida	5.244.837	-	(1.884.562)	(49.454)	(189.507)	-	9.376	(79.833)	(38)	3.050.819
	5.317.605	2.103	(1.885.970)	(50.265)	(189.507)	(2)	9.375	(79.829)	(38)	3.123.472

As rubricas de Obrigações do Tesouro apresentavam as seguintes características:

Descrição	31-12-2021				31-12-2020			
	Custo de aquisição	Juros a receber	Valias e outros	Valor de balanço	Custo de aquisição	Juros a receber	Valias e outros	Valor de balanço
<b>Obrigações do Tesouro - Portugal</b>								
. Com vencimento a um ano	13.364	50	172	13.586	14.844	165	109	15.118
. Com vencimento entre um e três anos	36.510	852	1.733	39.095	61.745	444	3.171	65.360
. Com vencimento entre três e cinco anos	1.872.555	50.275	275.518	2.198.348	2.433.745	53.880	391.300	2.878.925
. Com vencimento entre cinco e dez anos	252.286	3.082	21.735	277.103	1.239.224	10.652	186.058	1.435.934
. Com vencimento a mais de dez anos	6.927	121	1.022	8.070	6.975	122	1.484	8.581
	2.181.642	54.380	300.180	2.536.202	3.756.533	65.263	582.122	4.403.918
<b>Obrigações do Tesouro - Espanha</b>								
. Com vencimento a um ano	38.834	798	172	39.804	21.239	452	117	21.808
. Com vencimento entre um e três anos	59.650	646	2.078	62.374	72.104	1.385	1.697	75.186
. Com vencimento entre três e cinco anos	67.933	459	4.157	72.549	77.504	410	5.761	83.675
. Com vencimento entre cinco e dez anos	93.284	495	3.889	97.668	395.818	2.107	40.208	438.133
. Com vencimento a mais de dez anos	8.206	122	279	8.607	8.411	123	677	9.211
	267.907	2.520	10.575	281.002	575.076	4.477	48.460	628.013
<b>Obrigações do Tesouro - Outros países</b>								
. Com vencimento a um ano	13.686	124	139	13.949	12.711	60	68	12.839
. Com vencimento entre um e três anos	38.072	176	2.008	40.256	42.985	291	2.768	46.044
. Com vencimento entre três e cinco anos	19.252	23	2.573	21.848	27.600	131	1.823	29.554
. Com vencimento entre cinco e dez anos	49.055	201	3.901	53.157	16.285	56	3.643	19.984
. Com vencimento a mais de dez anos	8.262	10	3.103	11.375	12.680	7	8.613	21.300
	128.327	534	11.724	140.585	112.261	545	16.915	129.721
	2.577.876	57.434	322.479	2.957.789	4.443.870	70.285	647.497	5.161.652

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o Grupo detinha na sua carteira Obrigações do Tesouro Português, nos montantes de 99.868 milhares de euros e 535.499 milhares de euros, respetivamente, utilizadas como colaterais em operações de financiamento (Nota 17).

#### 9. ATIVOS FINANCEIROS PELO CUSTO AMORTIZADO

A sub-rubrica Títulos de dívida tem a seguinte composição:

	<u>31-12-2021</u>	<u>31-12-2020</u>
Crédito titulado		
. Papel comercial	2.738.472	2.725.510
. Obrigações	712.548	1.200.150
Juros a receber	11.122	15.704
Correções de valor de ativos objeto de cobertura	3.202	36.021
Comissões associadas ao custo amortizado (líquidas)	(930)	(1.021)
	<u>3.464.414</u>	<u>3.976.364</u>
Imparidade para títulos de dívida (Nota 18)	<u>(5.622)</u>	<u>(11.145)</u>
	<u>3.458.792</u>	<u>3.965.219</u>

A sub-rubrica Empréstimos e adiantamentos tem a seguinte composição:

	31-12-2021	31-12-2020
<b>Empréstimos e adiantamentos - clientes</b>		
A empresas		
Desconto e créditos titulados por efeitos	337.554	412.444
Empréstimos	8.420.329	8.085.223
Crédito em conta corrente	796.595	826.486
Descobertos em depósitos à ordem	86.992	88.995
Créditos tomados - factoring	1.689.031	1.675.690
Locação Financeira	1.080.724	1.086.732
Outros Créditos	30.554	47.989
A particulares		
Habituação	21.852.263	20.603.727
Consumo e outros	2.266.983	2.236.961
	<u>36.561.025</u>	<u>35.064.247</u>
Créditos e juros vencidos	386.389	451.255
Juros a receber	37.602	56.694
Correções de valor de ativos objeto de cobertura	2.605	21.142
Despesas com encargo diferido	134.381	108.086
Comissões associadas ao custo amortizado (líquidas)	(150.653)	(134.483)
Contratos de suprimentos	644	644
	<u>410.968</u>	<u>503.338</u>
	<u>36.971.993</u>	<u>35.567.585</u>
Outros saldos a receber		
Contas margem	587.535	865.734
Cheques a cobrar	38.927	52.845
Devedores diversos e outras disponibilidades	310.703	355.794
	<u>937.165</u>	<u>1.274.373</u>
<b>Empréstimos e adiantamentos - instituições de crédito</b>		
Depósitos	13.174	13.173
Empréstimos	17.242	7.127
Outras aplicações	14	-
Operações de compra com acordo de revenda	26	-
Juros receber	1	3
Encargos com custo diferido / Receitas com rendimento diferido	130	(7)
	<u>30.587</u>	<u>20.296</u>
<b>Empréstimos e adiantamentos</b>	<u>37.939.745</u>	<u>36.862.254</u>
Imparidade para empréstimos e adiantamentos -clientes	(1.014.439)	(994.326)
Imparidade para empréstimos e adiantamentos - instituições de crédito	(117)	(126)
<b>Imparidade para empréstimos e adiantamentos (Nota 18)</b>	<u>(1.014.556)</u>	<u>(994.452)</u>
	<u>36.925.189</u>	<u>35.867.802</u>

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 foram vendidas carteiras de crédito concedido a particulares e a empresas com um valor de balanço de 96.698 milhares de euros e 114.639 milhares de euros. Como resultado destas operações foram registados no exercício de 2021 e 2020 ganhos líquidos nos montantes de 6.376 milhares de euros e 2.620 milhares de euros, respetivamente (Nota 18).

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica “Empréstimos e adiantamentos – A particulares - Habitação” incluía créditos afetos ao património autónomo das obrigações hipotecárias emitidas pelo Banco nos montantes de 9.965.945 milhares de euros e 10.278.006 milhares de euros, respetivamente (Nota 17).

O movimento ocorrido na imparidade em crédito a clientes durante os exercícios de 2021 e 2020 é apresentado na Nota 18.

A divisão por *stage* da carteira de crédito concedido e outros saldos a receber ao custo amortizado tem a seguinte detalhe:

	31-12-2021			31-12-2020		
	Valor bruto	Perdas imparidade	Cobertura	Valor bruto	Perdas imparidade	Cobertura
Stage 1	33.744.691	(65.977)	0,20%	35.195.266	(93.158)	0,26%
Stage 2	6.400.773	(280.518)	4,38%	4.252.383	(163.132)	3,84%
Stage 3	1.258.695	(673.683)	53,52%	1.390.969	(749.307)	53,87%
	<u>41.404.159</u>	<u>(1.020.178)</u>		<u>40.838.618</u>	<u>(1.005.597)</u>	

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os ativos não produtivos líquidos de imparidade apresentam o seguinte detalhe por contraparte data de incumprimento:

Contrapartes	31-12-2021				
	Exposições não produtivas, líquidas	Com probabilidade reduzida de pagamento, mas não vencidos ou vencidos há <= 90 dias	Vencidas > 90 dias <= 180 dias	Vencidas > 180 dias <= 5 anos	Vencidas > 5 anos
<b>Títulos de dívida</b>	<b>462</b>	<b>462</b>	-	-	-
Empresas não financeiras	462	462	-	-	-
<b>Empréstimos e adiantamentos</b>	<b>584.550</b>	<b>406.946</b>	<b>16.074</b>	<b>103.648</b>	<b>57.882</b>
Administrações públicas	98	97	-	-	1
Instituições de crédito	154	154	-	-	-
Outras empresas financeiras	494	450	-	39	5
Empresas não financeiras	398.614	294.821	3.979	54.609	45.205
Particulares	185.190	111.424	12.095	49.000	12.671
<b>Total ativos financeiros pelo custo amortizado</b>	<b>585.012</b>	<b>407.408</b>	<b>16.074</b>	<b>103.648</b>	<b>57.882</b>



Contrapartes	31-12-2020				
	Exposições não produtivas, líquidas	Com probabilidade reduzida de pagamento, mas não vencidos ou vencidos há <= 90 dias	Vencidas > 90 dias <= 180 dias	Vencidas > 180 dias <= 5 anos	Vencidas > 5 anos
<b>Títulos de dívida</b>	<b>478</b>	<b>478</b>	-	-	-
Empresas não financeiras	478	478	-	-	-
<b>Empréstimos e adiantamentos</b>	<b>641.184</b>	<b>388.861</b>	<b>11.675</b>	<b>194.753</b>	<b>45.895</b>
Administrações públicas	1	1	-	-	-
Instituições de crédito	197	197	-	-	-
Outras empresas financeiras	71	20	2	39	10
Empresas não financeiras	442.821	294.685	4172	122.413	21.551
Particulares	198.094	93.958	7501	72.301	24.334
<b>Total ativos financeiros pelo custo amortizado</b>	<b>641.662</b>	<b>389.339</b>	<b>11.675</b>	<b>194.753</b>	<b>45.895</b>

A evolução ocorrida na exposição e na imparidade para o crédito concedido e outros saldos a receber ao custo amortizado nos exercícios de 2021 e 2020, foi o seguinte:

	Ativos financeiros pelo custo amortizado				Imparidade			
	Stage 1	Stage 2	Stage 3	Total	Stage 1	Stage 2	Stage 3	Total
<b>Saldo em 31-12-2019</b>	37.353.568	2.022.651	1.622.680	40.998.899	65.257	72.855	784.127	922.239
Transferências:								
Stage 1 para 2	(755.816)	755.816	-	-	(2.576)	16.815	-	14.239
Stage 1 para 3	(42.407)	-	42.407	-	(319)	-	9.694	9.375
Stage 2 para 3	-	(55.117)	55.117	-	-	(3.716)	21.766	18.050
Stage 2 para 1	466.874	(466.874)	-	-	1.432	(20.191)	-	(18.759)
Stage 3 para 2	-	49.114	(49.114)	-	-	3.963	(18.141)	(14.178)
Stage 3 para 1	4.731	-	(4.731)	-	51	-	(1.777)	(1.725)
Alteração do modelo de negócio	(2.331.153)	-	-	(2.331.153)	-	-	-	-
Overlay idiosincrático	(2.433.000)	2.433.000	-	-	-	57.000	-	57.000
Overlay macroeconómico	-	-	-	-	39.400	46.700	47.300	133.400
Write offs e vendas	-	-	(133.327)	(133.327)	-	-	(91.621)	(91.621)
Originação líquida de amortizações	2.932.469	(486.207)	(142.063)	2.304.199	(10.087)	(10.294)	(2.041)	(22.422)
<b>Saldo em 31-12-2020</b>	35.195.266	4.252.383	1.390.969	40.838.618	93.158	163.132	749.307	1.005.597
Transferências:								
Stage 1 para 2	(3.391.468)	3.391.468	-	-	(5.538)	128.291	-	122.753
Stage 1 para 3	(83.436)	-	83.436	-	(377)	-	21.856	21.479
Stage 2 para 3	-	(75.291)	75.291	-	-	(4.850)	29.986	25.136
Stage 2 para 1	847.539	(847.539)	-	-	2.311	(18.159)	-	(15.848)
Stage 3 para 2	-	46.146	(46.146)	-	-	6.436	(17.651)	(11.215)
Stage 3 para 1	3.003	-	(3.003)	-	129	-	(466)	(337)
Overlay Re-rating	(300.000)	300.000	-	-	-	15.000	-	15.000
Overlay idiosincrático	378.700	(378.700)	-	-	-	11.900	-	11.900
Overlay macroeconómico	-	-	-	-	(39.400)	(46.700)	(47.300)	(133.400)
Outros	-	-	-	-	-	8.000	3.000	11.000
Write offs e vendas	-	-	(98.662)	(98.662)	-	-	(72.295)	(72.295)
Originação líquida de amortizações	1.095.087	(287.694)	(143.190)	664.203	15.694	17.468	7.246	40.408
<b>Saldo em 31-12-2021</b>	33.744.691	6.400.773	1.258.695	41.404.159	65.977	280.518	673.683	1.020.178

Tendo presente a elevada incerteza nos impactos futuros da pandemia, bem como a inexistência de informação histórica comparável que poderá não ser capturada devidamente pelos modelos nos parâmetros de risco calculados, o Grupo aprovou no exercício de 2020, um procedimento de overlays à imparidade, que regulamenta a análise de imparidade em situações excecionais que não são devidamente capturados pelos modelos utilizados no cálculo efetuado pelo Grupo, pela própria natureza e/ou particularidades da mesma. Ao abrigo desse procedimento em 31 de dezembro de 2020 o Grupo aplicou dois overlays à imparidade, com objetivo de refletir os impactos, de uma forma abrangente e prudente:

- *Overlay* Macroeconómico – como uma aproximação do impacto na imparidade da incorporação de novas expectativas de evolução da economia, com base nas orientações de supervisão e nas projeções macroeconómicas, no montante de 133,4 milhões de euros;
- *Overlay* - Idiossincrático – como uma aproximação do impacto na imparidade do aumento significativo de risco (passagem a stage 2) dos sectores mais afetados pelo impacto económico da pandemia, com base no decreto-lei nº 78-A/2020, no montante de 57 milhões de euros.

No exercício de 2021 o tratamento dado pelo Grupo aos *Overlays* foi:

- Tendo presente uma expectável deterioração nas contas do exercício de 2020 das empresas, foi contabilizado um novo *overlay re-rating*. Este *overlay* conduziu a uma reclassificação de 300 milhões de euros de exposição de stage 1 para stage 2 e uma dotação de imparidade de 15 milhões de euros;
- O *overlay* idiossincrático foi atualizado tendo sido dotado um novo reforço de imparidade por 11,9 milhões de euros, essencialmente na carteira de encarteiradas por uma deterioração do *rating* interno, com um retorno a stage 1 de 378,7 milhões de euros de exposição compensado em parte pelo *overlay re-rating*;
- No final do exercício o Grupo procedeu à recalibração do modelo IFRS9 (PD, LGD e EAD) e inclusão dos novos cenários macroeconómicos em todos os modelos de PD e LGD. Com esta atualização o modelo passou a incorporar as expectativas de evolução da economia e com isso o *overlay* macroeconómico deixou de se aplicar, tendo os correspondentes valores de imparidade sido alocadas às respetivas exposições.

## 10. DERIVADOS – CONTABILIDADE DE COBERTURA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Tipo de instrumento financeiro	31-12-2021					
	Valor de balanço		Valor nocional			Total
	Ativo	Passivo	Até 3 meses	Entre 3 meses a 1 ano	Mais de 1 ano	
Instrumentos derivados de cobertura						
Cobertura de Justo valor						
Swaps de taxa de juro (interest rate swaps)						
Passivos e crédito	5.592	40.848	16.077	28.345	2.988.767	3.033.189
Outros ativos financeiros pelo justo valor						
por outro rendimento integral	-	253.238	-	-	3.380.000	3.380.000
Swaps sobre cotações (equity swaps)	312	-	8.151	-	-	8.151
Cobertura de Fluxos de Caixa						
Swaps de taxa de juro (interest rate swaps)						
Fluxos de caixa	1.543	22	-	-	10.000.000	10.000.000
	<u>7.447</u>	<u>294.108</u>	<u>24.228</u>	<u>28.345</u>	<u>16.368.767</u>	<u>16.421.340</u>

Tipo de instrumento financeiro	31-12-2020					
	Valor de balanço		Valor notional			Total
	Ativo	Passivo	Até 3 meses	Entre 3 meses a 1 ano	Mais de 1 ano	
Instrumentos derivados de cobertura						
Cobertura de Justo valor						
Swaps de taxa de juro (interest rate swaps)						
Passivos e crédito	250	85.727	441	329.362	2.752.466	3.082.269
Outros ativos financeiros pelo justo valor por outro rendimento integral						
	-	374.018	-	-	3.380.000	3.380.000
Swaps sobre cotações (equity swaps)	563	-	10.512	20.503	7.523	38.538
Cobertura de Fluxos de Caixa						
Swaps de taxa de juro (interest rate swaps)						
Fluxos de caixa	22.906	-	-	3.000.000	-	3.000.000
Forward sale	-	62.538	2.049.092	-	-	2.049.092
	<u>23.719</u>	<u>522.283</u>	<u>2.060.045</u>	<u>3.349.865</u>	<u>6.139.989</u>	<u>11.549.899</u>

O Grupo realiza operações de derivados no âmbito da sua atividade, gerindo posições próprias com base em expectativas de evolução dos mercados, satisfazendo as necessidades dos seus clientes, ou cobrindo posições de natureza estrutural (cobertura). O risco de taxa de juro implícito no âmbito das operações de securitização e das emissões de obrigações hipotecárias é igualmente gerido pelo Grupo através da contratação de instrumentos financeiros derivados.

O Grupo transaciona derivados, nomeadamente sob a forma de contratos sobre taxas de câmbio, sobre taxas de juro ou sobre uma combinação destes subjacentes. Estas transações são efetuadas em mercados de balcão (OTC – *Over-the-counter*).

A negociação de derivados no mercado de balcão (OTC) baseia-se, normalmente, num contrato bilateral *standard*, que engloba o conjunto das operações sobre derivados existentes entre as partes. No caso de relações interprofissionais, um *Master Agreement* da ISDA – *Internacional Swaps and Derivatives Association*. No caso de relações com clientes, um contrato próprio do Banco.

Neste tipo de contratos, prevê-se a compensação de responsabilidades em caso de incumprimento (compensação essa, cuja abrangência está prevista no próprio contrato e é regulada na lei portuguesa e, para contratos com contrapartes estrangeiras ou executados sob lei estrangeira, nas jurisdições relevantes).

O contrato de derivados pode incluir igualmente um acordo de colateralização do risco de crédito que seja gerado pelas transações por ele regidas. De notar que o contrato de derivados entre duas partes enquadra por norma todas as transações em derivados OTC realizadas entre essas duas partes, sejam estas utilizadas para cobertura ou não.

De acordo com a norma, são igualmente autonomizadas e contabilizadas como derivados partes de operações, comumente designadas por “derivados embutidos”, de forma a reconhecer em resultados o justo valor destas operações.

Todos os derivados (embutidos ou autónomos) são reconhecidos contabilisticamente pelo seu justo valor.

Os derivados são também registados em contas extrapatrimoniais pelo seu valor teórico (valor nocional). O valor nocional é o valor de referência para efeitos de cálculo dos fluxos de pagamentos e recebimentos originados pela operação.

O justo valor corresponde ao valor estimado que os derivados teriam se fossem transacionados no mercado na data de referência.

#### 11. INVESTIMENTOS EM FILIAIS, EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E ASSOCIADAS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2021		31-12-2020	
	Participação efetiva (%)	Valor de balanço	Participação efetiva (%)	Valor de balanço
<b>Empreendimentos conjuntos</b>				
Mapfre Santander Portugal Co. Seguros	49,99	12.386	49,99	13.820
AEGON Santander Portugal Não Vida - Companhia de Seguros, S.A.	49,00	19.566	49,00	18.442
AEGON Santander Portugal Vida - Companhia de Seguros vida, S.A.	49,00	38.122	49,00	36.292
		<u>70.074</u>		<u>68.554</u>
<b>Associadas</b>				
Fundo de Investimento Imobiliário Lusimovest	-	-	25,77	26.235
Unicre - Instituição Financeira de Crédito, S.A.	21,86	38.161	21,86	36.347
		<u>38.161</u>		<u>62.582</u>
		<u>108.235</u>		<u>131.136</u>

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os investimentos financeiros detidos na Unicre incluíam goodwill. O teste de imparidade efetuado ao goodwill na Unicre não evidenciou perdas de imparidade neste investimento financeiro.

Não tendo o Banco votado favoravelmente à prorrogação do prazo do Fundo Lusimovest por mais cinco anos, solicitou o resgate das 431.203 unidades de participação de que era detentor, que ocorreu em julho de 2021.

À data não existem responsabilidades por cumprir perante as associadas nem passivos contingentes a reconhecer na Sociedade decorrentes das participações nas mesmas.

## 12. ATIVOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

### *Propriedades de investimento:*

Durante o exercício de 2013, na sequência da subscrição de diversas unidades de participação, o Grupo passou a consolidar pelo método integral o Fundo Imobiliário Novimovest cujo principal ativo são imóveis para arrendamento.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os imóveis detidos pelo Fundo Imobiliário Novimovest apresentavam as seguintes características:

	<u>31-12-2021</u>	<u>31-12-2020</u>
Terrenos		
Urbanizados	21.044	13.485
Não urbanizados	1.015	1.141
Construções acabadas		
Arrendadas	142.239	172.173
Não arrendadas	49.433	39.824
Projetos de construção	-	23.908
	<u>213.731</u>	<u>250.531</u>

Por outro lado, durante os exercícios de 2021 e 2020, os imóveis detidos pelo Fundo Imobiliário Novimovest geraram, entre outros, os seguintes rendimentos e encargos anuais:

	<u>31-12-2021</u>	<u>31-12-2020</u>
Rendas (Nota 32)	10.287	9.991
Impostos	(798)	(485)
Condomínio	(992)	(938)
Conservação e reparação	(584)	(841)
Seguros	(137)	(132)
	<u>7.776</u>	<u>7.595</u>

O movimento ocorrido na rubrica de “Propriedades de investimento” nos exercícios de 2021 e 2020 foi como segue:

	2021				Saldo em 31-12-2021
	Saldo em 31-12-2020	Entradas	Valorização a justo valor	Alienações	
Imóveis detidos pelo Fundo Imobiliário Novimovest	250.531	346	(654)	(36.492)	213.731

	2020				Saldo em 31-12-2020
	Saldo em 31-12-2019	Entradas	Valorização a justo valor	Alienações	
Imóveis detidos pelo Fundo Imobiliário Novimovest	252.513	6.854	(2.564)	(6.272)	250.531

O efeito da valorização ao justo valor dos imóveis detidos pelo Fundo Imobiliário Novimovest encontra-se registado na rubrica da demonstração de resultados “Outras receitas/despesas operacionais – propriedades de investimento” (Nota 32).

As propriedades de investimento detidas pelo Grupo são avaliadas, com uma periodicidade bianual, ou mais curta se entretanto tiver ocorrido um evento que suscite dúvidas quanto ao valor da última avaliação realizada, por entidades especializadas e independentes, de acordo com as metodologias de avaliação descritas na Nota 15.

A forma de apuramento do justo valor das propriedades de investimento de acordo com os níveis definidos na IFRS 13 é como segue:

	Nível 3	
	31-12-2021	31-12-2020
Propriedades de investimento	213.731	250.531

De acordo com os requisitos estabelecidos pela IFRS 13, apresenta-se abaixo para as propriedades de investimento com maior valor na carteira do Grupo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, um resumo das suas principais características, das técnicas de valorização adotadas e dos *inputs* mais relevantes utilizados no apuramento do seu justo valor:

Descrição do imóvel	Ocupação	Valor em		Técnica de valorização	Inputs relevantes
		31-12-2021	31-12-2020		
S <sup>a</sup> Cruz do Bispo - Lotes 1, 2 e 3 Retail park Matosinhos	Arrendado	48.656	47.905	Método comparativo de mercado / Método do Valor Residual	Valor de renda por m2 Taxa de capitalização
Galerias Saldanha Residence Centro Comercial em Lisboa	Arrendado	-	26.439	Método do rendimento / Método comparativo de mercado	Valor de renda por m2 Taxa de capitalização
Armazém em Perafita Armazém em Matosinhos	Arrendado	15.967	15.820	Método do rendimento / Método comparativo de mercado	Valor de renda por m2 Taxa de capitalização
Av. Antero de Quental, 9 Escritórios e loja em Ponta Delgada	Arrendado	11.397	11.464	Método do rendimento / Método comparativo de mercado	Valor de renda por m2 Taxa de capitalização
Estrada da Outurela, 119, Camaxide Escritórios em Oeiras	Arrendado	11.141	11.072	Método de rendimento / Método comparativo de mercado Método de rendimento / Método do custo	Valor de renda por m2 Taxa de capitalização
Campos de Golf Vila Sol - G1 e G2 Campos de Golf em Loulé	Arrendado	12.147	13.537	Método de rendimento / Método do custo	Valor de renda por m2 Taxa de capitalização
Terrenos em Valongo	Construção em curso	10.185	10.426	Método comparativo de mercado / Método do custo Método do Valor Residual	Valor do terreno e do custo de Construção e comercialização por m2
		<u>109.493</u>	<u>136.663</u>		

Caso venha a ocorrer um aumento do valor da renda por metro quadrado ou um aumento da taxa de ocupação ou uma diminuição da taxa de capitalização, o justo valor das propriedades de investimento virá aumentado. Por outro lado, caso se verifique um aumento dos custos de construção ou de comercialização, um aumento da taxa de capitalização, uma diminuição do valor de renda por metro quadrado ou uma diminuição da taxa de ocupação, o justo valor das propriedades de investimento virá diminuído.



OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS E ATIVOS INTANGÍVEIS:

O movimento ocorrido nestas rubricas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 pode ser apresentado da seguinte forma:

	31-12-2020			Aquisições	Abates e vendas		Transferências			Depreciação	31-12-2021			Valor líquido	
	Valor	Depreciação	Imparidade		Valor	Depreciação	De/para outros ativos		Outras		Valor	Depreciação	Imparidade		
	Bruto	Acumulada			Bruto	Acumulada	Bruto	Acumulada	Bruto		Imparidade	Bruto			Acumulada
			(Nota 18)				(Nota 14)		(Nota 18)				(Nota 18)		
<b>Ativos tangíveis</b>															
Imóveis															
. Imóveis de serviço próprio	402.826	(141.579)	(23.624)	818	(3.910)	1.647	(64.161)	20.863	-	17.477	(7.910)	335.573	(126.979)	(6.147)	202.447
. Despesas em edifícios arrendados	26.770	(21.871)	-	206	(14.377)	14.193	(3.437)	1.215	-	-	(586)	9.162	(7.049)	-	2.113
. Outros imóveis	166	(80)	-	-	-	-	-	-	-	-	(1)	166	(81)	-	85
. Direitos de uso (Nota 17)	37.155	(12.335)	-	5.345	(1.101)	-	-	-	-	-	(4.519)	41.399	(16.854)	-	24.545
	<u>466.917</u>	<u>(175.865)</u>	<u>(23.624)</u>	<u>6.369</u>	<u>(19.388)</u>	<u>15.840</u>	<u>(67.598)</u>	<u>22.078</u>	<u>-</u>	<u>17.477</u>	<u>(13.016)</u>	<u>386.300</u>	<u>(150.963)</u>	<u>(6.147)</u>	<u>229.190</u>
Equipamento	173.304	(108.865)	-	12.073	(20.077)	12.235	(3.654)	1.240	(32)	-	(13.686)	161.614	(109.076)	-	52.538
Outros ativos tangíveis	2.188	(75)	-	-	(8)	-	-	-	-	-	(1)	2.180	(76)	-	2.104
	<u>175.492</u>	<u>(108.940)</u>	<u>-</u>	<u>12.073</u>	<u>(20.085)</u>	<u>12.235</u>	<u>(3.654)</u>	<u>1.240</u>	<u>(32)</u>	<u>-</u>	<u>(13.687)</u>	<u>163.794</u>	<u>(109.152)</u>	<u>-</u>	<u>54.642</u>
	<u>642.409</u>	<u>(284.805)</u>	<u>(23.624)</u>	<u>18.442</u>	<u>(39.473)</u>	<u>28.075</u>	<u>(71.252)</u>	<u>23.318</u>	<u>(32)</u>	<u>17.477</u>	<u>(26.703)</u>	<u>550.094</u>	<u>(260.115)</u>	<u>(6.147)</u>	<u>283.832</u>
<b>Ativos intangíveis</b>															
Software	122.297	(86.345)	-	17.868	-	-	-	-	2.318	-	(23.029)	142.483	(109.374)	-	33.109
Outros ativos intangíveis	5.013	(4.385)	-	2.293	(3.012)	2.377	-	-	(2.286)	-	-	2.008	(2.008)	-	-
Goodwill	2.651	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.651	-	-	2.651
	<u>129.961</u>	<u>(90.730)</u>	<u>-</u>	<u>20.161</u>	<u>(3.012)</u>	<u>2.377</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>32</u>	<u>-</u>	<u>(23.029)</u>	<u>147.142</u>	<u>(111.382)</u>	<u>-</u>	<u>35.760</u>

	31-12-2019			Abates e vendas		Transferências						31-12-2020				
	Valor		Imparidade	Valor	Depreciação	De/para outros ativos		Outras			Depreciação	Valor		Valor		
	Bruto	Acumulada				Bruto	Acumulada	Bruto	Depreciação	Bruto		Depreciação	Imparidade		Bruto	Acumulada
	(Nota 18)					(Nota 14)		(Nota 18)			(Nota 18)					
Ativos tangíveis																
Imóveis																
. Imóveis de serviço próprio	413.714	(137.398)	(6.147)	4.110	(15)		(14.983)	4.340	-	-	(17.477)	(8.521)	402.826	(141.579)	(23.624)	237.623
. Despesas em edifícios arrendados	28.213	(22.336)	-	403	(1.846)	1.860	-	-	-	-	-	(1.395)	26.770	(21.871)	-	4.899
. Outros imóveis	166	(79)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1)	166	(80)	-	86
. Direitos de uso (Nota 17)	41.288	(6.190)	-	2.037	(6.170)	-	-	-	-	-	-	(6.145)	37.155	(12.335)	-	24.820
	<u>483.381</u>	<u>(166.003)</u>	<u>(6.147)</u>	<u>6.550</u>	<u>(8.031)</u>	<u>1.860</u>	<u>(14.983)</u>	<u>4.340</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(17.477)</u>	<u>(16.062)</u>	<u>466.917</u>	<u>(175.865)</u>	<u>(23.624)</u>	<u>267.428</u>
Equipamento	162.718	(99.414)	-	16.817	(6.038)	4.704	(194)	79	1	1	-	(14.235)	173.304	(108.865)	-	64.439
Outros ativos tangíveis	2.188	(70)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(5)	2.188	(75)	-	2.113
	<u>164.906</u>	<u>(99.484)</u>	<u>-</u>	<u>16.817</u>	<u>(6.038)</u>	<u>4.704</u>	<u>(194)</u>	<u>79</u>	<u>1</u>	<u>1</u>	<u>-</u>	<u>(14.240)</u>	<u>175.492</u>	<u>(108.940)</u>	<u>-</u>	<u>66.552</u>
	<u>648.287</u>	<u>(265.487)</u>	<u>(6.147)</u>	<u>23.367</u>	<u>(14.069)</u>	<u>6.564</u>	<u>(15.177)</u>	<u>4.419</u>	<u>1</u>	<u>1</u>	<u>(17.477)</u>	<u>(30.302)</u>	<u>642.409</u>	<u>(284.805)</u>	<u>(23.624)</u>	<u>333.980</u>
Ativos intangíveis																
Software	95.096	(65.142)	-	24.143	-	-	-	-	3.058	900	-	(22.103)	122.297	(86.345)	-	35.952
Outros ativos intangíveis	5.009	(4.385)	-	3.962	-	-	-	-	(3.958)	-	-	-	5.013	(4.385)	-	628
Goodwill	2.651	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.651	-	-	2.651
	<u>102.756</u>	<u>(69.527)</u>	<u>-</u>	<u>28.105</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(900)</u>	<u>900</u>	<u>-</u>	<u>(22.103)</u>	<u>129.961</u>	<u>(90.730)</u>	<u>-</u>	<u>39.231</u>

### 13. ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	<u>31-12-2021</u>	<u>31-12-2020</u>
Ativos por impostos correntes	51.013	55.981
Ativos por Impostos diferidos	261.839	337.895
	<u>312.852</u>	<u>393.876</u>
Passivos por impostos correntes	82.391	3.759
Passivos por Impostos diferidos	275.081	387.505
	<u>357.472</u>	<u>391.264</u>
Impostos diferidos	<u>(13.242)</u>	<u>(49.610)</u>

Os impostos na demonstração dos resultados têm a seguinte composição:

	<u>31-12-2021</u>	<u>31-12-2020</u>
Impostos correntes	(89.740)	(52.078)
Impostos diferidos	(46.526)	(57.266)
	<u>(136.266)</u>	<u>(109.344)</u>

O movimento ocorrido nos impostos diferidos ativos e passivos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 pode ser apresentado da seguinte forma:

	Saldo em 31-12-2020	Outro rendimento integral	Resultados	Saldo em 31-12-2021
Provisões/imparidade temporariamente não aceites como gasto fiscal:				
. Impostos diferidos ativos	161.562	-	(34.944)	126.618
. Impostos diferidos passivos	(5.221)	-	-	(5.221)
Reavaliação de ativos intangíveis	-	-	1.481	1.481
Reavaliação de ativos tangíveis				
. Impostos diferidos ativos	1.430	-	(286)	1.144
. Impostos diferidos passivos	(1.978)	-	266	(1.712)
Prejuízos fiscais reportáveis	12.809	-	(12.809)	-
Pensões:				
. Desvios atuariais	21.643	-	(17.533)	4.110
. Reformas antecipadas	40.749	-	24.355	65.104
. Transferências de responsabilidade com pensões para a segurança social	3.555	-	(323)	3.232
Atividade seguradora:				
. Justo valor de passivos por seguros - "Shadow reserve"	10.794	(3.416)	-	7.378
. Justo valor de passivos por seguros - Outros	(90)	-	15	(75)
Ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral	(338.786)	99.833	-	(238.953)
Derivados de cobertura de fluxos de caixa	13.836	(13.523)	-	313
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	45.787	-	(1.198)	44.589
Operações de titularização	(23.996)	-	728	(23.268)
Gastos de incorporação	6.560	-	(6.562)	(2)
Outros	1.736	-	284	2.020
	<u>(49.610)</u>	<u>82.894</u>	<u>(46.526)</u>	<u>(13.242)</u>

	Saldo em 31-12-2019	Outro rendimento		Outros	Saldo em 31-12-2020
		integral	Resultados		
Provisões/imparidade temporariamente não aceites como gasto fiscal:					
. Impostos diferidos ativos	190.072	-	(28.510)	-	161.562
. Impostos diferidos passivos	(5.221)	-	-	-	(5.221)
Reavaliação de ativos tangíveis					
. Impostos diferidos ativos	1.716	-	(286)	-	1.430
. Impostos diferidos passivos	(2.121)	-	143	-	(1.978)
Prejuízos fiscais reportáveis	185.562	-	(15.054)	(157.699)	12.809
Pensões:					
. Desvios atuariais	38.157	-	(16.514)	-	21.643
. Reformas antecipadas	39.802	-	947	-	40.749
. Transferências de responsabilidade com pensões para a segurança social	3.878	-	(323)	-	3.555
Atividade seguradora:					
. Justo valor de passivos por seguros - "Shadow reserve"	7.251	3.543	-	-	10.794
. Justo valor de passivos por seguros - Outros	(108)	-	18	-	(90)
Ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral	(232.976)	(103.087)	(2.723)	-	(338.786)
Derivados de cobertura de fluxos de caixa	16.436	(2.600)	-	-	13.836
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	37.517	-	8.270	-	45.787
Operações de titularização	(24.381)	-	385	-	(23.996)
Gastos de incorporação	10.532	-	(3.972)	-	6.560
Outros	941	-	353	442	1.736
	<u>267.057</u>	<u>(102.144)</u>	<u>(57.266)</u>	<u>(157.257)</u>	<u>(49.610)</u>

De modo a utilizar os impostos diferidos que transitaram do BANIF, o Banco apresentou, em 29 de maio de 2018, uma declaração Modelo 22 (IRC) de substituição, referente ao exercício de 2015. A apresentação daquela declaração foi motivada pelo apuramento do resultado do exercício de 2015 do BANIF e pelo deferimento, por parte do Ministro das Finanças, do pedido de transmissão ao Banco dos impostos diferidos do BANIF (cfr. Despacho n.º 138/2018/MF, de 9 de março de 2018). Sucede que, por Despacho da Diretora Adjunta da Unidade dos Grandes Contribuintes de 26 de novembro de 2019 ("Despacho da AT"), apenas foi reconhecido ao Banco o direito de utilizar impostos diferidos do BANIF, relativos aos exercícios de 2009 a 2014. Por discordar do Despacho da AT, o Banco apresentou, em 13 de janeiro de 2020, recurso hierárquico para o Ministro das Finanças. No dia 30 de junho de 2020, o Subdiretor-Geral da área de Gestão Tributária – Impostos sobre o Rendimento decidiu indeferir o recurso hierárquico apresentado. Uma vez que o Despacho da AT e o Despacho do Subdiretor-Geral apenas reconheceram ao Banco o direito de usufruir de impostos diferidos do BANIF num montante total de 92.301 milhares de euros, o Banco poderá exigir no âmbito do acordo com as autoridades portuguesas envolvidas no processo de resolução do Banif, uma compensação no montante de 157.699 milhares de euros, em dinheiro ou títulos do tesouro. Para dar cumprimento a esta decisão o Banco transferiu o montante em causa, desta rubrica para a rubrica outros saldos a receber (Nota 9).

Os dividendos distribuídos ao Banco por empresas subsidiárias e associadas localizadas em Portugal ou em Estado Membro da União Europeia não são tributados na esfera deste em resultado da aplicação do regime previsto no artigo 51º do CIRC que prevê a eliminação da dupla tributação económica dos lucros distribuídos.

As autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal do Banco durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto nos casos em que existam prejuízos fiscais reportáveis, bem como qualquer outra dedução ou crédito de imposto, situações em que o prazo de caducidade é o do exercício desse direito.

O Banco foi objeto de inspeção fiscal até ao exercício de 2018, inclusive. Como resultado da inspeção ao exercício de 2017, foi sujeito a uma liquidação adicional em sede de IRC. Para fazer face a esta liquidação o Banco dotou uma provisão no montante de 17.705 milhares de euros (Nota 18). Em sede de Imposto do Selo, o Banco foi sujeito igualmente a uma liquidação adicional. As correções efetuadas à matéria coletável abrangeram diversas matérias e a maior parte são correções meramente temporárias.

Quanto às liquidações adicionais recebidas, o Banco procedeu ao pagamento dos valores liquidados. Não obstante, as liquidações adicionais foram na sua maioria objeto de reclamação graciosa e/ou impugnação judicial.

O Grupo Santander decidiu aplicar a partir do exercício de 2017 o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (RETGS). Este novo regime traduz-se na soma algébrica dos resultados fiscais apurados nas declarações periódicas individuais de cada sociedade. As sociedades abrangidas por este regime são: Santander Totta - sociedade dominante e Taxagest, Banco, Santander Totta Seguros, TottaUrbe e Gamma - sociedades dominadas.

#### 14. OUTROS ATIVOS

Esta rubrica têm a seguinte composição:

	<u>31-12-2021</u>	<u>31-12-2020</u>
<b>Provisões técnicas de resseguro cedido (nota 18)</b>		
Para prémios não adquiridos	2.672	2.811
Matemática do ramo vida	61	1
Para participação nos resultados	-	72
Para sinistros	17.037	14.626
	<u>19.770</u>	<u>17.510</u>
<b>Devedores e outras aplicações</b>		
Devedores por seguro directo e resseguro	11.488	3.716
Promessas de dação, arrematações e outros		
ativos recebidos em dação de pagamento	181.282	233.480
Ouro, outros metais preciosos, numismática e medalhística	3.145	3.145
Outros rendimentos a receber	14.151	11.088
Despesas com encargo diferido	3.117	1.487
Outros	38.725	8.317
	<u>251.908</u>	<u>261.233</u>
<b>Perdas por imparidade (Nota 18)</b>		
Devedores e outras aplicações	(31)	(30)
Promessas de dação, arrematações e outros		
ativos recebidos em dação de pagamento	(102.088)	(103.285)
	<u>(102.119)</u>	<u>(103.315)</u>
	<u>169.559</u>	<u>175.428</u>

A rubrica “Outros” inclui operações ativas/(passivas) a liquidar conforme se detalha de seguida:

	31-12-2021		31-12-2020	
	Outros ativos	Outros passivos	Outros ativos	Outros passivos
	(Nota 20)		(Nota 20)	
Valores em trânsito e outras transações a regularizar	19.080	(52.826)	1.885	(22.457)
Saldos a regularizar em ATM's	48	(126.642)	30	(110.761)
Transferências no âmbito do SEPA	2.598	(69)	1.991	-
Outros	16.999	(33.136)	4.411	(79.769)
	<b>38.725</b>	<b>(212.673)</b>	<b>8.317</b>	<b>(212.987)</b>

O movimento ocorrido na rubrica promessas em dação, arrematações e outros ativos recebidos em dação durante os exercícios de 2021 e 2020, foi o seguinte:

	31 de dezembro de 2020					31 de dezembro de 2021				
	Valor Bruto	Imparidade	Valor líquido	Entradas	Alienações	Valor Bruto	Imparidade	Valor líquido	Entradas	Alienações
	(Nota 15)					(Nota 12)				
Ativos recebidos por dação em pagamento										
Imóveis	51.356	(29.490)	21.866	-	-	37.331	(24.191)	13.140	-	-
Promessas de Dação	1.856	(64)	1.792	147	(860)	1.856	(64)	1.792	147	(860)
Arrematações	15.783	(6.316)	9.467	5.283	(2.287)	15.783	(6.316)	9.467	5.283	(2.287)
Outros	32.545	(25.941)	6.604	5.308	(8.979)	32.545	(25.941)	6.604	5.308	(8.979)
Imóveis de serviço próprio para venda	47.073	(29.980)	17.093	376	(18.086)	47.073	(29.980)	17.093	376	(18.086)
Outros imóveis em venda	84.867	(11.494)	73.373	-	(15.754)	84.867	(11.494)	73.373	-	(15.754)
	<b>233.480</b>	<b>(103.285)</b>	<b>130.195</b>	<b>11.114</b>	<b>(45.966)</b>	<b>233.480</b>	<b>(103.285)</b>	<b>130.195</b>	<b>11.114</b>	<b>(45.966)</b>

	31 de dezembro de 2019					31 de dezembro de 2020				
	Valor Bruto	Imparidade	Valor líquido	Entradas	Alienações	Valor Bruto	Imparidade	Valor líquido	Entradas	Alienações
	(Nota 15)					(Nota 12)				
Ativos recebidos por dação em pagamento										
Imóveis	64.026	(28.141)	35.885	-	-	51.356	(29.490)	21.866	-	-
Promessas de Dação	1.976	(86)	1.890	193	(313)	1.856	(64)	1.792	147	(860)
Arrematações	16.474	(5.203)	11.271	6.322	(7.013)	15.783	(6.316)	9.467	5.283	(2.287)
Outros	33.454	(26.911)	6.543	4.453	(5.156)	32.545	(25.941)	6.604	5.308	(8.979)
Imóveis de serviço próprio para venda	42.407	(27.467)	14.940	145	(6.237)	42.407	(27.467)	14.940	145	(6.237)
Outros imóveis em venda	97.206	(384)	96.822	-	(19.404)	97.206	(384)	96.822	-	(19.404)
	<b>255.543</b>	<b>(88.192)</b>	<b>167.351</b>	<b>11.113</b>	<b>(30.797)</b>	<b>255.543</b>	<b>(88.192)</b>	<b>167.351</b>	<b>11.113</b>	<b>(30.797)</b>

- A) No âmbito do contrato promessa de compra e venda realizado em novembro de 2018 com a Cerberus Capital Management (Projeto Tagus), em março de 2020 foi realizada a última escritura de venda, não tendo sido possível escriturar 143 imóveis que retornaram à carteira da TottaUrbe enquanto outros ativos, com um valor de aquisição de 7.065 milhares de euros.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a tipologia de imóveis da carteira de ativos recebidos por dação em pagamento – imóveis, é a seguinte:

Tipologia	2021				2020			
	Nº imóveis	Valor		Valor	Nº imóveis	Valor		Valor
		Bruto	Imparidade	líquido		Bruto	Imparidade	líquido
<b>Imóveis</b>								
Terrenos urbanos	5	1.094	(440)	654	16	2.014	(877)	1.137
Terrenos rústicos	20	1.513	(810)	703	21	1.220	(862)	358
<b>Edifícios construídos</b>								
. Residenciais	304	22.478	(14.845)	7.633	339	30.922	(18.072)	12.850
. Comerciais	67	12.246	(8.095)	4.151	128	17.200	(9.679)	7.521
	396	37.331	(24.190)	13.141	504	51.356	(29.490)	21.866
<b>Outros imóveis em venda</b>								
Terrenos urbanos	591	34.127	(11.389)	22.738	757	39.220	(2.661)	36.559
Terrenos rústicos	94	22.844	(12.348)	10.496	103	23.684	(7.065)	16.619
<b>Edifícios construídos</b>								
. Residenciais	122	3.534	(76)	3.458	121	5.075	(16)	5.059
. Comerciais	47	8.608	(1.035)	7.573	165	16.888	(1.752)	15.136
	854	69.113	(24.848)	44.265	1.146	84.867	(11.494)	73.373
	1.250	106.444	(49.038)	57.406	1.650	136.223	(40.984)	95.239

O apuramento das perdas por imparidade são efetuadas de acordo com a metodologia descrita na Nota 15.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a forma de apuramento do justo valor dos ativos recebidos por dação em pagamento de acordo com os níveis definidos na IFRS 13 é nível 3.

## 15. ATIVOS NÃO CORRENTES E GRUPOS PARA ALIENAÇÃO CLASSIFICADOS COMO DETIDOS PARA VENDA

O movimento ocorrido na rubrica nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 foi o seguinte:

	31-12-2020			Transferências/ANCDV					31-12-2021			
	Valor	Imparidade	Entradas	Alienações	Imparidade (Nota 18)		Dotações	Reversões	Utilizações	Valor	Imparidade	Valor
	bruto	acumulada			Capital	Imparidade				bruto	acumulada	líquido
		(Nota 18)			(Nota 14)					(Nota 18)		
Ativos recebidos por dação em pagamento												
Imóveis	92.345	(41.291)	5.477	(46.625)	27.823	(5.299)	(9.505)	3.903	10.319	79.020	(41.873)	37.147
Equipamento	2.006	(1.599)	1.770	(1.369)	-	-	(878)	177	200	2.407	(2.100)	307
Imóveis de serviço próprio para venda	-	-	-	-	37.457	-	-	-	-	37.457	-	37.457
	94.351	(42.890)	7.247	(47.994)	65.280	(5.299)	(10.383)	4.080	10.519	118.884	(43.973)	74.911

	31-12-2019			Transferências/ANCDV					31-12-2020				
	Valor	Imparidade	Entradas	Alienações	Imparidade (Nota 18)		Dotações	Reversões	Utilizações	Outras imparidade	Valor	Imparida	Valor
	bruto	acumulada			Capital	Imparidade					bruto	acumula	líquido
		(Nota 18)			(Nota 14)					(Nota 18)			
Ativos recebidos por dação em pagamento													
Imóveis	74.822	(31.223)	35.321 a)	(38.000)	20.202	1.349	(9.893)	7.750	12.514	(21.788) a	92.345	(41.291)	51.054
Equipamento	2.047	(1.603)	697	(738)	-	-	(269)	126	147	-	2.006	(1.599)	407
	76.869	(32.826)	36.018	(38.738)	20.202	1.349	(10.162)	7.876	12.661	(21.788)	94.351	(42.890)	51.461

- a) No âmbito do contrato promessa de compra e venda realizado em novembro de 2018 com a Cerberus Capital Management (Projeto Tagus), em março de 2020 foi realizada a última escritura de venda, não tendo sido possível escriturar 269 imóveis que retornaram à carteira do Banco enquanto ativos não correntes detidos para venda, com um valor de aquisição de 32.426 milhares de euros e 21.788 milhares de euros de provisões.

Em janeiro de 2022, o Banco celebrou um contrato de promessa de compra e venda de um edifício central (Ramalho Ortigão), o qual se encontra no balanço por 35 milhões de euros.



Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a tipologia de imóveis da carteira de Ativos recebidos por dação em pagamento – imóveis, é a seguinte:

Tipologia	2021				2020			
	Nº imóveis	Valor		Valor líquido	Nº imóveis	Valor		Valor líquido
Terrenos urbanos	146	16.131	(9.094)	7.037	197	17.374	(6.711)	10.663
Terrenos rústicos	84	19.214	(12.743)	6.471	89	20.584	(11.867)	8.717
Edifícios construídos								
. Residenciais	233	27.352	(10.313)	17.039	202	34.981	(11.379)	23.602
. Comerciais	72	16.323	(9.723)	6.600	147	19.406	(11.334)	8.072
	<b>535</b>	<b>79.020</b>	<b>(41.873)</b>	<b>37.147</b>	<b>635</b>	<b>92.345</b>	<b>(41.291)</b>	<b>51.054</b>

Estes ativos são registados pelo valor acordado por via negocial ou judicial, deduzido dos gastos que o Grupo estima incorrer com a sua venda, ou pelo seu valor de venda rápida, caso este seja inferior. Por outro lado, os bens recuperados na sequência da rescisão de contratos de locação financeira são registados no ativo pelo valor do capital em dívida à data da rescisão do contrato.

Os imóveis são sujeitos a avaliações periódicas efetuadas por avaliadores independentes. Sempre que o valor decorrente dessas avaliações (líquido de custos de venda) seja inferior ao valor pelo qual os imóveis se encontram contabilizados, são registadas perdas por imparidade. Se, numa data subsequente, os factos que levaram o Grupo a registar perdas por imparidade deixarem de se verificar, o Grupo irá reverter as perdas por imparidade, até ao limite do valor que os bens teriam se não tivessem sido reclassificados para ativos não correntes detidos para venda.

As avaliações destes imóveis são efetuadas de acordo com uma das seguintes metodologias, aplicadas de acordo com a situação específica do bem:

a) Método de mercado

O critério da comparação de mercado tem por referência valores de transação de imóveis semelhantes e comparáveis ao imóvel objeto de estudo obtidos através de prospeção de mercado realizada na zona onde aquele se encontra localizado.

b) Método do rendimento

Este método tem por finalidade estimar o valor do imóvel a partir da capitalização da sua renda líquida, atualizada para o momento presente, através do método dos fluxos de caixa descontados.

As avaliações realizadas aos imóveis acima referidos são executadas por entidades independentes e especializadas, as quais se encontram credenciadas junto da Comissão dos Mercados dos Valores Mobiliários (CMVM).

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a forma de apuramento do justo valor dos ativos não correntes detidos para venda de acordo com os níveis definidos na IFRS 13 é nível 3.

16. PASSIVOS FINANCEIROS CONTABILIZADOS PELO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Nesta rubrica registam-se os passivos por seguros de vida em que o risco é do tomador do seguro.

A rubrica de "Passivos por seguros de vida em que o risco é do tomador do seguro" corresponde a valores recebidos de clientes para subscrição de produtos "Unit link" da Seguradora do Grupo e às subsequentes valorizações e desvalorizações resultantes das aplicações financeiras em que foram investidos os valores recebidos.

	<u>31-12-2021</u>	<u>31-12-2020</u>
Passivos por seguros de vida em que o risco é do tomador do seguro	3.343.853	3.261.337

17. PASSIVOS FINANCEIROS CONTABILIZADOS PELO CUSTO AMORTIZADO

A sub-rubrica Depósitos, tem a seguinte composição

	<u>31-12-2021</u>	<u>31-12-2020</u>
<b><u>Depósitos - Bancos centrais</u></b>		
Recursos do Banco Central Europeu - Depósitos	7.401.255	6.781.961
Depósitos de Outros Bancos Centrais	8.987	9.859
	<u>7.410.242</u>	<u>6.791.820</u>
<b><u>Depósitos - Instituições de crédito</u></b>		
Operações de venda com acordo de recompra	33	1.255.805
Depósitos	245.971	228.651
Outros recursos	16.598	11.571
Recursos a muito curto prazo	130.673	52.970
Juros a pagar/despesas diferidas	130	294
	<u>393.405</u>	<u>1.549.291</u>
<b><u>Depósitos - Clientes</u></b>		
Depósitos a prazo	14.037.231	14.502.014
Depósitos á ordem	23.714.766	20.655.034
Depósitos estruturados	8.231	38.643
Depósitos de poupança	573.104	686.479
Outros	30.840	27.421
Juros a pagar/despesas diferidas	4.289	6.318
Produtos de seguros financeiros sem participação nos resultados	43.979	22.880
Correções de valor por operações de cobertura	51	237
	<u>38.412.491</u>	<u>35.939.026</u>
<b>Depósitos</b>	<u><u>46.216.138</u></u>	<u><u>44.280.137</u></u>

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica de “Depósitos - Instituições de crédito – Operações de venda com acordo de recompra”, tem a seguinte composição por tipo de ativo subjacente às operações de reporte:

Tipo de subjacente	31-12-2021			Total
	Capital	Juros	Despesas com gasto diferido	
Obrigações do Tesouro Português	(99.868)	-	(105)	(99.973)
Obrigações emitidas por não residentes	99.945	-	61	100.006
	<u>77</u>	<u>-</u>	<u>(44)</u>	<u>33</u>

Tipo de subjacente	31-12-2020			Total
	Capital	Juros	Despesas com gasto diferido	
Obrigações do Tesouro Português	535.640	(145)	(116)	535.379
Dívida não subordinada	669.696	(120)	(22)	669.554
Obrigações emitidas por não residentes	50.872	-	-	50.872
	<u>1.256.208</u>	<u>(265)</u>	<u>(138)</u>	<u>1.255.805</u>

A sub-rubrica Títulos de dívida emitidos tem a seguinte composição:

	31-12-2021			31-12-2020		
	Emissões	Recompras	Saldo	Emissões	Recompras	Saldo
<b>Obrigações hipotecárias</b>						
<b>Saldo início</b>	8.800.000	(6.800.000)	2.000.000	8.050.000	(5.300.000)	2.750.000
Emitidas	-	-	-	1.500.000	-	1.500.000
Readquiridas	-	-	-	-	(1.500.000)	(1.500.000)
Reembolsadas	(200.000)	200.000	-	(750.000)	-	(750.000)
<b>Saldo final</b>	<b>8.600.000</b>	<b>(6.600.000)</b>	<b>2.000.000</b>	<b>8.800.000</b>	<b>(6.800.000)</b>	<b>2.000.000</b>
Juros a pagar	-	-	9.339	-	-	9.314
Comissões associadas ao custo	-	-	(18.674)	-	-	(23.161)
	<b>8.600.000</b>	<b>(6.600.000)</b>	<b>1.990.665</b>	<b>8.800.000</b>	<b>(6.800.000)</b>	<b>1.986.153</b>
<b>Obrigações emitidas no âmbito de operações de titularização</b>						
<b>Saldo início</b>	3.806.917	(3.192.235)	614.682	4.269.014	(3.525.535)	743.479
Reembolsadas	(432.759)	354.395	(78.364)	(462.097)	333.300	(128.797)
<b>Saldo final</b>	<b>3.374.158</b>	<b>(2.837.840)</b>	<b>536.318</b>	<b>3.806.917</b>	<b>(3.192.235)</b>	<b>614.682</b>
Juros a pagar	-	-	-	-	-	676
Comissões associadas ao custo	-	-	(41.992)	-	-	(48.659)
	<b>3.374.158</b>	<b>(2.837.840)</b>	<b>494.326</b>	<b>3.806.917</b>	<b>(3.192.235)</b>	<b>566.699</b>
<b>Obrigações estruturadas</b>						
<b>Saldo início</b>	8.227	(8.227)	-	8.227	(8.227)	-
Emitidas	183.000	-	183.000	-	-	-
<b>Saldo final</b>	<b>191.227</b>	<b>(8.227)</b>	<b>183.000</b>	<b>8.227</b>	<b>(8.227)</b>	<b>-</b>
Juros a pagar	-	-	2.608	-	-	-
	<b>191.227</b>	<b>(8.227)</b>	<b>185.608</b>	<b>8.227</b>	<b>(8.227)</b>	<b>-</b>
<b>Outras obrigações</b>						
<b>Saldo início</b>	-	-	-	-	-	-
Emitidas	500.000	-	500.000	-	-	-
<b>Saldo final</b>	<b>500.000</b>	<b>-</b>	<b>500.000</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Juros a pagar	-	-	1.831	-	-	-
	<b>500.000</b>	<b>-</b>	<b>501.831</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Passivos subordinados</b>						
<b>Saldo início</b>	345.692	(338.093)	7.599	296.139	(288.540)	7.599
Emitidos	(18.093)	18.093	-	320.000	(320.000)	-
Reembolsadas	-	-	-	(270.447)	270.447	-
<b>Saldo final</b>	<b>327.599</b>	<b>(320.000)</b>	<b>7.599</b>	<b>345.692</b>	<b>(338.093)</b>	<b>7.599</b>
Juros a pagar	-	-	136	-	-	134
	<b>327.599</b>	<b>(320.000)</b>	<b>7.735</b>	<b>345.692</b>	<b>(338.093)</b>	<b>7.733</b>
	<b>12.992.984</b>	<b>(9.766.067)</b>	<b>3.180.165</b>	<b>12.960.836</b>	<b>(10.338.555)</b>	<b>2.560.585</b>

Nos termos da lei, os detentores das obrigações hipotecárias possuem um privilégio creditício especial sobre o património autónomo, o qual constitui uma garantia da dívida à qual os obrigacionistas terão acesso em caso de insolvência do emitente.

As condições das obrigações hipotecárias e das obrigações emitidas no âmbito de operações de titularização e dos outros passivos subordinados são apresentadas nos Anexos I e II, respetivamente.

Entre maio de 2008 e dezembro de 2021, o Banco procedeu a vinte e seis emissões de obrigações hipotecárias ao abrigo do programa "€ 12.500.000.000 Covered Bonds Programme". Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as obrigações hipotecárias tinham um património autónomo constituído por:

	31-12-2021	31-12-2020
Crédito a clientes (Nota 9)	9.965.945	10.278.006
Juros de crédito	5.082	6.682
Derivados	(54.776)	(184.234)
	<u>9.916.251</u>	<u>10.100.454</u>

A sub-rubrica outros passivos financeiros tem a seguinte composição:

	31-12-2021	31-12-2020
Cheques e ordens a pagar	49.322	62.261
Credores e outros recursos		
Credores por operações sobre futuros	16.814	8.350
Sector público administrativo	35.419	32.175
Credores por contratos de factoring	62.137	47.418
Credores por fornecimentos de bens	2.146	2.348
Outros	31.395	34.358
Compromissos com rendas futuras (aplicação IFRS 16)	24.830	25.232
	<u>222.063</u>	<u>212.142</u>

Os compromissos com rendas futuras correspondem à adoção da IFRS 16, e apresenta o seguinte movimento:

	Passivo de arrendamento	Direito de uso (Nota 12)
<b>Saldo em 31 de dezembro 2019</b>	<b>35.356</b>	<b>35.098</b>
Amortização 2020	(6.557)	(6.145)
Saídas	(5.604)	(6.170)
Entradas	1.617	1.617
Extensões e alterações de renda	420	420
<b>Saldo em 31 de dezembro 2020</b>	<b>25.232</b>	<b>24.820</b>
Amortização 2021	(4.575)	(4.519)
Saídas	(1.172)	(1.101)
Entradas	2.345	2.345
Extensões e alterações de renda	3.000	3.000
<b>Saldo em 31 de dezembro 2021</b>	<b>24.830</b>	<b>24.545</b>

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 os cash flows contratuais são os seguintes:

	31-12-2021	31-12-2020
. Até 1 ano	4663	3.801
. Até 2 ano	4402	3.584
. Até 3 ano	4160	3.372
. Até 4 ano	3116	2.810
. Até 5 ano	3005	2.621
. Mais de 5 ano	5484	9.044
	<u>24.830</u>	<u>25.232</u>

#### 18. MOVIMENTO NAS PROVISÕES E NA IMPARIDADE

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2021	31-12-2020
<b>Imparidade para garantias e compromissos assumidos</b>	<b>51.179</b>	<b>57.466</b>
<b>Reestruturação</b>	<b>87.204</b>	<b>54.369</b>
<b>Outras provisões</b>		
Pensões e outras obrigações de benefício definido pós-emprego	14.268	14.201
Questões fiscais	24.624	17.310
Questões jurídicas e litígios fiscais pendentes	2.065	33.032
Outras provisões	29.835	63.595
	<u>70.792</u>	<u>128.138</u>
<b>Provisões técnicas</b>	<b>676.916</b>	<b>710.959</b>
<b>Provisões</b>	<b>886.091</b>	<b>950.932</b>

O movimento ocorrido nas provisões e na imparidade referentes á atividade bancária durante o exercício de 2021 e 2020, foi o seguinte:

	2021					31-12-2021
	31-12-2020	Dotações	Reversões	Utilizações	Transferências/outros	
Imparidade para garantias e compromissos concedidos (Nota 24)	57.466	4.645	(10.933)	-	1	51.179
Reestruturação	54.369	220.000	-	(187.165)	-	87.204
Outras provisões	128.138	70.015	(40.316)	(58.195)	(28.850)	70.792
	<u>239.973</u>	<u>294.660</u>	<u>(51.249)</u>	<u>(245.360)</u>	<u>(28.849)</u>	<u>209.175</u>
	2020					31-12-2020
	31-12-2019	Dotações	Reversões	Utilizações	Transferências/outros	
Imparidade para garantias e compromissos concedidos (Nota 24)	53.249	6.288	(2.071)	-	-	57.466
Reestruturação	62.277	20.000	-	(27.908)	-	54.369
Outras provisões	118.802	50.008	(7.518)	(14.372)	(18.782)	128.138
	<u>234.328</u>	<u>76.296</u>	<u>(9.589)</u>	<u>(42.280)</u>	<u>(18.782)</u>	<u>239.973</u>

O montante constante do conceito reestruturação em 31 de dezembro de 2021 é para fazer face aos compromissos já assumidos e divulgados aos colaboradores.

Em 2021, o Banco executou um profundo plano de transformação, operacional e comercial, adequando-se ao novo contexto competitivo, mais digital, com significativo investimento na simplificação de processos e em tecnologia, orientado para a melhoria da qualidade de serviço, e que permitiu a otimização da rede de agências (-79), e consequente redução do quadro de colaboradores (-1.175). Para concretizar este plano de transformação foi registado no primeiro trimestre uma provisão por 235 milhões de euros (220 milhões de euros no conceito reestruturação e 15 milhões de euros no conceito de outras provisões), que foi adicionada à já constituída no final de 2020 por 66 milhões de euros (20 milhões de euros no conceito reestruturação e 46 milhões de euros no conceito de outras provisões). Os montantes em causa foram utilizados para a redução do quadro de colaboradores por 187 milhões de euros, para otimização da rede de agências 23 milhões e para a transformação operacional e comercial por 36 milhões de euros.

Adicionalmente, em 2021 o Banco procedeu à transferência de 22,5 milhões de euros como dotação inicial para a Fundação Santander Portugal.

2021						
Saldo em 31-12-2020	Dotações	Reversões de perdas de imparidade	Utilizações e outros	Saldo em 31-12-2021	Recuperações de incobráveis e outros	Mais/menos valias vendas crédito
<b>Imparidades ou reversão de imparidades de ativos financeiros não contabilizados pelo justo valor através dos resultados:</b>						
Imparidade para títulos de dívida (Nota 9)	11.145	8.576	(14.099)	5.622	-	-
Imparidade para empréstimos e adiantamentos (Nota 9)	994.452	435.182	(346.062)	(69.016)	1.014.556	(3.734)
Imparidade em ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral (Nota 8)	14	73	(35)	52	-	-
	<b>1.005.611</b>	<b>443.831</b>	<b>(360.196)</b>	<b>(69.016)</b>	<b>1.020.230</b>	<b>(3.734)</b>
<b>Imparidades ou reversão de imparidades de ativos não-financeiros</b>						
Ativos não correntes detidos para venda (Nota 15)	42.890	10.383	(4.080)	(5.220)	43.973	-
Ativos tangíveis (Nota 12)	23.624	-	-	(17.477)	6.147	-
Outros ativos (Nota 14)	103.315	21.741	(11.266)	(11.671)	102.119	-
	<b>169.829</b>	<b>32.124</b>	<b>(15.346)</b>	<b>(34.368)</b>	<b>152.239</b>	<b>-</b>

2020						
Saldo em 31-12-2019	Dotações	Reversões de perdas de imparidade	Utilizações e outros	Saldo em 31-12-2020	Recuperações de incobráveis e outros	Mais/menos valias vendas crédito
<b>Imparidades ou reversão de imparidades de ativos financeiros não contabilizados pelo justo valor através dos resultados:</b>						
Imparidade para títulos de dívida	4.057	7.088	-	-	11.145	-
Imparidade para crédito concedido e para outros saldos a receber	918.182	492.116	(301.560)	(114.286)	994.452	(7.317)
Imparidade em ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral	89	56	(131)	-	14	-
	<b>922.328</b>	<b>499.260</b>	<b>(301.691)</b>	<b>(114.286)</b>	<b>1.005.611</b>	<b>(7.317)</b>
<b>Imparidades ou reversão de imparidades de ativos não-financeiros</b>						
Ativos não correntes detidos para venda (Nota 15)	32.826	10.162	(7.876)	7.778	42.890	-
Ativos tangíveis (Nota 12)	6.147	-	-	17.477	23.624	-
Outros ativos	88.418	16.115	(2.388)	1.170	103.315	-
	<b>127.391</b>	<b>26.277</b>	<b>(10.264)</b>	<b>26.425</b>	<b>169.829</b>	<b>-</b>

O movimento ocorrido nas provisões técnicas referentes à atividade de seguros durante o exercício de 2021, foi o seguinte:

	Valores em resultados do exercício					Transferências por distribuição da participação nos resultados		Saldo em 31-12-2021
	Saldo em 31-12-2020	Variação das provisões	Custos de aquisição diferidos	Variação das provisões p/sinistros	Variação da Shadow reserve	Liquidações	Outros	
Ativo por provisões técnicas de resseguro cedido (Nota 14)								
Ramo Vida								
. Provisão para prémios não adquiridos	2.811	(139)	-	-	-	-	-	2.672
. Provisão matemática	2	60	-	-	-	-	-	62
. Custos de aquisição diferidos da provisão matemática	(1)	-	-	-	-	-	-	(1)
. Provisão para sinistros	14.626	-	-	2.411	-	-	-	17.037
. Provisão para participação nos resultados	72	553	-	-	-	(625)	-	-
Total de ativo por provisões técnicas de resseguro cedido	17.510	474	-	2.411	-	(625)	-	19.770
Passivo por provisões técnicas de seguro direto								
Ramo Vida								
. Provisão para prémios não adquiridos	(2.838)	95	-	-	-	-	-	(2.743)
. Provisão matemática	(632.593)	21.080	-	-	-	-	(326)	(611.840)
. Custos de aquisição diferidos da provisão matemática	2	-	(1)	-	-	-	-	1
. Provisão para sinistros	(21.948)	-	-	(1.900)	-	-	-	(23.848)
. Provisão para participação nos resultados	(47.002)	(256)	-	-	14.536	704	326	(31.699)
. Outras provisões técnicas	(6.580)	(207)	-	-	-	-	-	(6.787)
Total de passivo por provisões técnicas de seguro directo	(710.959)	20.712	(1)	(1.900)	14.536	704	(8)	(676.916)

As provisões técnicas constituídas para os contratos do Ramo Vida representam, no seu conjunto, os compromissos assumidos para com os segurados, nos quais se incluem os relativos às participações nos resultados a que os mesmos já adquiriram direito.

As provisões matemáticas foram calculadas utilizando as tábuas de mortalidade PF60/64, GKF80, GRF95 e GRM95 para os seguros em caso de vida e a PM60/64, GKM80 e GKM95 para os seguros em caso de morte. As taxas técnicas de juro (taxas de desconto) foram de 3% e 4%, respetivamente. Para as modalidades sem participação nos resultados a taxa técnica utilizada é a taxa de rendimento garantida do produto. A maioria dos contratos de seguro comercializados respeitam a temporários anuais renováveis

## 19. CAPITAL SOCIAL REEMBOLSÁVEL À VISTA

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 esta rubrica representava as unidades de participação no Fundo Novimovest não detidas pelo Grupo.



## 20. OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2021	31-12-2020
Encargos com pessoal		
Férias e subsídios de férias	36.374	41.524
Outras remunerações variáveis	28.018	22.348
Prémio fim de carreira (BAPOP)	1.111	1.377
Outros gastos com pessoal	3.522	2.607
Outros encargos a pagar	70.540	95.617
Responsabilidades com pensões e outros benefícios (Nota 36)		
Responsabilidades do Santander	1.155.946	1.123.784
Valor patrimonial do Fundo de Pensões do Santander	(1.164.211)	(1.143.046)
Responsabilidades da sucursal de Londres	52.915	56.628
Valor patrimonial do Fundo de Pensões da sucursal de Londres	(49.938)	(48.718)
Responsabilidades do Banif	167.108	160.544
Valor patrimonial do Fundo de Pensões do Banif	(92.220)	(93.369)
Responsabilidades do ex-Popular	185.616	181.921
Valor patrimonial do Fundo de Pensões do Popular	(194.073)	(186.718)
Outros passivos por seguro direto e resseguro	9.428	4.193
Outras receitas com rendimento diferido	12.767	14.370
Operações passivas a regularizar (Nota 14)	212.673	212.987
	<u>435.576</u>	<u>446.049</u>

Em 31 de dezembro de 2021, os outros encargos correspondem essencialmente a acréscimos de custos relacionados com atividade regular do Grupo.

## 21. CAPITAIS PRÓPRIOS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o capital social da Santander Totta, SGPS, S.A. estava representado por 197.296.207.958 ações, com o valor nominal de 1 cêntimo cada, integralmente subscritas e realizadas pelos seguintes acionistas:

	31-12-2021		
	Número de ações	% de participação	Montante
Grupo Santander	196.996.017.344	99,85%	1.969.960
Outros	183.140.671	0,09%	1.831
Ações próprias	117.049.943	0,06%	1.171
	<u>197.296.207.958</u>	<u>100,00%</u>	<u>1.972.962</u>

	31-12-2020		
	Número de ações	% de participação	Montante
Grupo Santander	196.996.017.344	99,85%	1.969.960
Outros	186.595.158	0,09%	1.866
Ações próprias	113.595.456	0,06%	1.136
	<b>197.296.207.958</b>	<b>100,00%</b>	<b>1.972.962</b>

#### Instrumentos de capital próprio emitidos, exceto capital social

Em 30 de dezembro de 2015, a Sociedade emitiu “€ 300.000.000 Fixed Rate Perpetual Deeply Subordinated Additional Tier I Resettable Instruments”, obrigações subordinadas perpétuas que qualificam para o rácio de capital Tier 1, como Additional Tier 1 Capital, nos termos da Diretiva 2013/36/UE (ou CRD IV – Capital Requirements Directive). Esta operação não tinha prazo definido, tinha opção de reembolso antecipado pela Sociedade a partir do final do 5º ano, e uma taxa de juro de 9,9% ao ano, durante os primeiros 5 anos. Sendo um instrumento de Additional Tier 1 o correspondente pagamento de juro é decidido discricionariamente pela Sociedade e está ainda sujeito à observação de um conjunto de condições. A emissão deste instrumento foi realizada na sequência do reembolso das ações preferenciais do TAF e após aprovação do Banco Central Europeu. Em 17 de janeiro de 2021 a Sociedade procedeu ao reembolso deste instrumento.

Em 20 de Junho de 2016, a Sociedade fez uma segunda emissão de “€ 300.000.000 Fixed Rate Perpetual Deeply Subordinated Additional Tier I Resettable Instruments”, obrigações subordinadas perpétuas que qualificam para o rácio de capital Tier 1, como Additional Tier 1 Capital, nos termos da Diretiva 2013/36/UE (ou CRD IV – Capital Requirements Directive). Esta operação não tinha prazo definido, tinha opção de reembolso antecipado pela Sociedade a partir do final do 5º ano, e uma taxa de juro de 10,5% ao ano, durante os primeiros 5 anos. Sendo um instrumento de Additional Tier 1 o correspondente pagamento de juro é decidido discricionariamente pela Sociedade e está ainda sujeito à observação de um conjunto de condições. A emissão deste instrumento foi realizada na sequência do reembolso das ações preferenciais do BST Porto Rico e após aprovação do Banco Central Europeu. Em 22 de junho de 2021 a Sociedade procedeu ao reembolso deste instrumento.

Em 14 de janeiro de 2021, a Sociedade fez uma terceira emissão de “€ 400.000.000 Fixed Rate Perpetual Deeply Subordinated Additional Tier I Resettable Instruments”, obrigações subordinadas perpétuas que qualificam para o rácio de capital Tier 1, como Additional Tier 1 Capital, nos termos da Diretiva 2013/36/UE (ou CRD IV – Capital Requirements Directive). Esta operação não tem prazo definido, tem opção de reembolso antecipado pela Sociedade a partir do final do 5º ano, e uma taxa de juro de 4,9% ao ano, durante os primeiros 5 anos. Sendo um instrumento de Additional Tier 1 o correspondente pagamento de juro é decidido discricionariamente pela Sociedade e está ainda sujeito à observação de um conjunto de condições. A emissão deste instrumento foi realizada após aprovação do Banco Central Europeu.

### Outro rendimento integral acumulado

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as reservas por rendimento integral acumulado tinham a seguinte composição:

	<u>31-12-2021</u>	<u>31-12-2020</u>
Outro rendimento integral acumulado - valor bruto		
De ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral	720.886	1.048.630
De ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral de sociedades em equivalência patrimonial	1.820	3.529
De instrumentos de cobertura no âmbito de coberturas de fluxos de caixa	(1.009)	(44.612)
Da valorização de passivos por seguros ("shadow reserve")	(31.384)	(45.920)
Remensurações de responsabilidades com pensões		
Fundo de Pensões do Banco	(758.512)	(795.390)
Fundo de Pensões da Sucursal de Londres do Banco	(11.530)	(16.573)
Fundos de Pensões do Banif	(41.238)	(43.248)
Fundo de Pensões do BAPOP	(1.503)	(7.464)
Remensurações de sociedades em equivalência patrimonial	(2.191)	(3.961)
	<u>(124.661)</u>	<u>94.991</u>
Outro rendimento integral acumulado - impacto fiscal		
De ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral	(220.329)	(319.652)
De ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral de sociedades em equivalência patrimonial	-	(905)
De instrumentos de cobertura no âmbito de coberturas de fluxos de caixa	313	13.829
Da valorização de passivos por seguros ("shadow reserve")	7.375	10.791
Impacto fiscal das remensurações	204.199	204.199
Impacto fiscal das remensurações de sociedades em equivalência patrimonial	956	919
	<u>(7.486)</u>	<u>(90.819)</u>
	<u>(132.147)</u>	<u>4.172</u>

Os impostos diferidos foram calculados com base na legislação atualmente em vigor e correspondem à melhor estimativa do impacto da realização das mais e menos-valias potenciais incluídas nas reservas por rendimento integral.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as rubricas de "Lucros retidos" e "Outras reservas" tinha a seguinte composição:

	<u>31-12-2021</u>	<u>31-12-2020</u>
Lucros retidos	<u>482.914</u>	<u>197.228</u>
Outras reservas		
Reserva legal	364.349	363.640
Reservas de fusão	640.575	640.575
Reservas Consolidadas		
Empresas consolidadas pelo método integral	572.040	624.920
Empresas consolidadas pelo método de equivalência patrimonial	25.550	22.036
	<u>1.602.514</u>	<u>1.651.171</u>

### Lucros retidos

Em 31 de dezembro de 2021 esta rubrica reconhece os lucros ou prejuízos de exercícios anteriores não distribuídos.

### Reserva legal

Em conformidade com o disposto no Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 201/2002, de 26 de setembro, a Sociedade constitui um fundo de reserva legal até à concorrência do capital social ou do somatório das reservas livres constituídas e dos resultados transitados, se superior. Para tal, é anualmente transferida para esta reserva uma fração não inferior a 10% do resultado líquido do exercício da atividade individual, até perfazer o referido montante. Esta reserva só pode ser utilizada para a cobertura de prejuízos acumulados ou para aumentar o capital.

### Reserva de fusão

Nos termos da legislação em vigor, a reserva de fusão é equiparada à reserva legal, podendo apenas ser utilizada para cobertura de prejuízos acumulados ou para aumentar o capital social.

## 22. RESULTADOS ATRIBUÍVEIS AOS PROPRIETÁRIOS DA EMPRESA-MÃE

Nos exercícios de 2021 e 2020, a determinação do lucro consolidado pode ser resumida como se segue:

	2021		2020	
	Lucro ou prejuízo do período	Contribuição para o resultado consolidado	Lucro ou prejuízo do período	Contribuição para o resultado consolidado
Lucro ou prejuízo do período da ST SGPS (atividade individual)	54.499	54.499	7.089	7.089
Lucro ou prejuízo do período das restantes empresas do Grupo:				
Banco Santander Totta, S.A.	303.343	303.214	275.210	275.092
Totta (Ireland), Plc.	8.278	8.274	9.214	9.210
Unicre, Instituição Financeira de Crédito, S.A.	19.510	4.263	23.919	5.226
Santander Totta Seguros, S.A.	24.647	24.647	26.907	26.907
TottaUrbe, Empresa de Administração e Construções, S.A.	(4.748)	(4.746)	583	583
Aegon Santander Portugal Vida - Companhia de Seguros, S.A.	17.716	8.681	14.776	7.240
Novimovest - Fundo de Investimento Imobiliário Aberto	3.960	3.117	341	268
Aegon Santander Portugal Não Vida - Companhia de Seguros, S.A.	9.404	4.608	4.001	1.960
Taxagest, S.A.	(12)	(12)	(3)	(3)
Lusimovest Fundo de Investimento Imobiliário	-	-	1.210	312
Gamma, Sociedade Financeira de Titularização de Créditos, S.A.	323	323	63	63
Mapfre Santander Portugal Co. Seguros	(2.870)	(1.435)	(1.149)	(574)
		<u>350.934</u>		<u>326.284</u>
Anulação de dividendos recebidos:				
Totta (Ireland), PLC		(9.120)		(6.850)
Unicre - Instituição Financeira de Crédito, S.A.		(4.702)		(3.191)
Santander Totta Seguros, S.A.		(50.000)		-
Aegon Santander Portugal Vida e Não Vida - Companhia de Seguros Vida, S.A.		(9.814)		(7.700)
TottaUrbe, Empresa de Administração e Construções, S.A.		(26.258)		(1.247)
		<u>(99.894)</u>		<u>(18.988)</u>
Ajustamentos relacionados com operações de titularização		62		(7.641)
Outros		(6.987)		(11.185)
		<u>(6.925)</u>		<u>(18.826)</u>
		<u>298.614</u>		<u>295.559</u>

Os resultados por ação básicos são calculados efetuando a divisão do resultado líquido consolidado atribuível aos acionistas do Grupo pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o exercício.

	31-12-2021	31-12-2020
Resultados atribuíveis aos proprietários da empresa mãe	298.614	295.559
Número médio ponderado de ações ordinárias emitidas	197.296.207.958	197.296.207.958
Número médio ponderado de ações próprias em carteira	117.049.943	113.595.456
Número médio ponderado de ações ordinárias em circulação	197.181.828.336	197.182.612.502
Resultado por ação básico atribuível aos proprietários da empresa mãe (em euros)	0,0015	0,0015

Os resultados por ação básicos são coincidentes com os diluídos uma vez que não existem ações ordinárias contingentemente emissíveis, nomeadamente através de opções, warrants ou instrumentos financeiros equivalentes à data do balanço.

### 23. PARTICIPAÇÕES MINORITÁRIAS SEM CONTROLO

Nos exercícios de 2021 e 2020, o valor dos interesses que não controlam em balanço e em resultados corresponde à proporção das participações de terceiros no capital do Banco.

## 24. CONTAS EXTRAPATRIMONIAIS

As responsabilidades extrapatrimoniais têm a seguinte composição:

	31-12-2021	31-12-2020
Garantias prestadas e outros passivos eventuais		
Garantias e avales financeiros	330.997	648.253
Compromissos por crédito concedido		
Revogáveis	6.368.873	6.063.686
Irrevogáveis	565.988	949.459
	<u>6.934.861</u>	<u>7.013.145</u>
Outros compromissos concedidos		
Garantias e avales não financeiros	1.346.113	964.490
Créditos documentários abertos	315.004	363.131
Fundo de Garantia de Depósitos	68.969	68.969
Sistema de Indemnização aos Investidores	6.736	7.507
Outros compromissos concedidos	-	200.215
	<u>1.736.822</u>	<u>1.604.312</u>
	<u>9.002.680</u>	<u>9.265.710</u>
Ativos dados em garantia		
Banco de Portugal	152.926	148.206
Fundo de Garantia de Depósitos	78.205	87.998
Sistema de Indemnização aos Investidores	8.342	8.516
Ativos dados em garantia por operações de política monetária	16.496.874	15.995.107
	<u>16.736.347</u>	<u>16.239.827</u>
Responsabilidades por prestação de serviços		
Depósito e guarda de valores	36.330.916	36.048.845
Valores recebidos para cobrança	617.382	444.411
Outros valores	151.679	113.603
	<u>37.099.977</u>	<u>36.606.859</u>

Os ativos dados em garantia por operações de política monetária, correspondem à pool de colateral que o Banco dispõe junto do Banco Central Europeu, para garantir a operativa de liquidez.

As garantias e os outros compromissos concedidos apresentam a seguinte exposição por stage:

	31-12-2021							
	Exposição				Imparidade (Nota 18)			
	Stage 1	Stage 2	Stage 3	Total	Stage 1	Stage 2	Stage 3	Total
Compromissos por crédito concedido	6.212.790	712.175	9.896	6.934.861	4.116	4.508	136	8.760
Garantias financeiras	291.621	12.285	27.091	330.997	595	602	15.258	16.455
Outros compromissos concedidos	1.542.903	44.599	149.320	1.736.822	666	580	24.718	25.964
	<u>8.047.314</u>	<u>769.059</u>	<u>186.307</u>	<u>9.002.680</u>	<u>5.377</u>	<u>5.690</u>	<u>40.112</u>	<u>51.179</u>

	31-12-2020							
	Exposição				Imparidade (Nota 18)			
	Stage 1	Stage 2	Stage 3	Total	Stage 1	Stage 2	Stage 3	Total
Compromissos por crédito concedido	6.408.141	596.264	8.740	7.013.145	4.617	658	13	5.288
Garantias financeiras	570.269	36.870	41.114	648.253	542	434	25.587	26.563
Outros compromissos concedidos	1.400.968	52.668	150.676	1.604.312	361	149	25.105	25.615
	<b>8.379.378</b>	<b>685.802</b>	<b>200.530</b>	<b>9.265.710</b>	<b>5.520</b>	<b>1.241</b>	<b>50.705</b>	<b>57.466</b>

### Fundo de Garantia de Depósitos

Conforme previsto no Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de dezembro, foi criado em novembro de 1994 o Fundo de Garantia de Depósitos, com o objetivo de garantir os depósitos constituídos nas instituições de crédito, de acordo com os limites estabelecidos no Regime Geral das Instituições de Crédito. A contribuição inicial para o Fundo, fixada por Portaria do Ministério das Finanças, foi efetuada através da entrega de numerário e títulos de depósito, tendo sido amortizada em 60 meses a partir de janeiro de 1995. Exceto para o referido no parágrafo seguinte, as contribuições anuais regulares para o Fundo são reconhecidas como gasto no exercício a que dizem respeito.

Até 2011, conforme permitido pelo Banco de Portugal, o Banco procedeu ao pagamento de 90% da contribuição anual para o Fundo de Garantia de Depósitos, tendo assumido igualmente o compromisso irrevogável para com o Fundo de Garantia de Depósitos de liquidação da parcela correspondente a 10% da contribuição anual, se e quando for solicitado. O valor total não pago acumulado relativamente ao qual foi assumido este compromisso ascende a 68.969 milhares de euros. Os ativos dados em penhor ao Banco de Portugal encontram-se refletidos nas rubricas extrapatrimoniais pelo seu valor de mercado. Nos exercícios de 2021 e 2020, o Banco procedeu ao pagamento de 100% da contribuição anual nos montantes de 50 milhares de euros e 48 milhares de euros, respetivamente (Nota 34).

### Sistema de Indemnização aos Investidores (SII)

As responsabilidades para com o Sistema de Indemnização aos Investidores não são reconhecidas como gasto. Estas responsabilidades são cobertas através da aceitação de um compromisso irrevogável de proceder ao seu pagamento, caso tal venha a ser exigido, estando uma parte (50%) garantida por penhor de títulos do Tesouro Português. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, estas responsabilidades ascendiam a 6.736 milhares de euros e 7.507 milhares de euros, respetivamente.

## 25. MARGEM FINANCEIRA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
<b>Rendimentos de juros</b>		
Juros de disponibilidades em Bancos centrais e em instituições de crédito	6	134
Juros de ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente contabilizados pelo justo valor através dos resultados	353	346
Juros de ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral	135.362	148.246
Juros de ativos financeiros pelo custo amortizado		
Empréstimos e adiantamentos - Instituições de crédito	127	1.440
Títulos de dívida	53.243	59.458
Empréstimos e adiantamentos- Clientes	541.729	599.498
Juros de recursos em Bancos Centrais e em instituições de crédito	72.911	24.984
Juros de derivados de cobertura	205.090	274.477
Outros	1.224	2.265
	<u>1.010.045</u>	<u>1.110.848</u>
<b>Despesas com juros</b>		
Juros de passivos financeiros contabilizados pelo custo amortizado		
Depósitos - Instituições de crédito	(5.002)	(5.522)
Depósitos - Clientes	(6.360)	(19.697)
Títulos dívida emitidos	(40.503)	(30.500)
Juros sobre ativos de Bancos centrais e Instituições de crédito	(21.646)	(8.299)
Juros sobre ativos de Clientes	(2.428)	(925)
Juros de derivados de cobertura	(202.820)	(244.512)
IFRS 16	(398)	(565)
Outros	(1.246)	(14.188)
	<u>(280.403)</u>	<u>(324.208)</u>
	<u>729.642</u>	<u>786.640</u>

## 26. RENDIMENTOS DE DIVIDENDOS

Esta rubrica refere-se a dividendos e a rendimentos recebidos e tem a seguinte composição:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
SIBS – Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	1.533	1.733
Outros	4	1
	<u>1.537</u>	<u>1.734</u>



27. PROPORÇÃO DOS LUCROS OU PREJUÍZOS DE INVESTIMENTOS EM FILIAIS, EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E ASSOCIADAS CONTABILIZADA PELO MÉTODO DE EQUIVALÊNCIA

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2021	2020
Em empreendimentos conjuntos		
AEGON Santander Portugal Não Vida	8.681	1.960
AEGON Santander Portugal Vida	4.608	7.240
Mapfre Santander Portugal Co. Seguros	(1.435)	(264)
	<u>11.854</u>	<u>8.936</u>
Em associadas		
Lusimovest - Fundo de Investimento Imobiliário	37	312
Unicre - Instituição Financeira de Crédito	4.194	5.305
	<u>4.231</u>	<u>5.617</u>
	<u><u>16.085</u></u>	<u><u>14.553</u></u>

28. RENDIMENTOS E DESPESAS DE TAXAS E COMISSÕES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
<b>Rendimentos de taxas e comissões</b>		
Por garantias prestadas	16.795	17.189
Por compromissos assumidos perante terceiros	6.708	4.849
Por serviços bancários prestados		
Depósito e guarda de valores	5.271	5.286
Cobrança e administração de valores	15.112	15.137
Gestão de fundos mobiliários e imobiliários	33.088	24.159
Transferência de valores	1.942	1.542
Por transações com cartões	87.516	83.748
Anuidades	42.854	35.284
Operações de crédito	57.845	54.400
Outros serviços prestados	5.671	5.997
Por operações realizadas por conta de terceiros		
Sobre títulos	15.177	15.471
Outras	77	82
Outras comissões recebidas		
Por serviços de mediação de seguradoras	114.291	100.783
Depósitos à Ordem	100.167	93.870
Cheques	5.180	5.565
Outras	23.844	20.209
	<u>531.538</u>	<u>483.571</u>
<b>Despesas de taxas e comissões</b>		
Por garantias recebidas	(4.193)	(4.313)
Por serviços bancários prestados por terceiros		
Cobrança e administração de valores	(4.994)	(4.860)
Cartões	(67.101)	(69.672)
Operações de crédito	(4.192)	(2.739)
Outros serviços prestados	(431)	(515)
Por operações realizadas por conta de terceiros		
Títulos	(3.520)	(3.390)
Outras	(6.450)	(7.015)
Outras comissões pagas	(14.076)	(17.855)
	<u>(104.957)</u>	<u>(110.359)</u>
	<u>426.581</u>	<u>373.212</u>

## 29. GANHOS OU PERDAS COM ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Esta rubricas tem a seguinte composição:

	2021	2020
<b>Ganhos ou perdas com o desreconhecimento de ativos e passivos financeiros não contabilizados pelo justo valor através dos resultados, valor líquido</b>	<b>129.561</b>	<b>93.832</b>
Ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral	127.279	89.081
Instrumentos de dívida	127.279	89.081
Ativos financeiros pelo custo amortizado (Instrumentos de dívida)	2.243	-
Outros	39	4.751
<b>Ganhos ou perdas com ativos e passivos financeiros detidos para negociação, valor líquido</b>	<b>(4.409)</b>	<b>(9.298)</b>
Instrumentos derivados	(4.409)	(9.298)
<b>Ganhos ou perdas com ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente contabilizados pelo justo valor através dos resultados, valor líquido</b>	<b>3.550</b>	<b>3.326</b>
Títulos de dívida	1.999	2.779
Instrumentos de capital	1.551	547
<b>Ganhos ou perdas da contabilidade de cobertura, valor líquido</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Derivados de cobertura	(171.854)	(202.144)
Elemento coberto	171.854	202.144
<b>Diferenças cambiais, valor líquido</b>	<b>13.505</b>	<b>11.192</b>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os ganhos registados na rubrica "Ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral" foram justificados, essencialmente, pela alienação de obrigações de dívida pública. Na medida em que o Banco tinha operações de fixação de preço (*forward sales*), no montante de 62.538 milhões de euros (Nota 10), o valor registado nesta rubrica reflete o valor contratado.

## 30. GANHOS OU PERDAS COM O DESRECONHECIMENTO DE ATIVOS NÃO FINANCEIROS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2021	2020
Ganhos em propriedades de investimento	665	383
Ganhos em filiais excluídas da consolidação	13.000	15.488
Perdas em propriedades de investimento	(621)	(251)
	<u>13.044</u>	<u>15.620</u>

### 31. MARGEM BRUTA DA ATIVIDADE DE SEGUROS

A margem bruta de seguros apresenta a seguinte composição:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Margem bruta de seguros de vida em que o risco de investimento é do tomador do seguro	<u>81.930</u>	<u>73.208</u>
Margem bruta da atividade de seguros		
Prémios brutos emitidos líquidos de resseguro	4.514	9.129
Comissões de resseguro cedido	22.501	25.011
Participação nos resultados de resseguro cedido	553	-
Gastos com sinistros líquidos de resseguro	(123.603)	(112.278)
<i>Variação das provisões p/ sinistros líquidas de resseguro</i>	511	134
<i>Outros Gastos com sinistros líquidos de resseguro</i>	(124.114)	(112.412)
Variação das provisões técnicas líquidas de resseguro	20.632	12.146
Juros e rendimentos líquidos de ativos afetos a provisões técnicas	9.942	10.212
Ganhos líquidos de ativos afectos a provisões técnicas	(150)	1.111
Encargos com serviços e comissões associadas a provisões técnicas	(79)	(1.303)
	<u>(65.690)</u>	<u>(55.972)</u>

As provisões técnicas compreendem os passivos por contratos de seguro e os passivos financeiros por contratos de investimento com participação discricionária nos resultados.

Os passivos financeiros por contratos de investimento sem participação discricionária nos resultados não são considerados no apuramento da margem bruta da atividade de seguros.

### 32. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Outros receitas operacionais		
Rendas auferidas	10.290	10.198
Rendimentos da prestação de serviços diversos	2.323	2.303
Variação de justo valor das propriedades de investimento	2.455	3.997
Outros	5.780	4.855
	<u>20.848</u>	<u>21.353</u>
Outras despesas operacionais		
Variação de justo valor das propriedades de investimento	(3.109)	(6.561)
Encargos com clientes	(3.042)	(3.346)
Outros	(3.861)	(1.811)
	<u>(10.012)</u>	<u>(11.718)</u>

Nos exercícios de 2021 e 2020 a rubrica “Rendas auferidas” inclui os montantes de 10.287 milhares de euros e 9.991 milhares de euros, respetivamente, relativos a rendas auferidas pelo Fundo Imobiliário Novimovest (Nota 12).

Na rubrica “Encargos com clientes” são registados os gastos com fraude interna e externa.

### 33. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

#### **Despesas de pessoal**

	2021	2020
Salários e vencimentos		
Órgãos de gestão e fiscalização	6.563	4.684
Empregados	202.179	223.707
Outras remunerações variáveis	25.421	15.185
	<u>234.163</u>	<u>243.576</u>
Encargos sociais obrigatórios		
Encargos obrigatórios	31.233	61.593
Fundos de pensões (Nota 36)	7.889	8.178
Outros	1.068	1.226
	<u>40.190</u>	<u>70.997</u>
Outros gastos com pessoal		
Transferências de pessoal	1.162	1.247
Plano complementar de reforma (Nota 36)	370	537
Outros	6.195	8.026
	<u>7.727</u>	<u>9.810</u>
	<u>282.080</u>	<u>324.383</u>

### Outras despesas administrativas

	2021	2020
Fornecimentos externos:	7.502	10.015
Serviços externos:		
Serviços especializados	73.050	73.385
Informática	70.292	60.828
Comunicações	7.027	7.940
Conservação e reparação	3.771	4.765
Publicidade e edição de publicações	6.135	12.424
Outras operações de locação (leasings de curto prazo e baixo valor)	4.344	4.360
Deslocações, estadas e representações	2.183	2.899
Transportes	3.972	4.599
Seguros	1.891	2.398
Outros serviços de terceiros	5.892	5.740
Quotizações e donativos	6.845	6.770
Outros impostos e taxas	4.028	4.302
	196.932	200.425

### Sociedade de revisores oficiais de contas

Os honorários faturados ou a faturar pela sociedade de revisores oficiais de contas e respetivas empresas da mesma rede nos exercícios de 2021 e 2020, excluindo o imposto sobre o valor acrescentado, foram os seguintes:

	2021			2020		
	Sociedade	Grupo	Total	Sociedade	Grupo	Total
Auditoria e revisão legal de contas	131	1.830	1.961	87	1.534	1.621
Outros serviços e garantia de fiabilidade	35	1.185	1.220	44	1.060	1.104
Serviços de consultoria fiscal	-	-	-	-	-	-
Outros serviços	-	389	389	-	190	190
	166	3.405	3.570	131	2.784	2.915

Os montantes acima correspondem aos contratados para o exercício, independentemente da sua data de faturação.

A rubrica de Outros serviços de garantia de fiabilidade inclui os honorários relativos aos seguintes serviços:

- i) Avaliação da imparidade da carteira de crédito do Banco, de acordo com o requerido pela Instrução nº 5/2013 do Banco de Portugal;
- ii) Revisão limitada à informação financeira trimestral do Banco (1º e 3º trimestres de 2021 e de 2020) preparada para efeitos da consolidação do Banco Santander, S.A.;
- iii) Revisão dos procedimentos de salvaguarda de bens de clientes do Banco, de acordo com o requerido pelo Artigo 304.º – C do Código dos Valores Mobiliários;
- iv) Verificação da informação relativa às obrigações hipotecárias Banco, de acordo com o requerido pelo Artigo 34º do Decreto-Lei nº 59/2006, de 20 de março;
- v) Verificação da informação relativa a operações de política monetária do Banco, de acordo com o requerido no artigo 101º A da Instrução n.º 3/2015 do Banco de Portugal;

- vi) Verificação da informação relativa a operações de política monetária Banco, de acordo com o requerido nos artigos 100º e 100º A da Instrução n.º 3/2015 do Banco de Portugal;
- vii) Revisão do sistema de controlo interno para a prevenção do branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo Banco, de acordo com o requerido no Aviso nº 2/2018 do Banco de Portugal;
- viii) Procedimentos de validação do relatório anual de fluxos financeiros para efeitos da certificação do IFRRU 2020 do Banco;
- ix) Apoio à Comissão de Auditoria do Banco no âmbito do seu relatório de autoavaliação requerido pelo Aviso n.º 3/2020 do Banco de Portugal nos termos previstos no n.º 3 do artigo 56.º do referido Aviso;
- x) Apoio ao Conselho Fiscal da Sociedade no âmbito do seu relatório de autoavaliação requerido pelo Aviso n.º 3/2020 do Banco de Portugal nos termos previstos no n.º 3 do artigo 56.º do referido Aviso; e
- xi) Verificação da informação relativa aos reportes sobre operações de refinanciamento de prazo alargado direcionadas (TLTRO III) do Banco Santander Totta.

A rubrica de Outros serviços inclui os honorários relativos aos seguintes serviços:

- i) Emissão de comfort letter para a atualização dos prospets sobre o programa de obrigações hipotecárias e EMTN;
- ii) Revisão da informação apresentada no relato de sustentabilidade de 2021 e 2020 do Banco;
- iii) Acesso à base de dados Inforfisco contendo informação sobre legislação fiscal, doutrinas e decisões de tribunais;
- iv) Procedimentos acordados sobre a informação dos créditos incluídos em operações de titularização sintética do Banco;
- v) Procedimentos acordados sobre o reporte ex-ante ao Fundo Único de Resolução pelo do Banco; e
- vi) Serviços de garantia de fiabilidade sobre o reporte prudencial na Santander Totta Seguros.

#### 34. CONTRIBUIÇÕES EM NUMERÁRIO PARA FUNDOS DE RESOLUÇÃO E SISTEMAS DE GARANTIA DE DEPÓSITOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Contribuições para o Fundo de Resolução		
Fundo de Resolução Nacional	(12.853)	(12.875)
Fundo Único de Resolução	(24.776)	(22.701)
Contribuições para o Fundo de Garantia de Depósitos	(50)	(48)
	<u>(37.679)</u>	<u>(35.624)</u>

O Decreto-Lei n.º 24/2013, de 19 de fevereiro, estabeleceu o regime de contribuições dos Bancos para o novo Fundo de Resolução, criado com a finalidade de prevenção, mitigação e contenção do risco sistémico. De acordo com o Aviso n.º 1/2013 e as Instruções n.º 6/2013 e n.º 7/2013, do Banco de Portugal, está previsto o pagamento de uma contribuição inicial e uma contribuição periódica para o Fundo de Resolução.

No âmbito do mecanismo único de Resolução as contribuições anuais serão transferidas para o Fundo Único de Resolução, de acordo com o artigo 3º, n.º 3 do acordo relativo à transferência e mutualização das contribuições para o Fundo Único de Resolução, assinado em Bruxelas em 21 de maio de 2014. O Banco de Portugal, na qualidade de autoridade de resolução, determina o valor da contribuição de cada instituição em função do perfil de risco de cada entidade. Nos exercícios de 2021 e 2020 e tal como previsto em carta do Banco de Portugal, o Conselho Único de Resolução (CUR) permitiu que para estes exercícios, as instituições bancárias optem pela utilização de compromisso irrevogável de pagamento, na proporção de 15% do valor da contribuição anual. A contribuição anual ascendeu a 29.149 milhares de euros e 26.707 milhares de euros, respetivamente.

35. LUCROS OU PREJUÍZOS COM ATIVOS NÃO CORRENTES E GRUPOS PARA ALIENAÇÃO CLASSIFICADOS COMO DETIDOS PARA VENDA NÃO ELEGÍVEIS COMO UNIDADES OPERACIONAIS DESCONTINUADAS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2021			2020		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Em ativos recebidos em dação	7.777	(556)	7.221	6.840	(6.807)	33
Em outros ativos não financeiros	24.841	(18.029)	6.812	17.055	(12.074)	4.981
	<u>32.618</u>	<u>(18.585)</u>	<u>14.033</u>	<u>23.895</u>	<u>(18.881)</u>	<u>5.014</u>

36. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO DOS COLABORADORES

Para determinação das responsabilidades por serviços passados do Banco (plano Santander e BAPOP) relativas a empregados no ativo e aos já reformados, foram efetuados estudos atuariais pela Mercer (Portugal), Limitada. O valor atual das responsabilidades com serviços passados, bem como os correspondentes gastos com serviços correntes, foram apurados com base no método "Projected Unit Credit".



As responsabilidades do Banco com pensões de reforma, cuidados de saúde e subsídio por morte em 31 de dezembro de 2021 e 2020, assim como a respetiva cobertura, apresentam o seguinte detalhe:

	Santander		BAPOP	
	31-12-2021	31-12-2020	31-12-2021	31-12-2020
Estimativa de responsabilidades por serviços passados:				
- Pensões				
. Empregados no ativo	237.145	303.442	86.279	64.619
. Pensionistas	59.716	52.496	7.444	7.806
. Reformados e reformados antecipadamente	679.673	583.248	78.691	95.972
	976.534	939.186	172.414	168.397
- Cuidados de saúde (SAMS)	166.240	169.721	12.505	12.782
- Subsídio por morte	6.162	6.399	697	742
- Prémio na reforma	7.010	8.478	-	-
	1.155.946	1.123.784	185.616	181.921
Cobertura das responsabilidades:				
- Valor patrimonial do Fundo	1.164.211	1.143.046	194.073	186.718
Valor financiado em excesso / (não financiado) (Nota 20)	8.265	19.262	8.457	4.797
Desvios actuariais e financeiros gerados no ano				
- Alteração de pressupostos	-	-	-	-
- Ajustamentos de experiência:				
. Outros (Ganhos)/ Perdas actuariais	8.430	4.984	1.077	(80)
. (Ganhos)/ Perdas financeiras	(45.334)	(8.445)	(7.038)	(493)
	(36.904)	(3.461)	(5.961)	(573)
	(36.904)	(3.461)	(5.961)	(573)

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 os principais pressupostos utilizados pelo Banco para a determinação das suas responsabilidades com pensões de reforma foram os seguintes:

Tábua de mortalidade	
. Feminina	TV 88/90 <sup>(-1)</sup>
. Masculina	TV 88/90
Taxa de rendimento dos ativos do fundo de pensões	1,10%
Taxa técnica atuarial (taxa de desconto)	1,10%
Taxa de crescimento salarial	0,75%
Taxa de crescimento das pensões	0,50%
Taxa de inflação	0,45%

O Decreto-Lei nº 167-E/2013, de 31 de dezembro, veio alterar a idade normal de acesso à reforma do regime geral da Segurança Social, deixando contudo de ser aplicável o fator de sustentabilidade aos beneficiários que se reformem com aquela idade.

A taxa de desconto utilizada no apuramento das responsabilidades foi determinada por referência a taxas de mercado de obrigações de empresas de baixo risco e de prazo semelhante ao da liquidação das responsabilidades.

O movimento ocorrido nas responsabilidades por serviços passados nos exercícios de 2021 e 2020, pode ser detalhado como se segue:

	Santander		BAPOP	
	31-12-2021	31-12-2020	31-12-2021	31-12-2020
Responsabilidades no início do exercício	1.123.784	1.131.980	181.921	181.503
Gasto dos serviços correntes	5.462	5.580	1.363	1.348
Gasto dos juros	11.940	12.023	1.638	1.634
(Ganhos)/perdas atuariais	8.430	4.984	1.077	(80)
Reformas antecipadas	81.386	21.682	10.139	785
Valores pagos	(60.193)	(54.946)	(4.182)	(3.889)
Outros	(17.352)	-	(6.953)	-
Contribuições dos empregados	2.489	2.481	613	620
Responsabilidades no fim do período	1.155.946	1.123.784	185.616	181.921

O gasto do exercício relativo a pensões inclui o encargo com os serviços correntes e o gasto dos juros, deduzido do rendimento esperado dos ativos do Fundo de Pensões. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os gastos com pensões têm a seguinte composição (Nota 33):

	31-12-2021	31-12-2020
Gasto dos serviços correntes	6.825	6.928
Gasto dos juros	13.578	13.657
Rendimento dos ativos apurado com a taxa de desconto	(13.578)	(13.657)
Plano de benefício definido	6.825	6.928
Plano de contribuição definida	938	1.131
Plano da Sucursal de Londres	126	119
	7.889	8.178

Os colaboradores admitidos no Banco após 1 de janeiro de 2009 passaram a estar inscritos na Segurança Social, estando abrangidos por um plano de pensões complementar de contribuição definida e direitos adquiridos ao abrigo da cláusula 93ª do ACT. O referido plano é financiado através de contribuições dos colaboradores (1,5%) e do BST (1,5%) sobre o valor da retribuição mensal efetiva. Para este efeito, cada colaborador pode optar por um fundo de pensões aberto à sua escolha para onde o Banco transfere a sua contribuição.

Em 2022 o Banco espera efetuar uma contribuição de 8.937 milhares de euros para o plano de benefício definido do Santander e BAPOP.

Os crescimentos de salários e pensões estimados têm em conta a atual situação nacional e as consequentes perspetivas de menores aumentos no futuro, ou mesmo de manutenção dos valores atuais.

A duração média das responsabilidades com pensões dos colaboradores do Santander, BAPOP e Banif é de 15 anos, incluindo ativos e reformados.

O movimento ocorrido nos desvios atuariais nos exercícios de 2021 e 2020, foi o seguinte:

	Santander		BAPOP	
	31-12-2021	31-12-2020	31-12-2021	31-12-2020
Desvios no início do exercício	795.764	799.225	7.464	8.037
(Ganhos)/perdas atuariais	8.430	4.984	1.077	(80)
(Ganhos)/perdas financeiras	(45.334)	(8.445)	(7.038)	(493)
Desvios no final do período	758.860	795.764	1.503	7.464

O Fundo de Pensões do Santander é gerido pela Santander Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. e o Fundo de Pensões do BAPOP é gerido pela Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A.. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o número de participantes dos Fundos era o seguinte:

	Santander		BAPOP	
	31-12-2021	31-12-2020	31-12-2021	31-12-2020
Empregados no ativo				
Plano de benefício definido	3.272	3.885	673	722
Plano de contribuição definida	496	460	98	119
Pensionistas	1.333	1.282	31	34
Reformados e reformados antecipadamente	6.113	5.773	210	157
	11.214	11.400	1.012	1.032

As principais alterações demográficas ocorridas nos exercícios de 2021 e 2020, foram as seguintes:

	Ativos				Reformados e		Pensionistas	
	Plano de contribuição		Plano de benefício		reformados			
	Santander	Bapop	Santander	Bapop	Santander	Bapop	Santander	Bapop
Número total em 31 de dezembro de 2019	389	125	4.055	737	5.731	147	1.242	32
Saídas:								
. De ativos	(9)	(6)	(30)	(10)	-	-	(4)	-
. Por mortalidade	-	-	(4)	(1)	(118)	-	(42)	-
Transferências	-	-	(137)	(4)	137	5	-	(1)
Entradas	80	-	1	-	23	5	86	3
Número total em 31 de dezembro de 2020	460	119	3.885	722	5.773	157	1.282	34
Saídas:								
. De ativos	(51)	(21)	(146)	(3)	-	-	(12)	(3)
. Por mortalidade	-	-	(4)	-	(158)	-	(47)	-
Transferências	-	-	(463)	(46)	463	46	-	-
Entradas	87	-	-	-	35	7	110	-
Número total em 31 de dezembro de 2021	496	98	3.272	673	6.113	210	1.333	31

O movimento ocorrido nos Fundos de Pensões do Banco durante os exercícios de 2021 e 2020, foi o seguinte:

	Santander		BAPOP	
	31-12-2021	31-12-2020	31-12-2021	31-12-2020
Valor do Fundo no início do exercício	1.143.046	1.160.573	186.718	185.459
Contribuições do Banco (monetárias)	21.595	14.470	2.248	2.401
Contribuições dos empregados	2.489	2.481	613	620
Rendimento líquido do Fundo				
Rendimento dos ativos apurados com a taxa de desconto	11.940	12.023	1.638	1.634
Rendimento do Fundo acima da taxa de desconto	45.334	8.445	7.038	493
Valores pagos	(60.193)	(54.946)	(4.182)	(3.889)
Valor do Fundo no final do exercício	1.164.211	1.143.046	194.073	186.718

As taxas de rendimento do Fundo de Pensões ascenderam em 2021 a 5,13% no Santander e 5,27% no BAPOP e em 2020 a 1,92% no Santander e 2,06% no BAPOP.

A política de investimentos e alocação do Fundo de Pensões prevê que a carteira de ativos seja constituída em obediência a critérios de segurança, rentabilidade e liquidez, através de um conjunto diversificado de aplicações, designadamente ações, obrigações, outros instrumentos representativos de dívida, participações em instituições de investimento coletivo, depósitos bancários, outros ativos de natureza monetária e terrenos e edifícios inscritos no registo predial.

Por outro lado, aquela política é orientada por critérios de diversificação de risco e rentabilidade, podendo a Sociedade Gestora do Fundo optar por uma política mais ou menos conservadora, aumentando ou diminuindo a exposição a ações ou obrigações, de acordo com as suas expectativas sobre a evolução dos mercados e de acordo com os limites de investimento definidos.

A política de investimentos do Fundo de Pensões em vigor prevê os seguintes limites:

<u>Classe de ativos</u>	<u>Intervalos previstos</u>
Obrigações	40% a 95%
Imobiliário	0% a 25%
Ações	0% a 20%
Liquidez	0% a 15%
Alternativos	0% a 10%
Commodities	0% a 5%

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a composição dos Fundos de Pensões era como segue:

	Santander		BAPOP	
	31-12-2021	31-12-2020	31-12-2021	31-12-2020
Instrumentos de dívida:				
. Rating A	46.393	88.135	9.672	19.894
. Rating AA	5.233	-	843	-
. Rating AAA	783	-	91	-
. Rating BBB	426.870	370.511	85.689	67.661
. Rating BB	40.584	13.764	8.046	3.476
. Sem rating atribuído à emissão ou ao emissor	17.311	67.857	1.127	10.937
Fundos de Investimento Imobiliário	118.103	125.008	926	913
Fundos de Investimento Mobiliário	427.943	352.167	76.366	72.747
Depósitos	37.521	53.779	7.101	7.382
Imóveis				
. Espaços comerciais	19.551	19.515	-	-
. Terrenos	1.297	1.149	-	-
Instrumentos de capital:				
. Ações portuguesas – cotadas	-	136	-	-
. Ações estrangeiras – cotadas	79	29.893	-	-
Instrumentos financeiros derivados	1.954	632	210	110
Outros	20.589	20.500	4.002	3.598
	<u>1.164.211</u>	<u>1.143.046</u>	<u>194.073</u>	<u>186.718</u>

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a metodologia de apuramento do justo valor dos ativos e passivos acima referidos adotada pelas Sociedades Gestoras, tal como preconizada na IFRS 13 (Nota 39), foi como segue:

	31-12-2021				31-12-2020			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Instrumentos de dívida	624.204	-	18.438	642.642	563.441	-	78.794	642.235
Fundos de investimento	504.309	-	119.029	623.338	424.914	-	125.921	550.835
Instrumentos de capital	79	-	-	79	30.029	-	-	30.029
Instrumentos financeiros derivados	2.164	-	-	2.164	742	-	-	742
Imóveis	-	-	20.848	20.848	-	-	20.664	20.664
Outros	-	-	69.213	69.213	-	-	85.259	85.259
	<u>1.130.756</u>	<u>-</u>	<u>227.528</u>	<u>1.358.284</u>	<u>1.019.126</u>	<u>-</u>	<u>310.638</u>	<u>1.329.764</u>

A carteira dos Fundos de Pensões incluía os seguintes ativos relacionados com empresas do Grupo Santander em Portugal:

	31-12-2021	31-12-2020
Imóveis arrendados	14.253	13.028
Títulos (incluindo unidades de participação em fundos geridos)	189.719	221.208
	<u>203.972</u>	<u>234.236</u>

Em 2010 foi contratado um seguro junto da Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. para fazer face às responsabilidades de um novo plano complementar de reforma de contribuição definida atribuído a diretivos do Banco. A contribuição inicial para o novo plano foi de 4.430 milhares de euros. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 o prémio pago pelo Banco ascendeu a 370 milhares de euros e 537 milhares de euros, respetivamente (Nota 33).

Este plano cobre as eventualidades de reforma, morte e incapacidade permanente absoluta para o trabalho habitual ou por invalidez.

Para todas as eventualidades, as prestações a receber pelos beneficiários serão iguais ao saldo acumulado constante no plano complementar na data em que estas se verifiquem. No caso de morte do beneficiário este montante será ainda acrescido de 6.000 euros.

#### Plano de pensões de benefício definido – ex-Sucursal de Londres

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os principais pressupostos utilizados no cálculo das responsabilidades com pensões de reforma relativas ao plano de pensões que abrange os colaboradores da ex-Sucursal de Londres do Banco foram os seguintes:

	31-12-2021	31-12-2020
	100% S3NMA_Light/ 100% S3NFA_Light	100% S3NMA_Light/ 100% S3NFA_Light
Tábua de mortalidade		
Taxa técnica atuarial (taxa de desconto)	1,8%	1,2%
Taxa de crescimento salarial	3,2%	2,7%
Taxa de crescimento das pensões	2,2%	2,1%
Taxa de inflação	3,2%	2,7%

As responsabilidades com o plano de pensões de benefício definido e a sua cobertura apresentavam o seguinte detalhe:

	31-12-2021	31-12-2020
Estimativa de responsabilidades por serviços prestados	52.915	56.628
Cobertura - valor patrimonial do Fundo de Pensões	49.938	48.718
Valor não financiado - Sucursal de Londres (Nota 20)	(2.977)	(7.910)

O movimento ocorrido nas responsabilidades por serviços passados nos exercícios de 2021 e 2020, pode ser detalhado como se segue:

	31-12-2021	31-12-2020
Responsabilidades no início do exercício	56.628	51.848
Gasto dos serviços correntes	25	17
Gasto dos juros	718	921
(Ganhos)/perdas atuariais	(2.445)	5.036
Valores pagos	(2.011)	(1.194)
Responsabilidades no fim do período	52.915	56.628

O movimento ocorrido no Fundo no exercício de 2021 e 2020 foi o seguinte:

	<u>31-12-2021</u>	<u>31-12-2020</u>
Valor patrimonial no início do exercício	48.718	44.654
Rendimento líquido do fundo:		
. Rendimento dos ativos apurado com a taxa de desconto	616	819
. Rendimento do Fundo acima/(abaixo) da taxa de desconto	2.598	1.910
Contribuição da Sucursal	17	2.529
Valores pagos	<u>(2.011)</u>	<u>(1.194)</u>
Valor patrimonial no final do período	<u>49.938</u>	<u>48.718</u>

O movimento ocorrido nos desvios atuariais no exercício de 2021 e 2020, foi o seguinte:

	<u>31-12-2021</u>	<u>31-12-2020</u>
Desvios no início do exercício	16.573	13.447
(Ganhos)/perdas atuariais	(2.445)	5.036
(Ganhos)/perdas financeiras	(2.598)	(1.910)
Desvios no final do período	<u>11.530</u>	<u>16.573</u>

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a carteira do Fundo de Pensões da Sucursal de Londres incluía os seguintes ativos:

	<u>31-12-2021</u>	<u>31-12-2020</u>
Instrumentos de dívida	20.243	25.299
Instrumentos de capital	21.800	20.771
Outros	7.895	2.648
Valor do Fundo	<u>49.938</u>	<u>48.718</u>

As responsabilidades com planos de pensões de benefício definido expõem o Banco aos seguintes riscos:

- Risco de investimento – o valor atualizado das responsabilidades é calculado com base numa taxa de desconto determinada com referência a obrigações denominadas em euros com elevada qualidade em termos de risco de crédito; se a rentabilidade do Fundo de Pensões for inferior a essa taxa de desconto, irá criar um défice no financiamento das responsabilidades.
- Risco de taxa de juro – uma diminuição da taxa de juro das obrigações irá aumentar as responsabilidades com pensões.
- Risco de longevidade – o valor atualizado das responsabilidades é calculado tendo como pressuposto a melhor estimativa à data da mortalidade esperada dos participantes antes e após a data de reforma. Um aumento da esperança de vida dos participantes do plano irá aumentar as responsabilidades com pensões.

- Risco de salário - o valor atualizado das responsabilidades é calculado tendo como pressuposto uma estimativa de salário futuro dos participantes. Assim, um aumento no salário dos participantes irá aumentar as responsabilidades com pensões.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, uma análise de sensibilidade a uma variação dos principais pressupostos financeiros reportada a esta data conduziria aos seguintes impactos no valor atual das responsabilidades por serviços passados do Santander e BAPOP:

	2021		2020	
	(Redução)/ Acréscimo		(Redução)/ Acréscimo	
	em %	em valor	em %	em valor
Alteração da taxa de desconto:				
. Acréscimo de 0,5%	(6,6%)	(88.554)	(7,0%)	(91.485)
. Redução de 0,5%	7,4%	99.685	7,9%	103.384
Alteração da taxa de crescimento salarial:				
. Acréscimo de 0,5%	7,1%	55.129	5,3%	60.240
. Redução de 0,5%	(3,6%)	(46.502)	(5,3%)	(69.728)
Alteração da taxa de crescimento das pensões:				
. Acréscimo de 0,5%	8,1%	108.769	8,2%	106.602
. Redução de 0,5%	(7,3%)	(98.148)	(7,4%)	(96.595)
Alteração da tábua de mortalidade:				
. Mais dois anos	(6,6%)	(87.914)	(6,7%)	(88.061)
. Menos dois anos	6,7%	89.342	6,9%	89.421

As análises de sensibilidade acima apresentadas poderão não ser representativas das alterações que possam vir a ocorrer no futuro no plano de benefício definido em virtude de estarem a ser consideradas isoladamente e algumas delas estarem correlacionadas.

#### Fundo de Pensões – Banif

Na sequência da medida de resolução aplicada ao Banif a 20 de dezembro de 2015, foram transferidos para o Banco um conjunto de colaboradores, bem como as correspondentes responsabilidades por serviços passados. Foram igualmente transferidas as responsabilidades com colaboradores reformados, reformados antecipadamente, pensionistas e ex-participantes com direitos adquiridos. Em 27 de janeiro de 2016 foi solicitada autorização à Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões para que seja transferida para o Banco a posição do Banif como associado do Fundo de Pensões Banif, no plano de pensões de benefício definido, subpopulações A e B, e nos planos de pensões II e III de contribuição definida. O Banco de Portugal através de carta datada de 07 de junho de 2016 vem transmitir que as partes envolvidas deverão rever alguns dos termos do Contrato de Extinção da Quota-Parte do Fundo de Pensões. O processo encontra-se em apreciação final pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.



Os colaboradores do Banif estavam abrangidos por diferentes tipos de planos de pensões:

- a) O primeiro plano de pensões, de benefício definido, estava subdividido entre a população Banif e a população ex-Banco Banif e Comercial dos Açores (BBCA), com diferentes benefícios. Plano de pensões de benefício definido I – subpopulação BANIF: (i) pagamento de pensões de reforma por invalidez, invalidez presumível e sobrevivência, em regime de complementaridade da Segurança Social; (ii) pagamento futuro das contribuições obrigatórias relativas a cuidados médicos pós-emprego (SAMS). Para os empregados elegíveis para a pensão de reforma, a contribuição de 6,5% era efetuada sobre as pensões e para empregados associados a plano de contribuição definida, o benefício era alterado para capital único no momento da reforma, correspondente a 6,5% do capital constituído, tendo por base a contribuição inicial adicionada do valor das contribuições futuras. As contribuições futuras para o SAMS foram alteradas de acordo com as novas regras do ACT.
- b) Plano de pensões de benefício definido I – subpopulação ex-BBCA (fechado a novas adesões): (i) pagamento de pensões de reforma, invalidez, invalidez presumível e sobrevivência, de acordo com o ACT e os regimes introduzidos pelo Decreto-Lei nº 1 - A/2011 de 3 de janeiro e Decreto-Lei nº 127/2011 de 31 de dezembro; (ii) pagamento futuro das contribuições obrigatórias relativas a cuidados médicos pós-emprego (SAMS) e (iii) subsídio por morte, ambos nos termos do ACT.

O Banif tinha ainda dois planos de pensões de contribuição definida:

- c) Plano de pensões II – contribuição mensal do Banif de 4,5% da remuneração de incidência e de uma contribuição inicial realizada na data de constituição do Plano que integrava todos os colaboradores admitidos ao serviço do Banif antes de 1 de janeiro de 2007, com exceção dos integrados na sequência da fusão por incorporação do ex-BBCA, que não são abrangidos pelo Acordo Empresa. A contribuição inicial foi calculada em função: (i) das pensões complementares de velhice estimadas na avaliação de responsabilidades efetuada pelo Atuário Responsável do Plano de Pensões em 31 de dezembro de 2006; e (ii) do valor atual das contribuições futuras.
- d) Plano de pensões III – contribuição mensal do Banif de 1,5% da remuneração de incidência dos colaboradores admitidos ao serviço ativo após 1 de janeiro de 2007, que não tivessem falecido, passado à situação de reformado ou rescindido até à data de entrada em vigor do Acordo Empresa.

A estimativa de responsabilidades por serviços passados em 31 de dezembro de 2021 e 2020, assumindo os pressupostos do Banco, apresenta o seguinte detalhe para o plano de pensões de benefício definido (considerando ambas as subpopulações Banif e ex-BBCA):

	31-12-2021				Total
	Responsabilidades				
	Pensões	SAMS	Subsídio por Morte	Prémio na reforma	
Ativos	10.133	6.504	75	979	17.691
Reformados, pensionistas e reformas antecipadas	128.607	12.085	522	-	141.214
Ex-participantes com direitos adquiridos	6.052	2.151	-	-	8.203
Total de responsabilidades por serviços passados	144.792	20.740	597	979	167.108
Valor patrimonial do Fundo de Pensões					92.220
Insuficiência de financiamento					(74.888)

	31-12-2020				Total
	Responsabilidades				
	Pensões	SAMS	Subsídio por Morte	Prémio na reforma	
Ativos	20.612	8.597	124	1.140	30.473
Reformados, pensionistas e reformas antecipadas	112.917	10.680	482	-	124.079
Ex-participantes com direitos adquiridos	3.530	2.462	-	-	5.992
Total de responsabilidades por serviços passados	137.059	21.739	606	1.140	160.544
Valor patrimonial do Fundo de Pensões					93.369
Insuficiência de financiamento					(67.175)

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a carteira do Fundo de Pensões do Banif associada ao plano de pensões de benefício definido apresenta o seguinte detalhe por tipologia de ativo:

Ativo	31-12-2021		31-12-2020	
	Total	Peso relativo	Total	Peso relativo
Instrumentos de dívida	47.366	49,88%	40.269	41,97%
Fundo mobiliário	1.738	1,83%	3.294	3,43%
Fundo imobiliário	2.952	3,11%	387	0,40%
Imóveis	13.699	14,43%	13.734	14,31%
Instrumentos de capital	21.599	22,75%	32.607	33,98%
Outros	7.604	8,01%	5.663	5,90%
	94.958		95.954	
Património a transferir	(2.738)		(2.585)	
	92.220		93.369	

O valor do património a transferir corresponde ao montante dos ativos da carteira do Fundo de Pensões que irá ser afeto à cobertura das responsabilidades relativas aos colaboradores do Banif que não foram transferidos para o Banco.

### 37. OPERACÕES DE TITULARIZAÇÃO

#### Descrição das operações

Entre julho de 2003 e janeiro de 2018, o Banco procedeu à titularização de parte da sua carteira de crédito hipotecário, através de treze operações, cujo montante inicial total ascendeu a 25.450.000 milhares de euros. Nas operações mais antigas os créditos foram vendidos pelo seu valor nominal (contabilístico) a fundos de titularização de créditos denominados Fundos Hipototta FTC. Parte substancial das titularizações foram recompradas pelo Banco ao abrigo dos referidos acordos, mantendo-se vivos o Hipototta nº 4 e Hipototta nº 5. Em janeiro de 2018 o Banco concretizou uma nova titularização no montante de 2.266.000 milhares de euros, na qual foram cedidos créditos hipotecários. Os créditos foram cedidos à Gamma – Sociedade de Titularização de Créditos (Gamma STC), tendo esta entidade financiado a operação através da emissão das obrigações Hipototta 13 classe A, B e C com diferentes níveis de subordinação e *rating* e, conseqüentemente, de remuneração. Estas obrigações foram na sua totalidade adquiridas pelo Banco.

Os Fundos Hipototta (nº 4 e nº 5) são geridos pela Navigator – Sociedade Gestora de Fundos de Titularização de Créditos, S.A. (Navigator). O Banco continua a efetuar a gestão dos contratos de crédito, entregando aos Fundos Hipototta (nº 4 e nº 5) todos os montantes recebidos ao abrigo dos mesmos. O Grupo Santander não detém qualquer participação direta ou indireta na Navigator.

Como forma de financiamento, os Fundos Hipototta (nº 4 e nº 5) emitiram unidades de titularização, de montante idêntico às carteiras de crédito adquiridas, as quais foram integralmente subscritas pelos Fundos Hipototta (nº 4 e nº 5) PLC com sede na Irlanda.

Por outro lado, os Fundos Hipototta (nº 4 e nº 5) FTC entregam todos os montantes recebidos do Banco e da Direção Geral do Tesouro aos Fundos Hipototta (nº 4 e nº 5) PLC efetuando a separação das prestações entre capital e juros.

Como forma de financiamento, os Fundos Hipototta (nº 4 e nº 5) PLC emitiram obrigações com diferentes níveis de subordinação e de *rating* e, conseqüentemente, de remuneração.

Em 31 de dezembro de 2021, as obrigações emitidas ainda vivas apresentam as seguintes características:

Hipototta nº 4 PLC							
Divida emitida	Montante		Rating		Data de reembolso antecipado	Remuneração	
	Inicial	Atual	Fitch	Data de reembolso		Até ao reembolso antecipado	Após o reembolso antecipado
Classe A	2.616.040	390.664	A	setembro de 2048	dezembro de 2014	Euribor 3 meses + 0,12%	Euribor 3 meses + 0,24%
Classe B	44.240	14.213	A	setembro de 2048	dezembro de 2014	Euribor 3 meses + 0,19%	Euribor 3 meses + 0,40%
Classe C	139.720	44.886	BB-	setembro de 2048	dezembro de 2014	Euribor 3 meses + 0,29%	Euribor 3 meses + 0,58%
	<u>2.800.000</u>	<u>449.763</u>					
Classe D	14.000	7.000	NR	setembro de 2048	dezembro de 2014	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada	
	<u>2.814.000</u>	<u>456.763</u>					

Hipototta nº 5 PLC								
Divida emitida	Montante		Rating		Data de reembolso antecipado	Remuneração		
	Inicial	Atual	S&P	Moody's		Data de reembolso	Até ao reembolso antecipado	Após o reembolso antecipado
Classe A1	200.000	-			fevereiro de 2060	fevereiro de 2014	Euribor 3 meses + 0,05%	Euribor 3 meses + 0,10%
Classe A2	1.693.000	350.683	A	Aa2	fevereiro de 2060	fevereiro de 2014	Euribor 3 meses + 0,13%	Euribor 3 meses + 0,26%
Classe B	26.000	26.000	A	Aa2	fevereiro de 2060	fevereiro de 2014	Euribor 3 meses + 0,17%	Euribor 3 meses + 0,34%
Classe C	24.000	24.000	A	Aa2	fevereiro de 2060	fevereiro de 2014	Euribor 3 meses + 0,24%	Euribor 3 meses + 0,48%
Classe D	26.000	26.000	A	A3	fevereiro de 2060	fevereiro de 2014	Euribor 3 meses + 0,50%	Euribor 3 meses + 1,00%
Classe E	31.000	31.000	A	Ba2	fevereiro de 2060	fevereiro de 2014	Euribor 3 meses + 1,75%	Euribor 3 meses + 3,50%
	<u>2.000.000</u>	<u>457.683</u>						
Classe F	10.000	6.000	CCC-	Ca	fevereiro de 2060	fevereiro de 2014	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada	
	<u>2.010.000</u>	<u>463.683</u>						

As obrigações emitidas pelo Hipototta nº 4 PLC vencem juros trimestralmente em 30 de março, junho, setembro e dezembro de cada ano. As obrigações emitidas pelo Hipototta nº 5 PLC vencem juros trimestralmente em 28 de fevereiro, 30 de maio, agosto e novembro de cada ano.

O Banco tem a opção de reembolsar antecipadamente as obrigações nas datas acima indicadas. Para todos os Hipototta, o Banco tem a possibilidade de recomprar antecipadamente as carteiras de crédito ao valor nominal quando estas forem iguais ou inferiores a 10% do montante inicial das operações.

Adicionalmente, até 5 dias antes das datas de pagamento de juros em cada trimestre, os Hipototta têm a faculdade de efetuar amortizações parciais das obrigações emitidas das classes A, B e C, bem como das classes D e E no caso do Hipototta nº 5 PLC, por forma a ajustar o valor do passivo ao dos ativos (carteira de crédito).

As obrigações da classe D do Hipototta nº 4 e as obrigações da classe F do Hipototta nº 5, constituem o último passivo a liquidar.

A remuneração das obrigações dessas classes corresponde à diferença entre o rendimento das carteiras de crédito titularizado e o somatório de todos os gastos das operações, nomeadamente:

- Impostos;
- Despesas e comissões calculadas sobre o valor das carteiras (comissão de custódia e comissão de *servicer*, cobradas pelo Banco, e comissão de gestão, cobrada pelos Fundos);
- Juros das obrigações das restantes classes;
- Perdas por incumprimento.

Na data em que as titularizações foram contratadas, celebraram-se empréstimos subordinados entre o Banco e os Hipototta, que correspondem a facilidades/linhas de crédito em caso de necessidade de liquidez por parte dos Hipototta. Foram igualmente celebrados "Swap Agreements" entre o Grupo Santander e veículos de titularização, e entre o Banco e o Grupo Santander destinados à cobertura do risco de taxa de juro.

#### Operações de titularização do Banif

Na sequência da medida de resolução aplicada ao Banif, o Banco adquiriu um conjunto de operações de titularização emitidas por esta entidade, tendo sido transferidos os correspondentes créditos titularizados e obrigações emitidas.

#### Atlantes Mortgage n.º 2

Operação concretizada em março de 2008, na qual foram cedidos créditos hipotecários. Os créditos foram cedidos à Gamma STC, tendo esta entidade financiado a operação através da emissão das obrigações Atlantes Mortgage n.º 2 Classes A, B, C e D com diferentes níveis de subordinação e *rating* e, consequentemente, de remuneração.

Atlantes Mortgage nº 2						
Dívida emitida	Montante		Rating		Data de reembolso	Remuneração
	Inicial	Atual	S&P	Fitch		Até ao reembolso antecipado
Classe A	349.100	89.024	AA	AA	setembro de 2060	Euribor 3 meses + 0,33%
Classe B	18.400	11.083	AA	A+	setembro de 2060	Euribor 3 meses + 0,95%
Classe C	7.500	4.518	BBB+	A-	setembro de 2060	Euribor 3 meses + 1,65%
	<u>375.000</u>	<u>104.625</u>				
Classe D	16.125	9.422	NR	NR	setembro de 2060	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
	<u>391.125</u>	<u>114.047</u>				

### Azor Mortgage n.º 2

Operação concretizada em julho de 2008, em que foram cedidos à Gamma STC créditos hipotecários originados do anterior BBCA. Para se financiar, a Gamma STC emitiu obrigações Azor Mortgages n.º 2 Classes A, B e C com diferentes níveis de subordinação e *rating* e, conseqüentemente, de remuneração.

Azor Mortgage n.º 2						
Dívida emitida	Montante		Rating		Data de reembolso	Remuneração
	Inicial	Atual	S&P	Fitch		Até ao reembolso antecipado
Classe A	253.500	62.603	AA (sf)	A (sf)	dezembro de 2065	Euribor 3 m + 0,3%
Classe B	46.500	43.080	NR	NR	dezembro de 2065	Euribor 3 m + 0,8%
	<u>300.000</u>	<u>105.683</u>				
Classe C	6.750	6.750	NR	NR	dezembro de 2065	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
	<u>306.750</u>	<u>112.433</u>				

### Atlantes Mortgage n.º 3

Operação concretizada em outubro de 2008, na qual foram cedidos créditos hipotecários. Os créditos foram cedidos à Gamma STC, tendo esta entidade financiado a operação através da emissão das obrigações Atlantes Mortgage n.º 3 Classes A, B e C com diferentes níveis de subordinação e *rating* e, conseqüentemente, de remuneração.

Atlantes Mortgage n.º 3						
Dívida emitida	Montante		Rating		Data de reembolso	Remuneração
	Inicial	Atual	S&P	Fitch		Até ao reembolso antecipado
Classe A	558.600	155.100	AA	AA	agosto de 2061	Euribor 3 meses + 0,2%
Classe B	41.400	22.243	NR	NR	agosto de 2061	Euribor 3 meses + 0,5%
	<u>600.000</u>	<u>177.343</u>				
Classe C	57.668	39.669	NR	NR	agosto de 2061	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
	<u>657.668</u>	<u>217.012</u>				

### Atlantes Mortgage n.º 4

Operação concretizada em fevereiro de 2009, na qual foram cedidos créditos hipotecários. Os créditos foram cedidos à Gamma STC, tendo esta entidade financiado a operação através da emissão das obrigações Atlantes Mortgage n.º 4 Classes A, B e C com diferentes níveis de subordinação e *rating* e, conseqüentemente, de remuneração.

## Atlantes Mortgage nº 4

Dívida emitida	Montante		Rating			Remuneração
	Inicial	Atual	S&P	Fitch	Data de reembolso	Até ao reembolso antecipado
Classe A	514.250	172.713	AA	AA	dezembro de 2064	Euribor 3 meses + 0,15%
Classe B	35.750	19.020	NR	NR	dezembro de 2064	Euribor 3 meses + 0,3%
	550.000	191.733				
Classe C	74.250	53.021	NR	NR	dezembro de 2064	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
	624.250	244.754				

## Atlantes Mortgage n.º 5

Operação concretizada em dezembro de 2009, na qual foram cedidos créditos hipotecários. Os créditos foram cedidos à Gamma STC, tendo esta entidade financiado a operação através da emissão das obrigações Atlantes Mortgage n.º 5 Classes A, B e C com diferentes níveis de subordinação e *rating* e, conseqüentemente, de remuneração.

## Atlantes Mortgage nº 5

Dívida emitida	Montante		Rating			Remuneração
	Inicial	Atual	S&P	Fitch	Data de reembolso	Até ao reembolso antecipado
Classe A	455.000	140.337	AA	AA	novembro de 2068	Euribor 3 meses + 0,15%
Classe B	45.000	25.910	NR	NR	novembro de 2068	Euribor 3 meses + 0,3%
	500.000	166.247				
Classe C	66.250	44.995	NR	NR	novembro de 2068	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
	566.250	211.242				

## Atlantes Mortgage n.º 7

Operação concretizada em novembro de 2010, na qual foi cedida uma carteira de crédito hipotecário residencial. Os créditos foram cedidos à Gamma STC, tendo esta entidade financiado a operação através da emissão das obrigações Atlantes Mortgage n.º 7 Classes A, B e C com diferentes níveis de subordinação e *rating* e, conseqüentemente, de remuneração.

## Atlantes Mortgage nº 7

Dívida emitida	Montante		Rating			Remuneração
	Inicial	Atual	S&P	Fitch	Data de reembolso	Até ao reembolso antecipado
Classe A	357.300	110.474	AA	AA-	agosto de 2066	Euribor 3 meses + 0,15%
Classe B	39.700	20.529	NR	NR	agosto de 2066	Euribor 3 meses + 0,3%
	397.000	131.003				
Classe C	63.550	42.993	NR	NR	agosto de 2066	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
	460.550	173.996				

### Hipototta 13

Em janeiro de 2018 o Banco concretizou uma titularização no montante de 2.266.000 milhares de euros, na qual foram cedidos créditos hipotecários. Os créditos foram cedidos à Gamma STC, tendo esta entidade financiado a operação através da emissão das obrigações Hipototta 13 classe A, B e C com diferentes níveis de subordinação e *rating* e, conseqüentemente, de remuneração. Estas obrigações foram na sua totalidade adquiridas pelo Banco.

Hipototta 13						
Dívida emitida	Montante		Rating		Data de reembolso	Remuneração
	Inicial	Atual	S&P	Fitch		Até ao reembolso antecipado
Classe A	1.716.000	854.727	NR	A+(sf)	outubro 2072	Euribor 3 m + 0,6%
Classe B	484.000	484.000	NR	NR	outubro 2072	Euribor 3 m + 1%
	<u>2.200.000</u>	<u>1.338.727</u>				
Classe C	66.000	41.501	NR	NR	outubro 2072	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
	<u>2.266.000</u>	<u>1.380.228</u>				
VFN	0,001	0,001	NR	NR	outubro 2072	Sem remuneração

Durante o exercício de 2021 foi liquidada a operação Azor Mortgage Nº 1.

### 38. ENTIDADES RELACIONADAS

As entidades relacionadas da Sociedade com as quais esta manteve saldos ou transações no exercício de 2021 foram as seguintes:

Nome da entidade relacionada	Sede
<b><u>Empresas que, directa ou indirectamente, controlam o Grupo</u></b>	
Banco Santander, S.A.	Espanha
<b><u>Empresas que, directa ou indirectamente, são controladas pelo Grupo</u></b>	
Banco Santander Totta, S.A.	Portugal
Gamma - Sociedade de Titularização Créditos, S.A.	Portugal
Fundo de Investimento Imobiliário Novimovest	Portugal
Taxagest, SGPS, S.A.	Portugal
Totta (Ireland), PLC	Irlanda
Santander Totta Seguros - Compª de Seguros De Vida, S.A.	Portugal
Tottaube - Emp.Admin. e Construções, S.A.	Portugal
<b><u>Empresas significativamente influenciadas pelo Grupo</u></b>	
Aegon Santander Portugal Não Vida - Companhia de Seguros, S.A.	Portugal
Aegon Santander Portugal Vida - Companhia de Seguros Vida, S.A.	Portugal
Lusimovest - Fundo de Inv. Imobiliário	Portugal
Unicre-Instituição Financeira de Crédito	Portugal
Mapfre Santander Portugal, Co Seguros	Portugal
<b><u>Entidades Propósito Especial que, directa ou indirectamente, são controladas pelo Grupo</u></b>	
Hipototta NO. 4 PLC	Irlanda
Hipototta NO. 4 FTC	Portugal
Hipototta NO. 5 PLC	Irlanda
Hipototta NO. 5 FTC	Portugal
Operações de Securitização geridas pela Gamma STC	Portugal

Nome da entidade relacionada	Sede
<b>Empresas que, direta ou indiretamente, se encontram sob controlo comum com o Grupo</b>	
Abbey National Treasury Services plc	Reino Unido
All Funda Bank, SA	Espanha
Banco Santander (México), S.A.	México
Banco Santander (Suisse), S.A.	Suíça
Banco Santander Brasil, S.A.	Brasil
Banco Santander Consumer Portugal S.A.	Portugal
Bank Zachodni WBK SA	Polonia
Consulteam - Consultores de gestão, Lda	Portugal
Caceis	França
Financeira El Corte Inglés, Portugal, S.F.C., S.A.	Portugal
Gesban Servicios Administrativos Globais	Espanha
Ibérica de Compras Corporativas	Espanha
Ingeniería de Software Bancário, S.L.	Espanha
Open Bank Santander Consumer S.A.	Espanha
Portal Universia Portugal, Prestação de Serviços de Informática, S.A.	Portugal
Produban Servicios Informáticos Generales, S.L.	Espanha
PSA Gestao Comercio&Aluguer Veiculos,SA	Portugal
Retama Real Estate, S.L.	Espanha
Santander Asset Management, S.A. SGIC.	Espanha
Santander Back-Office Globales Mayorista	Espanha
Santander Bank & Trust Ltd.	Bahamas
Santander Bank, National Association	Estados Unidos
Santander Consumer Bank AG	Alemanha
Santander Consumer Finance S.A.	Espanha
Santander Consumer, EFC, S.A.	Espanha
Santander Gestao de Ativos SFIM, SA	Portugal
Santander Global Technology, S.L., Soci	Espanha
Santander Investment, S.A.	Espanha
Santander Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	Portugal
Santander Securities Services, S.A.	Espanha
Santander Global Facilities, S.L.	Espanha
Santander Tecnologia y Operaciones AEIE	Espanha
Santander Tecnologia España, S.L.	Espanha
Santander Seguros y Reaseguros, Compañia Aseguradora, S.A.	Espanha
Santander International Debt, S.A.	Espanha
Santander UK plc	Reino Unido
Santander UK Group Holdings plc	Reino Unido
UCI Mediação de Seguros, Unipessoal Lda.	Portugal
Union de Créditos Inmobiliários,SA	Espanha



As entidades relacionadas da Sociedade com as quais esta manteve saldos ou transações no exercício de 2020 foram as seguintes:

Nome da entidade relacionada	Sede
<b><u>Empresas que, directa ou indirectamente, controlam o Grupo</u></b>	
Banco Santander, S.A.	Espanha
<b><u>Empresas que, directa ou indirectamente, são controladas pelo Grupo</u></b>	
Banco Santander Totta, S.A.	Portugal
Gamma - Sociedade de Titularização Créditos, S.A.	Portugal
Fundo de Investimento Imobiliário Novimovest	Portugal
Taxagest,SGPS, S.A.	Portugal
Totta (Ireland), PLC	Irlanda
Santander Totta Seguros - Comp <sup>a</sup> de Seguros De Vida, S.A.	Portugal
Tottaube - Emp.Admin. e Construções, S.A.	Portugal
<b><u>Empresas significativamente influenciadas pelo Grupo</u></b>	
Aegon Santander Portugal Não Vida - Companhia de Seguros, S.A.	Portugal
Aegon Santander Portugal Vida - Companhia de Seguros Vida, S.A.	Portugal
Lusimovest - Fundo de Inv. Imobiliario	Portugal
Unicre-Instituição Financeira de Crédito	Portugal
Mapfre Santander Portugal, Co Seguros	Portugal
<b><u>Entidades Propósito Especial que, directa ou indirectamente, são controladas pelo Grupo</u></b>	
Hipototta NO. 4 PLC	Irlanda
Hipototta NO. 4 FTC	Portugal
Hipototta NO. 5 PLC	Irlanda
Hipototta NO. 5 FTC	Portugal
Operações de Securitização geridas pela Gamma STC	Portugal
Nome da entidade relacionada	Sede
<b><u>Empresas que, direta ou indiretamente, se encontram sob controlo comum com o Grupo</u></b>	
Abbey National Treasury Services plc	Reino Unido
All Funda Bank, SA	Espanha
Banco Santander (México), S.A.	México
Banco Santander (Suisse), S.A.	Suiça
Banco Santander Brasil, S.A.	Brasil
Banco Santander Consumer Portugal S.A.	Portugal
Bank Zachodni WBK SA	Polonia
Consulteam - Consultores de gestão, Lda	Portugal
Caceis	França
Financeira El Corte Inglés, Portugal, S.F.C., S.A.	Portugal
Gesban Servicios Administrativos Globais	Espanha
Ibérica de Compras Corporativas	Espanha
Inbond Inversiones 2014, S.L.	Espanha
Ingeniería de Software Bancário, S.L.	Espanha
Open Bank Santander Consumer S.A.	Espanha
Portal Universia Portugal, Prestação de Serviços de Informática, S.A.	Portugal
Produban Servicios Informáticos Generales, S.L.	Espanha
PSA Gestao Comercio&Aluguer Veiculos,SA	Portugal
Retama Real Estate, S.L.	Espanha
Santander Asset Management, S.A. SGII.C.	Espanha
Santander Back-Office Globales Mayorista	Espanha
Santander Bank & Trust Ltd.	Bahamas
Santander Bank,National Association	Estados Unidos
Santander Consumer Bank AG	Alemanha
Santander Consumer Finance S.A.	Espanha
Santander Consumer, EFC, S.A.	Espanha
Santander Gestao de Ativos SFIM, SA	Portugal
Santander Global Thechnology, S.L., Soci	Espanha
Santander Investment Securities,Inc	EUA
Santander Investment, S.A.	Espanha
Santander Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	Portugal
Santander Securities Services, S.A.	Espanha
Santander UK plc	Reino Unido
UCI Mediação de Seguros, Unipessoal Lda.	Portugal
Union de Créditos Inmobiliários,SA	Espanha

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os saldos e as transações mantidas durante aqueles exercícios com entidades relacionadas apresentavam a seguinte composição:

	31-12-2021		
	Empresa que direta ou indiretamente controlam o Grupo	Empresas significativamente influenciadas pelo Grupo	Empresa que direta ou indiretamente se encontram sobre controlo comum com o Grupo
<b>Ativos:</b>			
Disponibilidades em outras instituições de crédito	53.683	-	25.459
Ativos financeiros detidos para negociação	249.868	-	-
Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente contabilizados pelo justo valor através dos resultados	1.551	-	4.811
Ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral	24.105	-	2.354
Ativos financeiros pelo custo amortizado			
Empréstimos e adiantamentos	598.389	48.375	2.636
Derivados - contabilidade de cobertura	5.904	-	-
Investimentos em filiais, empreendimentos conjuntos e associadas	-	108.235	-
Outros ativos	14	6.761	50
<b>Passivos:</b>			
Passivos financeiros detidos para negociação	554.995	-	-
Passivos financeiros contabilizados pelo custo amortizado			
Depósitos - Instituições de crédito	24.238	-	857
Depósitos - Clientes	-	24.631	61.128
Títulos de dívida emitidos	546.863	-	-
Derivados - contabilidade de cobertura	48.990	-	-
Provisões	-	-	2
Outros passivos	8.006	-	5.628
<b>Demonstração de Resultados:</b>			
Rendimentos de juros	(178.593)	(328)	(37)
Despesas com juros	206.226	-	-
Rendimentos de taxas e comissões	(853)	(73.801)	(1.207)
Despesas de taxas e comissões	3.176	-	4.088
Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	(100.811)	-	-
Margem bruta de seguros de vida em que o risco é do tomador do seguro	-	-	(21)
Margem bruta da actividade de seguros	-	-	(293)
Diferenças cambiais ganhos ou perdas, valor líquido	(4.153)	-	-
Despesas administrativas	8.006	-	46.714
Proporção dos lucros ou prejuízos de investimentos em filiais, empreendimentos conjuntos e associadas contabilizada pelo método da equivalência	-	(16.048)	-
Outras receitas/despesas operacionais	(16)	(204)	(4)
<b>Extrapatrimoniais:</b>			
Garantias prestadas e outros passivos eventuais	50.420	599	148.680
Garantias recebidas	1	-	-
Compromissos perante terceiros	120.997	2.016	7.551
Operações cambiais e instrumentos derivados	27.305.868	-	-
Responsabilidades por prestação de serviços	401.012	125.096	6.636.959

	31-12-2020		
	Empresa que direta ou indiretamente controlam o Grupo	Empresas significativamente influenciadas pelo Grupo	Empresa que direta ou indiretamente se encontram sobre controlo comum com o Grupo
<b>Ativos:</b>			
Disponibilidades em outras instituições de crédito	22.417	-	98.764
Ativos financeiros detidos para negociação	311.568	-	-
Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente contabilizados pelo justo valor através dos resultados	1.675	-	7.533
Ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral	1.634	-	9.712
Ativos financeiros pelo custo amortizado			
Empréstimos e adiantamentos	791.508	42.600	2.780
Derivados - contabilidade de cobertura	813	-	-
Investimentos em filiais, empreendimentos conjuntos e associadas	-	131.136	-
Outros ativos	436	15.088	68
<b>Passivos:</b>			
Passivos financeiros detidos para negociação	896.236	-	-
Passivos financeiros contabilizados pelo custo amortizado			
Depósitos - Instituições de crédito	6.489	-	2.416
Depósitos - Clientes	-	35.256	25.282
Títulos de dívida emitidos	40.039	-	-
Derivados - contabilidade de cobertura	97.877	-	-
Outros passivos	-	-	9.438
<b>Demonstração de Resultados:</b>			
Rendimentos de juros	(192.099)	(263)	(53)
Despesas com juros	208.825	-	-
Rendimentos de taxas e comissões	(340)	(60.970)	(833)
Despesas de taxas e comissões	3.077	-	3.943
Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	87.216	-	-
Margem bruta de seguros de vida em que o risco é do tomador do seguro	-	-	(64)
Margem bruta da atividade de seguros	-	-	(26)
Diferenças cambiais ganhos ou perdas, valor líquido	(8.768)	-	-
Despesas administrativas	7.894	-	44.447
Proporção dos lucros ou prejuízos de investimentos em filiais, empreendimentos conjuntos e associadas contabilizada pelo método da equivalência	-	(14.553)	-
Outras receitas/despesas operacionais	-	(129)	-
<b>Extrapatrimoniais:</b>			
Garantias prestadas e outros passivos eventuais	54.890	620	190.052
Garantias recebidas	1	-	162
Compromissos perante terceiros	114.170	1.976	29.996
Operações cambiais e instrumentos derivados	27.822.340	-	-
Responsabilidades por prestação de serviços	11.504	112.860	6.359.254

As transações realizadas com entidades relacionadas são decorrentes do negócio normal e realizadas em condições de mercado.

## **ÓRGÃOS SOCIAIS**

### **Conselho de Administração**

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os adiantamentos ou créditos concedidos aos membros dos órgãos sociais, considerados o pessoal chave da gerência do Banco, ascenderam a 1.069 milhares de euros e 945 milhares de euros, respetivamente. Os depósitos dos membros dos órgãos sociais foram atribuídos em condições de mercado. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as remunerações fixas e variáveis totalizaram 6.563 milhares de euros e 4.684 milhares de euros, respetivamente.

Relativamente aos benefícios pós-emprego, os membros do Conselho de Administração que têm vínculo laboral ao Banco estão integrados no plano de pensões do Acordo Coletivo de Trabalho para o setor bancário subscrito pelo Banco. As condições gerais deste plano encontram-se descritas na Nota 1.3. j).

Em Assembleia Geral de Acionistas do Banco de 30 de maio de 2007, foi aprovado o “Regulamento de atribuição complementar de reforma, por velhice ou invalidez”, aos membros executivos do Conselho de Administração do ex-totta que transitaram para membros executivos (comissão executiva) do Conselho de Administração do Banco em linha com o previamente definido no regulamento do ex-totta. Os membros do Conselho de Administração, cujo tempo de desempenho no cargo seja de pelo menos quinze anos consecutivos ou interpolados, terão direito a um complemento de reforma correspondente a 80% do vencimento anual bruto. Quando o desempenho do cargo for inferior a quinze anos, a fixação do montante do complemento de pensão de reforma será determinado pela comissão de vencimentos. Para este universo, atualmente está definido que o complemento de pensão de reforma será de 65% do vencimento bruto anual, para desempenhos iguais ou superiores a dez anos e 75% do vencimento bruto anual, para desempenhos iguais ou superiores a doze anos. Este plano de pensões de benefício definido é um plano complementar e dependente do regime geral da Segurança Social.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as responsabilidades com este plano ascendiam a 14.268 milhares de euros e 14.201 milhares de euros, respetivamente, e encontravam-se cobertas por uma provisão do mesmo montante registada na rubrica “Provisões – Pensões e outras obrigações de benefício definido pós - emprego”.

No que se refere aos benefícios de cessação de emprego, conforme previsto no Código das Sociedades Comerciais, sempre que, por vontade do Banco, o mandato de um membro dos órgãos sociais seja cessado antecipadamente, este reembolsará o membro do órgão social pelas remunerações futuras a que o mesmo tenha direito até ao fim do seu mandato.

39. DIVULGAÇÕES NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO DAS NORMAS IFRS 7 E IFRS 13**Justo Valor**

O quadro seguinte resume, para cada grupo de ativos e passivos financeiros, os seus justos valores com referência a 31 de dezembro de 2021 e 2020:

	31-12-2021			
	Justo valor	Custo amortizado	Valor contabilístico	Justo valor
<b>Ativo</b>				
Caixa, saldos de caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem	-	8.718.528	8.718.528	8.710.812
Ativos financeiros detidos para negociação	579.220	-	579.220	579.220
Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente contabilizados pelo justo valor através dos resultados	3.194.784	-	3.194.784	3.194.784
Ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral	6.102.774	-	6.102.774	6.102.774
Ativos financeiros pelo custo amortizado	-	40.383.981	40.383.981	40.163.209
Derivados - Contabilidade de cobertura	7.447	-	7.447	7.447
	<u>9.884.225</u>	<u>49.102.509</u>	<u>58.986.734</u>	<u>58.758.246</u>
<b>Passivo</b>				
Passivos financeiros detidos para negociação	571.183	-	571.183	571.183
Passivos financeiros contabilizados pelo justo valor através dos resultados	3.343.853	-	3.343.853	3.343.853
Passivos financeiros contabilizados pelo custo amortizado				
Depósitos		46.216.138	46.216.138	46.166.243
Títulos de dívida emitidos	-	3.180.165	3.180.165	3.282.872
Outros passivos financeiros	-	222.063	222.063	222.063
Derivados - Contabilidade de cobertura	294.108	-	294.108	294.108
Provisões técnicas	-	676.916	676.916	676.916
	<u>4.209.144</u>	<u>50.295.282</u>	<u>54.504.426</u>	<u>54.557.238</u>
<b>31-12-2020</b>				
	Justo valor	Custo amortizado	Valor contabilístico	Justo valor
<b>Ativo</b>				
Caixa, saldos de caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem	-	4.543.652	4.543.652	4.634.092
Ativos financeiros detidos para negociação	901.010	-	901.010	901.010
Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente contabilizados pelo justo valor através dos resultados	3.195.742	-	3.195.742	3.195.742
Ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral	8.457.676	-	8.457.676	8.457.676
Ativos financeiros pelo custo amortizado	-	39.833.021	39.833.021	39.995.996
Derivados - Contabilidade de cobertura	23.719	-	23.719	23.719
	<u>12.578.147</u>	<u>44.376.673</u>	<u>56.954.820</u>	<u>57.208.235</u>
<b>Passivo</b>				
Passivos financeiros detidos para negociação	920.602	-	920.602	920.602
Passivos financeiros contabilizados pelo justo valor através dos resultados	3.261.337	-	3.261.337	3.261.337
Passivos financeiros contabilizados pelo custo amortizado				
Depósitos	-	44.280.137	44.280.137	44.204.245
Títulos de dívida emitidos	-	2.560.585	2.560.585	2.711.614
Outros passivos financeiros	-	212.142	212.142	212.142
Derivados - Contabilidade de cobertura	522.283	-	522.283	522.283
Provisões técnicas	-	710.959	710.959	708.121
	<u>4.704.222</u>	<u>47.763.823</u>	<u>52.468.045</u>	<u>52.540.344</u>

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o valor contabilístico dos instrumentos financeiros mensurados ao justo valor, apresentava o seguinte detalhe por metodologia de valorização:

	31-12-2021			
	Metodologia de apuramento do justo valor			
	Cotações em mercado activo (Nível 1)	Outras técnicas de valorização (Nível 2)	(Nível 3)	Total
<b>Ativo</b>				
Ativos financeiros detidos para negociação	-	553.986	25.234	579.220
Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente contabilizados pelo justo valor através dos resultados	3.094.608	-	100.176	3.194.784
Ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral	966.607	5.062.369	73.798	6.102.774
Derivados - Contabilidade de cobertura	-	7.447	-	7.447
	<u>4.061.215</u>	<u>5.623.802</u>	<u>199.208</u>	<u>9.884.225</u>
<b>Passivo</b>				
Passivos financeiros detidos para negociação	-	540.008	31.175	571.183
Passivos financeiros contabilizados pelo justo valor através dos resultados	-	3.343.853	-	3.343.853
Derivados - Contabilidade de cobertura	-	294.108	-	294.108
	<u>-</u>	<u>4.177.969</u>	<u>31.175</u>	<u>4.209.144</u>
	31-12-2020			
	Metodologia de apuramento do justo valor			
	Cotações em mercado activo (Nível 1)	Outras técnicas de valorização (Nível 2)	(Nível 3)	Total
<b>Ativo</b>				
Ativos financeiros detidos para negociação	-	873.838	27.172	901.010
Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente contabilizados pelo justo valor através dos resultados	3.059.317	-	136.425	3.195.742
Ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral	3.081.570	5.301.827	74.279	8.457.676
Derivados - Contabilidade de cobertura	-	23.719	-	23.719
	<u>6.140.887</u>	<u>6.199.384</u>	<u>237.876</u>	<u>12.578.147</u>
<b>Passivo</b>				
Passivos financeiros detidos para negociação	-	890.625	29.977	920.602
Passivos financeiros contabilizados pelo justo valor através dos resultados	-	3.261.337	-	3.261.337
Derivados - Contabilidade de cobertura	-	522.283	-	522.283
	<u>-</u>	<u>4.674.245</u>	<u>29.977</u>	<u>4.704.222</u>

Para apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros, os métodos de valorização utilizados consistiram na obtenção de cotações em mercados ativos ou em outras técnicas de valorização, nomeadamente através de atualização de fluxos de caixa futuros.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o valor contabilístico dos instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, apresentava o seguinte detalhe por metodologia de valorização:

	31-12-2021			
	Metodologia de apuramento do justo valor			
	Cotações em mercado ativo (Nível 1)	Outras técnicas de valorização (Nível 2)	(Nível 3)	Total
<b>Ativo</b>				
Caixa, saldos de caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem	-	8.710.812	-	8.710.812
Ativos financeiros pelo custo amortizado	-	355.177	39.808.032	40.163.209
	-	9.065.989	39.808.032	48.874.021
<b>Passivo</b>				
Passivos financeiros contabilizados pelo custo amortizado				
Depósitos	-	7.753.321	38.412.922	46.166.243
Títulos de dívida emitidos	-	2.238.955	1.043.917	3.282.872
Outros passivos financeiros	-	-	222.063	222.063
Provisões técnicas	-	-	676.916	676.916
	-	9.992.276	40.355.818	50.348.094
<b>31-12-2020</b>				
Metodologia de apuramento do justo valor				
	Cotações em mercado ativo (Nível 1)	Outras técnicas de valorização (Nível 2)	(Nível 3)	Total
<b>Ativo</b>				
Caixa, saldos de caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem	-	4.634.092	-	4.634.092
Ativos financeiros pelo custo amortizado	-	3.742.908	36.253.088	39.995.996
	-	8.377.000	36.253.088	44.630.088
<b>Passivo</b>				
Passivos financeiros contabilizados pelo custo amortizado				
Depósitos	-	8.303.367	35.900.878	44.204.245
Títulos de dívida emitidos	-	2.089.334	622.280	2.711.614
Outros passivos financeiros	-	-	212.142	212.142
Provisões técnicas	-	-	708.121	708.121
	-	10.392.701	37.443.421	47.836.122

Para apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, os métodos de valorização utilizados consistiram na atualização de fluxos de caixa futuros.

A valorização ao justo valor dos ativos e passivos financeiros do Grupo compreende três níveis nos termos da IFRS 7 e da IFRS 13:

- Nível 1 – Instrumentos financeiros registados a justo valor com base em cotações publicadas em mercados ativos, compreendendo maioritariamente dívida pública e alguma dívida privada.

- Nível 2 – Instrumentos financeiros registados a justo valor mediante a utilização de preços transacionados em mercado que não estão ativos ou para as quais é necessário utilizar modelos ou técnicas de avaliação com inputs que podem ser observados no mercado, quer de forma direta (como os preços) quer indireta (derivadas dos preços). Nesta categoria estão incluídos alguns títulos da carteira de outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral mensurados com *bids* indicativos de mercado ou com base em modelos de valorização internos e os instrumentos financeiros derivados de cobertura e de negociação. De salientar que os modelos de valorização internos utilizados correspondem maioritariamente a modelos de atualização de *cash flows* futuros e a metodologias de valorização baseadas no modelo “*Black-Scholes*” para as opções e produtos estruturados. Os modelos de atualização de *cash flows* futuros (“método do valor presente”) atualizam os fluxos contratuais futuros utilizando as curvas de taxa de juro de cada moeda observáveis em mercado, adicionadas do *spread* de crédito do emitente ou da entidade com *rating* similar.

Para os instrumentos financeiros derivados, são apresentadas de seguida as principais técnicas de valorização:

Instrumento financeiro derivado	Principais técnicas de valorização
Forwards	Método do valor presente
Swaps de taxa de juro	Método do valor presente
Swaps de divisas	Método do valor presente
Swaps sobre cotações	Método do valor presente
Opções de moeda	Modelo Black-Scholes, Modelo Monte Carlo
Opções sobre cotações	Modelo Black-Scholes, Modelo Heston
Opções de taxa de juro	Modelo Black-Scholes, Modelo Heath-Jarrow-Morton
Opções - outras	Modelo Black-Scholes, Modelo Monte Carlo, Modelo Heath-Jarrow-Morton
Caps/Floors	Modelo Black-Scholes, Modelo Monte Carlo, Modelo Heath-Jarrow-Morton

O Grupo procede ao cálculo do “*Credit Value Adjustment*” (CVA) e do “*Debit Value Adjustment*” (DVA) para os instrumentos financeiros derivados de ativos financeiros detidos para negociação e derivados de cobertura numa ótica de exposição agregada por contraparte. Nesta é simulada a evolução da exposição conjunta de todos os derivados, com determinada contraparte, através de processos estocásticos. Esta evolução é agrupada em prazos temporais que representam as exposições esperadas futuras positivas e negativas (*Positive and Negative Expected Future Exposures*). A estas exposições é aplicado um fator de perda esperada e o fator de desconto do prazo respetivo. O CVA e DVA apurados para cada contraparte resultam então do somatório das perdas esperadas em cada prazo.

Adicionalmente, para efeitos de apuramento dos *Credit Value Adjustments* e dos *Debit Value Adjustments* aos instrumentos financeiros derivados, foram utilizados os seguintes *inputs*:

- Contrapartes com *credit default swaps* cotados – Cotações publicadas em mercados ativos;
- Contrapartes sem *credit default swaps* cotados;
- Cotações publicadas em mercados ativos para contrapartes com risco similar; ou
  - Probabilidade de default apurada tendo em conta o *rating* interno atribuído ao cliente (ver secção risco de crédito deste anexo) x *loss given default* (específica para clientes de *project finance* e 60% para outros clientes).



- Nível 3 – O Grupo classifica neste nível os instrumentos financeiros que são mensurados através de modelos internos com alguns *inputs* que não correspondem a dados observáveis de mercado. Nesta categoria foram classificados, nomeadamente, títulos não cotados em mercados ativos para os quais o Grupo utiliza extrapolações de dados de mercado e os derivados efetuados no âmbito das operações de titularização.

Os principais pressupostos utilizados no apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros registados ao custo amortizado, por tipo de instrumento financeiro, foram os seguintes:

- Os cash flows futuros das aplicações e recursos de instituições de crédito foram descontados utilizando as curvas de taxas de juro para o mercado monetário;
- Para efeitos do desconto dos fluxos futuros da carteira de crédito a clientes, o justo valor do crédito concedido foi determinado tendo em consideração o spread médio da produção efetuada no último trimestre do ano;
- Para os depósitos à ordem de clientes foi considerado que o justo valor era igual ao valor de balanço;
- No caso das responsabilidades representadas por títulos, foi efetuado o desconto dos cash flows futuros considerando as condições de mercado exigíveis para emissões semelhantes no final do ano;
- No caso dos passivos subordinados, para desconto dos cash flows futuros, foram consideradas taxas de juro de mercado praticadas em emissões semelhantes.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o movimento ocorrido nos instrumentos financeiros classificados no Nível 3 foi como segue:

	Ativos financeiros detidos negociação	Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente contabilizados pelo justo valor através de resultados	Ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral
Em 31 de dezembro de 2019	-	145.438	74.840
Aquisições	-	3.727	5.117
Alienações	-	(3.160)	(4.713)
Reembolsos	-	(7.318)	(725)
Alterações de justo valor	27.172	(2.263)	(315)
Imparidade reconhecida no exercício	-	-	75
Em 31 de dezembro de 2020	27.172	136.425	74.279
Aquisições	-	498	3.002
Alienações	-	(90)	(1.407)
Reembolsos	-	(37.852)	(6.298)
Alterações de justo valor	(1.938)	1.195	4.222
Imparidade reconhecida no exercício	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2021	25.234	100.176	73.798



### Cobertura de fluxos de caixa

Os períodos esperados para ocorrência dos *cash flows* que afetarão os resultados do período apresentam o seguinte detalhe:

	31-12-2021					Total
	Até 3 meses	De 3 meses e seis meses	De 6 meses e 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Mais de 3 anos	
Swaps taxa de juro	4.434	9.686	21.387	(33.986)	-	1.521

	31-12-2020					Total
	Até 3 meses	De 3 meses e seis meses	De 6 meses e 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Mais de 3 anos	
Swaps taxa de juro	4.027	4.157	14.722	-	-	22.906

Os ganhos e perdas reconhecidos nas demonstrações dos resultados nos exercícios de 2021 e 2020, com operações de cobertura de justo valor, apresentavam o seguinte detalhe:

	31-12-2021			31-12-2020		
	Elemento Coberto	Instrumento de cobertura	Liquido	Elemento Coberto	Instrumento de cobertura	Liquido
	Ativos financeiros pelo custo amortizado	(51.357)	51.357	-	(161.976)	161.976
Ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral	(120.832)	120.832	-	364.084	(364.084)	-
Passivos financeiros contabilizados pelo custo amortizado						
Depósitos- clientes	186	(186)	-	133	(133)	-
Títulos de dívida emitidos	149	(149)	-	(97)	97	-
	(171.854)	171.854	-	202.144	(202.144)	-

## **GESTÃO DE RISCOS**

### **RISCO DE CRÉDITO**

A gestão do risco de crédito no Grupo abrange a identificação, medição, integração e avaliação das diferentes exposições creditícias e a análise da sua rentabilidade ajustada ao risco respetivo, tanto numa perspetiva global, como dentro de cada área de atividade.

A gestão do risco de crédito é assegurada por um órgão independente, a Área de Riscos, que é responsável nomeadamente pela gestão do sistema de vigilância especial de clientes, pela segmentação do risco de crédito em função das características dos clientes e dos produtos, e pelos sistemas de *scoring* (aplicáveis a operações de crédito à habitação, crédito ao consumo e cartões de crédito e negócios) e *rating* utilizados no Grupo.

O risco de contraparte consiste no risco de crédito latente em transações nos mercados financeiros correspondendo à possibilidade de incumprimento pelas contrapartes dos termos contratados e subsequente ocorrência de perdas financeiras para o Grupo. Os tipos de transações abrangidas incluem a compra e venda de títulos, a contratação de operações de venda com acordo de recompra, empréstimos de títulos e instrumentos derivados. Tendo em conta a elevada complexidade e volume de transações, bem como os requisitos necessários para um adequado controlo dos riscos consolidados em determinados segmentos de clientes, o perímetro de controlo é definido de acordo com os segmentos abrangidos.

O controlo destes riscos é efetuado numa base diária de acordo com um sistema integrado que permite o registo dos limites aprovados, a atualização de posições em tempo real, e que providencia a informação de disponibilidade de limites e exposição agregada, também em tempo real, para os diferentes produtos e maturidades. O sistema permite ainda que seja controlada de forma transversal (a diversos níveis) a concentração de riscos por grupos de clientes/contrapartes.

O risco em posições de derivados (denominado Risco Equivalente de Crédito) é calculado como correspondendo à soma do valor presente de cada contrato (ou custo atual de substituição) com o respetivo Risco Potencial, componente que reflete uma estimativa do valor máximo esperado até ao vencimento, consoante as volatilidades dos fatores de mercado subjacentes e a estrutura de fluxos contratada. O risco de crédito em posições de derivados é capturada através do apuramento do CVA/DVA.

Para determinados segmentos de clientes (nomeadamente clientes corporativos globais) destaca-se a implementação de limites por capital económico, incorporando no controlo quantitativo as variáveis associadas à qualidade creditícia de cada contraparte.

As análises de risco para clientes ou grupos económicos onde o Grupo tem uma exposição superior a 500.000 euros são efetuadas por analistas de riscos que acompanham os clientes e suportadas por modelos de *rating* desenvolvidos pelo Grupo e aprovados pelas entidades reguladoras. Estes modelos são de elaboração obrigatória. A atribuição de vários níveis de *rating* interno, que variam de 1,0 a 9,3, tem subjacente o grau de risco inerente ao cliente e uma probabilidade de *default* a um ano que o Grupo monitoriza e calibra de forma constante e regular.

Em termos concretos o *rating* é determinado pela análise dos seguintes fatores, aos quais são atribuídos uma classificação de 1,0 (mínimo) a 9,3 (máximo), de acordo com a seguinte ponderação:

<u>Apartado</u>	<u>Ponderadores</u>
. Procura/Mercado;	20%
. Sócios/Gestão;	15%
. Acesso ao crédito;	10%
. Rentabilidade;	15%
. Geração de fluxos;	25%
. Solvência.	15%

O *rating* é calculado pelos analistas, tendo como suporte informação fornecida pelo cliente, informação geral sobre o setor e bases de dados externas. O *rating* final é introduzido em cada uma das áreas de valoração no sistema informático do Grupo.

Desta forma, o sistema de *rating* interno do Grupo pode ser interpretado da seguinte forma:

*Rating* 1,0 – 3,9: Cliente com probabilidade de *default* elevada;  
*Rating* 4,0 – 6,0: Cliente com probabilidade de *default* moderada;  
*Rating* 6,1 – 9,3: Cliente com probabilidade de *default* reduzida.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a exposição máxima ao risco de crédito e o respetivo valor de balanço dos instrumentos financeiros apresentava o seguinte detalhe:

	31-12-2021		31-12-2020	
	Valor de balanço	Exposição máxima	Valor de balanço	Exposição máxima
Caixa, saldos de caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem	8.718.528	8.718.528	4.543.652	4.543.652
Ativos financeiros detidos para negociação	579.220	579.220	901.010	901.010
Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente contabilizados pelo justo valor através dos resultados	3.194.784	3.194.784	3.195.742	3.195.742
Ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral	6.102.774	6.102.774	8.457.676	8.457.676
Ativos financeiros pelo custo amortizado	40.383.981	47.318.842	39.833.021	46.846.166
Derivados - Contabilidade de cobertura	7.447	7.447	23.719	23.719
Investimentos em filiais, empreendimentos conjuntos e associadas	108.235	108.235	131.136	131.136
	<u>59.094.969</u>	<u>66.029.830</u>	<u>57.085.956</u>	<u>64.099.101</u>
Garantias prestadas (Nota 24)				
Garantias e avals financeiras	330.997	330.997	648.253	648.253
Garantias e avals não financeiras	1.346.113	1.346.113	964.490	964.490
Créditos documentários abertos	315.004	315.004	363.131	363.131
	<u>1.992.114</u>	<u>1.992.114</u>	<u>1.975.874</u>	<u>1.975.874</u>

A exposição máxima em "Ativos financeiros pelo custo amortizado" em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é a seguinte:

	31-12-2021	31-12-2020
Valor de balanço	40.383.981	39.833.021
Outros compromissos concedidos (Nota 24):		
Revogáveis	6.368.873	6.063.686
Irrevogáveis	565.988	949.459
Exposição máxima	<u>47.318.842</u>	<u>46.846.166</u>

#### Perdas por imparidade

O cálculo da Expected Credit Loss (ECL) incorpora uma perspetiva *Forward Looking* através da inclusão de cenários macroeconómicos (otimista, base e ácido) nos modelos de PD e LGD aplicando-se a cada cenário determinada probabilidade de ocorrência. Os cenários espelham o comportamento de variáveis macroeconómicas utilizadas nos modelos de *stress*, como o PIB, a taxa de desemprego, o índice de preços da habitação (HPI), taxas Euribor, inflação, entre outras, sendo atualizados pelo menos uma vez por ano.

Para efeito de análise de sensibilidade, é assumida uma ponderação de 100% nos cenários extremos. Em cenário ácido a 100% o impacto na imparidade seria de +77,1 milhões de euros, em cenário otimista a 100% de -43 milhões de euros, o que representa um impacto sobre o total das imparidades registadas no fecho de 2021 de +7.3% e -4% respetivamente.

Os impactos nas carteiras são diferentes devido às sensibilidades de cada uma das carteiras a variáveis macroeconómicas específicas, por exemplo, a carteira de crédito à habitação é altamente sensível ao índice de preços habitação, tal como as carteiras de negócios ou encarteiradas são sensíveis à evolução do PIB, do desemprego, da inflação ou da *Yield Bond 10y*.

Em cenário ácido 100% considera-se que o contexto macroeconómico continua envolto em fatores de incerteza que poderão ter impacto futuro no cálculo da ECL, podendo dar-se um acréscimo de volatilidade, nomeadamente, com alterações de previsões de variáveis macroeconómicas, a incerteza da longevidade da pandemia de COVID-19, maior pressão sobre a eficácia das políticas monetárias do Banco Central Europeu, bem como as medidas tomadas a nível do governo ou outras medidas de apoio. Este cenário considera o aumento das pressões inflacionistas, a subida das taxas de juro, condiciona a evolução dos preços habitação, debilita a evolução do mercado de trabalho, fatores que penalizam a expansão da economia e a dinâmica de recuperação, traduzindo-se num agravamento da imparidade em carteiras como crédito à habitação, negócios ou encarteiradas, o que se encontra espelhado nos montantes supra referidos.

Em cenário otimista 100% considera-se que na definição das suas políticas monetárias, a autoridade monetária (BCE) controla quer o custo dos empréstimos de curtíssimo prazo quer a base monetária, procurando garantir a estabilidade de preços, visando uma taxa de inflação ou taxa de juro, gerando confiança na moeda, contribuindo para a estabilidade do PIB, para a manutenção de níveis de desemprego baixos e taxas de câmbio previsíveis, fatores que contribuem para uma redução da imparidade em carteiras como crédito à habitação, negócios ou encarteiradas.

Em 31 de dezembro de 2021, a concentração por sector de atividade para a carteira de empréstimos e adiantamentos ao custo amortizado, é a seguinte:

Setor de atividade	31-12-2021			
	Valor Bruto	Imparidade	Valor balanço	% Concentração
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	280.236	(6.514)	273.722	0,72%
Indústrias Extractivas	25.361	(1.989)	23.372	0,06%
Indústrias Transformadoras	2.120.772	(98.386)	2.022.386	5,33%
Electricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	529.094	(285)	528.809	1,39%
Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento gestão de resíduos e despoluição	68.640	(1.822)	66.818	0,18%
Construção	958.136	(75.050)	883.086	2,33%
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	1.964.401	(75.372)	1.889.029	4,98%
Transportes e armazenagem	608.178	(29.125)	579.053	1,53%
Alojamento, restauração e similares	1.362.541	(81.132)	1.281.409	3,38%
Actividades de informação e de comunicação	108.576	(3.020)	105.556	0,28%
Actividades Imobiliárias	1.319.954	(59.015)	1.260.939	3,32%
Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	692.043	(25.701)	666.342	1,76%
Actividades administrativas e dos serviços de apoio	378.102	(37.701)	340.401	0,90%
Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória	2.582	(14)	2.568	0,01%
Educação	71.749	(1.244)	70.505	0,19%
Actividades de saúde humana e apoio social	272.813	(3.621)	269.192	0,71%
Actividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	91.335	(12.237)	79.098	0,21%
Outras Actividades de serviços	645.268	(134.642)	510.626	1,35%
Empréstimos e adiantamentos- Instituições financeiras	911.306	(836)	910.470	2,40%
Empréstimos e adiantamentos- Sector público	1.215.593	(10.292)	1.205.301	3,18%
Particulares-empréstimos caucionados por imóveis	21.839.928	(219.768)	21.620.160	56,99%
Particulares- Outros	2.473.137	(136.790)	2.336.347	6,16%
	<b>37.939.745</b>	<b>(1.014.556)</b>	<b>36.925.189</b>	<b>100,00%</b>

De acordo com os requisitos definidos na instrução nº 4/2018 do Banco de Portugal, o Grupo passou a publicar as "exposições não produtivas" (*Non Performing Exposures*) e as "exposições diferidas" (*Forborne exposures*).

Neste sentido em 31 de dezembro de 2021 e 2020 as exposições produtivas e não produtivas apresentam o seguinte detalhe:

	31-12-2021			31-12-2020		
	Valor bruto	Imparidade	Cobertura	Valor bruto	Imparidade	Cobertura
Exposições produtivas	40.145.464	(346.495)	0,9%	39.447.649	(256.290)	0,6%
Exposições não produtivas						
. Particulares	383.618	(198.428)	51,7%	408.592	(210.498)	51,5%
. Empresas	875.077	(475.255)	54,3%	982.377	(538.809)	54,8%
	1.258.695	(673.683)		1.390.969	(749.307)	
	41.404.159	(1.020.178)		40.838.618	(1.005.597)	

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o grau de cobertura das exposições não produtivas líquidas de imparidade por garantias reais apresentava a seguinte composição:

	31-12-2021			31-12-2020		
	Valor de balanço	Colaterais	Cobertura	Valor de balanço	Colaterais	Cobertura
Exposições não produtivas						
. Particulares	185.190	144.819	78,2%	198.094	180.684	91,2%
. Empresas	399.822	266.368	66,6%	443.568	314.480	70,9%
	585.012	411.187		641.662	495.164	

### Exposições diferidas

De acordo com a Instrução nº 04/2018 do Banco de Portugal as instituições devem proceder à identificação e marcação, nos respetivos sistemas de informação, dos contratos de crédito de um cliente em situação de dificuldades financeiras, sempre que se verifiquem modificações aos termos e condições desses contratos (nomeadamente, alargamento do prazo de reembolso, introdução de períodos de carência, capitalização de juros, redução das taxas de juro, perdão de juros ou capital) ou a instituição contrate novas facilidades de crédito para liquidação (total ou parcial) do serviço de dívida existente.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 as exposições diferidas tem o seguinte detalhe:

	31-12-2021			31-12-2020		
	Valor bruto	Imparidade	Cobertura	Valor bruto	Imparidade	Cobertura
Exposições produtivas	487.720	(45.137)	9,3%	446.717	(19.038)	4,3%
Exposições não produtivas						
. Particulares	203.245	(90.033)	44,3%	255.007	(101.886)	40,0%
. Empresas	622.120	(324.329)	52,1%	738.656	(378.467)	51,2%
	825.365	(414.362)		993.663	(480.353)	
	1.313.085	(459.499)		1.440.380	(499.391)	

Os movimentos ocorridos durante o exercício de 2021 nas exposições diferidas foi o seguinte:

	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.440.380	499.391	940.989
Entradas no período	224.514	42.403	182.111
Amortizações de dívida	(194.359)	(55.549)	(138.810)
Curas	(116.045)	(8.946)	(107.099)
Vendas de carteira	(46.131)	(31.374)	(14.757)
Outras variações	4.726	13.574	(8.848)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	<u>1.313.085</u>	<u>459.499</u>	<u>853.586</u>

#### Ativos onerados

De acordo com os requisitos definidos na Instrução nº 28/2014, de 15 de janeiro de 2015, do Banco de Portugal, o Banco apresenta de seguida informação relativamente aos ativos onerados. Considera-se um ativo onerado, um ativo explícita ou implicitamente constituído como garantia ou sujeito a um acordo para garantir, colateralizar ou melhorar a qualidade de crédito em qualquer operação da qual não possa ser livremente retirado.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a composição dos ativos onerados e não onerados é a seguinte:

	2021			
	Quantia escriturada dos ativos onerados	Justo valor dos ativos onerados	Quantia escriturada dos ativos não onerados	Justo valor dos ativos não onerados
<b>Ativos</b>				
Depósitos à ordem em bancos centrais e outros depósitos à ordem em instituições de crédito	-	-	8.377.230	-
Instrumentos de capital	-	-	1.255.221	1.255.221
Títulos de dívida	1.703.462	1.674.830	6.818.365	6.727.188
Empréstimos e adiantamentos	11.945.772	-	27.958.719	-
Outros ativos	-	-	2.126.845	-
	<u>13.649.234</u>	<u>1.674.830</u>	<u>46.536.380</u>	<u>7.982.409</u>
	2020			
	Quantia escriturada dos ativos onerados	Justo valor dos ativos onerados	Quantia escriturada dos ativos não onerados	Justo valor dos ativos não onerados
<b>Ativos</b>				
Depósitos à ordem em bancos centrais e outros depósitos à ordem em instituições de crédito	-	-	4.207.531	-
Instrumentos de capital	-	-	889.846	889.846
Títulos de dívida	2.695.331	2.662.814	8.893.389	5.950.394
Empréstimos e adiantamentos	11.550.890	-	27.456.983	-
Outros ativos	-	-	2.636.493	-
	<u>14.246.221</u>	<u>2.662.814</u>	<u>44.084.242</u>	<u>6.840.240</u>



Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os passivos associados a ativos onerados e os colaterais recebidos são os seguintes:

	2021	
	Passivos associados, passivos contingentes e títulos emprestados	Ativos, colateral recebido e títulos de dívida própria emitidos que não <i>covered</i> <i>bonds</i> próprias ou ABS onerados
Quantia escriturada dos passivos financeiros	7.401.288	9.871.616
Outros	631.752	523.924
	<b>8.033.040</b>	<b>10.395.540</b>
	2020	
	Passivos associados, passivos contingentes e títulos emprestados	Ativos, colateral recebido e títulos de dívida própria emitidos que não <i>covered</i> <i>bonds</i> próprias ou ABS onerados
Quantia escriturada dos passivos financeiros	8.037.903	10.230.399
Outros	212.476	287.687
	<b>8.250.379</b>	<b>10.518.086</b>

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 as principais rubricas do ativo apresentavam o seguinte detalhe por rating externo (rating interno para o crédito concedido), de acordo com a notação atribuída pela Standard & Poor's:

	31-12-2021	31-12-2020
<b>Caixa, saldos de caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem</b>		
<b>Caixa, saldos de caixa em bancos centrais</b>		
Rating S&P		
AAA+ /AAA /AAA-	8.141.015	3.932.058
Não sujeito	341.298	336.121
	<u>8.482.313</u>	<u>4.268.179</u>
<b>Outros depósitos à ordem</b>		
Rating S&P		
A+ /A /A-	113.849	83.442
AA+ /AA /AA-	28.160	21.199
BBB+ / BBB / BBB-	72.885	11.598
BB+ / BB / BB-	1.112	1.039
CCC+ /CCC /CCC-	1.150	-
Sem rating externo	19.059	158.195
	<u>236.215</u>	<u>275.473</u>
	<u>8.718.528</u>	<u>4.543.652</u>
<b>Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente pelo justo valor através dos resultados</b>		
Rating S&P		
A+ / A / A-	143.818	200.634
AA+ / AA / AA-	23.588	14.252
AAA+ / AAA / AAA-	8.340	550
B+ / B / B-	-	440
BB+ / BB / BB-	46.938	117.573
BBB+ / BBB / BBB-	1.769.214	1.989.636
C+ / C / C-	-	10
CC+ /CC / CC-	18	-
CCC+ / CCC / CCC-	-	113
Sem rating externo	20.300	55.456
	<u>2.012.216</u>	<u>2.378.664</u>
<b>Ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral</b>		
Rating S&P		
A+ /A /A-	16.056	39.357
AA+ / AA / AA-	18.209	17.636
AAA+ / AAA / AAA-	3.822	3.998
BB+ / BB / BB-	5.257	637
BBB+ / BBB / BBB-	5.955.604	8.309.827
Sem rating externo	31.225	13.467
	<u>6.030.173</u>	<u>8.384.922</u>

	31-12-2021	31-12-2020
<b>Ativos financeiros pelo custo amortizado</b>		
<b>Títulos de dívida</b>		
Rating S&P		
AA+ /AA /AA-	26.264	-
AAA+ /AAA /AAA-	50	-
BBB+ / BBB / BBB-	-	658.175
Sem rating externo	3.438.100	3.318.189
dos quais com rating interno:		
Risco de crédito reduzido	2.403.713	1.870.170
Risco de crédito médio	896.071	1.142.039
Risco de crédito alto	13.510	19.720
	<u>3.464.414</u>	<u>3.976.364</u>
<b>Empréstimos e adiantamentos - Instituições de crédito</b>		
Rating S&P		
A+ /A /A-	122	-
B+ / B / B-	1.275	190
BB+ / BB / BB-	-	343
BBB+ / BBB / BBB-	16.796	3.031
CCC+ / CCC / CCC-	1.247	-
Sem rating externo	11.147	16.732
	<u>30.587</u>	<u>20.296</u>
<b>Empréstimos e adiantamentos - Crédito concedido e outros saldos a receber</b>		
Rating interno		
Risco de crédito reduzido	28.972.321	27.697.277
Risco de crédito médio	5.646.379	6.021.564
Risco de crédito alto	1.612.541	1.782.456
Sem rating	1.677.917	1.340.661
	<u>37.909.158</u>	<u>36.841.958</u>
	<u>37.939.745</u>	<u>36.862.254</u>

Para os casos em que o *rating* da agência Standard & Poor's não estava disponível, foram apresentados os *ratings* divulgados pelas agências Moody's ou Fitch.

### **RISCO DE LIQUIDEZ**

A política de gestão de liquidez do balanço é decidida no órgão de 1º nível da estrutura organizacional responsável pelo *Asset and Liability Management (ALM)*, o Comité de Ativos e Passivos (ALCO), presidido pelo Presidente da Comissão Executiva, que integra os administradores responsáveis pelas áreas Financeira, Tesouraria e Comercial. As reuniões do Comité têm periodicidade mensal e nelas são analisados os riscos do balanço e decididas as opções estratégicas.

Para a área de ALM são definidos os seguintes limites de gestão de balanço:

- Limites orientados para o controlo do risco de taxa de juro, nomeadamente, a sensibilidade da margem financeira (NIM) e a sensibilidade do valor patrimonial (MVE) a variações não esperadas da taxa de juro; e
- Limites orientados para o controlo do risco de liquidez através dos indicadores, coeficiente de liquidez e iliquidez líquida acumulada.

A política de financiamento do Grupo considera a evolução dos agregados do balanço, a situação estrutural dos prazos de vencimento de ativos e passivos, o nível de endividamento líquido interbancário face às linhas disponíveis, a dispersão dos vencimentos e a minimização dos custos associados à atividade de *funding*.

De referir que não é realizada pelo Grupo qualquer análise de risco de liquidez para os instrumentos financeiros de negociação (*trading*).

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os *cash flows* previsionais (não descontados) dos instrumentos financeiros, de acordo com a respetiva maturidade contratual, apresentavam o seguinte detalhe:

	31-12-2021								
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a um ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Derivados	Total
<b>Ativo</b>									
Caixa, saldos de caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem	577.513	-	-	-	8.141.015	-	-	-	8.718.528
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-	-	579.220	579.220
Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente contabilizados pelo justo valor através dos resultados	-	62.991	74.960	339.247	612.664	830.584	1.255.630	-	3.176.076
Ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral	2	81.157	135.045	449.957	2.256.231	3.164.406	72.986	-	6.159.784
Ativos financeiros pelo custo amortizado	550.603	2.340.792	4.947.722	9.649.572	8.090.391	18.552.539	-	-	44.131.620
Derivados - Contabilidade de cobertura	-	-	-	-	-	-	-	7.447	7.447
Investimentos em filiais, empreendimentos conjuntos e associadas	-	-	-	-	-	-	108.235	-	108.235
	<u>1.128.119</u>	<u>2.484.940</u>	<u>5.157.727</u>	<u>10.438.776</u>	<u>19.100.301</u>	<u>22.547.529</u>	<u>1.436.851</u>	<u>586.667</u>	<u>62.880.910</u>
<b>Passivo</b>									
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-	-	571.183	571.183
Passivos financeiros contabilizados pelo justo valor através dos resultados	3.343.853	-	-	-	-	-	-	-	3.343.853
Passivos financeiros contabilizados pelo custo amortizado	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Depósitos - bancos centrais	8.987	-	-	7.264.073	-	-	-	-	7.273.060
Depósitos - instituições de crédito	338.407	53.081	1.766	30	-	-	-	-	393.283
Depósitos - clientes e outros empréstimos	23.882.500	6.249.531	6.154.921	1.114.331	900.163	26.916	-	-	38.328.362
Títulos de dívida emitidos	-	43.924	153.061	1.369.534	617.492	1.333.772	-	-	3.517.782
Derivados - Contabilidade de cobertura	-	-	-	-	-	-	-	294.108	294.108
Provisões técnicas	87.349	364.504	14.711	27.432	21.657	97.048	-	-	612.700
	<u>27.661.096</u>	<u>6.711.039</u>	<u>6.324.458</u>	<u>9.775.400</u>	<u>1.539.312</u>	<u>1.457.736</u>	<u>-</u>	<u>865.291</u>	<u>54.334.332</u>
<b>31-12-2020</b>									
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a um ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Derivados	Total
<b>Ativo</b>									
Caixa, saldos de caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem	611.594	-	-	-	3.932.058	-	-	-	4.543.652
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-	-	901.010	901.010
Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente contabilizados pelo justo valor através dos resultados	-	224.645	149.118	396.863	590.671	860.611	891.278	-	3.113.186
Ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral	1.299.742	624.245	134.089	457.597	501.355	5.036.047	72.287	-	8.125.362
Ativos financeiros pelo custo amortizado	613.859	1.971.818	5.528.160	10.125.880	7.274.485	18.773.062	-	-	44.287.263
Derivados - Contabilidade de cobertura	-	-	-	-	-	-	-	23.719	23.719
Investimentos em filiais, empreendimentos conjuntos e associadas	-	-	-	-	-	-	131.136	-	131.136
	<u>2.525.195</u>	<u>2.820.708</u>	<u>5.811.366</u>	<u>10.980.340</u>	<u>12.298.569</u>	<u>24.669.720</u>	<u>1.094.701</u>	<u>924.729</u>	<u>61.125.328</u>
<b>Passivo</b>									
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-	-	920.602	920.602
Passivos financeiros contabilizados pelo justo valor através dos resultados	3.261.337	-	-	-	-	-	-	-	3.261.337
Passivos financeiros contabilizados pelo custo amortizado	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Depósitos - bancos centrais	9.859	-	-	6.593.892	-	-	-	-	6.603.750
Depósitos - instituições de crédito	621.736	857.756	64.727	3.706	-	-	-	-	1.547.925
Depósitos - clientes e outros empréstimos	20.923.899	5.968.620	6.179.342	1.207.339	1.601.585	17.919	-	-	35.898.703
Títulos de dívida emitidos	-	36.015	125.235	291.285	1.169.651	1.126.425	-	-	2.748.610
Derivados - Contabilidade de cobertura	-	-	-	-	-	-	-	522.283	522.283
Provisões técnicas	94.335	393.656	15.887	29.626	23.389	104.810	-	-	661.703
	<u>24.911.166</u>	<u>7.256.048</u>	<u>6.385.191</u>	<u>8.125.848</u>	<u>2.794.624</u>	<u>1.249.153</u>	<u>-</u>	<u>1.442.885</u>	<u>52.164.914</u>

O apuramento dos *cash flows* previsionais dos instrumentos financeiros teve como base os princípios e pressupostos utilizados pelo Grupo na gestão e controlo da liquidez decorrente da sua atividade, nomeadamente:

- Os fluxos previsionais de ativos e passivos com remuneração variável associada à curva de taxa de juro são calculados considerando a curva de taxa de juro *forward*;
- Os instrumentos financeiros classificados como “não estruturais” foram considerados como exigíveis “à vista” (caixa, disponibilidades em instituições de crédito). Os instrumentos de capital registados como ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral, foram considerados com maturidade indeterminada. Os ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente contabilizados pelo justo valor através de resultados e ativos e passivos detidos para negociação, foi considerado o justo valor como o seu valor transacional exigível à vista, dado que a gestão tem por base o controlo quanto à exposição ao risco de mercado;
- As operações referentes a linhas de crédito sem data de vencimento definida ou periodicamente renováveis, nomeadamente descobertos bancários e linhas de crédito em conta corrente, foram consideradas com uma maturidade média de 25 meses;
- Para os passivos subordinados foi considerada a data em que o Grupo pode proceder ao reembolso antecipado das obrigações que constituem aquela rubrica;
- Os fluxos previsionais referentes a depósitos à ordem foram considerados como exigíveis à vista.

### **RISCO DE MERCADO**

O risco de mercado consiste genericamente na variação potencial do valor de um instrumento financeiro em virtude de variações não antecipadas de variáveis de mercado, tais como taxas de juro, taxas de câmbio, *spreads* de crédito, preços de instrumentos de capital, metais preciosos e mercadorias.

A metodologia padrão aplicada para a atividade de negociação do Grupo consiste no Valor em Risco (VaR). Utiliza-se como base o padrão de Simulação Histórica com um nível de confiança de 99% e um horizonte temporal de um dia, sendo aplicados ajustes estatísticos que permitam incluir os acontecimentos mais recentes e que condicionam os níveis de risco assumidos.

O VaR calculado representa uma estimativa diária da perda potencial máxima em condições normais de mercado (individualmente por carteiras/áreas de negócio e para a globalidade das posições), dentro dos pressupostos definidos na construção do modelo.

Simultaneamente estão implementadas outras medidas que permitem um controlo adicional do risco de mercado. Para condições anormais de mercado procede-se à análise de cenários (*Stress Testing*), que consiste em definir cenários extremos para o comportamento de diferentes variáveis financeiras e obter o respetivo impacto potencial nos resultados. Em suma, a análise de cenários procura identificar o risco potencial sobre condições de mercado extremas e nas franjas de probabilidade de ocorrência não cobertas pelo VaR.

Paralelamente, é efetuado um acompanhamento diário das posições, sendo realizado um controlo exaustivo das mudanças que ocorrem nas carteiras, com vista a detetar as eventuais incidências que possam existir para a sua correção. A elaboração diária da conta de resultados tem assim como objetivo identificar o impacto das variações nas variáveis financeiras ou da alteração de composição das carteiras.

O Grupo utiliza igualmente medidas de sensibilidade e posições equivalentes. No caso da taxa de juro utiliza-se o BPV (Basis Point Value)– impacto estimado em resultados por movimentos paralelos nas curvas de taxa de juro. Para o controlo das atividades de derivados, devido ao seu caráter atípico, são realizadas diariamente medidas de sensibilidade específicas, nomeadamente o cálculo e análise de sensibilidades aos movimentos de preço do subjacente (delta e gamma), da volatilidade (vega) e do tempo (theta).

Existem limites quantitativos utilizados para as carteiras de negociação, que se classificam em dois grupos, em função dos seguintes objetivos:

- Limites dirigidos a controlar o volume de perdas potenciais futuras (VaR, Posições equivalentes e sensibilidades); e
- Limites dirigidos a controlar o volume de perdas efetivas ou a proteger níveis de resultados já alcançados durante o período (*Loss Triggers e Stop Losses*).

No que se refere ao risco estrutural de taxa de juro, a sua medição é feita através da modelação das posições de ativos e passivos sensíveis a variações de taxa de juro de acordo com a sua estrutura de indexantes e de repreciação. Este modelo permite medir e controlar o risco originado pelo movimento da curva de rendimentos, nomeadamente o seu impacto na margem financeira e no valor patrimonial do balanço do Grupo. Complementarmente, são calculados outros indicadores de risco, como o Valor em Risco (VaR) e a análise de cenários (Stress Test).

O risco de liquidez é medido e controlado através da modelização dos fluxos de pagamentos e recebimentos presentes e futuros, bem como pela realização de exercícios de análise de cenários que procuram identificar o risco potencial sobre condições de mercado extremas. Paralelamente, são calculados rácios sobre as posições de balanço que atuam como indicadores das necessidades de liquidez estrutural e de curto prazo.

**RISCO DE TAXA DE JURO**

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o detalhe dos instrumentos financeiros por exposição ao risco de taxa de juro apresentava o seguinte detalhe:

	31-12-2021				
	Exposição a		Não sujeito a risco		Total
	Taxa fixa	Taxa variável	de taxa de juro	Derivados	
<b>Ativo</b>					
Caixa, saldos de caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem	-	8.141.015	577.513	-	8.718.528
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	579.220	579.220
Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente contabilizados pelo justo valor através dos resultados	1.866.749	145.468	1.182.567	-	3.194.784
Ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral	4.964.043	5.556	1.133.175	-	6.102.774
Ativos financeiros pelo custo amortizado	7.257.499	33.372.537	(246.055)	-	40.383.981
Derivados - Contabilidade de cobertura	-	-	-	7.447	7.447
	<b>14.088.291</b>	<b>41.664.576</b>	<b>2.647.200</b>	<b>586.667</b>	<b>58.986.734</b>
<b>Passivo</b>					
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	571.183	571.183
Passivos financeiros contabilizados pelo justo valor através dos resultados	-	3.343.853	-	-	3.343.853
Passivos financeiros contabilizados pelo custo amortizado					
Depósitos - bancos centrais	7.501.017	-	(90.775)	-	7.410.242
Depósitos - instituições de crédito	211.999	181.276	130	-	393.405
Depósitos - clientes	14.603.652	23.804.499	4.340	-	38.412.491
Títulos de dívida emitidos	2.507.599	719.318	(46.752)	-	3.180.165
Outros passivos financeiros	-	-	222.063	-	222.063
Derivados - Contabilidade de cobertura	-	-	-	294.108	294.108
	<b>24.824.267</b>	<b>28.048.946</b>	<b>89.006</b>	<b>865.291</b>	<b>53.827.510</b>
<b>31-12-2020</b>					
	Exposição a		Não sujeito a risco		Total
	Taxa fixa	Taxa variável	de taxa de juro	Derivados	
<b>Ativo</b>					
Caixa, saldos de caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem	-	3.932.058	611.594	-	4.543.652
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	901.010	901.010
Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente contabilizados pelo justo valor através dos resultados	2.093.999	284.665	817.078	-	3.195.742
Ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral	6.805.003	20.442	1.632.231	-	8.457.676
Ativos financeiros pelo custo amortizado	6.942.978	32.932.963	(42.920)	-	39.833.021
Derivados - Contabilidade de cobertura	-	-	-	23.719	23.719
	<b>15.841.980</b>	<b>37.170.128</b>	<b>3.017.983</b>	<b>924.729</b>	<b>56.954.820</b>
<b>Passivo</b>					
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	920.602	920.602
Passivos financeiros contabilizados pelo justo valor através dos resultados	-	3.261.337	-	-	3.261.337
Passivos financeiros contabilizados pelo custo amortizado					
Depósitos - bancos centrais	6.809.859	-	(18.039)	-	6.791.820
Depósitos - instituições de crédito	118.496	1.430.501	294	-	1.549.291
Depósitos - clientes	15.226.146	20.706.301	6.579	-	35.939.026
Títulos de dívida emitidos	2.007.599	614.681	(61.695)	-	2.560.585
Outros passivos financeiros	-	-	212.142	-	212.142
Derivados - Contabilidade de cobertura	-	-	-	522.283	522.283
	<b>24.162.100</b>	<b>26.012.820</b>	<b>139.281</b>	<b>1.442.885</b>	<b>51.757.086</b>

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o detalhe dos instrumentos financeiros por exposição ao risco de taxa de juro, por intervalos de taxas, para atividade bancária, é o seguinte:

	31-12-2021					Não sujeito a risco de taxa de juro	Derivados	Total
	Intervalos de taxas							
	[ <1% ]	[ 1%-3% ]	[ 3%-5% ]	[ 5%-10% ]	[ >10% ]			
<b>Ativo</b>								
Caixa, saldos de caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem	8.141.015	-	-	-	-	577.513	-	8.718.528
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-	579.220	579.220
Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente contabilizados pelo justo valor através dos resultados	-	-	-	-	-	99.167	-	99.167
Ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral	106.590	31.526	4.116.155	-	-	1.085.642	-	5.339.913
Ativos financeiros pelo custo amortizado	23.066.309	14.499.559	1.361.738	1.403.070	299.360	(246.055)	-	40.383.981
Derivados - Contabilidade de cobertura	-	-	-	-	-	-	7.447	7.447
	<b>31.313.914</b>	<b>14.531.085</b>	<b>5.477.893</b>	<b>1.403.070</b>	<b>299.360</b>	<b>1.516.267</b>	<b>586.667</b>	<b>55.128.256</b>
<b>Passivo</b>								
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-	571.183	571.183
Passivos financeiros contabilizados pelo custo amortizado								
Depósitos - bancos centrais	7.501.017	-	-	-	-	(90.775)	-	7.410.242
Depósitos - instituições de crédito	393.275	-	-	-	-	130	-	393.405
Depósitos - clientes	38.370.970	37.181	-	-	-	4.340	-	38.412.491
Títulos de dívida emitidos	2.036.318	1.000.000	-	190.599	-	(46.752)	-	3.180.165
Outros passivos financeiros	-	-	-	-	-	222.063	-	222.063
Derivados - Contabilidade de cobertura	-	-	-	-	-	-	294.108	294.108
	<b>48.301.580</b>	<b>1.037.181</b>	<b>-</b>	<b>190.599</b>	<b>-</b>	<b>89.006</b>	<b>865.291</b>	<b>50.483.657</b>
<b>31-12-2020</b>								
	Intervalos de taxas					Não sujeito a risco de taxa de juro	Derivados	Total
	[ <1% ]	[ 1%-3% ]	[ 3%-5% ]	[ 5%-10% ]	[ >10% ]			
<b>Ativo</b>								
Caixa, saldos de caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem	3.932.058	-	-	-	-	611.594	-	4.543.652
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-	901.010	901.010
Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente contabilizados pelo justo valor através dos resultados	-	-	-	-	-	132.905	-	132.905
Ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral	224.346	1.753.332	4.136.155	25.000	-	1.565.357	-	7.704.190
Ativos financeiros pelo custo amortizado	18.920.401	17.296.808	2.004.074	1.329.119	325.539	(42.920)	-	39.833.021
Derivados - Contabilidade de cobertura	-	-	-	-	-	-	23.719	23.719
	<b>23.076.805</b>	<b>19.050.140</b>	<b>6.140.229</b>	<b>1.354.119</b>	<b>325.539</b>	<b>2.266.936</b>	<b>924.729</b>	<b>53.138.497</b>
<b>Passivo</b>								
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-	920.602	920.602
Passivos financeiros contabilizados pelo custo amortizado								
Depósitos - bancos centrais	6.809.859	-	-	-	-	(18.039)	-	6.791.820
Depósitos - instituições de crédito	1.548.997	-	-	-	-	294	-	1.549.291
Depósitos - clientes	35.799.399	128.836	3.148	1.064	-	6.579	-	35.939.026
Títulos de dívida emitidos	1.607.553	1.014.727	-	-	-	(61.695)	-	2.560.585
Outros passivos financeiros	-	-	-	-	-	212.142	-	212.142
Derivados - Contabilidade de cobertura	-	-	-	-	-	-	522.283	522.283
	<b>45.765.808</b>	<b>1.143.563</b>	<b>3.148</b>	<b>1.064</b>	<b>-</b>	<b>139.281</b>	<b>1.442.885</b>	<b>48.495.749</b>

### Instrumentos financeiros – não negociação

A metodologia de cálculo da sensibilidade do valor patrimonial é realizada através da simulação da variação do valor de mercado dos ativos e passivos, com base em deslocamentos de 100 *basis points* (*bp's*) na curva de taxa de juro *forward*. Esta metodologia assume os seguintes parâmetros e pressupostos:

- São identificados todos os ativos e passivos sensíveis a variações das taxas de juro, ou seja, cujo valor e respetiva contribuição para a margem financeira podem sofrer alterações decorrentes de variações das taxas de mercado;
- Os ativos e passivos são agrupados em agregados homogêneos de acordo com a sua exposição ao risco de taxa de juro;
- Para cada operação (contrato) sensível são calculados os fluxos futuros devidamente distribuídos pelas datas de repreciação (taxa variável) ou data de vencimento (taxa fixa);
- Por cada agregado definido anteriormente agrupam-se as operações por datas de repreciação/vencimento;
- Definem-se os intervalos temporais pretendidos para medição do gap de taxas de juro;



- Por cada agregado, agrupam-se os fluxos em função dos intervalos criados;
- Para cada produto considerado sensível, mas que não tenha prazo de vencimento definido estimam-se parâmetros de distribuição segundo modelos de comportamento previamente estudados; e
- Para cada intervalo é calculado o total dos fluxos ativos e passivos e por diferença entre os mesmos, o *gap* de risco de taxa de juro de cada intervalo.

O *gap* de taxa de juro permite fazer uma aproximação da sensibilidade do valor patrimonial e da margem financeira face a variações das taxas de mercado. Esta aproximação tem os seguintes pressupostos:

- Os volumes mantêm-se sempre no balanço e renovam-se automaticamente;
- Pressupõe variações paralelas na curva de taxas de juro, não considerando a possibilidade de movimentos concretos para diferentes prazos da curva de taxas de juro; e
- Não considera as diferentes elasticidades entre os vários produtos.

Na perspetiva da variação do valor patrimonial, as subidas das taxas de juro implicam uma diminuição de valor nos intervalos com *gaps* positivos e um incremento de valor nos *gaps* negativos. As descidas das taxas de juro têm um efeito contrário.

*Pressupostos genéricos desta análise de sensibilidade de taxa de juro*

- Evolução do balanço – assume-se um balanço estático, segundo o qual os montantes dos contratos que não têm uma data fixa de vencimento ou se pressupõe a sua renovação, são substituídos por novas operações do mesmo montante, de modo a que os saldos de balanço se mantenham constantes durante o período em análise;
- Vencimentos e repreciações – consideram-se as datas de vencimento e repreciação reais das operações. Os ativos e passivos cuja contribuição para a margem financeira e cujo valor patrimonial não se altera perante variações das taxas de juro são considerados não sensíveis;
- Indexantes – considera-se os indexantes definidos contratualmente e utiliza-se para simulação a curva *spot* da data de análise com a curva *forward* subjacente; e
- Características das novas operações “*New Business*” (Prazo, repreciação, volumes, *spread*, indexante, etc.) – utilizam-se as condições inscritas no orçamento para cada produto. Quando estas características começam a ficar fora de mercado para determinados produtos utilizam-se as condições médias praticadas no último mês ou as novas diretrizes comerciais para cada um dos produtos em causa.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a sensibilidade do valor patrimonial dos instrumentos financeiros do Grupo a variações positivas e negativas de 100 *basis points* (bp's) para o horizonte temporal de um ano correspondia a:

	31-12-2021		31-12-2020	
	Variação +100 bp's	Variação -100 bp's	Variação +100 bp's	Variação -100 bp's
<b><u>Ativo</u></b>				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	(1.445)	416.249	(2.135)	59.081
Ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral	(89.928)	94.045	(114.692)	36.461
Ativos financeiros pelo custo amortizado	(915.620)	1.109.594	(1.020.001)	553.086
	<u>(1.006.993)</u>	<u>1.619.888</u>	<u>(1.136.828)</u>	<u>648.628</u>
Derivados - Contabilidade de cobertura	202.485	(231.190)	315.516	(182.302)
<b><u>Passivo</u></b>				
Passivos financeiros contabilizados pelo custo amortizado				
Depósitos - bancos centrais	(3.203)	88.910	1.260	32.731
Depósitos - instituições de crédito	(79)	79	(1.230)	285
Depósitos - clientes	(1.228.826)	1.300.706	(1.140.415)	378.920
Títulos de dívida emitidos	(113.266)	135.016	(107.130)	38.826
Outros passivos financeiros	(20.519)	20.855	(25.028)	13.289
	<u>(1.365.893)</u>	<u>1.545.566</u>	<u>(1.272.543)</u>	<u>464.051</u>

#### Instrumentos financeiros - negociação

Os parâmetros básicos para o cálculo do VaR aplicáveis de forma geral são, além da própria metodologia de cálculo, os seguintes:

- Horizonte temporal: O período de tempo para o que se calculam as perdas potenciais numa carteira para a medição do VaR (diário) é de 1 dia.
- Nível de confiança: tanto o VaR (perda potencial) como o VaE (ganho potencial) são determinados com um nível de confiança de 99% (percentis 1% e 99%, respetivamente, da distribuição de perdas e ganhos). Para efeitos de análise de contraste também será calculado um VaR e um VaE a um nível de confiança de 95% (percentis 5% e 95%, respetivamente).
- Fator de decaimento exponencial: Permite ponderar exponencialmente o valor das variações nos fatores de mercado no tempo, dando um menor peso às observações mais afastadas no tempo. O fator de decaimento exponencial aplicado é determinado periodicamente por Risco de Mercado.
- Os valores do VaR utilizados correspondem ao maior entre os que forem calculados com o fator de decaimento em vigor e os que forem calculados com pesos uniformes;
- Moeda de cálculo: No processo de cálculo do VaR todas as posições são valorizadas em euros, o que garante que a moeda sem risco seja a moeda local. No entanto, os valores do VaR são reportados em dólares dos EUA (USD) com vista a permitir a agregação de diferentes unidades; e
- Janela temporal de dados de mercado: É utilizada uma janela temporal de 2 anos ou pelo menos 520 dados obtidos a partir da data de referência de cálculo do VaR voltando atrás no tempo.

O cálculo do VaR Percentil atribui a mesma ponderação ao conjunto das 520 observações consideradas. O VaRf Weighted Percentil atribui uma ponderação significativamente superior às observações mais recentes relativamente à data de referência da análise.

A simulação histórica consiste em usar as variações históricas como modelo de distribuição de possíveis variações nos fatores de risco. Por esta razão, o período escolhido é suficientemente longo e significativo, de forma a que todas as interações entre os fatores de mercado, as suas volatilidades e correlações entre si, fiquem bem espelhadas no período histórico selecionado.

Por outro lado, a reavaliação completa da carteira exige uma avaliação de cada um dos instrumentos, utilizando a respetiva expressão matemática para se obter o valor de mercado de cada posição individual. Ao serem utilizadas formas de reavaliação são calculados e ficam recolhidos nos valores do VaR os efeitos não lineares implícitos em certos produtos financeiros em consequência de alterações nos fatores de mercado.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o VAR associado ao risco de taxa de juro correspondia a:

	<u>31-12-2021</u>	<u>31-12-2020</u>
VaR Percentil 99%	(1)	(1)
VaR Weighted Percentil 99%	(1)	-

A sensibilidade do valor patrimonial associado aos produtos de seguros cujo risco de investimento é suportado pelo tomador do seguro é considerada imaterial, decorrente do comportamento simétrico dos ativos e passivos associados a estes produtos.

### **RISCO CAMBIAL**

O perfil definido para o risco cambial é bastante conservador e é consubstanciado na política de cobertura seguida. A sua implementação é da responsabilidade da área de Tesouraria, de modo a que os riscos envolvidos sejam pouco relevantes e é efetuada recorrendo sobretudo a *swaps* de divisa. Existem limites de risco estipulados para o risco cambial que são controlados pela área de Riscos de Mercado.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os instrumentos financeiros apresentavam o seguinte detalhe por moeda:

	31-12-2021			Total
	Euros	Dólares Norte-Americanos	Outras moedas	
<b>Ativo</b>				
Caixa, saldos de caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem	8.576.443	41.254	100.831	8.718.528
Ativos financeiros detidos para negociação	577.379	772	1.069	579.220
Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente contabilizados pelo justo valor através dos resultados	3.081.031	113.624	129	3.194.784
Ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral	6.102.774	-	-	6.102.774
Ativos financeiros pelo custo amortizado	39.728.127	614.920	40.935	40.383.982
Derivados - Contabilidade de cobertura	1.903	5.544	-	7.447
Investimentos em filiais, empreendimentos conjuntos e associadas	108.235	-	-	108.235
	<b>58.175.892</b>	<b>776.114</b>	<b>142.964</b>	<b>59.094.970</b>
<b>Passivo</b>				
Passivos financeiros detidos para negociação	569.759	774	650	571.183
Passivos financeiros contabilizados pelo justo valor através dos resultados	3.343.853	-	-	3.343.853
Passivos financeiros contabilizados pelo custo amortizado				
Depósitos - bancos centrais	7.410.242	-	-	7.410.242
Depósitos - instituições de crédito	203.010	188.589	1.806	393.405
Depósitos - clientes	36.878.860	1.261.121	272.510	38.412.491
Titulos de dívida emitidos	3.180.165	-	-	3.180.165
Outros passivos financeiros	222.063	-	-	222.063
Derivados - Contabilidade de cobertura	288.657	5.344	107	294.108
	<b>52.096.609</b>	<b>1.455.828</b>	<b>275.073</b>	<b>53.827.510</b>
<b>31-12-2020</b>				
	Euros	Dólares Norte-Americanos	Outras moedas	Total
<b>Ativo</b>				
Caixa, saldos de caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem	4.361.661	28.489	153.502	4.543.652
Ativos financeiros detidos para negociação	898.580	1.748	682	901.010
Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente contabilizados pelo justo valor através dos resultados	3.192.245	3.365	132	3.195.742
Ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral	8.457.676	-	-	8.457.676
Ativos financeiros pelo custo amortizado	39.153.504	639.964	39.553	39.833.021
Derivados - Contabilidade de cobertura	23.478	241	-	23.719
Investimentos em filiais, empreendimentos conjuntos e associadas	131.136	-	-	131.136
	<b>56.218.280</b>	<b>673.807</b>	<b>193.869</b>	<b>57.085.956</b>
<b>Passivo</b>				
Passivos financeiros detidos para negociação	918.159	1.749	694	920.602
Passivos financeiros contabilizados pelo justo valor através dos resultados	3.261.337	-	-	3.261.337
Passivos financeiros contabilizados pelo custo amortizado				
Depósitos - bancos centrais	6.791.820	-	-	6.791.820
Depósitos - instituições de crédito	1.431.768	117.260	263	1.549.291
Depósitos - clientes	34.170.237	1.411.369	357.420	35.939.026
Titulos de dívida emitidos	2.560.585	-	-	2.560.585
Outros passivos financeiros	212.142	-	-	212.142
Derivados - Contabilidade de cobertura	520.761	1.507	15	522.283
	<b>49.866.809</b>	<b>1.531.885</b>	<b>358.392</b>	<b>51.757.086</b>

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o VaR associado ao risco cambial correspondia a:

	31-12-2021	31-12-2020
VaR Percentil 99%	(14)	(8)
VaR Weighted Percentil 99%	(13)	(6)

## **RISCO DE COTAÇÕES DE ATIVOS**

### **Instrumentos financeiros - negociação**

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o Grupo não tinha risco associado a cotações de ativos no que se refere aos seus instrumentos financeiros de negociação, pelo que o VaR associado a este risco é zero.

### **Compensação de ativos e passivos financeiros**

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o valor dos instrumentos financeiros derivados, negociados em mercado de balcão, compensados por derivados financeiros relacionados, por tipo de contraparte, é o seguinte:

	31-12-2021				
	Ativos/Passivos financeiros apresentados nas demonstrações financeiras	Montantes relacionados não compensados nas demonstrações financeiras			Valor Líquido
		Instrumentos financeiros	Colateral em cash entregue como garantia	Valor	
		Contraparte			
Instituições Financeiras	(250.552)	-	(1.661)	(252.213)	
Empresas do Grupo	(348.215)	-	395.547	47.332	
	<u>(598.767)</u>	<u>-</u>	<u>393.886</u>	<u>(204.881)</u>	
	31-12-2020				
	Ativos/Passivos financeiros apresentados nas demonstrações financeiras	Montantes relacionados não compensados nas demonstrações financeiras			Valor Líquido
		Instrumentos financeiros	Colateral em cash entregue como garantia	Valor	
		Contraparte			
Instituições Financeiras	(400.601)	-	52.986	(347.615)	
Empresas do Grupo	(688.516)	-	583.014	(105.502)	
	<u>(1.089.117)</u>	<u>-</u>	<u>636.000</u>	<u>(453.117)</u>	

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o valor das operações de venda com acordo de recompra, por tipo de contraparte, é o seguinte:

31-12-2021				
Contraparte	Passivos financeiros apresentados nas demonstrações financeiras	Montantes relacionados não compensados nas demonstrações financeiras		Valor Líquido
		Instrumentos financeiros	Colateral em cash entregue como garantia	
Instituições Financeiras	(33)	77	8.538	8.582
	<u>(33)</u>	<u>77</u>	<u>8.538</u>	<u>8.582</u>
31-12-2020				
Contraparte	Passivos financeiros apresentados nas demonstrações financeiras	Montantes relacionados não compensados nas demonstrações financeiras		Valor Líquido
		Instrumentos financeiros	Colateral em cash entregue como garantia	
Instituições Financeiras	(1.255.805)	1.256.208	23.093	23.496
	<u>(1.255.805)</u>	<u>1.256.208</u>	<u>23.093</u>	<u>23.496</u>

#### 40. GESTÃO DO CAPITAL

O Grupo tem uma posição de capital sólida, coerente com o seu modelo de negócio, a sua estrutura do balanço, o seu apetite de risco e os requisitos regulamentares. A robustez do balanço e a rentabilidade do Grupo permite-nos exercer a nossa atividade de financiamento à economia e gerar capital de forma orgânica. As várias métricas de capital são estáveis, com rácios comodamente acima dos requisitos regulamentares e alinhados com o apetite de risco aprovado pela alta direção.

A gestão e adequação do capital visa assegurar a solvência e maximizar a rentabilidade, assim como com os requisitos regulatórios. A gestão de capital é uma ferramenta estratégica fundamental para a tomada de decisões. Existe um quadro de governo aprovado pela alta direção onde estão estabelecidos critérios, políticas, funções, métricas e processos relacionados com a gestão de capital.

No final do ano de 2021, o rácio CET1 *phasing in* é de 25,9% e o rácio de capital total *phasing in* é de 29% cumprindo confortavelmente os requisitos mínimos de 8,34% e 12,5% respetivamente. O aumento do rácio CET1 foi de 5,2%, que se explica pela retenção do resultado de 2020 e a gestão adequada do crescimento dos RWA, nomeadamente pela contratação de uma operação de titularização sintética.

No dia 28 de junho de 2019, o Banco operacionalizou a primeira operação de securitização sintética originada pelo Banco. A operação tem como subjacente um portefólio de *Corporates*, PME, Câmaras Municipais e ENI's no montante de €2.4Bn, em relação ao qual o Banco compra proteção correspondente a uma tranche *mezzanine* com um *attachment point* de 1% e um *detachment point* de 8.5%. A tranche *mezzanine*, no montante de €181,3Mn, foi totalmente colocada junto de investidores institucionais estrangeiros, através de uma entidade com finalidade especial criada para o efeito, com um prémio de 8,7%.

No dia 26 de julho de 2021, o Banco operacionalizou a segunda operação de securitização sintética originada pelo Banco. A operação tem como subjacente um portefólio de *Corporates*, PME, ENI's e Project Finance no montante de €3.05Bn, em relação ao qual, o Banco comprou proteção correspondente a uma tranche *mezzanine* com um *attachment point* de 1,2% e um *detachment point* de 7,2%. A tranche *mezzanine*, no montante de €183Mn, foi totalmente colocada junto de investidores institucionais estrangeiros, em formato de uma CLN diretamente emitida pelo Banco, com um prémio de 9,0%.

No quadro seguinte resume-se a composição do capital regulamentar e rácios prudenciais do Grupo em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (ambos em BIS III – Phasing In):

	Valores em milhões de Euros	
	31-12-2021	31-12-2020
<b>A - FUNDOS PRÓPRIOS DE NÍVEL 1 (TIER I)</b>	4.260	4.328
Capital Elegível (inclui instrumentos adicionais elegíveis em Tier I)	2.370	2.571
Reservas e Resultados Elegíveis (exc. Interesses Minoritários)	1.953	1.853
Interesses Minoritários Elegíveis	-	-
Deduções aos F.P. Base	(64)	(95)
<b>B - FUNDOS PRÓPRIOS DE NÍVEL 2 (TIER II)</b>	64	76
Passivos subordinados c/venc. Indeterminado	8	12
Interesses Minoritários Elegíveis	-	-
Outros Elementos / Deduções aos F.P. Complementares	56	64
<b>C - DEDUÇÕES AOS FUNDOS PRÓPRIOS TOTAIS</b>	-	-
<b>D - TOTAL DE FUNDOS PRÓPRIOS ELEGÍVEIS (A+B+C)</b>	4.324	4.404
<b>E - POSIÇÕES EM RISCO</b>	14.899	17.986
<b>RÁCIOS</b>		
<b>TIER I (A/E)</b>	28,6%	24,1%
CORE CAPITAL (CET1)	25,9%	20,7%
<b>TIER II (B/E)</b>	0,4%	0,4%
<b>RÁCIO DE FUNDOS PRÓPRIOS TOTAIS (D/E)</b>	29,0%	24,5%
<b>LEVERAGE</b>	8,1%	7,8%

Nota: os valores apresentados no quadro acima não são auditados

#### 41. FUNDO DE RESOLUÇÃO

O Fundo de Resolução é uma pessoa coletiva de direito público com autonomia administrativa e financeira, criado pelo Decreto-Lei n.º 31-A/2012, de 10 de fevereiro, que se rege pelo Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras ("RGICSF") e pelo seu regulamento e que tem como missão prestar apoio financeiro às medidas de resolução aplicadas pelo Banco de Portugal, na qualidade de autoridade nacional de resolução, e para desempenhar todas as demais funções conferidas pela lei no âmbito da execução de tais medidas.

O Banco, a exemplo da generalidade das instituições financeiras a operar em Portugal, é uma das instituições participantes no Fundo de Resolução, efetuando contribuições que resultam da aplicação de uma taxa definida anualmente pelo Banco de Portugal tendo por base, essencialmente, o montante dos seus passivos. Em 2021, a contribuição periódica efetuada pelo Banco ascendeu a 12.853 milhares de Euros, tendo por base uma taxa contributiva de 0,048%.

#### Medida de resolução aplicada ao Banco Espírito Santo, S.A.

No âmbito da sua responsabilidade enquanto autoridade de supervisão e resolução do sector financeiro português, o Banco de Portugal, em 3 de agosto de 2014, decidiu aplicar ao Banco Espírito Santo, S.A. (“BES”) uma medida de resolução, ao abrigo do n.º 5 do artigo 145º-G do RGICSF, que consistiu na transferência da generalidade da sua atividade para um banco de transição, denominado Novo Banco, S.A. (“Novo Banco”), criado especialmente para o efeito.

Para realização do capital social do Novo Banco, o Fundo de Resolução, enquanto acionista único, disponibilizou 4.900 milhões de Euros, dos quais 365 milhões de Euros correspondiam a recursos financeiros próprios. Foi ainda concedido um empréstimo por um sindicato bancário ao Fundo de Resolução, no montante de 635 milhões de Euros, sendo a participação de cada instituição de crédito ponderada em função de diversos fatores, incluindo a respetiva dimensão. O restante montante (3.900 milhões de Euros) teve origem num empréstimo reembolsável concedido pelo Estado Português.

Na sequência da aplicação da referida medida de resolução, a 7 de julho de 2016, o Fundo de Resolução declarou que iria analisar e avaliar as diligências a tomar na sequência da publicação do relatório sobre os resultados do exercício de avaliação independente, realizado para estimar o nível de recuperação de crédito para cada classe de credores no cenário hipotético de um processo de insolvência normal do BES a 3 de agosto de 2014. Nos termos da lei aplicável, caso se venha a verificar que os credores cujos créditos não tenham sido transferidos para o Novo Banco assumem um prejuízo superior ao que hipoteticamente teriam caso o BES tivesse entrado em processo de liquidação em momento imediatamente anterior ao da aplicação da medida de resolução, esses credores têm direito a receber a diferença do Fundo de Resolução.

A 31 de março de 2017, o Banco de Portugal comunicou ter selecionado o Fundo Lone Star para a compra do Novo Banco, a qual foi concluída em 17 de outubro de 2017, mediante a injeção pelo novo acionista de 750 milhões de euros, à qual se seguirá uma nova entrada de capital de 250 milhões de euros, a concretizar num período de até três anos. Com esta operação cessou o estatuto de banco de transição do Novo Banco, tendo o Fundo Lone Star passado a deter 75% do capital social do Novo Banco e o Fundo de Resolução os remanescentes 25%, ainda que sem os correspondentes direitos de voto.

No dia 26 de fevereiro de 2018, a Comissão Europeia divulgou a versão não confidencial da decisão de aprovação do auxílio do Estado subjacente ao processo de venda do Novo Banco, a qual contempla um mecanismo de capitalização contingente, nos termos do qual o Fundo de Resolução poderá ser chamado a realizar injeções de capital no caso de se materializarem certas condições relacionadas com o desempenho de um conjunto restrito de ativos do Novo Banco e com a evolução dos níveis de capital do banco.

Este mecanismo é acionado anualmente, com base nas contas anuais do Novo Banco certificadas pelo respetivo auditor, estando prevista a possibilidade de apuramentos intra-aneais apenas no caso de incumprimento, pelo Novo Banco, dos requisitos prudenciais. Para efeitos deste mecanismo, são consideradas as diferenças de valorização dos ativos (positivas ou negativas) face ao seu valor contabilístico, líquido de imparidades, registado a 30 de junho de 2016 (cerca de 7,9 mil milhões de Euros de acordo com a informação prestada pelo Novo Banco). Assim, são consideradas perdas ou ganhos económicos, resultantes, por exemplo, da venda de ativos ou da reestruturação de créditos, mas também as imparidades, ou a sua reversão, registadas pelo Novo Banco, nos termos das normas de contabilidade, bem como os custos de financiamento associados à manutenção dos ativos no balanço do Novo Banco.



Ao abrigo do referido mecanismo, até esta data, o Fundo de Resolução efetuou o pagamento de 3.293 milhões de Euros ao Novo Banco com referência às contas de 2017 a 2020, tendo para tal utilizado recursos financeiros próprios resultantes das contribuições pagas, direta ou indiretamente pelo setor bancário, complementados por um empréstimo do Estado no montante de 2.130 milhões de Euros no âmbito do acordo-quadro celebrado entre o Estado Português e o Fundo de Resolução.

Em 31 de maio de 2021, o Fundo de Resolução celebrou um novo contrato de empréstimo no montante máximo de 475 milhões de euros com um conjunto de bancos para fazer face às necessidades de financiamento do Fundo decorrente dos compromissos assumidos com o Novo Banco ao abrigo do Acordo de capital contingente. A quota parte do Banco foi de 104 milhões de euros.

Este mecanismo vigora até 31 de dezembro de 2025 (podendo ser estendido até 31 de dezembro de 2026) e está limitado a um máximo absoluto de 3.890 milhões de Euros.

#### Medida de resolução aplicada ao Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A.

Em 19 de dezembro de 2015, o Banco de Portugal deliberou declarar que o Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A. (“Banif”) se encontrava «em risco ou em situação de insolvência» e iniciar um processo de resolução urgente da instituição na modalidade de alienação parcial ou total da sua atividade, e que se materializou na alienação em 20 de dezembro de 2015 ao Banco Santander Totta S.A. (“Santander Totta”) dos direitos e obrigações, constituindo ativos, passivos, elementos extrapatrimoniais e ativos sob gestão do Banif por 150 milhões de Euros.

A maior parte dos ativos que não foram objeto de alienação foram transferidos para um veículo de gestão de ativos, denominado Oitante, S.A. (“Oitante”), criado especificamente para o efeito, o qual tem como acionista único o Fundo de Resolução. A Oitante procedeu à emissão de obrigações representativas de dívida, no montante de 746 milhões de Euros, tendo sido prestada uma garantia pelo Fundo de Resolução e uma contragarantia pelo Estado Português.

Esta operação envolveu um apoio público estimado em 2.255 milhões de Euros que visou cobrir contingências futuras e que foi financiado em 489 milhões de Euros pelo Fundo de Resolução e 1.766 milhões de Euros diretamente pelo Estado Português.

A 21 de julho de 2016, o Fundo de Resolução efetuou um pagamento ao Estado, no montante de 136 milhões de Euros, a título de reembolso parcial antecipado da medida de resolução aplicada ao Banif, permitindo que o valor em dívida baixasse de 489 milhões de Euros para 353 milhões de Euros.

#### Responsabilidades e financiamento do Fundo de Resolução

Na sequência das medidas de resolução aplicadas ao BES e ao Banif e do acordo de venda do Novo Banco à Lone Star, o Fundo de Resolução contraiu os empréstimos referidos acima e assumiu responsabilidades e passivos contingentes resultantes de:

- efeitos da aplicação do princípio de que nenhum credor da instituição de crédito sob resolução pode assumir um prejuízo maior do que aquele que assumiria caso essa instituição tivesse entrado em liquidação;
- efeitos negativos decorrentes do processo de resolução de que resultem responsabilidades ou contingências adicionais para o Novo Banco que têm que ser neutralizados pelo Fundo de Resolução;
- processos judiciais contra o Fundo de Resolução;

- garantia prestada às obrigações emitidas pela Oitante. Esta garantia está contragarantida pelo Estado Português;
- mecanismo de capitalização contingente associado ao processo de venda do Novo Banco à Lone Star.

Por forma a preservar a estabilidade financeira por via da promoção das condições que conferem previsibilidade e estabilidade ao esforço contributivo para o Fundo de Resolução, o Governo Português chegou a acordo com a Comissão Europeia no sentido de serem alteradas as condições dos financiamentos concedidos pelo Estado Português e pelos bancos participantes ao Fundo de Resolução. Para o efeito, foi formalizado um aditamento aos contratos de financiamento ao Fundo de Resolução, que introduziu um conjunto de alterações sobre os planos de reembolso, as taxas de remuneração, e outros termos e condições associados a esses empréstimos, por forma a que os mesmos se ajustem à capacidade do Fundo de Resolução cumprir integralmente as suas obrigações com base nas suas receitas regulares, isto é, sem necessidade de serem cobradas, aos bancos participantes no Fundo de Resolução, contribuições especiais ou qualquer outro tipo de contribuição extraordinária.

De acordo com o comunicado do Fundo de Resolução de 31 de março de 2017, a revisão das condições dos financiamentos concedidos pelo Estado Português e pelos bancos participantes visou assegurar a sustentabilidade e o equilíbrio financeiro do Fundo de Resolução, com base num encargo estável, previsível e comportável para o sector bancário. Com base nesta revisão, o Fundo de Resolução considerou estar assegurado o pagamento integral das suas responsabilidades, bem como a respetiva remuneração, sem necessidade de recurso a contribuições especiais ou qualquer outro tipo de contribuições extraordinárias por parte do sector bancário.

Não obstante a possibilidade prevista na legislação aplicável de cobrança de contribuições especiais, atendendo à renegociação das condições dos empréstimos concedidos ao Fundo de Resolução pelo Estado Português e por um sindicato bancário, no qual o Banco se inclui, e aos comunicados públicos efetuados pelo Fundo de Resolução e pelo Gabinete do Ministro das Finanças, as presentes demonstrações financeiras refletem a expectativa do Conselho de Administração de que não serão exigidas ao Banco contribuições especiais ou qualquer outro tipo de contribuições extraordinárias para financiamento do Fundo de Resolução.

Eventuais alterações significativas relativamente a esta matéria podem ter implicações relevantes nas demonstrações financeiras do Banco.

#### 42. AUTORIDADE DA CONCORRÊNCIA

Em 2012 foi aberto um processo de contraordenação pela Autoridade da Concorrência (“AdC”), por alegados indícios de infração ao Artigo 9.º da Lei 19/2012, de 8 de Maio (Lei da Concorrência).

No âmbito do citado processo foram efetuadas, em 6 de março de 2013, diligências de busca e apreensão nas instalações do Banco, e de outras instituições de crédito, tendo sido apreendida documentação indiscriminada, para verificação de eventuais indícios de infração ao supra citado preceito legal.

Em 3 de junho de 2015, o Banco, à semelhança de outras 14 instituições de crédito, foi notificado da nota de ilicitude emitida pela AdC relativa ao processo contraordenacional em apreço (Processo nº PRC 9/2012), sendo acusado de participar num intercâmbio de determinada informação comercial sensível entre concorrentes.

Em 9 de setembro de 2019, a AdC proferiu a decisão final, mantendo no essencial a tese apresentada na Nota de Ilícitude de 2015, ou seja, a presunção de conduta anti concorrencial a partir dos intercâmbios de informação entre concorrentes em Crédito Habitação, Crédito Consumo e Crédito Empresas. O Banco Santander Totta foi condenado numa coima de 35 milhões de euros, acrescida de uma coima de 650 mil euros aplicada ao BAPOP.

A coima aplicada, que poderia ascender a um limite máximo equivalente a 10% do volume de negócios anual da empresa infratora realizado no exercício imediatamente anterior à decisão, veio a ser aplicada por um montante correspondente a cerca de 2,02% daquele indicador (considerando não só a sanção aplicada ao Banco, mas também ao BAPOP).

Não obstante, em 21 de outubro de 2019, o Banco impugnou judicialmente a decisão final da AdC, encontrando-se o processo pendente junto do Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão.

Já no âmbito da impugnação judicial, foi estabelecido o montante e a modalidade das cauções a prestar, para obtenção de efeito suspensivo da decisão impugnada. Neste âmbito, o Banco apresentou uma garantia bancária no montante de 17.825 milhares de euros, emitida pelo próprio Banco, como forma de satisfazer a referida caução.

As sessões da audiência de julgamento tiveram lugar entre outubro de 2021 e março de 2022, aguardando-se a decisão final do Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão para o final de abril de 2022.

O Banco aguardará a decisão relativa à impugnação judicial apresentada, não prescindindo do exercício de todas as faculdades jurídicas e judiciárias que assegurem a salvaguarda dos seus interesses.

Em linha com o que tem sido a sua posição ao longo do processo, o Banco refuta veementemente todas as teses subjacentes à decisão da AdC, tendo a sua impugnação judicial junto do Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão sido suportada, nomeadamente, em pareceres de eminentes Professores de Direito, que atestam a inexistência de qualquer ilícito nas condutas apontadas à instituição.

Tendo em consideração o descrito acima, é convicção do Conselho de Administração do Banco de que as probabilidades do Banco não vir a ser condenado, no final do processo, a pagar uma coima são mais elevadas do que as de suceder o inverso, pelo que não foi registada qualquer provisão para este processo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021.

#### 43. MORATÓRIAS E NOVOS SISTEMAS DE GARANTIA PÚBLICA

Para mitigar os riscos existentes para o sistema financeiro, com especial relevância para os relacionados com risco de crédito provocados pela pandemia Covid-19, foram adotados um conjunto significativo de medidas, excecionais e temporárias, de apoio às famílias e às empresas em situação de insuficiência de liquidez, associada ao abrandamento económico. Em particular, foram criados regimes de moratórias, de natureza legislativa e não legislativa, no cumprimento de obrigações creditícias perante o sistema bancário e obtenção de novos financiamentos (para as empresas) através da contratação de linhas protocoladas com garantia estatal (que garante o pagamento do capital em dívida em caso de incumprimento) numa percentagem que varia entre os 80% - 90% dependendo da dimensão da empresa, evitando, desta forma, disrupções imediatas nas posições de liquidez dos beneficiários.

Dados os fortes impactos económicos da crise sanitária nas famílias e nas empresas, tornou-se necessário adotar medidas excecionais de apoio às mesmas, obrigando à definição de uma Política específica que com carácter temporário e extraordinário definisse os critérios de admissão e classificação das operações de renegociação e/ou a concessão de novos créditos relacionados com as necessidades financeiras dos clientes decorrentes dos problemas de liquidez.

Com o fim das moratórias no decorrer do exercício de 2021, o Banco definiu uma Política específica que veio estabelecer os critérios de tratamento dos clientes/operações que terminaram o período de moratória, em particular das operações que vieram a sofrer novas alterações nas condições de reembolso, assim como densificar a política de seguimento dos clientes que aderiram às moratórias.

O critério fundamental é o perfil de risco do cliente, no término da moratória o cliente poderá encontrar-se em uma das seguintes situações:

- Clientes com capacidade de pagamento para continuar a cumprir com as suas obrigações contratuais nos termos acordados quando foi efetuada a moratória;
- Clientes que agravaram de modo estrutural a sua condição e relativamente aos quais o fim das restrições à atividade económica, provavelmente não será suficiente para recuperarem a capacidade de pagamento necessária;
- Clientes sem dificuldades financeiras estruturais, mas que no contexto atual se considera poder ser uma boa opção a oferta de soluções comerciais que permitam um alívio do cash-flow (negócios/empresas) ou do rendimento disponível (particulares).

Por definição incluem-se neste grupo todos os clientes que não cumprirem os critérios de classificação num dos dois primeiros grupos acima identificados.

O tratamento das operações no final da moratória seguiu os seguintes critérios:

- Clientes sem alteração das condições de reembolso - Cliente que mantém/recuperou a sua capacidade de reembolso e não pretende alterar as condições de reembolso definidas contratualmente pelo que as operações retomam o seu curso normal.
- Clientes com alteração das condições de reembolso:
  - Clientes com dificuldades financeiras estruturais - Clientes que de acordo com a política de reestruturações em vigor apresentam indícios de dificuldades financeiras estruturais. Conforme definido na referida política, as alterações a estas operações são classificadas como reconduções (reestruturações ou refinanciamentos). Este universo ascendeu a 185 milhões de euros valor líquido.
  - Clientes sem dificuldades financeiras estruturais - No que respeita a este universo de clientes/operações, novas estruturas financeiras que permitam a extensão do prazo e/ou concessão de prazos de carência devem ser vistas como soluções comerciais que permitem aos clientes um ajustamento às condições definidas inicialmente tendo em consideração a informação adicional e maior visibilidade relativamente aos efeitos atuais da pandemia. Não se trata de clientes com indícios de dificuldade financeira nos termos estabelecidos na política de reestruturações em vigor, pelo que a alteração das condições de reembolso destas operações não deve implicar a classificação das operações como reestruturadas. Este universo ascendeu a 184,5 milhões de euros valor líquido.

Dada a importância de identificar tão precocemente quanto possível este universo de clientes assim como a definição antecipada das alternativas a disponibilizar, o Banco desenvolveu um processo de transformação end-to-end, designado por "Collections and Recoveries" o qual tem como objetivo a gestão massiva e antecipativa de clientes (não encarteirados), através do desenvolvimento de estratégias, processos e oferta comercial em ambiente omnicanal (canais de comunicação diferenciados em função da tipologia de cliente), constituindo uma abordagem avançada, que permite gerir eventuais impactos após o fim das moratórias neste segmento de clientes particulares e de micro e pequenas empresas.

Tendo presente a elevada incerteza nos impactos futuros da pandemia, bem como a inexistência de informação histórica comparável que poderá não ser capturada devidamente pelos modelos nos parâmetros de risco calculados, o Banco aprovou no exercício de 2020, um procedimento de overlays à imparidade, que regulamenta a análise de imparidade em situações excecionais que não são devidamente capturados pelos modelos utilizados no cálculo efetuado pelo Banco, pela própria natureza e/ou particularidades da mesma. Os montantes de overlay aplicados à imparidade encontram-se descritos na Nota 9.

Os quadros seguintes apresentam a caracterização das operações que à data de 31 de dezembro de 2021 e de 2020 foram objeto de moratória legislativa e não legislativa, bem como os novos empréstimos concedidos ao abrigo de novos sistemas de garantia pública.

Os empréstimos e adiantamentos objeto de moratórias (legislativas e não legislativas) expirados à data de 31 de dezembro de 2021 e reportados em linha com as orientações da EBA (EBA/GL/2020/07), são os seguintes:

	Montante escriturado bruto						
	Produtivos				Não produtivos		
			Dos quais: exposições objeto de medidas de reestruturação	Dos quais: instrumentos com aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial mas sem imparidade de crédito (Fase 2)		Dos quais: exposições objeto de medidas de reestruturação	Dos quais: probabilidade reduzida de pagamento que não estão vencidos ou estão vencidos há <= 90 dias
<b>Empréstimos e adiantamentos objeto de moratórias conformes com os requisitos da EBA expiradas</b>	8.448.879	7.853.353	373.924	2.464.874	595.527	446.040	538.348
dos quais: famílias	4.994.946	4.848.361	340.004	1.336.146	146.585	111.073	114.692
dos quais: caucionados por imóveis de habitação	4.615.507	4.497.459	312.087	1.100.886	118.048	97.085	101.569
dos quais: sociedades não financeiras	3.453.933	3.004.992	33.921	1.128.728	448.941	334.967	423.656
dos quais: pequenas e médias empresas	2.140.609	1.884.234	29.893	265.481	256.375	201.496	241.428
dos quais: caucionados por imóveis comerciais	1.610.942	1.327.629	10.509	120.499	283.313	236.139	271.364

A imparidade dos empréstimos e adiantamentos objeto de moratórias (legislativas e não legislativas) expirados à data de 31 de dezembro de 2021 e reportados em linha com as orientações da EBA (EBA/GL/2020/07), são os seguintes:

	Imparidade acumulada, variações negativas acumuladas do justo valor resultantes do risco de crédito						
	Produtivos			Não produtivos			
	Dos quais: exposições objeto de medidas de reestruturação	Dos quais: instrumentos com aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial mas sem imparidade de crédito (Fase 2)		Dos quais: exposições objeto de medidas de reestruturação	Dos quais: probabilidade reduzida de pagamento que não estão vencidos ou estão vencidos há <= 90 dias		
<b>Empréstimos e adiantamentos objeto de moratórias conformes com os requisitos da EBA expiradas</b>	(414.087)	(147.502)	(35.543)	(95.506)	(266.584)	(194.700)	(237.086)
dos quais: famílias	(137.329)	(83.286)	(30.605)	(71.944)	(54.043)	(40.348)	(40.087)
dos quais: caucionados por imóveis de habitação	(106.444)	(68.066)	(27.912)	(62.491)	(38.379)	(32.689)	(33.386)
dos quais: sociedades não financeiras	(276.758)	(64.216)	(4.938)	(23.562)	(212.542)	(154.352)	(196.999)
dos quais: pequenas e médias empresas	(150.103)	(28.741)	(4.562)	(19.427)	(121.363)	(94.413)	(114.634)
dos quais: caucionados por imóveis comerciais	(131.930)	(14.146)	(1.415)	(8.433)	(117.784)	(95.093)	(110.723)

O valor bruto dos empréstimos e adiantamentos abrangidos pela moratória em 31 de dezembro de 2020 é o seguinte:

	31-12-2020						
	Valor bruto						
	Produtivos			Não produtivos			Total
Dos quais: objeto de medidas de reestruturação	Dos quais: Stage 2		Dos quais: objeto de medidas de reestruturação	Dos quais: com probabilidade reduzida de pagamento			
Empréstimos e adiantamentos objeto de moratória	8.004.249	294.628	910.217	545.727	450.657	525.377	8.549.976
dos quais: Famílias	4.981.154	235.313	480.080	139.891	126.294	130.999	5.121.045
dos quais: caucionados por imóveis de habitação	4.551.971	216.345	401.358	115.590	107.741	109.957	4.667.561
dos quais: sociedades não financeiras	3.023.095	59.315	430.136	405.836	324.363	394.378	3.428.931
dos quais: pequenas e médias empresas	1.992.188	46.157	370.691	252.725	198.296	241.661	2.244.913
dos quais: caucionados por imóveis comerciais	1.297.684	21.100	151.825	282.193	243.321	275.718	1.579.877

A imparidade dos empréstimos e adiantamentos abrangidos pela moratória em 31 de dezembro de 2020 é o seguinte:

	31-12-2020						
	Imparidade						
	Produtivos			Não produtivos			Total
Dos quais: objeto de medidas de reestruturação	Dos quais: Stage 2		Dos quais: objeto de medidas de reestruturação	Dos quais: com probabilidade reduzida de pagamento			
Empréstimos e adiantamentos objeto de moratória	(50.396)	(16.489)	(37.641)	(223.478)	(181.246)	(216.352)	(273.875)
dos quais: Famílias	(19.427)	(9.224)	(15.549)	(49.475)	(45.513)	(45.576)	(68.902)
dos quais: caucionados por imóveis de habitação	(14.041)	(7.825)	(11.648)	(36.572)	(34.335)	(34.638)	(50.613)
dos quais: sociedades não financeiras	(30.969)	(7.266)	(22.092)	(174.003)	(135.733)	(170.776)	(204.972)
dos quais: pequenas e médias empresas	(26.180)	(7.001)	(20.470)	(106.401)	(85.218)	(103.374)	(132.581)
dos quais: caucionados por imóveis comerciais	(10.079)	(791)	(7.282)	(100.991)	(88.264)	(100.290)	(111.070)

Os empréstimos e adiantamentos concedidos ao abrigo de novos sistemas de garantia pública em resposta à atual crise económica causada pela pandemia Covid-19, é a seguinte:



seus processos e gestão do negócio. Neste sentido, o Grupo encontra-se a desenvolver iniciativas com vista a incorporar os referidos *guidelines* no seu modelo de gestão de riscos, na originação e nos seus processos de negócio.

Atualmente o foco do Grupo está na mensuração (*heatmaps*, testes de *stress*, análises de cenários, avaliações de risco do cliente), na melhoria estrutural de dados e recolha de informação, na monitorização e no *reporting*. O objetivo destas iniciativas é criar conscientização e conhecimento e, posteriormente, expandir a divulgação sobre os riscos climáticos.



No que diz respeito às estimativas a incorporar na preparação das suas demonstrações financeiras, o Grupo considerou igualmente o impacto em termos de classificação dos instrumentos financeiros ligados a indicadores climáticos ou outros indicadores de sustentabilidade: relevância é dada ao impacto das condições contratuais dos instrumentos financeiros associadas a indicadores climáticos ou de sustentabilidade nos fluxos de caixa contratuais dos instrumentos financeiros (e se os mesmos representam apenas pagamentos de capital e juros).

#### 45. EVENTOS SUBSEQUENTES

À data de aprovação das presentes demonstrações financeiras consolidadas pelo Conselho de Administração do Grupo, não se verificava nenhum acontecimento subsequente a 31 de dezembro de 2021, data de referência das referidas demonstrações financeiras, que exigissem ajustamentos ou modificações dos valores dos ativos e dos passivos, nos termos da IAS 10 – Acontecimentos após a data de balanço.

O Grupo exerceu a *clean up call* em fevereiro de 2022, da operação de titularização Atlantes Mortgages nº 5 e Atlantes Mortgages nº 7.

##### Ofensiva militar na Ucrânia

Na noite de 23 para 24 de fevereiro de 2022, a Rússia lançou uma ofensiva militar na Ucrânia, resultando num conflito que traz de novo um cenário de guerra à Europa, e que decorre ainda à data de aprovação deste relatório. Decorrem negociações entre as partes, ao mesmo tempo que prosseguem as hostilidades, não sendo possível avaliar quando o conflito termine.

A generalidade da comunidade internacional reagiu, com a condenação da agressão militar, o apoio à Ucrânia, e a imposição, pelo G-7, de pesadas sanções económicas à Rússia. Estas, contudo, também terão, previsivelmente, efeitos adversos sobre as principais economias envolvidas e, em particular, sobre a União Europeia, agravadas pela escalada dos preços das *commodities*, que alcançaram máximos de mais de uma década, como no caso do petróleo.

Dada a incerteza que subsiste em relação à magnitude dos efeitos decorrentes dos acontecimentos referidos, que dependem ainda de futuros desenvolvimentos, o Conselho de Administração não consegue estimar à data, com a adequada fiabilidade, os impactos futuros na economia nacional e, em particular, ao nível da atividade bancária e da situação financeira do Grupo.

Neste sentido, o Conselho de Administração deu seguimento às sanções económicas aplicadas e irá manter o acompanhamento regular e contínuo da situação, por forma a promover a atualização das estimativas utilizadas sempre que informação relevante se torne disponível, adotando as medidas de resposta mais adequadas aos impactos estimados ou verificados.

#### 46. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 29 de março de 2022.

## SANTANDER TOTTA, SGPS

## RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Montantes expressos em milhares de euros)

Títulos emitidos	Moeda	Valor de emissão			Correcções de Valor			Taxa de Juro	Data de Emissão	Data de Vencimento	Indexante
		Emitido	Subscrito pelo Grupo	Balanco	Juro a pagar/comissão a diferir	por operações de cobertura	Total				
<b>Obrigações hipotecárias</b>											
Hipotecária XIV	EUR	750.000	750.000	-	(150)	-	(150)	0,754%	4-mar-2015	4-mar-2022	Tx Fixa
Hipotecária XVII	EUR	750.000	750.000	-	(301)	-	(301)	0,902%	15-abr-2016	15-abr-2023	Tx Fixa
Hipotecária XVIII	EUR	750.000	750.000	-	(301)	-	(301)	0,652%	26-jul-2016	26-jul-2023	Tx Fixa
Hipotecárias XX - 1ª	EUR	750.000	750.000	-	(905)	-	(905)	1,201%	7-dez-2017	7-dez-2027	Tx Fixa
Hipotecárias XXI	EUR	1.000.000	1.000.000	-	(1.206)	-	(1.206)	1,481%	10-abr-2017	10-abr-2027	Tx Fixa
Hipotecárias XXII	EUR	1.000.000	-	1.000.000	1.897	-	1.001.897	0,875%	25-abr-2017	25-abr-2024	Tx Fixa
Hipotecárias XXIII	EUR	1.000.000	-	1.000.000	(4.647)	-	995.353	1,250%	5-jul-2019	5-jul-2029	Tx Fixa
Hipotecária XXIV	EUR	1.100.000	1.100.000	-	(1.766)	-	(1.766)	0,412%	5-jul-2019	5-jul-2029	Tx Fixa
Hipotecárias XXV	EUR	750.000	750.000	-	(603)	-	(603)	0,51%	27-mar-2020	27-mar-2025	Tx Fixa
Hipotecária XXVI	EUR	750.000	750.000	-	(1.353)	-	(1.353)	0,00%	28-out-2020	28-out-2030	Tx Fixa
<b>Total</b>		<b>8.600.000</b>	<b>6.600.000</b>	<b>2.000.000</b>	<b>(9.335)</b>	<b>-</b>	<b>1.990.665</b>				
<b>Obrigações emitidas no âmbito de operações de titularização de crédito hipotecário</b>											
Hipototta 4 - Classe A - Notes	EUR	390.664	285.885	104.779	(345)	-	104.434	Variável	9-dez-2005	30-dez-2048	Euribor 3m+0,12% (até ao reembolso antecipado a Dezembro de 2014); Euribor 3m+0,24% (após data de reembolso antecipado)
Hipototta 4 - Classe B - Notes	EUR	14.213	14.213	-	-	-	-	Variável	9-dez-2005	30-dez-2048	Euribor 3m+0,19% (até ao reembolso antecipado a Dezembro de 2014); Euribor 3m+0,40% (após data de reembolso antecipado)
Hipototta 4 - Classe C - Notes	EUR	44.886	44.886	-	-	-	-	Variável	9-dez-2005	30-dez-2048	Euribor 3m+0,29% (até ao reembolso antecipado a Dezembro de 2014); Euribor 3m+0,58% (após data de reembolso antecipado)
Hipototta 4 - Classe D - Notes	EUR	7.000	7.000	-	-	-	-	Variável	9-dez-2005	30-dez-2048	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
Hipototta 5 - Classe A2 - Notes	EUR	350.683	287.641	63.042	(117)	-	62.925	Variável	22-mar-2007	28-fev-2060	Euribor 3m+0,13% (até ao reembolso antecipado a Fevereiro de 2014); Euribor 3m+0,26% (após data de reembolso antecipado)
Hipototta 5 - Classe B - Notes	EUR	26.000	26.000	-	-	-	-	Variável	22-mar-2007	28-fev-2060	Euribor 3m+0,17% (até ao reembolso antecipado a Fevereiro de 2014); Euribor 3m+0,34% (após data de reembolso antecipado)
Hipototta 5 - Classe C - Notes	EUR	24.000	24.000	-	-	-	-	Variável	16-mar-2007	28-fev-2060	Euribor 3m+0,24% (até ao reembolso antecipado a Fevereiro de 2014); Euribor 3m+0,48% (após data de reembolso antecipado)
Hipototta 5 - Classe D - Notes	EUR	26.000	26.000	-	-	-	-	Variável	22-mar-2007	28-fev-2060	Euribor 3m+0,50% (até ao reembolso antecipado a Fevereiro de 2014); Euribor 3m+1,00% (após data de reembolso antecipado)
Hipototta 5 - Classe E - Notes	EUR	31.000	31.000	-	-	-	-	Variável	22-mar-2007	28-fev-2060	Euribor 3m+1,75% (até ao reembolso antecipado a Fevereiro de 2014); Euribor 3m+3,50% (após data de reembolso antecipado)
Hipototta 5 - Classe F - Notes	EUR	6.000	6.000	-	-	-	-	Variável	22-mar-2007	28-fev-2060	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
Azor Mortgages 2 - Classe A	EUR	62.603	62.603	-	-	-	-	Variável	24-jul-2008	14-dez-2065	3mth Euribor + 0,30%
Azor Mortgages 2 - Classe B	EUR	43.080	43.080	-	-	-	-	Variável	24-jul-2008	14-dez-2065	3mth Euribor + 0,8%
Azor Mortgages 2 - Classe C	EUR	6.750	6.750	-	-	-	-	Variável	24-jul-2008	14-dez-2065	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
Atlantes Mortgage 2 - Classe A	EUR	89.024	-	89.024	(11.076)	-	77.948	Variável	5-mar-2008	18-set-2060	3mth Euribor + 0,33%
Atlantes Mortgage 2 - Classe B	EUR	11.083	11.083	-	-	-	-	Variável	5-mar-2008	18-set-2060	3mth Euribor + 0,95%
Atlantes Mortgage 2 - Classe C	EUR	4.518	4.518	-	-	-	-	Variável	5-mar-2008	18-set-2060	3mth Euribor + 1,65%

## SANTANDER TOTTA - SGPS

## RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Montantes expressos em milhares de euros)

Títulos emitidos	Moeda	Valor de emissão			Correcções de Valor			Taxa de Juro	Data de Emissão	Data de Vencimento	Indexante
		Emitido	Subscrito pelo Grupo	Balanco	Juro a pagar/comissão a diferir	por operações de cobertura	Total				
Atlantes Mortgage 2 - Classe D	EUR	9.422	9.422	-	-	-	-	Variável	5-mar-2008	18-set-2060	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
Atlantes Mortgage 3 - Classe A	EUR	155.100	48.340	106.760	(7.969)	-	98.791	Variável	30-out-2008	20-ago-2061	3mth Euribor + 0,20%
Atlantes Mortgage 3 - Classe B	EUR	22.243	22.243	-	-	-	-	Variável	30-out-2008	20-ago-2061	3mth Euribor + 0,50%
Atlantes Mortgage 3 - Classe C	EUR	39.669	39.669	-	-	-	-	Variável	30-out-2008	20-ago-2061	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
Atlantes Mortgage 4 - Classe A	EUR	172.713	-	172.713	(22.485)	-	150.228	Variável	16-fev-2009	30-dez-2064	3mth Euribor + 0,15%
Atlantes Mortgage 4 - Classe B	EUR	19.020	19.020	-	-	-	-	Variável	16-fev-2009	30-dez-2064	3mth Euribor + 0,30%
Atlantes Mortgage 4 - Classe C	EUR	53.021	53.021	-	-	-	-	Variável	16-fev-2009	30-dez-2064	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
Atlantes Mortgage 5 - Classe A	EUR	140.337	140.337	-	-	-	-	Variável	21-dez-2009	23-nov-2068	3mth Euribor + 0,15%
Atlantes Mortgage 5 - Classe B	EUR	25.910	25.910	-	-	-	-	Variável	21-dez-2009	23-nov-2068	3mth Euribor + 0,30%
Atlantes Mortgage 5 - Classe C	EUR	44.995	44.995	-	-	-	-	Variável	21-dez-2009	23-nov-2068	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
Hipototta nº13 Classe A	EUR	854.727	854.727	-	-	-	-	Variável	9-jan-2018	23-out-2072	3mth Euribor + 0,60%
Hipototta nº13 Classe B	EUR	484.000	484.000	-	-	-	-	Variável	9-jan-2018	23-out-2072	3mth Euribor + 1%
Hipototta nº13 Classe C	EUR	41.501	41.501	-	-	-	-	Variável	9-jan-2018	23-out-2072	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
Hipototta nº13 Classe D	EUR	0	0	-	-	-	-	Variável	9-jan-2018	23-out-2072	
Atlantes Mortgage 7 - Classe A	EUR	110.474	110.474	-	-	-	-	Variável	19-nov-2010	23-ago-2066	3mth Euribor + 0,15%
Atlantes Mortgage 7 - Classe B	EUR	20.529	20.529	-	-	-	-	Variável	19-nov-2010	23-ago-2066	3mth Euribor + 0,30%
Atlantes Mortgage 7 - Classe C	EUR	42.993	42.993	-	-	-	-	Variável	19-nov-2010	23-ago-2066	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
		<b>3.374.158</b>	<b>2.837.840</b>	<b>536.318</b>	<b>(41.992)</b>	<b>-</b>	<b>494.326</b>				
<b>Obrigações estruturadas</b>											
OB.BST INDEX LINKED NOTES 2024 23/12/2024	EUR	8.227	8.227	-	-	-	-	Variável	20-dez-2019	23-dez-2024	cabaz indices
Credit Linked Notes due August 2037 - Operação Castelo	EUR	183.000	-	183.000	2.608	-	185.608	Variável	26-jul-2021	15-ago-2037	Euribor3M (floored at 0) + 9%
		<b>191.227</b>	<b>8.227</b>	<b>183.000</b>	<b>2.608</b>	<b>-</b>	<b>185.608</b>				
<b>Outras Obrigações emitidas</b>											
Senior Holdco	EUR	500.000	-	500.000	1.831	-	501.831	Variável	17-jun-2021	17-jun-2027	6mth Euribor +0,974%
		<b>500.000</b>	<b>-</b>	<b>500.000</b>	<b>1.831</b>	<b>-</b>	<b>501.831</b>				
<b>Total</b>		<b>12.474.158</b>	<b>9.437.840</b>	<b>3.036.318</b>	<b>(49.496)</b>	<b>-</b>	<b>2.986.822</b>				

## SANTANDER TOTTA - SGPS, S.A.

## RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Montantes expressos em milhares de euros)

Títulos emitidos	Moeda	Valor de emissão			Periodificações			Total	Taxa de juro	Maturidade	Reembolso antecipado a partir de:
		Total	Subscrito pelo Grupo	Balanço Consolidado	Total	Subscrito pelo Grupo	Balanço Consolidado	Balanço Consolidado			
Obrigações Banco Santander Totta,SA 7,5% 06/10/2026	EUR	7.599	-	7.599	136	-	136	7.735	7,50%	06 de Outubro de 2026	
OB. BST 2030 TIER2	EUR	320.000	320.000	-	14	14	-	-	1,58%	31 de Dezembro de 2030	31 de Dezembro de 2025
		<b>327.599</b>	<b>320.000</b>	<b>7.599</b>	<b>150</b>	<b>14</b>	<b>136</b>	<b>7.735</b>			

## RELATÓRIOS E PARECERES DA ATIVIDADE CONSOLIDADA





## **Certificação Legal das Contas**

### **Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas**

#### **Opinião**

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da Santander Totta, SGPS, S.A. (“Grupo” ou “Santander Totta SGPS”), que compreendem a demonstração da posição financeira consolidada em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 60.185.614 milhares de euros e um total de capital próprio de 4.624.160 milhares de euros, incluindo resultados atribuíveis aos proprietários da empresa-mãe de 298.614 milhares de euros), a demonstração dos resultados consolidados, a demonstração dos resultados e do outro rendimento integral consolidados, a demonstração das alterações no capital próprio consolidado e a demonstração dos fluxos de caixa consolidados relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada da Santander Totta, SGPS, S.A. em 31 de dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) tal como adotadas na União Europeia.

#### **Bases para a opinião**

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (“ISAs”) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas” abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### **Matérias relevantes de auditoria**

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

**Perdas por imparidade dos ativos financeiros pelo custo amortizado – Empréstimos e adiantamentos – Clientes**Mensuração e divulgações relacionadas com as perdas por imparidade dos empréstimos e adiantamentos a clientes apresentadas nas notas 1.3 alínea c), 2, 9, 18 e 39 anexas às demonstrações financeiras consolidadas do Grupo

A significativa expressão das rubricas de empréstimos e adiantamentos a clientes, e das perdas por imparidade que lhe estão associadas, cujo apuramento requer a aplicação de um conjunto de pressupostos e julgamentos complexos por parte do órgão de gestão do Grupo no que respeita à identificação de clientes com aumento significativo de risco de crédito ou em situação de incumprimento (“*default*”), bem como do correspondente montante de perdas por imparidade, justificam que estas tenham constituído uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria.

Em 31 de dezembro de 2021 o valor bruto dos empréstimos e adiantamentos a clientes ascende a 37.909.158 milhares de euros e as respetivas perdas por imparidade reconhecidas a essa data ascendem a 1.014.439 milhares de euros.

As perdas por imparidade de empréstimos e adiantamentos a clientes são apuradas pelo órgão de gestão em termos individuais, através de uma análise casuística de uma componente significativa da carteira de crédito, sendo as restantes apuradas através de análise coletiva.

Para as exposições mais significativas, avaliadas em termos do montante total de responsabilidades e da eventual existência de indícios de incumprimento, o Grupo desenvolve um processo de análise individual que inclui uma análise individual de *staging*, no sentido de corroborar a atribuição indicativa de *stage* automático (*stages* 1, 2 e 3), e uma análise individual de quantificação de imparidade. Neste último caso, a análise é realizada para as exposições classificadas em *stage* 3, sendo o montante de imparidade apurado através da análise detalhada da posição económica e financeira de cada cliente, tendo por referência: (i) a estimativa dos fluxos de caixa que poderão no futuro gerar para o cumprimento das

Os procedimentos de auditoria desenvolvidos incluíram a identificação, a compreensão e a avaliação das políticas e procedimentos instituídos pelo Grupo para efeitos da mensuração das perdas por imparidade para a carteira de empréstimos e adiantamentos a clientes, bem como dos controlos chave referentes à aprovação, ao registo e monitorização do risco de crédito, nomeadamente dos créditos alvo de moratórias e avales do Estado no contexto específico da pandemia COVID-19, e à atempada identificação, mensuração e registo das perdas por imparidade.

Em base de amostragem, analisámos um conjunto de clientes pertencentes ao perímetro de análise individual do Grupo, tendo por base os critérios definidos em normativo interno, com o objetivo de: (i) rever as conclusões e resultados obtidos pelo Grupo na análise individual de *stage* e na análise individual de quantificação de imparidade; (ii) formular o nosso próprio julgamento sobre a existência de situações de aumento significativo de risco de crédito e de incumprimento; e (iii) avaliar de que forma as perdas por imparidade foram atempadamente identificadas, mensuradas e reconhecidas pelo órgão de gestão. Neste processo, foi também confirmado que o perímetro de análise individual incluía todas as exposições que cumpriam com os critérios definidos pelo Grupo na sua metodologia.

Assim, para uma amostra de exposições classificadas em *stage* 3, extraída da população de crédito sujeita a análise individual pelo Grupo em 31 de dezembro de 2021, os procedimentos que desenvolvemos consistiram em: (i) rever a documentação disponível sobre os processos de crédito; (ii) verificar a correspondência dos planos financeiros utilizados para efeitos de determinação das perdas por imparidade com os respetivos contratos; (iii) analisar o suporte contratual e os colaterais mais relevantes e confirmar o registo dos mesmos a favor do Grupo; (iv) analisar as

---

**Matérias relevantes de auditoria**

---

**Síntese da abordagem de auditoria**

---

suas responsabilidades; ou (ii) a avaliação atribuída aos colaterais recebidos no âmbito da concessão de crédito, sempre que se antecipe a sua recuperação por via da dação, execução e/ou venda desses mesmos colaterais, deduzida dos custos inerentes à sua recuperação e venda.

Para as exposições não abrangidas pela análise individual, o Grupo desenvolveu modelos de análise coletiva para apuramento das perdas esperadas de imparidade, à luz dos requisitos da IFRS 9, que incluem nomeadamente a classificação das exposições por diferentes *stages* consoante a evolução do seu risco de crédito desde a data da sua concessão, e não em função do risco de crédito à data de relato (*stages* 1, 2 ou 3). Estes modelos baseiam-se na informação histórica interna de *defaults* e recuperações e, por forma a serem representativos do atual contexto económico e simultaneamente incorporarem uma perspetiva da evolução económica futura, também utilizam informação prospetiva disponível acerca de um conjunto de variáveis relevantes, tais como por exemplo: (i) a taxa prevista de crescimento do PIB; (ii) a taxa esperada de desemprego; (iii) a evolução da Euribor; e/ou (iv) as perspetivas para o mercado imobiliário. Tendo por base estes dados macroeconómicos, são desenvolvidos cenários potenciais que permitem ajustar, com base numa probabilidade de ocorrência, as estimativas de perda esperada em cada segmento.

O contexto específico motivado pela pandemia COVID-19 originou um acréscimo de complexidade na identificação de aumentos significativos de risco de crédito e de indicadores de *default*, tendo em consideração as diversas medidas de apoio concedidas às famílias e empresas, nomeadamente o lançamento de linhas de apoio à economia e a disponibilização às famílias e empresas da possibilidade de adesão à suspensão temporária do pagamento das prestações dos empréstimos (moratórias). Nestas circunstâncias, os modelos internos de análise de imparidade desenvolvidos pelo Grupo foram adaptados de forma a incorporar novos critérios e outros julgamentos como sejam: (i) a consideração de medidas temporárias de flexibilidade de não agravamento do *stage* e/ou marcação como reestruturadas as operações com moratórias aprovadas em linha com as orientações dos supervisores nesta matéria; (ii) o desenvolvimento

avaliações mais recentes desses colaterais; (v) examinar os critérios para determinação de aumento significativo do risco de crédito (*stage* 2) e em situação de imparidade (*stage* 3), numa base individual; (vi) rever a incorporação na análise da informação prospetiva; (vii) analisar os fluxos de caixa descontados subjacentes ao cálculo de imparidade; (viii) analisar a evolução das exposições; e (ix) compreender a visão dos responsáveis do Grupo quanto à situação económico-financeira dos clientes e, à previsibilidade dos fluxos de caixa esperados dos respetivos negócios bem como sobre as perspetivas de cobrabilidade dos créditos.

Sempre que concluímos pela necessidade de revisão de algum pressuposto utilizado pelo órgão de gestão, procedemos ao recálculo do montante estimado de imparidade e comparámos os resultados obtidos com os apurados pelo Grupo, por forma a avaliar a existência de eventuais divergências materialmente relevantes.

Para a carteira cuja imparidade é apurada através do modelo de análise coletiva, foram desenvolvidos procedimentos específicos com o objetivo de avaliar de que forma os pressupostos considerados pelo órgão de gestão contemplam todas as variáveis de risco, tendo em conta para o efeito a informação histórica disponível sobre o desempenho e recuperações da carteira de empréstimos e adiantamentos a clientes do Grupo, nomeadamente: (i) revisão da documentação metodológica de desenvolvimento e validação dos modelos; (ii) análise da documentação do exercício de *backtesting* dos parâmetros de risco e dos seus resultados; (iii) revisão e testes à segmentação da carteira; (iv) análise à definição de *default* do Grupo e aos critérios aplicados na classificação de *staging*, em base de amostragem, incluindo os critérios adicionais estabelecidos e as análises setoriais desenvolvidas pelo Grupo para os setores económicos mais afetados pela pandemia COVID-19; (v) revisão e teste dos principais parâmetros de risco, bem como a informação prospetiva disponível e sua atualização por via dos efeitos económicos estimados da pandemia COVID-19; (vi) análise crítica dos principais pressupostos e fontes de informação utilizadas para estimar as recuperações futuras incorporadas no apuramento da LGD ("*Loss Given Default*"), incluindo o teste das recuperações históricas incorporadas nesse apuramento, em base



---

**Matérias relevantes de auditoria****Síntese da abordagem de auditoria**

---

de análises individuais às exposições significativas dos setores mais afetados pela pandemia, de forma a identificar situações de deterioração significativa do risco de crédito; e (iii) a atualização dos cenários macroeconómicos para efeitos da determinação da perda estimada, tendo em consideração os potenciais efeitos económicos da pandemia COVID-19.

Tendo em conta o exposto, alterações nos pressupostos ou metodologias utilizadas pelo Grupo na análise e quantificação das perdas por imparidade da carteira de empréstimos e adiantamentos a clientes, bem como diferentes estratégias de recuperação, condicionam a estimativa dos fluxos de recuperação e o *timing* do seu recebimento, e podem ter impactos relevantes no montante de perdas por imparidades apurado em cada momento.

de amostragem; e (vii) recálculo da *Expected Credit Loss* (“ECL”) para a carteira de empréstimos e adiantamentos a clientes, com referência a 31 de dezembro de 2021.

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram também a revisão das divulgações sobre os empréstimos e adiantamentos a clientes, bem como as respetivas perdas por imparidade, constantes das notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, tendo em conta as normas contabilísticas aplicáveis e em vigor.

---

***Outros saldos a receber relacionados com a medida de resolução aplicada ao Banif******Mensuração do saldo a receber relacionado com a medida de resolução aplicada ao Banif e respetivas divulgações apresentadas nas notas 1.3 alínea c), 9 e 13 anexas às demonstrações financeiras consolidadas do Grupo***

Na sequência da medida de resolução aplicada ao Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A. (“Banif”) deliberada pelo Conselho de Administração do Banco de Portugal em 20 de dezembro de 2015 (“transação”), e tendo presentes os entendimentos e esclarecimentos subsequentes que foram comunicados ao Grupo pelo Banco de Portugal, e o deferimento, por parte do Ministério das Finanças, do pedido de transmissão dos prejuízos fiscais do Banif, o Grupo submeteu, em 29 de maio de 2018, uma declaração de substituição do Modelo 22 (IRC) referente ao exercício de 2015.

Posteriormente, por Despacho da Diretora Adjunta da Unidade dos Grandes Contribuintes, apenas foi reconhecido ao Grupo o direito de utilizar prejuízos fiscais do Banif relativos aos exercícios de 2009 a 2014. Na sequência da decisão do Ministério das Finanças de 30 de junho de 2020 quanto ao indeferimento do recurso hierárquico apresentando pelo Grupo relativamente ao referido Despacho, o Grupo exigiu em 2020 uma compensação no

Os procedimentos de auditoria que desenvolvemos para esta matéria incluíram a identificação e a compreensão dos processos e controlos chave instituídos pelo Grupo no que se refere à aprovação, registo e monitorização destas matérias, bem como a apreciação dos pressupostos adotados pelo órgão de gestão quanto à sua forma de recuperação e respetivo montante.

Face à relevância dos julgamentos requeridos do órgão de gestão, no âmbito da nossa auditoria efetuámos, entre outros, os seguintes procedimentos: (i) reuniões com o órgão de gestão para análise da avaliação efetuada pelo Grupo quanto à situação e evolução do referido processo; (ii) análise da documentação contratual associada à transação; (iii) apreciação das comunicações realizadas com a Autoridade Tributária e o Ministério das Finanças; (iv) apreciação da correspondência trocada com o Banco de Portugal; e (v) reuniões com os advogados externos e consultores legais do Grupo e análise dos seus pareceres.

---

---

**Matérias relevantes de auditoria**

---

**Síntese da abordagem de auditoria**

---

montante de 157.699 milhares de euros, em dinheiro ou em títulos do tesouro, no âmbito da transação e do acordo celebrado com as autoridades portuguesas envolvidas na medida de resolução aplicada ao Banif. No contexto da decisão agora conhecida, e tal como referido na Nota 13, o Grupo procedeu à reclassificação desse montante para a rubrica de “Outros saldos a receber”.

Pela sua relevância no contexto das demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, e pela alteração significativa na forma e estratégia de recuperação do saldo em questão, esta constituiu uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria.

---

***Justo valor de instrumentos financeiros mensurados pelo justo valor não cotados num mercado ativo - nível 3 da hierarquia de justo valor******Mensuração do justo valor de instrumentos financeiros não cotados num mercado ativo classificados no nível 3 da hierarquia de justo valor e respetivas divulgações apresentadas nas notas 1.3 alínea c), 2, 6, 7, 8, 9, 17 e 39 anexas às demonstrações financeiras consolidadas do Grupo***

Pela sua relevância no contexto das demonstrações financeiras consolidadas do Grupo e pelo grau de julgamento associado, o apuramento do justo valor de instrumentos financeiros não cotados num mercado ativo classificados no nível 3 da hierarquia de justo valor constituiu uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria. Em 31 de dezembro de 2021 os saldos de balanço desses instrumentos financeiros ascendem a 199.208 milhares de euros de ativos e 31.175 milhares de euros de passivos.

Os instrumentos financeiros assim classificados são compostos por: (i) instrumentos de dívida cujo modelo de negócio é “*hold to collect and sale*” ou negociação; (ii) derivados de negociação ou cobertura; (iii) instrumentos de capital próprio; e (iv) ativos e passivos sujeitos a correções de valor por via da contabilização de coberturas contabilísticas, nomeadamente para empréstimos a clientes, títulos de dívida e depósitos de clientes.

Para os instrumentos financeiros classificados no nível 3 da hierarquia de justo valor, quando não estão disponíveis dados observáveis de mercado, o

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram também a revisão das divulgações quanto à situação do processo e à reclassificação do saldo realizada, constantes das notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, tendo em conta as normas contabilísticas aplicáveis e em vigor.

Os procedimentos de auditoria que desenvolvemos incluíram a identificação e a compreensão dos controlos chave instituídos pelo Grupo subjacentes às metodologias adotadas e à seleção e apuramento dos principais pressupostos utilizados na determinação do justo valor de instrumentos financeiros não cotados num mercado ativo, classificados no nível 3 da hierarquia de justo valor.

Para uma amostra de instrumentos cuja mensuração se tenha baseado substancialmente em dados não observáveis (nível 3), os nossos procedimentos incluíram igualmente: (i) o entendimento das metodologias e principais pressupostos utilizados pelo Grupo; (ii) a avaliação se os modelos desenvolvidos pelo Grupo e os dados e pressupostos utilizados são razoáveis nas circunstâncias, tendo para o efeito comparado os dados passíveis de observação com a informação de mercado recolhida de fontes externas e independentes, sempre que disponível; e (iii) a revisão analítica sobre o justo valor desses instrumentos financeiros, comparando-o com o período homólogo e com a última informação financeira e respetivos relatórios de auditoria, sempre que disponíveis.

---

---

**Matérias relevantes de auditoria**

Grupo determina o respetivo justo valor através da utilização de modelos de valorização baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa, os quais envolvem um elevado grau de julgamento na definição dos pressupostos e inputs a utilizar.

Neste contexto, alterações nos pressupostos e nas técnicas de mensuração utilizadas pelo órgão de gestão podem originar impactos materiais no apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

---

**Síntese da abordagem de auditoria**

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram também a revisão das divulgações sobre os instrumentos financeiros não cotados num mercado ativo classificados no nível 3 da hierarquia de justo valor, constantes das notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, tendo em conta as normas contabilísticas aplicáveis e em vigor.

---

**Responsabilidades com pensões e outros benefícios**

Mensuração e divulgações relacionadas com responsabilidades com pensões e outros benefícios apresentadas nas notas 1.3 alínea j), 2, 20 e 36 anexas às demonstrações financeiras consolidadas do Grupo

Em 31 de dezembro de 2021 as responsabilidades por serviços passados do Grupo em relação aos seus administradores, colaboradores e pensionistas ascendem a 1.561.585 milhares de euros, abrangendo essencialmente benefícios por pensões de reforma e sobrevivência, invalidez, cuidados de saúde e subsídio por morte, previstos no Acordo Coletivo de Trabalho ("ACT") para o setor bancário.

Estas responsabilidades são estimadas tendo por base avaliações atuariais efetuadas por atuário certificado pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões ("ASF"). Estas avaliações incorporam um conjunto de pressupostos financeiros e atuariais, nomeadamente a taxa de desconto, a taxa de inflação, as tábuas de mortalidade e invalidez, as taxas de crescimento das pensões e dos salários, entre outros, definidos pelo órgão de gestão e ajustados às características dos benefícios e da população dos administradores, colaboradores e pensionistas, e ao comportamento atual e futuro dessas variáveis.

No caso concreto da taxa de desconto utilizada nos estudos atuariais, esta é determinada com base nas taxas de mercado para entidades de elevada qualidade em termos de risco de crédito, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos (euros) e com maturidade semelhante à

Os procedimentos de auditoria desenvolvidos incluíram a identificação e a compreensão dos controlos chave instituídos pelo Grupo para assegurar que é correta e completa a informação recolhida e fornecida ao atuário independente para calcular as responsabilidades.

Os trabalhos de auditoria incluíram reuniões com o órgão de gestão e contactos com o atuário independente a fim de identificar as metodologias e as opções consideradas na definição dos principais pressupostos financeiros e atuariais adotados. Face à relevância dos julgamentos requeridos ao órgão de gestão, procedemos à avaliação da razoabilidade dos principais pressupostos, comparando-os com os dados que obtivemos de forma independente.

Foi efetuada a revisão da conformidade: (i) do histórico da informação dos colaboradores utilizada para efeitos do cálculo das responsabilidades; e (ii) do reconhecimento contabilístico de cortes ou liquidações dos planos, de custos respeitantes a serviços passados e de outras alterações de pressupostos e estimativas ocorridas ao longo do exercício. Por último, analisámos o estudo atuarial elaborado pelo atuário independente com referência a 31 de dezembro de 2021, tendo para o efeito em conta os resultados dos procedimentos referidos acima.

---

**Matérias relevantes de auditoria**

duração do termo do pagamento dos benefícios do plano.

Neste contexto, alterações que se venham a registar de futuro nos pressupostos financeiros e atuariais assumidos podem originar impactos materiais na mensuração das responsabilidades, pelo que este tema foi considerado uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria.

---

**Síntese da abordagem de auditoria**

Os procedimentos de auditoria incluíram a revisão das divulgações sobre as responsabilidades com benefícios pós-emprego dos administradores, colaboradores e pensionistas constantes das notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, tendo em conta as normas contabilísticas aplicáveis e em vigor.

---

**Risco de insuficiência de ativos para cobrir as responsabilidades assumidas**

Mensuração e divulgações relacionadas com o risco de insuficiência de ativos para cobrir as responsabilidades assumidas apresentadas nas notas 1.3 alínea m), 2, 14, 16, 17 e 18 anexas às demonstrações financeiras consolidadas do Grupo

Em 31 de dezembro de 2021 a provisão matemática do ramo vida apresentada no balanço ascende a 611.840 milhares de euros, a provisão para compromissos de taxa ascende a 6.787 milhares de euros e os passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento estão registados pelo montante de 3.387.832 milhares de euros, tendo uma significativa expressão no balanço da Grupo.

A avaliação da adequação das responsabilidades de seguros é efetuada tendo por base a projeção dos *cashflows* futuros associados a cada contrato. Estes *cashflows* incluem prémios, mortes, vencimentos, resgates, anulações, despesas, comissões a pagar e rendimentos dos instrumentos financeiros afetos a contratos de seguro.

Estas avaliações envolvem julgamento relativamente à seleção dos pressupostos que estão na base do cálculo, tais como taxas de desconto, taxas de resgates e taxas de reinvestimento. O risco existente decorre da possibilidade de não satisfação das garantias assumidas pelo Grupo para os contratos comercializados, pelo facto de não existir uma correspondência direta entre ativos e passivos ao nível da taxa de juro e da maturidade dos mesmos.

Neste contexto, esta constituiu uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria.

Os procedimentos de auditoria que desenvolvemos incluíram:

- A identificação, compreensão e avaliação dos controlos chave existentes para a avaliação da adequação das responsabilidades de seguros;
- A verificação da efetividade dos principais controlos chave associados ao reconhecimento da provisão matemática, da provisão para compromissos de taxa e dos passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento;
- A identificação e revisão dos principais pressupostos utilizados pelo Grupo na avaliação da adequação das responsabilidades de seguros; e
- A realização de um conjunto de testes independentes para as responsabilidades decorrentes de contratos de seguro e de contratos de investimento e comparação dos respetivos resultados com aqueles obtidos pelo Grupo.

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram também a revisão das divulgações relativamente à provisão matemática, à provisão para compromissos de taxa e aos referidos passivos financeiros, constantes nas notas anexas às demonstrações

---

**Matérias relevantes de auditoria****Síntese da abordagem de auditoria**

---

financeiras tendo em consideração o requerido pelo normativo contabilístico em vigor.

---

**Passivos contingentes**

Divulgações relacionadas com passivos contingentes apresentadas nas notas 1.3 alínea i), 2, 41 e 42 anexas às demonstrações financeiras consolidadas do Grupo

De entre os passivos contingentes divulgados nas notas 41 e 42 anexas às demonstrações financeiras consolidadas do Grupo em 31 de dezembro de 2021, destacam-se os seguintes:

**Fundo de Resolução**

As medidas de resolução aplicadas em 2014 ao Banco Espírito Santo, S.A. - processo que deu origem à criação do Novo Banco, S.A. ("Novo Banco") – e em 2015 ao Banif - Banco Internacional do Funchal, S.A. ("Banif") criaram incertezas relacionadas com a eventual insuficiência de recursos do Fundo de Resolução para assegurar o cumprimento das suas responsabilidades, em particular o reembolso a curto prazo dos financiamentos que contraiu para o efeito.

Essas incertezas têm vindo a evidenciar maior relevância em função das responsabilidades e passivos contingentes assumidos, resultantes nomeadamente: (i) dos efeitos da aplicação do princípio de que nenhum credor da instituição de crédito sob resolução pode assumir um prejuízo maior do que aquele que assumiria caso essa instituição tivesse entrado em liquidação; (ii) de processos judiciais instaurados contra o Fundo de Resolução; (iii) dos efeitos negativos de responsabilidades ou contingências adicionais para o Novo Banco e Banif, resultantes do processo de resolução, que tenham que ser neutralizadas pelo Fundo de Resolução; e (iv) do mecanismo de capitalização contingente associado ao processo de venda do Novo Banco à Lone Star, nos termos do qual o Fundo de Resolução, enquanto acionista do Novo Banco, poderá ser chamado a realizar injeções de capital no caso de se materializarem certas condições relacionadas com o desempenho de um conjunto restrito de ativos do Novo Banco e da evolução dos seus níveis de capitalização.

Os procedimentos de auditoria que desenvolvemos para esta matéria incluíram a identificação e compreensão dos processos e controlos chave instituídos pelo Grupo no que se refere à identificação e monitorização dos passivos contingentes.

Face à relevância e complexidade dos julgamentos requeridos do órgão de gestão, no âmbito da nossa auditoria efetuámos, entre outros, os seguintes procedimentos relativamente ao Fundo de Resolução: (i) monitorização das alterações de maior significado ao modelo simplificado de projeções de fluxos de caixa do Fundo de Resolução apresentado pelo Grupo aquando da renegociação dos empréstimos concedidos, tendo por base as condições contratuais acordadas entre os bancos e o Fundo de Resolução; (ii) apreciação de eventuais comunicações públicas relevantes sobre as responsabilidades e passivos contingentes assumidos pelo Fundo de Resolução e/ou Estado Português; (iii) análise da evolução das exposições do Grupo junto do Fundo de Resolução; e (iv) compreensão da visão dos responsáveis do Grupo quanto à situação económico-financeira do Fundo de Resolução, e à previsibilidade de fluxos de caixa esperados das suas receitas regulares.

Relativamente ao processo instaurado pela Autoridade da Concorrência, os nossos trabalhos incluíram: (i) a análise da avaliação do Grupo quanto à natureza e situação do referido processo, que fundamenta a não constituição de provisões; e (ii) a apreciação da informação obtida junto dos advogados externos do Grupo que acompanham o processo.

Analísámos também a informação disponível sobre os desenvolvimentos ocorridos sobre estes assuntos após 31 de dezembro de 2021.

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram também a revisão das divulgações sobre passivos contingentes, constantes das notas anexas às

---

---

**Matérias relevantes de auditoria****Síntese da abordagem de auditoria**

---

Autoridade da Concorrência

Em 2012 a Autoridade da Concorrência instaurou um processo de contraordenação contra um conjunto de bancos, onde se inclui o Banco Santander Totta, S.A., por alegadas práticas restritivas da concorrência. Em 9 de setembro de 2019, a Autoridade da Concorrência notificou os bancos da sua decisão, que aponta para a condenação dos mesmos, tendo sido aplicada ao Grupo uma coima no montante de 36 milhões de euros. O Grupo entende que não praticou a infração imputada, pelo que apresentou, em 21 de outubro de 2019, recurso da referida decisão para o Tribunal de Concorrência, Regulação e Supervisão. Em maio de 2020, por decisão do referido tribunal, o Grupo prestou caução da quantia relativa a parte da coima aplicada, a qual tem natureza provisória, dado estar pendente da decisão sobre a impugnação judicial efetuada pelo Grupo.

As demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2021 refletem a expectativa do órgão de gestão de que não serão exigidas ao Grupo, enquanto entidade participante do Fundo de Resolução, contribuições especiais ou qualquer outro tipo de contribuições extraordinárias para financiar as medidas de resolução aplicados ao BES e ao Banif, ou qualquer outro passivo ou passivo contingente assumido pelo Fundo de Resolução. Adicionalmente, é também convicção do órgão de gestão que as probabilidades de o processo instaurado pela Autoridade da Concorrência vir a terminar sem o Grupo ter de pagar uma coima são mais elevadas do que as de suceder o inverso.

Os passivos contingentes podem evoluir de forma diferente do originalmente esperado, de modo que estão sujeitos a revisão contínua para determinar se a eventualidade de saída de recursos se tornou provável. Nestas circunstâncias, a avaliação destes passivos contingentes implica que o órgão de gestão do Grupo empregue estimativas e julgamentos complexos quanto à probabilidade de materialização e quantificação dos montantes das responsabilidades que podem resultar dos litígios e contingências em que o Grupo é parte envolvida e, nessa medida, esta foi uma matéria considerada relevante para efeitos da nossa auditoria.

---

demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, tendo em conta as normas contabilísticas aplicáveis e em vigor.

### ***Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas***

O órgão de gestão é responsável pela:

- a) preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira consolidada, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa consolidados do Grupo de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) tal como adotadas na União Europeia;
- b) elaboração do relatório consolidado de gestão e da demonstração não financeira consolidada nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- e) avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

### ***Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas***

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;

- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- f) obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- g) comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- h) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e
- i) declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório consolidado de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

### ***Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares***

#### ***Sobre o relatório consolidado de gestão***

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório consolidado de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as



demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

### **Sobre a demonstração não financeira consolidada**

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 6, do Código das Sociedades Comerciais, informamos que o Grupo irá preparar um relatório separado do relatório consolidado de gestão que inclui a demonstração não financeira consolidada, conforme previsto no artigo 508.º-G do Código das Sociedades Comerciais, o qual deverá ser publicado no seu sítio na Internet no prazo legal.

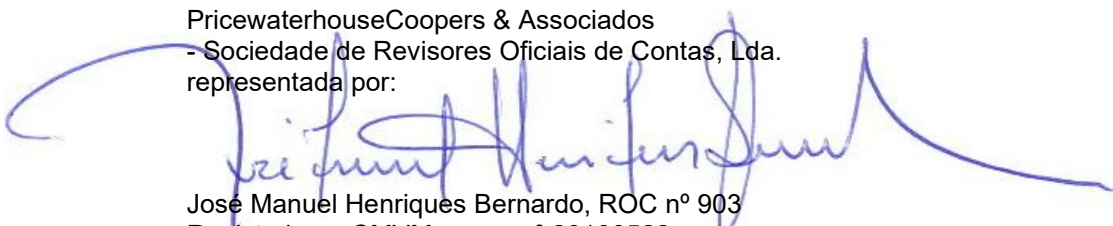
### **Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014**

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- a) Fomos nomeados auditores da Santander Totta, SGPS, S.A. pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 31 de maio de 2016 para um mandato compreendido entre 2016 e 2018, mantendo-nos em funções até ao presente período. A nossa última nomeação ocorreu na assembleia geral de acionistas realizada em 13 de dezembro de 2018 para o mandato compreendido entre 2019 e 2021.
- b) O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras consolidadas. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISAs mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude.
- c) Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização do Grupo em 19 de abril de 2022.
- d) Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do n.º 1 do artigo 5.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014 e que mantivemos a nossa independência face ao Grupo durante a realização da auditoria.

19 de abril de 2022

PricewaterhouseCoopers & Associados  
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.  
representada por:

  
José Manuel Henriques Bernardo, ROC n.º 903  
Registado na CMVM com o n.º 20160522



## RELATÓRIO ANUAL E PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE OS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS

### Exercício de 2021

O presente Relatório Anual da atividade desenvolvida pelo Conselho Fiscal durante o ano de 2021, bem como o Parecer sobre o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras consolidadas relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 da SANTANDER TOTTA, SGPS, S.A. (adiante designada por "Sociedade"), da responsabilidade e apresentados pelo Conselho de Administração, são emitidos nos termos do art.º 420, n.º 1, alínea g) do Código das Sociedades Comerciais.

### RELATÓRIO ANUAL

A Assembleia Geral da Santander Totta, SGPS, S.A., realizada em 21 de dezembro de 2021, elegeu os corpos sociais para o triénio 2022-2024, tendo, no que respeita ao Conselho Fiscal, sido recebida em 28 de março de 2022 a comunicação do supervisor sobre a aprovação dos membros eleitos, nos quais se incluem como novos membros os dois vogais, tendo a tomada de posse ocorrido no dia 11 de abril de 2022.

Consequentemente, por analogia com o estabelecido para o órgão de gestão no n.º 4 do art.º 65.º do Código das Sociedades Comerciais, apesar de só terem entrado em funções em 11 de abril de 2022, competiu aos atuais/novos membros do Conselho Fiscal elaborar e assinar o presente Relatório Anual e Parecer sobre o Relatório do Conselho de Administração e as demonstrações financeiras consolidadas da Santander Totta, SGPS, S.A. de 2021. Dada a circunstância do presidente do Conselho Fiscal ter transitado do mandato anterior e o facto dos novos membros terem, a partir do momento da sua entrada em funções, concentrado esforços na apreciação do trabalho já realizado pelo Conselho Fiscal cessante, o qual se encontra devidamente registado em atas, relatórios e pareceres emitidos, foi possível assegurar o adequado nível de fiscalização e suporte do presente Relatório Anual e Parecer deste órgão de fiscalização.

O Conselho Fiscal realizou dezasseis reuniões em 2021 e quatro reuniões em 2022 até à presente data, reuniões essas em que, para além da participação dos seus membros, foi possível contar, em regra, com a presença dos representantes do Revisor Oficial de Contas e, em função das matérias tratadas, com a presença de diversos responsáveis do Grupo Santander Totta (adiante designado por "Grupo"), nomeadamente, a *Controller*, o Diretor Coordenador da Auditoria Interna, o Diretor Coordenador da Área Jurídica, o Diretor Coordenador dos Assuntos Institucionais e Cumprimento, o responsável pela Função de Gestão de Riscos e ainda, em duas delas, o Administrador responsável pelo pelouro financeiro. Para além dessas reuniões, e independentemente do trabalho realizado por cada um dos seus membros para efeitos da análise da documentação disponibilizada e do acompanhamento da situação financeira e da atividade e modelo organizacional do Grupo, realizaram-se contactos pontuais sempre que necessário e as circunstâncias o justificaram.





O Conselho Fiscal esteve representado na reunião da Assembleia Geral em que foram apreciados e aprovados o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras consolidadas do exercício de 2020, bem como, através do seu Presidente, nas reuniões do Conselho de Administração, inclusive naquela em que este órgão apreciou e aprovou para emissão o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras consolidadas do exercício de 2021, a submeter à aprovação da Assembleia Geral.

No cumprimento das competências que lhe estão legalmente atribuídas, o Conselho Fiscal desenvolveu, durante o ano de 2021, várias atividades de que se destacam as que de seguida se elencam:

- a) Foi feito o acompanhamento da gestão e da evolução dos negócios do Grupo ao longo do ano, mediante (i) a presença do Presidente do Conselho Fiscal nas reuniões dos Conselhos de Administração da Sociedade e da sua principal participada, Banco Santander Totta, S.A., (ii) a leitura das atas das reuniões destes órgãos, (iii) a apreciação da informação trimestral sobre a atividade e resultados, quer da Sociedade quer das suas subsidiárias, e (iv) de outra documentação relevante, bem como através dos contactos mantidos com os seus responsáveis, tendo-se obtido toda a informação e esclarecimentos solicitados.
- b) No âmbito do acompanhamento das subsidiárias, o Conselho Fiscal, através do seu Presidente, esteve presente em onze reuniões do Conselho de Administração do Banco Santander Totta, S.A., realizadas em 2021, e em três reuniões realizadas em 2022 até à presente data, bem como em quinze reuniões da Comissão de Auditoria realizadas em 2021 e em seis reuniões realizadas em 2022 até à presente data, o que permitiu analisar toda a documentação de apoio distribuída, assistir às apresentações efetuadas pelos responsáveis de cada uma das áreas e colocar questões e pedidos de esclarecimento sempre que necessário e os assuntos tenham suscitado. Relativamente à atividade seguradora do Grupo, as reuniões do Conselho Fiscal tiveram a presença, em quatro delas realizadas em 2021 e em duas realizadas em 2022 até à presente data, dos Presidentes do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da Santander Totta Seguros, S.A., nas quais os Presidentes destes órgãos expuseram, respetivamente, a evolução da atividade e dos negócios e a fiscalização exercida.
- c) Observou-se em termos gerais o cumprimento das normas legais e estatutárias aplicáveis, bem como das instruções emanadas pelo Banco de Portugal, não tendo sido detetadas situações de incumprimento.
- d) Foi prestada especial atenção às políticas do Grupo relacionadas com os sistemas de gestão de risco, controlo interno, auditoria interna e *compliance*.
- e) Em fevereiro de 2021, o Conselho Fiscal emitiu, nos termos do Aviso nº 3/2020, do Banco de Portugal, o Relatório de autoavaliação sobre a cultura organizacional, sistemas de governo e de controlo interno, referente ao Grupo e à filial no estrangeiro, a Totta Ireland PLC, abrangendo o período compreendido entre 1 de julho de 2020 e 31 de janeiro de 2021 e, em



dezembro de 2021, abrangendo o período compreendido entre 1 de fevereiro e 30 de novembro de 2021, emitiu idêntico relatório, no âmbito do mesmo Aviso e referente às mesmas entidades.

- f) Foram apreciadas as políticas contabilísticas do Grupo e as bases de mensuração utilizadas na preparação da informação financeira anual, tendo em vista ajuizar da correção na avaliação do património e dos resultados consolidados e fiscalizado o processo de divulgação.
- g) Foram analisados e debatidos com os responsáveis da Sociedade o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras consolidadas do exercício de 2021, entendendo o Conselho Fiscal que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação constante daqueles documentos foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira consolidada e dos resultados consolidados do Grupo.
- h) Foi igualmente analisado o Relatório de Governo Societário requerido pelo Código das Sociedades Comerciais, tendo o Conselho Fiscal verificado que no mesmo se encontram tratados os elementos legalmente previstos.
- i) Foram debatidas com os representantes do Revisor Oficial de Contas as questões fundamentais decorrentes da revisão legal das contas, no âmbito do acompanhamento da forma como a mesma se desenvolveu, tendo-se considerado que essa revisão foi realizada com total independência. Foram também apreciados o Relatório Adicional ao Conselho Fiscal e a Certificação Legal das Contas consolidadas, emitidos nos termos da legislação em vigor pelo Revisor Oficial de Contas, em particular as matérias relevantes de auditoria como tal identificadas no processo de revisão legal das contas e a síntese da abordagem de auditoria, que constam da Certificação Legal das Contas consolidadas, documentos que mereceram o acordo do Conselho Fiscal.
- j) Foi analisado o trabalho desenvolvido pelo Revisor Oficial de Contas no período do seu segundo mandato e, em consequência, o Conselho Fiscal, nos termos da legislação em vigor, emitiu e apresentou para a Assembleia Geral da Sociedade a competente proposta de recondução para o triénio 2022-2024.
- k) O Conselho Fiscal, no decurso do ano de 2021 e para efeitos do disposto na alínea d) do nº 2 do art.º 420º do Código das Sociedades Comerciais e na alínea e) do nº 3 do art.º 3º da Lei nº 148/2015, de 9 de setembro, analisou dezoito propostas de prestação de serviços adicionais por parte do Revisor Oficial de Contas, sendo um deles destinado simultaneamente à Santander Totta, SGPS, S.A. e à sua subsidiária Banco Santander Totta, S.A. e dezassete destinados apenas a esta subsidiária, e em 2022, até à presente data, analisou mais quatro propostas de prestação de serviços adicionais por parte do Revisor Oficial de Contas, três delas destinadas ao Banco Santander Totta, S.A. e uma destinada à Santander Totta, SGPS,





S.A.. Em todos os casos mencionados foi emitido parecer favorável, após se constatar que tais serviços não seriam proibidos e não colocariam em causa a independência do Revisor Oficial de Contas.

No decurso da sua atividade fiscalizadora, o Conselho Fiscal não se deparou com quaisquer constrangimentos e não verificou, nem lhe foi reportada, qualquer irregularidade ou ato lesivo dos interesses do Grupo, por parte dos seus acionistas, colaboradores ou outros.

O Conselho Fiscal salienta e expressa o seu agradecimento pela empenhada colaboração e apoio que obteve do Conselho de Administração, do Revisor Oficial de Contas e dos serviços do Grupo.

### PARECER DO CONSELHO FISCAL

Face ao exposto, e em consequência do trabalho desenvolvido, o Conselho Fiscal considera que o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras consolidadas da SANTANDER TOTTA, SGPS, S.A., as quais compreendem a demonstração da posição financeira consolidada em 31 de dezembro de 2021, a demonstração dos resultados consolidados, a demonstração dos resultados e do outro rendimento integral consolidados, a demonstração das alterações no capital próprio consolidado e a demonstração dos fluxos de caixa consolidados do exercício findo naquela data e as correspondentes notas às Demonstrações Financeiras consolidadas, permitem compreender a situação patrimonial do Grupo no fim do exercício de 2021 e o modo como se desenrolou a atividade consolidada do Grupo.

Assim, o Conselho Fiscal é de parecer que estão reunidas as condições para que a Assembleia Geral da SANTANDER TOTTA, SGPS, S.A. aprove o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras consolidadas do exercício de 2021.

Lisboa, 19 de abril de 2022

O CONSELHO FISCAL

José Duarte Assunção Dias (Presidente)

Henrique Salema de Carvalho e Silva (Vogal)

Luís Paulo Glória Picardo de Sousa (Vogal)



## DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Notas	31-12-2021	31-12-2020
<b>ATIVO</b>			
Caixa e outros depósitos à ordem	2	317.862	49.479
Ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral	3	317.957	334.031
Instrumentos de capital		133	133
Títulos de dívida		317.824	333.898
Investimentos em filiais, empreendimentos conjuntos e associadas	4	3.422.166	3.422.166
Ativos por impostos	5	130.468	42.519
Outros ativos	6	-	-
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>4.188.453</b>	<b>3.848.195</b>
<b>PASSIVO</b>			
Passivos financeiros contabilizados pelo custo amortizado	7	501.831	-
Títulos de dívida emitidos		501.831	-
Provisões	8	42	42
Outras provisões		42	42
Passivos por impostos	5	81.422	35.836
Outros passivos	9	182	226
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>583.477</b>	<b>36.104</b>
<b>CAPITAIS PRÓPRIOS</b>			
Capital	10	1.972.962	1.972.962
Instrumentos de capital próprio emitidos, exceto capital social	10	400.000	600.000
Outro rendimento integral acumulado	10	(1.697)	60
Lucros retidos	10	482.856	230.212
Outras reservas	10	698.885	1.004.215
Ações próprias	10	(2.529)	(2.447)
Lucros ou prejuízos do exercício		54.499	7.089
<b>TOTAL DOS CAPITAIS PRÓPRIOS</b>		<b>3.604.976</b>	<b>3.812.091</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E DOS CAPITAIS PRÓPRIOS</b>		<b>4.188.453</b>	<b>3.848.195</b>

O anexo faz parte integrante da demonstração da posição financeira individual em 31 de dezembro de 2021.

## SANTANDER TOTTA, SGPS S.A.

## DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS INDIVIDUAL

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

		(Montantes expressos em milhares de Euros)	
	Notas	31-12-2021	31-12-2020
Rendimentos de juros		5.247	5.283
Despesas com juros		(1.831)	-
<b>MARGEM FINANCEIRA</b>	11	<b>3.416</b>	<b>5.283</b>
Rendimento de dividendos	12	50.000	-
<b>PRODUTO BANCÁRIO</b>		<b>53.416</b>	<b>5.283</b>
<b>Despesas administrativas</b>		<b>(570)</b>	<b>(413)</b>
Despesas de pessoal		(166)	(65)
Outras despesas administrativas		(404)	(348)
<b>Imparidades ou reversão de imparidades de ativos financeiros não contabilizados pelo justo valor através dos resultados</b>	8	-	-
Ativos financeiros pelo custo amortizado		-	-
<b>LUCROS OU PREJUÍZOS DE UNIDADES OPERACIONAIS EM CONTINUAÇÃO ANTES DE IMPOSTOS</b>		<b>52.846</b>	<b>4.870</b>
<b>Despesas ou receitas com impostos relacionadas com os resultados de unidades operacionais em continuação</b>	5	<b>1.653</b>	<b>2.219</b>
<b>LUCROS OU PREJUÍZOS DO EXERCÍCIO</b>		<b>54.499</b>	<b>7.089</b>

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados individual para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021.



SANTANDER TOTTA, SGPS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS E DO OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL INDIVIDUAL  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

	(Montantes expressos em milhares de Euros)	
	31-12-2021	31-12-2020
<b>Lucros ou prejuízos do exercício</b>	<b>54.499</b>	<b>7.089</b>
<b>Outro rendimento integral</b>	<b>(1.757)</b>	<b>(917)</b>
<b>Rubricas que podem ser reclassificadas em resultados</b>		
Instrumentos de dívida contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral		
Ganhos ou perdas de avaliação imputados ao capital próprio		
. Justo valor	(2.267)	(1.184)
. Impacto fiscal	510	267
<b>Rendimento integral individual do exercício</b>	<b>52.742</b>	<b>6.172</b>

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados e do outro rendimento integral individual para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

## DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO INDIVIDUAL PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Instrumentos de		Outro rendimento integral acumulado		Lucros retidos	Outras reservas	Ações próprias	Lucros ou prejuízos do exercício	Total do capital próprio
	Capital	capital próprio emitidos, exceto capital social	De justo valor	Por impostos					
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>1.972.962</b>	<b>600.000</b>	<b>1.261</b>	<b>(284)</b>	<b>(100.862)</b>	<b>960.629</b>	<b>(2.447)</b>	<b>435.860</b>	<b>3.867.119</b>
Aplicação dos resultados									
. Transferência para reservas	-	-	-	-	392.274	43.586	-	(435.860)	-
Pagamento de Juros de "Additional Tier 1 Instruments"	-	-	-	-	(61.200)	-	-	-	(61.200)
Rendimento integral individual do exercício de 2020	-	-	(1.184)	267	-	-	-	7.089	6.172
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>1.972.962</b>	<b>600.000</b>	<b>77</b>	<b>(17)</b>	<b>230.212</b>	<b>1.004.215</b>	<b>(2.447)</b>	<b>7.089</b>	<b>3.812.091</b>
Aplicação dos resultados									
. Transferência para reservas	-	-	-	-	252.644	(245.555)	-	(7.089)	-
Aquisição de ações próprias (Nota 10)	-	-	-	-	-	-	(82)	-	(82)
Emissão de "Additional Tier 1 Instruments" (Nota 10)	-	400.000	-	-	-	-	-	-	400.000
Reembolso de "Additional Tier 1 Instruments" (Nota 10)	-	(600.000)	-	-	-	-	-	-	(600.000)
Pagamento de Juros de "Additional Tier 1 Instruments"	-	-	-	-	-	(59.775)	-	-	(59.775)
Rendimento integral do exercício de 2021	-	-	(2.267)	510	-	-	-	54.499	52.742
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>1.972.962</b>	<b>400.000</b>	<b>(2.190)</b>	<b>493</b>	<b>482.856</b>	<b>698.885</b>	<b>(2.529)</b>	<b>54.499</b>	<b>3.604.976</b>

O anexo faz parte integrante da demonstração das alterações no capital próprio individual para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

SANTANDER TOTTA, SGPS S.A.  
 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA INDIVIDUAIS  
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Montantes expressos em milhares de Euros)

Notas	31-12-2021	31-12-2020
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:</b>		
Rendimentos de juros e comissões	5.237	4.298
Despesas administrativas	(615)	(379)
Resultados operacionais antes das alterações nos ativos e passivos operacionais	<u>4.622</u>	<u>3.919</u>
(Aumentos) diminuições de ativos operacionais:		
Ativos financeiros pelo custo amortizado - Instituições de crédito	-	115.000
	<u>-</u>	<u>115.000</u>
Caixa líquida das atividades operacionais antes dos impostos sobre o rendimento	4.622	118.919
Impostos pagos	(40.200)	4.927
Caixa líquida das atividades operacionais	<u>(35.578)</u>	<u>123.846</u>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:</b>		
Dividendos recebidos	12 50.000	-
Aquisição ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral	3 -	(320.000)
Reembolso de ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral	3 13.818	271.046
Caixa líquida das atividades de investimento	<u>63.818</u>	<u>(48.954)</u>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:</b>		
Pagamento de Juros de "Additional Tier 1 Instruments"	10 (59.775)	(61.200)
Aquisição de ações próprias	10 (82)	-
Emissão de dívida	7 500.000	-
Emissão de outros instrumentos de capital	10 400.000	-
Reembolso de outros instrumentos de capital	10 (600.000)	-
Caixa líquida das atividades de financiamento	<u>240.143</u>	<u>(61.200)</u>
<b>Aumento (Diminuição) líquida de caixa e seus equivalentes</b>	<u>268.383</u>	<u>13.692</u>
Caixa e seus equivalentes no início do período	49.479	35.788
Caixa e seus equivalentes no fim do período	317.862	49.479

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa individuais  
 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

## NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS



## NOTA INTRODUTÓRIA

A Santander Totta – SGPS, S.A. é uma sociedade anónima constituída em 16 de dezembro de 2004 e tem como objeto social a gestão de participações sociais, como forma indireta de exercício de atividade económica, nos termos previstos na lei.

Por escritura pública celebrada no dia 16 de dezembro de 2004, registou-se a cisão simples da sociedade Banco Totta & Açores, S.A. (“totta”), mediante a transferência de parte do seu património para com ele constituir esta nova sociedade – Santander Totta, SGPS, S.A (Santander Totta). O património cedido consiste em participações financeiras maioritárias, que foram transmitidas pelo valor que se encontravam registadas na sociedade cindida.

Por escritura celebrada no dia 21 de abril de 2005, foi efetuada a fusão por incorporação da Foggia, SGPS, S.A. (Foggia) na Santander Totta, tendo sido extinta a sociedade incorporada e transmitida a universalidade dos seus direitos e obrigações para a incorporante. O património da sociedade incorporada foi registado pelo seu valor líquido contabilístico, tendo os termos de troca sido determinados a 1 de Janeiro de 2005, com base na relação entre os capitais próprios por ação. Em consequência da fusão, o capital social da Santander Totta foi aumentado de 464.168 milhares de euros para 1.972.962 milhares de euros representado por 197.296.207.958 ações ordinárias, com valor nominal de 1 cêntimo de euro cada uma. Nesta operação foi ainda registada uma reserva de fusão no montante de 640.575 milhares de euros. A Sociedade integra a consolidação do Banco Santander, S.A. (*ultimate parent*).

As demonstrações financeiras da Sociedade relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 29 de março de 2022. Estas demonstrações financeiras estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas, mas é convicção do Conselho de Administração que as mesmas venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

### 1. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

#### 1.1. Bases de apresentação das contas

Em conformidade com o artigo nº 2 do Aviso nº 5/2015 do Banco de Portugal, a partir de 1 de janeiro de 2016 as entidades sujeitas à supervisão do Banco de Portugal, devem elaborar as demonstrações financeiras em base individual de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), tal como adotadas, em cada momento, por Regulamento da União Europeia e respeitando a estrutura conceptual para a preparação e apresentação de demonstrações financeiras que enquadra aquelas normas, a exemplo do que já era anteriormente requerido para as demonstrações financeiras em base consolidada.

Desta forma, a partir de 1 de janeiro de 2016, as demonstrações financeiras da Sociedade foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), conforme adotadas pela União Europeia e efetivas à data de 01 de janeiro de 2020, de acordo com o Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de fevereiro e pelo Aviso nº 5/2005, de 30 de dezembro, do Banco de Portugal.

As políticas contabilísticas utilizadas pela Sociedade na preparação das suas demonstrações financeiras referentes a 31 de dezembro de 2021, são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras com referência a 31 de dezembro de 2020.

A partir do exercício de 2020 a Sociedade passou a apresentar as suas demonstrações financeiras de acordo com as orientações do Regulamento (EU 2017/1443 de 29 de junho de 2017).

As demonstrações financeiras estão expressas em milhares de euros, arredondado ao milhar mais próximo.

Na preparação das demonstrações financeiras a Sociedade segue a convenção de custo histórico, modificada quando aplicável, pela mensuração ao justo valor de Ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral.

A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com as IFRS requer o uso de determinadas estimativas contabilísticas críticas, implicando também o exercício de julgamento pela Gestão, quanto à aplicação das políticas contabilísticas da Sociedade. As áreas das demonstrações financeiras que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou as áreas cujos pressupostos e estimativas são significativos à preparação deste conjunto de demonstrações financeiras, encontram-se apresentadas na Nota 1.3.

As demonstrações financeiras da Sociedade foram preparadas numa base de continuidade, uma vez que o Conselho de Administração considera que a Sociedade dispõe de recursos necessários para continuar a operar. A avaliação efetuada pelo Conselho de Administração baseia-se num conjunto alargado de informação relacionada com as condições atuais e futuras, incluindo projeções sobre rentabilidade futura, fluxos de caixa, requisitos de capital e fontes de financiamento. As projeções efetuadas estão baseadas em diferentes cenários e incluem também o impacto na atividade da Sociedade da incerteza provocada pela pandemia Covid – 19.

No âmbito da aplicação das IFRS tal como aprovadas pela União Europeia, a Sociedade adotou com referência a 1 de janeiro de 2021 as seguintes normas, alterações e interpretações:

- **IFRS 16** (alteração), 'Locações - Bonificações de rendas relacionadas com a COVID-19'. Esta alteração introduz um expediente prático para os locatários (mas não para os locadores), que os isenta de avaliar se as bonificações atribuídas pelos locadores no âmbito da COVID-19, qualificam como "modificações" quando estejam cumpridos cumulativamente três critérios: i) a alteração nos pagamentos de locação resulta numa retribuição revista para a locação que é substancialmente igual, ou inferior, à retribuição imediatamente anterior à alteração; ii) qualquer redução dos pagamentos de locação apenas afeta pagamentos devidos em, ou até 30 de junho de 2021; e iii) não existem alterações significativas a outros termos e condições da locação. Os locatários que optem pela aplicação desta isenção, contabilizam a alteração aos pagamentos das rendas, como rendas variáveis de locação no(s) período(s) no(s) qual(ais) o evento ou condição que aciona a redução de pagamento ocorre. Esta alteração é aplicada retrospectivamente com os impactos refletidos como um ajustamento nos resultados transitados (ou noutra componente de capital próprio, conforme apropriado) no início do período de relato anual em que o locatário aplica a alteração pela primeira vez.

- **IFRS 4** (alteração), 'Contratos de seguro – diferimento da aplicação da IFRS 9'. Esta alteração refere-se às consequências contabilísticas temporárias que resultam da diferença entre a data de entrada em vigor da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros e da futura IFRS 17 – Contratos de Seguro. Em especial, a alteração efetuada à IFRS 4 adia até 2023 a data de expiração da isenção temporária da aplicação da IFRS 9 a fim de alinhar a data efetiva desta última com a da nova IFRS 17.
- **IFRS 9, IAS 39, IFRS 7, IFRS 4 e IFRS 16** (alterações) 'Reforma das taxas de juro de referência - fase 2. Estas alterações tratam de questões que surgem durante a reforma de uma taxa de juro de referência, incluindo a substituição de uma taxa de juro de referência por outra alternativa, permitindo a adoção de isenções como: i) alterações na designação e documentação de cobertura; ii) valores acumulados na reserva de cobertura de fluxo de caixa; iii) avaliação retrospectiva da eficácia de uma relação de cobertura no âmbito da IAS 39; iv) alterações nas relações de cobertura para grupos de itens; v) presunção de que uma taxa de referência alternativa, designada como uma componente de risco não especificada contratualmente, é identificável separadamente e qualifica como um risco coberto; e vi) atualizar a taxa de juro efetiva, sem reconhecer ganho ou perda, para os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado com variações nos fluxos de caixa contratuais em consequência da reforma da IBOR, incluindo locações que são indexadas a uma IBOR. A sociedade não tem exposição a moeda diferente do euro.

Normas (novas e alterações) publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2022, e que a União Europeia já endossou:

- **IAS 16** (alteração) 'Rendimentos obtidos antes da entrada em funcionamento'. Alteração do tratamento contabilístico dado à contraprestação obtida com a venda de produtos que resultam da produção em fase de teste dos ativos fixos tangíveis, proibindo a sua dedução ao custo de aquisição dos ativos. Esta alteração é de aplicação retrospectiva, sem reexpressão dos comparativos.
- **IAS 37** (alteração) 'Contratos onerosos – custos de cumprir com um contrato'. Esta alteração especifica que na avaliação sobre se um contrato é ou não oneroso, apenas podem ser considerados os gastos diretamente relacionados com o cumprimento do contrato, como os custos incrementais relacionados com mão-de-obra direta e materiais e a alocação de outros gastos diretamente relacionados como a alocação dos gastos de depreciação dos ativos tangíveis utilizados para realizar o contrato. Esta alteração deverá ser aplicada aos contratos que, no início do primeiro período anual de relato ao qual a alteração é aplicada, ainda incluam obrigações contratuais por satisfazer, sem haver lugar à reexpressão do comparativo.
- **IFRS 3** (alteração) 'Referências à Estrutura conceptual'. Esta alteração atualiza as referências à Estrutura Conceptual no texto da IFRS 3, não tendo sido introduzidas alterações aos requisitos contabilísticos para as concentrações de atividades empresariais. Esta alteração também clarifica o tratamento contabilístico a adotar relativamente aos passivos e passivos contingentes no âmbito da IAS 37 e IFRIC 21 e proíbe o registo de ativos contingentes da adquirida numa concentração de atividades empresariais. Esta alteração é de aplicação prospetiva.

- **IFRS 16** (alteração), 'Locações - Bonificações de rendas relacionadas com a COVID-19 após 30 de junho de 2021'. A alteração estende a data de aplicação da alteração à IFRS 16 – 'Locações - Bonificações de rendas relacionadas com a COVID-19' de 30 de junho de 2021 até 30 de junho de 2022. As condições de aplicação do expediente prático mantêm-se, sendo que: i) caso o locatário já estiver a aplicar o expediente prático de 2020, terá de continuar a aplicá-lo a todos os contratos de locação com características similares, e em condições comparáveis; e ii) caso o locatário não tenha aplicado o expediente prático às bonificações de rendas elegíveis de 2020, não poderá aplicar esta extensão à alteração de 2020. Esta alteração é aplicada retrospectivamente com os impactos refletidos como um ajustamento ao saldo de abertura dos resultados transitados do período de relato anual em que o locatário aplica esta alteração pela primeira vez.
- **IFRS 17** (nova), 'Contratos de seguro'. Esta nova norma substitui o IFRS 4 e é aplicável a todas as entidades que emitam contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária. A IFRS 17 baseia-se na mensuração corrente das responsabilidades técnicas, as quais são reavaliadas a cada data de relato. A mensuração corrente pode ser efetuada pela aplicação do modelo completo ("building block approach") ou simplificado ("premium allocation approach"). O modelo completo baseia-se em cenários de fluxos de caixa descontados ponderados pela probabilidade de ocorrência e ajustados pelo risco, e uma margem de serviço contratual, a qual representa a estimativa do lucro futuro do contrato. Alterações subsequentes dos fluxos de caixa estimados são ajustados contra a margem de serviço contratual, exceto se esta se tornar negativa. A IFRS 17 é de aplicação retrospectiva com algumas isenções na data da transição
- **IFRS 17** (alteração), 'Contratos de seguro' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023). Esta alteração compreende alterações específicas em oito áreas da IFRS 17, tais como: i) âmbito; ii) nível de agregação dos contratos de seguros; iii) reconhecimento; iv) mensuração; v) modificação e desreconhecimento; vi) apresentação da Demonstração da posição financeira; vii) reconhecimento e mensuração da Demonstração dos resultados; e viii) divulgações. Esta alteração também inclui clarificações, que têm como objetivo simplificar alguns dos requisitos desta norma e agilizar a sua implementação.
- **IAS 1** (alteração), 'Apresentação das demonstrações financeiras - classificação de passivos'. Esta alteração pretende clarificar a classificação dos passivos como saldos correntes ou não correntes em função dos direitos que uma entidade tem de diferir o seu pagamento, no final de cada período de relato. A classificação dos passivos não é afetada pelas expectativas da entidade (a avaliação deverá determinar se um direito existe, mas não deverá considerar se a entidade irá ou não exercer tal direito), ou por eventos ocorridos após a data de relato, como seja o incumprimento de um "covenant". Esta alteração inclui ainda uma nova definição de "liquidação" de um passivo. Esta alteração é de aplicação retrospectiva.



- **IAS 1** (alteração), 'Divulgação de políticas contabilísticas'. Alteração aos requisitos de divulgação de políticas contabilísticas baseadas na definição de "material" em detrimento de "significativo". A informação relativa a uma política contabilística considera-se material caso, na ausência da mesma, os utilizadores das demonstrações financeiras não tenham a capacidade de compreender outras informações financeiras incluídas nessas mesmas demonstrações financeiras. As informações imateriais relativas a políticas contabilísticas não precisam de ser divulgadas. O *IFRS Practice Statement 2*, foi também alterado para clarificar como se aplica o conceito de "material" à divulgação de políticas contabilísticas.
- **IAS 8** (alteração), 'Divulgação de estimativas contabilísticas'. Introdução da definição de estimativa contabilística e a forma como esta se distingue das alterações de políticas contabilísticas. As estimativas contabilísticas passam a ser definidas como valores monetários sujeitos a incerteza na sua mensuração, utilizadas para concretizar o(s) objetivo(s) de uma política contabilística.
- **Melhorias às normas 2018 – 2020**. Este ciclo de melhorias altera os seguintes normativos: IFRS 1, IFRS 9, IFRS 16 e IAS 41.

Adicionalmente, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras encontram-se publicadas as seguintes normas e melhorias ainda não adotadas pelo Banco, em virtude da sua aplicação não ser ainda obrigatória ou de não terem sido aprovadas ("endorsed") pela União Europeia:

- **IAS 12** (alteração), 'Imposto diferido relacionado com ativos e passivos associados a uma única transação'. A IAS 12 passa a exigir que as entidades reconheçam imposto diferido sobre determinadas transações específicas, quando o seu reconhecimento inicial dê origem a valores iguais de diferenças temporárias tributáveis e diferenças temporárias dedutíveis. As transações sujeitas referem-se ao registo de: i) ativos sob direito de uso e passivos de locação; e ii) provisões para desmantelamento, restauro ou passivos semelhantes, e os correspondentes valores reconhecidos como parte do custo do ativo relacionado, quando na data do reconhecimento inicial não relevem para efeitos fiscais. Estas diferenças tributáveis deixam de ser sujeitas à isenção de reconhecimento inicial de impostos diferidos. O efeito acumulado da aplicação inicial desta alteração é reconhecido como um ajustamento ao saldo de abertura dos resultados transitados (ou outro componente do capital próprio, conforme apropriado) do período comparativo mais antigo apresentado.
- **IFRS 17** (alteração), 'Aplicação inicial da IFRS 17 e IFRS 9 - Informação Comparativa'. Esta alteração aplica-se apenas às seguradoras na transição para a IFRS 17 e permite a adoção de um "overlay" na classificação de um ativo financeiro para o qual a entidade não efetue a aplicação retrospectiva, no âmbito da IFRS 9. Esta alteração visa evitar desfasamentos contabilísticos temporários entre ativos financeiros e passivos de contratos de seguro, na informação comparativa apresentada na aplicação inicial da IFRS 17, prevendo: (i) a aplicação ativo financeiro a ativo financeiro; (ii) a apresentação da informação comparativa como se os requisitos de classificação e mensuração da IFRS 9 tivessem sido aplicados a esse ativo financeiro, mas sem exigir que uma entidade aplique os requisitos de imparidade da IFRS 9; e (iii) a obrigação de utilizar informações razoáveis e suportadas disponíveis na data de transição, para determinar como a entidade espera que esse ativo financeiro seja classificado de acordo com a IFRS 9.

Na sequência da adoção das normas e interpretações supra referidas não foram identificados impactos materiais.

## 1.2. Resumo das principais políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras foram as seguintes:

### i) Instrumentos financeiros

A classificação dos **ativos financeiros** segue três critérios:

- O modelo de negócio sob o qual os ativos financeiros são geridos;
- O tipo de instrumento financeiro isto é (i) instrumentos financeiros derivados, (ii) instrumentos de capital próprio ou (iii) instrumentos financeiros de dívida; e
- As características dos fluxos de caixa contratuais dos instrumentos financeiros de dívida (que representem apenas pagamentos de capital e juros).

Neste contexto, as categorias de ativos financeiros previstas para instrumentos financeiros de dívida são:

- Um instrumento financeiro de dívida que (i) seja gerido sob um modelo de negócio cujo objetivo passe por manter os ativos financeiros em carteira e receber todos os seus fluxos de caixa contratuais e (ii) tenha fluxos de caixa contratuais em datas específicas que correspondam exclusivamente ao pagamento de capital e juros sobre o capital em dívida - deve ser mensurado ao custo amortizado, a menos que seja designado ao justo valor por resultados sob a opção de justo valor – “Hold to Collect”.
- Um instrumento financeiro de dívida que (i) seja gerido sob um modelo de negócio cujo objetivo é alcançado quer através do recebimento dos fluxos de caixa contratuais quer através da venda dos ativos financeiros e (ii) contemplem cláusulas contratuais que dão origem a fluxos de caixa que correspondam exclusivamente ao pagamento de capital e juros sobre o capital em dívida - deve ser mensurado ao justo valor através de outro rendimento integral (“FVTOCI”), a menos que seja designado ao justo valor por resultados sob a opção de justo valor – “Hold to Collect & Sale”.
- Todos os restantes instrumentos financeiros de dívida devem ser mensurados ao seu justo valor através de resultados (“FVPL”).

A Sociedade avaliou os seus modelos de negócio tendo por base um conjunto alargado de indicadores entre os quais se destacam o seu plano de negócios e as atuais políticas de gestão do risco. Para o modelo de negócio “Hold to Collect”, por forma a avaliar a frequência e materialidade das vendas, foram definidos *thresholds* quantitativos tendo por base a experiência passada. As vendas previstas para os ativos financeiros classificados neste modelo de negócio não ultrapassam os *thresholds* definidos pela Sociedade.

No que respeita aos restantes instrumentos financeiros, em concreto os instrumentos de capital próprio e derivados, estes por definição, são classificados ao justo valor através de resultados. Para os instrumentos de capital próprio, existe a opção irrevogável de designar que todas as variações de justo valor sejam reconhecidas em outro rendimento integral, sendo que neste caso, apenas os dividendos são reconhecidos em resultados, pois os ganhos e perdas não são reclassificados para resultados mesmo aquando do seu desreconhecimento/venda.

#### Outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral

Os outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral incluem instrumentos de capital e de dívida que são registados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor, acrescidos dos gastos de transação, e subsequentemente mensurados ao justo valor. Os ganhos e perdas relativos à variação subsequente do justo valor são refletidos em rubrica específica do capital próprio denominada "Outro rendimento integral acumulado" até à sua venda onde são reclassificados para resultados do período, com exceção dos instrumentos de capital que se mantêm em capital.

Os juros inerentes são calculados de acordo com o método da taxa de juro efetiva e registados em resultados na rubrica de "Rendimentos de juros".

Os rendimentos de títulos de rendimento variável são reconhecidos na rubrica da demonstração dos resultados "Rendimento de dividendos" na data em que são atribuídos. De acordo com este critério, os dividendos antecipados são registados como rendimentos no exercício em que é deliberada a sua distribuição.

#### **Passivos financeiros**

Os passivos financeiros são valorizados inicialmente ao seu justo valor, o qual normalmente corresponde à contraprestação recebida, líquida de custos de transação e são posteriormente registados ao custo amortizado, de acordo com o método da taxa de juro efetiva, com exceção da exigência do reconhecimento das variações de justo valor dos passivos financeiros resultantes de alterações no risco de crédito da própria entidade, a serem reconhecidas em capitais próprios, ao invés de resultados tal como requerido anteriormente, a não ser que este tratamento contabilístico gere "accounting mismatch". Não são permitidas reclassificações subsequentes destas variações para resultados, nem mesmo aquando da recompra destes passivos.

#### **Imparidade de crédito**

A IFRS 9 determina que o conceito de imparidade baseado em perdas esperadas, seja aplicado a todos os ativos financeiros exceto os ativos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados e os instrumentos de capital próprio mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral.

A Sociedade aplica o conceito de perdas esperadas da IFRS 9 aos ativos financeiros pelo custo amortizado, instrumentos de dívida mensurados pelo justo valor através de outro rendimento integral, exposições extrapatrimoniais, outros valores a receber não valorizados ao justo valor.

As perdas por imparidade devem ser estimadas através de uma provisão para perdas num montante igual a:

- perda esperada por risco de crédito a 12 meses, ou seja, perda total estimada resultante dos eventos de incumprimento do instrumento financeiro que são possíveis no prazo de 12 meses após a data de relato (denominada Stage 1);
- ou perda esperada por risco de crédito até à maturidade, ou seja, perda total estimada resultante de todos os possíveis eventos de incumprimento ao longo da vida do instrumento financeiro (referido como Stage 2 e Stage 3). Uma provisão para perda esperada por risco de crédito até à maturidade é exigida para um instrumento financeiro se o risco de crédito desse instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial ou se o instrumento financeiro estiver em imparidade.

A perda esperada por risco de crédito é uma estimativa ponderada pela probabilidade do valor presente das perdas de crédito. Esta estimativa resulta do valor presente da diferença entre os fluxos de caixa devidos à Sociedade sob o contrato e os fluxos de caixa que a Sociedade espera receber decorrentes da ponderação de múltiplos cenários económicos futuros, descontados à taxa de juro efetiva dos instrumentos financeiros.

A Sociedade mede a perda esperada individualmente, ou em base coletiva, para carteiras de instrumentos financeiros que compartilham características semelhantes de risco. A mensuração da provisão para perdas baseia-se no valor atual dos fluxos de caixa esperados do ativo usando a taxa de juro efetiva original do ativo, independentemente de ser medido individualmente ou coletivamente.

#### Ativos financeiros em imparidade

Um ativo financeiro encontra-se em imparidade quando um ou mais eventos que tenham um impacto negativo nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro tenham ocorrido. Ativos financeiros com redução no valor recuperável de crédito são referidos como ativos classificados em Stage 3. A Sociedade adotou a definição interna de créditos em incumprimento como critério para identificação de créditos em Stage 3. A definição interna de créditos em incumprimento é regida por critérios objetivos e subjetivos e é utilizada para a gestão de risco de crédito da Sociedade e para o cálculo de capital regulamentar por métodos avançados de risco de crédito.

#### ii) Provisões

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço, de acordo com informação dos consultores legais e fiscais da Sociedade.

iii) Impostos sobre Lucros

A Sociedade é tributada segundo o regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (Código do IRC). O Grupo Santander decidiu aplicar, a partir do exercício de 2017, o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (RETGS). Segundo este regime, o lucro tributável/prejuízo fiscal é apurado numa lógica Grupo correspondendo à soma algébrica do lucro tributável / prejuízo fiscal apurado nas declarações periódicas individuais de cada sociedade que compõe o Grupo. As sociedades abrangidas por este regime são: Santander Totta SGPS – Sociedade dominante; Taxagest, Banco, Santander Totta Seguros, Gamma e TottaUrbe – Sociedades dominadas. O ganho obtido com a aplicação do RETGS é alocado às Sociedades abrangidas, de forma proporcional à matéria coletável de cada Sociedade.

iv) Especialização dos exercícios

A Sociedade adota o princípio contabilístico da especialização de exercícios em relação à generalidade das rubricas das demonstrações financeiras. Assim, os gastos e rendimentos são registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

v) Investimento em filiais, empreendimentos conjuntos e associadas

As empresas filiais são entidades nas quais a Sociedade detém controlo, ou seja, quando se verificam cumulativamente as seguintes condições:

- Poder sobre a entidade (o qual é evidenciado, geralmente, pela detenção de mais de 50% do capital ou dos direitos de voto);
- Exposição, ou direito, a retornos variáveis decorrentes do envolvimento com a entidade; e
- Capacidade de utilizar esse poder sobre a entidade para influenciar o montante dos retornos variáveis sobre a sua gestão corrente de modo a obter benefícios económicos das suas atividades.

As empresas associadas são entidades em que a Sociedade exerce influência significativa, mas não detém o controlo. Como influência significativa entende-se uma participação financeira (direta ou indireta) superior a 20% ou o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais de uma entidade, mas sem existir controlo nem controlo conjunto sobre a mesma.

As empresas filiais e associadas são valorizadas ao custo de aquisição, sendo objeto de análises de imparidade. As perdas de imparidade são reconhecidas quando se verificam perdas/deteriorações de valor significativas, através da realização de testes de imparidade para a verificação da sua existência. Para além do reconhecimento da imparidade dos investimentos em filiais e associadas, a Sociedade reconhece perdas adicionais se tiver assumido obrigações, ou caso tenha efetuado pagamentos em benefício destas entidades. Os dividendos recebidos das empresas filiais e associadas são registados como “Rendimentos de dividendos” quando atribuídos.

### 1.3. Principais estimativas e incertezas associadas à aplicação das políticas contabilísticas

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da Sociedade são continuamente avaliadas, representando à data de cada relato a melhor estimativa do Conselho de Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados.

#### Valorização de instrumentos financeiros não transacionados em mercados ativos (Nota 3)

Na valorização de instrumentos financeiros não transacionados em mercados ativos são utilizados modelos ou técnicas de valorização. Consequentemente, as valorizações obtidas correspondem à melhor estimativa do justo valor dos referidos instrumentos na data do balanço.

O justo valor do instrumento é estimado com base em técnicas de valorização, que incluem modelos de avaliação de preços ou técnicas de “discounted cash flows”. Quando são utilizadas técnicas de “discounted cash flows”, os fluxos financeiros futuros são estimados de acordo com as expectativas da gestão e a taxa de desconto utilizada corresponde à taxa de mercado para instrumentos financeiros com características semelhantes.

De modo a assegurar uma adequada segregação de funções, a valorização daqueles instrumentos financeiros é determinada por um órgão independente da função de negociação.

#### Determinação de perdas por imparidade (Notas 4, 6 e 8)

As perdas por imparidade em crédito concedido são calculadas conforme indicado na Nota 1.2. i). Deste modo, a determinação da imparidade através de análise individual corresponde ao julgamento do Conselho de Administração quanto à situação económica e financeira dos seus clientes e à sua estimativa do valor das garantias associadas aos respetivos créditos, com o consequente impacto nos fluxos de caixa futuros esperados. A determinação da imparidade através de análise coletiva é efetuada com base em parâmetros para tipologias de operações comparáveis, tais como: tipo de instrumento, tipo de cliente, grau de risco de crédito medido pelo sistema de ratings ou scoring, tipo colateral, data do reconhecimento inicial, relação entre empréstimo e valor da garantia (LTV) e incorporação de informação prospetiva.

Os ativos financeiros classificados na categoria “ao custo” são sujeitos a testes de imparidade no final de cada exercício. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados serão afetados. Anualmente a Sociedade analisa com base no *Business Plan* os fluxos de caixa esperados decorrentes da atividade das participadas e avalia possíveis indícios de imparidade. Na data de relato não foram identificados indícios imparidade tendo presente a evolução positiva da atividade das participadas.

#### Impostos (Nota 5)

O reconhecimento de impostos diferidos ativos pressupõe a existência de resultados e de matéria coletável futura. Adicionalmente, os impostos correntes e diferidos foram determinados com base na interpretação da legislação fiscal atual. Deste modo, alterações na legislação fiscal ou na sua interpretação por parte das autoridades competentes podem ter impacto no valor dos impostos correntes e diferidos.

## 2. CAIXA E OUTROS DEPÓSITOS À ORDEM

Em 31 de dezembro de 2021 esta rubrica diz respeito a um depósito à ordem junto do Banco Santander Totta, S.A. (Banco) no montante de 317.862 milhares de euros (49.479 milhares de euros em 31 de dezembro de 2020).

## 3. ATIVOS FINANCEIROS CONTABILIZADOS PELO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2021				31-12-2020			
	Custo de aquisição	Juros a receber	Reserva de justo valor (Nota 10)	Valor de balanço	Custo de aquisição	Juros a receber	Reserva de justo valor (Nota 10)	Valor de balanço
Instrumentos de dívida								
Emitidos por residentes								
Banco Santander Totta Subordinated Tier 2	320.000	14	(2.190)	317.824	320.000	14	-	320.014
Obrigações Perpétuas Subordinadas BSP 2001	-	-	-	-	13.743	64	77	13.884
	<u>320.000</u>	<u>14</u>	<u>(2.190)</u>	<u>317.824</u>	<u>333.743</u>	<u>78</u>	<u>77</u>	<u>333.898</u>
Instrumentos de Capital								
Emitidos por não residentes								
Valorizados ao justo valor	133	-	-	133	133	-	-	133
	<u>320.133</u>	<u>14</u>	<u>(2.190)</u>	<u>317.957</u>	<u>333.876</u>	<u>78</u>	<u>77</u>	<u>334.031</u>

Em 23 de agosto de 2021 as obrigações perpétuas subordinadas BSP 2001 foram reembolsadas pelo valor nominal que correspondia a 13.818 milhares de euros. A diferença entre o valor de reembolso e o valor de balanço foi reconhecido na rubrica rendimento de juros.

#### 4. INVESTIMENTOS EM FILIAIS, EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E ASSOCIADAS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os investimentos em empresas filiais apresentam a seguinte composição:

	31-12-2021		31-12-2020	
	Participação Directa (%)	Valor de balanço	Participação Directa (%)	Valor de balanço
Santander Totta Seguros - Companhia de Seguros de Vida, S.A.	100,00	47.250	100,00	47.250
Banco Santander Totta, S.A.	98,76	3.374.511	98,76	3.374.511
Taxagest, SGPS, S.A. <sup>(*)</sup>	1,00	405	1,00	405
		<u>3.422.166</u>		<u>3.422.166</u>

<sup>(\*)</sup> O capital remanescente é detido pelo Banco Santander Totta, S.A.

#### 5. ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2021	31-12-2020
<b>Ativos por impostos</b>		
Impostos correntes		
Pagamento por conta	25.914	3.960
Pagamento adicional por conta	20.609	-
IRC a receber das participadas	83.452	38.559
Impostos diferidos (Nota 10)	493	-
	<u>130.468</u>	<u>42.519</u>
<b>Passivos por impostos</b>		
Impostos correntes		
IRC a pagar	81.422	35.819
Impostos diferidos (Nota 10)	-	17
	<u>81.422</u>	<u>35.836</u>

A Sociedade está sujeita ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (Código do IRC). Os impostos correntes são calculados com base no resultado tributável da Sociedade, apurado de acordo com as regras fiscais aprovadas, ou substancialmente aprovadas à data do reporte financeiro.



Nesta data a tributação dos lucros das empresas para os exercícios de 2021 e 2020, é a seguinte:

- Taxa de IRC de 21% sobre o lucro tributável;
- Derrama municipal a uma taxa compreendida entre 0% e 1,5% sobre o lucro; e
- Derrama estadual a uma taxa variável sobre o lucro tributável de acordo com os escalões abaixo indicados:
  - até 1.500 mEuros 0%
  - entre 1.500 mEuros e 7.500 mEuros 3%
  - entre 7.500 mEuros e 35.000 mEuros 5%
  - superior a 35.000 mEuros 9%

As autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal da Sociedade durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto nos casos em que existam prejuízos fiscais reportáveis, bem como qualquer outra dedução ou crédito de imposto, situações em que o prazo de caducidade é o do exercício desse direito.

O Grupo Santander Totta decidiu aplicar a partir do exercício de 2017 o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (RETGS). Segundo este regime, o lucro tributável/prejuízo fiscal do Grupo corresponde à soma algébrica dos resultados fiscais apurados nas declarações periódicas individuais de cada uma das Sociedades que compõem o Grupo. As sociedades abrangidas por este regime são: Santander Totta SGPS – Sociedade dominante; Taxagest, Banco, Santander Totta Seguros, Gamma e TottaUrbe – Sociedades dominadas. O ganho obtido com a aplicação do RETGS é alocado às Sociedades abrangidas, de forma proporcional à matéria coletável individual de cada Sociedade.

O valor do IRC a receber corresponde à soma algébrica do valor a pagar por cada sociedade dominada e o valor a pagar corresponde ao valor que a sociedade dominante tem a entregar ao Estado.

Os impostos diferidos ativos e passivos correspondem ao valor do imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias entre o valor de um ativo ou passivo no balanço e a sua base de tributação. Os créditos fiscais são igualmente registados como impostos diferidos ativos.

Os impostos diferidos ativos e passivos foram calculados com base nas taxas fiscais aprovadas, ou substancialmente aprovadas à data do reporte financeiro, as quais constituem a melhor estimativa da taxa a vigorar para o período em que se prevê que seja realizado o ativo ou incorrido o passivo.

Os impostos correntes e os impostos diferidos são refletidos em resultados, com exceção dos impostos relativos a transações diretamente registadas em capitais próprios, nomeadamente, ganhos e perdas potenciais em outros ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral, os quais são registados igualmente em rubricas de capitais próprios.

A reconciliação entre a taxa normal de imposto e a taxa efetiva, a 31 de dezembro de 2021 e 2020, é como segue:

	31-12-2021		31-12-2020	
	Taxa de imposto	Montante	Taxa de imposto	Montante
<b>Lucros ou prejuízos de unidades operacionais em continuação antes de impostos</b>		<b>52.846</b>		<b>4.870</b>
Imposto apurado com base na taxa de imposto corrente	22,50%	11.890	22,51%	1.096
Dividendos não tributáveis	-21,29%	(11.250)	0,00%	-
Correções de anos anteriores - Efeito RETGS	0,71%	377	10,64%	518
Efeito RETGS	-5,05%	(2.670)	-78,71%	(3.833)
<b>Despesas ou receitas com impostos relacionadas com os resultados de unidades operacionais em continuação</b>		<b>(1.653)</b>		<b>(2.219)</b>

## 6. OUTROS ATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2021	31-12-2020
Devedores diversos		
Suprimentos	37	37
Outros	9	9
	<u>46</u>	<u>46</u>
Imparidade (Nota 8)	(46)	(46)
	<u>-</u>	<u>-</u>

Os contratos de suprimentos foram efetuados à FAFER – Empreendimentos Urbanísticos e de Construções, S.A. no montante de 37 milhares de euros e são saldos provenientes da incorporação da FOGGIA, SGPS, S.A. na Sociedade.

## 7. PASSIVOS FINANCEIROS CONTABILIZADOS PELO CUSTO AMORTIZADO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	Capital	Juros a pagar	Valor de balanço	Taxa de Juro	Data de Emissão	Data de Vencimento	Indexante
Titulos de dívida emitidos							
Senior Holdco	500.000	1.831	501.831	Variável	17-jun-2021	17-jun-2027	6mth Euribor +0,974%

Em 17 de junho de 2021 foi concretizada uma emissão de títulos de dívida, Senior Holdco, pelo montante de 500.000 milhares de euros. A emissão foi integralmente subscrita pelo Banco Santander S.A..

## 8. MOVIMENTO NAS PROVISÕES E IMPARIDADE

O movimento ocorrido nas imparidades e provisões durante o ano de 2021 e 2020 foi o seguinte:

	Saldos em			Saldos em			Saldos em
	2019	Reposições	Utilizações	2020	Reposições	Utilizações	2021
Imparidade em outros ativos (Nota 6)							
Devedores e outras aplicações	46	-	-	46	-	-	46
Outras provisões	42	-	-	42	-	-	42
	<u>88</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>88</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>88</u>

## 9. OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2021	31-12-2020
Credores e outros recursos		
Dividendos a pagar	96	96
Encargos a pagar		
Custos com pessoal	2	7
Gastos gerais administrativos	72	111
Receitas com rendimento diferido	12	12
	<u>182</u>	<u>226</u>

## 10. CAPITAIS PRÓPRIOS

Conforme descrito na Nota Introdutória, a Santander Totta foi constituída no dia 16 de dezembro de 2004 no âmbito da operação de cisão/fusão do totta. O capital social foi realizado em espécie pelos acionistas da Sociedade, através da entrega das ações das participações financeiras na Foggia, SGPS e na Totta Seguros - Companhia de Seguros de Vida, as quais foram destacadas do património do totta pelo seu valor contabilístico.

Desta forma, em 31 de dezembro de 2004, o capital social da Santander Totta estava representado por 150.879.442.125 ações, com o valor nominal de um cêntimo cada, estando totalmente subscrito e realizado.

Em 21 de abril de 2005 foi efetuada a fusão por incorporação da Foggia, SGPS na Santander Totta. Procedeu-se em consequência ao aumento do capital social da Sociedade, que desta forma ficou representado por 197.296.207.958 ações ordinárias, com valor nominal de 1 cêntimo de euro cada uma, tendo sido ainda registada uma reserva de fusão de 640.575 milhares de euros.

Outros instrumentos de capital

Em 30 de dezembro de 2015, a Sociedade emitiu “€ 300.000.000 Fixed Rate Perpetual Deeply Subordinated Additional Tier I Resettable Instruments”, obrigações subordinadas perpétuas que qualificam para o rácio de capital Tier 1, como Additional Tier 1 Capital, nos termos da Diretiva 2013/36/UE (ou CRD IV – Capital Requirements Directive). Esta operação não tem prazo definido, tem opção de reembolso antecipado pela Sociedade a partir do final do 5º ano, e uma taxa de juro de 9,9% ao ano, durante os primeiros 5 anos. Sendo um instrumento de Additional Tier 1 o correspondente pagamento de juro é decidido discricionariamente pela Sociedade e está ainda sujeito à observação de um conjunto de condições. A emissão deste instrumento foi realizada na após aprovação do Banco Central Europeu. Em 17 de janeiro de 2021 a Sociedade procedeu ao reembolso deste instrumento.

Em 20 de Junho de 2016, a Sociedade fez uma segunda emissão de “€ 300.000.000 Fixed Rate Perpetual Deeply Subordinated Additional Tier I Resettable Instruments”, obrigações subordinadas perpétuas que qualificam para o rácio de capital Tier 1, como Additional Tier 1 Capital, nos termos da Diretiva 2013/36/UE (ou CRD IV – Capital Requirements Directive). Esta operação não tem prazo definido, tem opção de reembolso antecipado pela Sociedade a partir do final do 5º ano, e uma taxa de juro de 10,5% ao ano, durante os primeiros 5 anos. Sendo um instrumento de Additional Tier 1 o correspondente pagamento de juro é decidido discricionariamente pela Sociedade e está ainda sujeito à observação de um conjunto de condições. A emissão deste instrumento foi realizada após aprovação do Banco Central Europeu. Em 22 de junho de 2021 a Sociedade procedeu ao reembolso deste instrumento.

Em 14 de janeiro de 2021, a Sociedade fez uma terceira emissão de “€ 400.000.000 Fixed Rate Perpetual Deeply Subordinated Additional Tier I Resettable Instruments”, obrigações subordinadas perpétuas que qualificam para o rácio de capital Tier 1, como Additional Tier 1 Capital, nos termos da Diretiva 2013/36/UE (ou CRD IV – Capital Requirements Directive). Esta operação não tem prazo definido, tem opção de reembolso antecipado pela Sociedade a partir do final do 5º ano, e uma taxa de juro de 4,9% ao ano, durante os primeiros 5 anos. Sendo um instrumento de Additional Tier 1 o correspondente pagamento de juro é decidido discricionariamente pela Sociedade e está ainda sujeito à observação de um conjunto de condições. A emissão deste instrumento foi realizada após aprovação do Banco Central Europeu.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 os principais acionistas da sociedade eram os seguintes:

	Número de ações	% de participação	Montante
Grupo Santander	196.996.017.344	99,85%	1.969.960
Ações próprias	117.049.943	0,06%	1.136
Outros	183.140.671	0,09%	1.866
	<u>197.296.207.958</u>	<u>100,00%</u>	<u>1.972.962</u>

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as outras reservas e resultados transitados tinham a seguinte composição:

	<u>31-12-2021</u>	<u>31-12-2020</u>
Lucros retidos	482.856	230.212
Reservas não distribuíveis		
Reserva de fusão	640.575	640.575
Reserva Legal	364.350	363.640
Outras reservas		
Juros AT1	(306.040)	-
	<u>698.885</u>	<u>1.004.215</u>

Em 31 de dezembro de 2021 a rubrica de “Lucros retidos” reconhece os lucros ou prejuízos de exercícios anteriores não distribuídos.

Em 31 de dezembro de 2020 a rubrica de “Lucros retidos” incorporava adicionalmente os juros pagos pelas emissões de Additional Tier 1. Em 2021 estes impactos passaram a classificar-se dentro da rubrica de “Outras reservas”.

Durante o exercício de 2021, a Sociedade procedeu à aquisição de 3.454.487 ações próprias, pelo montante de 82 milhares de euros.

Nos termos da alínea d), do n.º 5, art.º 66º do código das sociedades comerciais, informa-se que, em 31 de dezembro de 2021, a sociedade detém 117.049.943 ações próprias, com o valor nominal de um cêntimo cada.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o Outro rendimento integral acumulado tinham a seguinte composição:

	<u>31-12-2021</u>	<u>31-12-2020</u>
Ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral		
Valor Bruto (Nota 3)	(2.190)	77
Impacto fiscal (Nota 5)	493	(17)
	<u>(1.697)</u>	<u>60</u>

11. RENDIMENTOS DE JUROS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
<b>Rendimentos de juros</b>		
Juros de aplicações em instituições de crédito	-	128
Ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral	5.247	5.153
Outros	-	2
	<u>5.247</u>	<u>5.283</u>
<b>Despesas com juros</b>		
Juros de passivos financeiros contabilizados pelo custo amortizado (Nota 7)	(1.831)	-
	<u>3.416</u>	<u>5.283</u>

12. RENDIMENTOS DE DIVIDENDOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Santander Totta Seguros - Companhia de Seguros de Vida, S.A.	<u>50.000</u>	<u>-</u>

13. NÚMERO E COLABORADORES AO SERVIÇO DA EMPRESA

Em cumprimento do disposto no n.º 3, art.º 66 do CSC, informamos que, a Santander Totta, SGPS não dispõe de colaboradores ao seu serviço, sendo o montante dos encargos suportados a título de Gastos com o Pessoal, os relativos à remuneração do Conselho Fiscal.

14. HONORÁRIOS DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Os honorários faturados ou a faturar pela sociedade de revisores oficiais de contas nos exercícios de 2021 e 2020, excluindo o imposto sobre o valor acrescentado, foram os seguintes:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Auditoria e revisão legal das contas	131	87
Outros serviços de garantia de fiabilidade	35	44
Serviços de consultaria fiscal	-	-
	<u>166</u>	<u>131</u>

Os montantes acima correspondem aos contratados para o exercício, independentemente da sua data de faturação.

A rubrica de Outros serviços de garantia de fiabilidade inclui os honorários relativos ao serviço de apoio ao Conselho Fiscal no âmbito do seu relatório de autoavaliação requerido pelo Aviso n.º 3/2020 do Banco de Portugal nos termos previstos no n.º 3 do artigo 56.º do referido Aviso.

#### 15. ENTIDADES RELACIONADAS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os principais saldos mantidos com entidades relacionadas (empresas do Grupo Santander), foram como segue:

	<u>31-12-2021</u>	<u>31-12-2020</u>
<b>BALANÇO</b>		
Caixa e outros depósitos à ordem		
Depósitos à ordem - Banco Santander Totta, S.A.	317.862	49.479
Investimento em filiais		
Banco Santander Totta, S.A.	3.374.511	3.374.511
Santander Totta Seguros - Companhia de Seguros de Vida, S.A.	47.250	47.250
Taxagest, SGPS, S.A.	405	405
Passivos financeiros contabilizados pelo custo amortizado		
Banco Santander, S.A.	(501.831)	-
	<u>3.238.197</u>	<u>3.471.645</u>

No exercício de 2021 e 2020, os principais saldos e transações mantidos com entidades relacionadas (empresas do Grupo Santander), foram como segue:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
<b>DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS</b>		
Rendimentos de juros		
Juros de depósitos bancários - Banco Santander Totta, S.A.	-	128
Ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral - Banco Santander Totta, S.A.	5.247	5.153
Rendimento de dividendos		
Dividendos recebidos - Santander Totta Seguros	50.000	-
Despesas com juros		
Juros de passivos financeiros contabilizados pelo custo amortizado - Banco Santander, S.A.	(1.831)	-
	<u>53.416</u>	<u>5.281</u>

#### 16. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

À data de aprovação das presentes demonstrações financeiras consolidadas pelo Conselho de Administração da Sociedade, não se verificava nenhum acontecimento subsequente a 31 de dezembro de 2021, data de referência das referidas demonstrações financeiras, que exigissem ajustamentos ou modificações dos valores dos ativos e dos passivos, nos termos da IAS 10 – Acontecimentos após a data de balanço.

### Ofensiva militar na Ucrânia

Na noite de 23 para 24 de fevereiro de 2022, a Rússia lançou uma ofensiva militar na Ucrânia, resultando num conflito que traz de novo um cenário de guerra à Europa, e que decorre ainda à data de aprovação deste relatório. Decorrem negociações entre as partes, ao mesmo tempo que prosseguem as hostilidades, não sendo possível avaliar quando o conflito termine.

A generalidade da comunidade internacional reagiu, com a condenação da agressão militar, o apoio à Ucrânia, e a imposição, pelo G-7, de pesadas sanções económicas à Rússia. Estas, contudo, também terão, previsivelmente, efeitos adversos sobre as principais economias desenvolvidas e, em particular, sobre a União Europeia, agravadas pela escalada dos preços das *commodities*, que alcançaram máximos de mais de uma década, como no caso do petróleo.

### 17. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 29 de março de 2022.



## RELATÓRIOS E PARECERES DA ATIVIDADE INDIVIDUAL





## ***Certificação Legal das Contas***

### ***Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras***

#### ***Opinião***

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Santander Totta, SGPS, S.A. (“Sociedade” ou “Santander Totta SGPS”), que compreendem a demonstração da posição financeira individual em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 4.188.453 milhares de euros e um total de capital próprio de 3.604.976 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 54.499 milhares de euros), a demonstração dos resultados individual, a demonstração dos resultados e do outro rendimento integral individual, a demonstração das alterações no capital próprio individual e a demonstração dos fluxos de caixa individuais relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Santander Totta, SGPS, S.A. em 31 de dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) tal como adotadas na União Europeia.

#### ***Bases para a opinião***

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (“ISAs”) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Sociedade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### ***Matérias relevantes de auditoria***

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

**Valor recuperável dos investimentos em filiais, empreendimentos conjuntos e associadas****Mensuração e divulgações relacionadas com o valor recuperável dos investimentos em filiais, empreendimentos conjuntos e associadas apresentadas nas notas 1.2 alínea v) e 4 anexas às demonstrações financeiras da Sociedade**

Pela relevância desta rubrica no contexto das demonstrações financeiras da Sociedade e pelo grau de julgamento associado ao apuramento do valor recuperável dos investimentos em filiais, empreendimentos conjuntos e associadas, esta constituiu uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria. Estes investimentos incluem participações em filiais nas quais a Santander Totta SGPS exerce controlo sobre a sua gestão e/ou em empresas associadas nas quais tem influência significativa, mas não detém o controlo.

Em 31 de dezembro de 2021 os saldos em balanço dos investimentos em filiais, empreendimentos conjuntos e associadas ascendem a 3.422.166 milhares de euros, representados na sua maioria pela participação na filial Banco Santander Totta, S.A.

Estes investimentos são mensurados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade por forma a refletir o valor recuperável estimado por recurso a projeções que normalmente incorporam pressupostos do órgão de gestão e envolvem um elevado grau de julgamento. O órgão de gestão da Sociedade baseia-se nos fluxos de caixa que se espera possam vir a ser gerados no decorrer da atividade futura das participadas espelhados em planos de negócio preparados e aprovados, que poderão ou não vir a concretizar-se, para avaliar a existência de indícios de imparidade no valor de balanço dos investimentos em filiais, empreendimentos conjuntos e associadas.

Neste contexto, alterações nos pressupostos utilizados pelo órgão de gestão nas projeções que suportam o apuramento do valor recuperável, podem originar impactos materiais na mensuração destes investimentos nas demonstrações financeiras da Santander Totta SGPS.

Os procedimentos de auditoria que desenvolvemos incluíram a compreensão e revisão dos procedimentos instituídos pela Santander Totta SGPS no que se refere ao acompanhamento dos investimentos em filiais, empreendimentos conjuntos e associadas, bem como a apreciação das metodologias, dos dados e dos pressupostos adotados pelo órgão de gestão no apuramento do valor recuperável desses investimentos.

Para o investimento mais relevante em 31 de dezembro de 2021, representado pela participação na filial Banco Santander Totta, S.A., os procedimentos desenvolvidos consistiram em: i) rever a documentação associada ao acompanhamento e à avaliação da Sociedade sobre os indícios de imparidade; e ii) avaliar a adequabilidade dos *inputs* e pressupostos do órgão de gestão que serviram de base à previsão de fluxos de caixa esperados dos respetivos negócios. Sempre que concluímos pela necessidade de revisão de algum *input* ou pressuposto utilizado pelo órgão de gestão, procedemos a uma revisão da estimativa dos fluxos de caixa e comparámos os resultados por forma a avaliar a existência de eventuais divergências.

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram também a revisão das divulgações sobre os investimentos em filiais, empreendimentos conjuntos e associadas, constantes das notas anexas às demonstrações financeiras da Sociedade, tendo em conta as normas contabilísticas aplicáveis e em vigor.

### ***Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras***

O órgão de gestão é responsável pela:

- a) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Sociedade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) tal como adotadas na União Europeia;
- b) elaboração do relatório de gestão e da demonstração não financeira nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- e) avaliação da capacidade da Sociedade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Sociedade.

### ***Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras***

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Sociedade;

- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Sociedade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Sociedade descontinue as suas atividades;
- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- f) comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- g) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e
- h) declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

## ***Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares***

### ***Sobre o relatório de gestão***

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Sociedade, não identificámos incorreções materiais.

### **Sobre a demonstração não financeira**

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 6, do Código das Sociedades Comerciais, informamos que a Sociedade irá preparar um relatório separado do relatório de gestão que inclui a demonstração não financeira, conforme previsto no artigo 66.º-B do Código das Sociedades Comerciais, o qual deverá ser publicado no seu sítio na Internet no prazo legal.

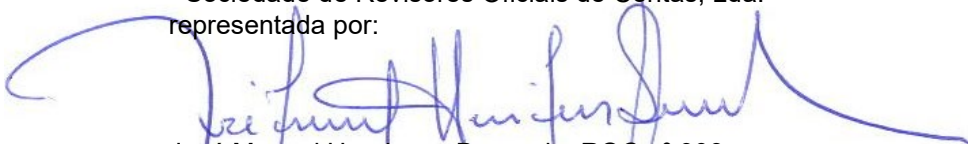
### **Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014**

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- a) Fomos nomeados auditores da Santander Totta, SGPS, S.A. pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 31 de maio de 2016 para um mandato compreendido entre 2016 e 2018, mantendo-nos em funções até ao presente período. A nossa última nomeação ocorreu na assembleia geral de acionistas realizada em 13 de dezembro de 2018 para o mandato compreendido entre 2019 e 2021.
- b) O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISAs mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- c) Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Sociedade em 19 de abril de 2022.
- d) Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do n.º 1 do artigo 5.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014 e que mantivemos a nossa independência face à Sociedade durante a realização da auditoria.

19 de abril de 2022

PricewaterhouseCoopers & Associados  
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.  
representada por:



José Manuel Henriques Bernardo, ROC n.º 903  
Registado na CMVM com o n.º 20160522



## RELATÓRIO ANUAL E PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE OS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS INDIVIDUAIS

### Exercício de 2021

O presente Relatório Anual da atividade desenvolvida pelo Conselho Fiscal durante o ano de 2021, bem como o Parecer sobre o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras individuais relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 da SANTANDER TOTTA, SGPS, S.A., (adiante designada por “Sociedade”), da responsabilidade e apresentados pelo Conselho de Administração, são emitidos nos termos do art.º 420, n.º 1, alínea g) do Código das Sociedades Comerciais.

### RELATÓRIO ANUAL

A Assembleia Geral da Santander Totta, SGPS, S.A., realizada em 21 de dezembro de 2021, elegeu os corpos sociais para o triénio 2022-2024, tendo, no que respeita ao Conselho Fiscal, sido recebida em 28 de março de 2022 a comunicação do supervisor sobre a aprovação dos membros eleitos, nos quais se incluem como novos membros os dois vogais, tendo a tomada de posse ocorrido no dia 11 de abril de 2022.

Consequentemente, por analogia com o estabelecido para o órgão de gestão no n.º 4 do art.º 65.º do Código das Sociedades Comerciais, apesar de só terem entrado em funções em 11 de abril de 2022, competiu aos atuais/novos membros do Conselho Fiscal elaborar e assinar o presente Relatório Anual e Parecer sobre o Relatório do Conselho de Administração e as demonstrações financeiras individuais da Santander Totta, SGPS, S.A. de 2021. Dada a circunstância do presidente do Conselho Fiscal ter transitado do mandato anterior e o facto dos novos membros terem, a partir do momento da sua entrada em funções, concentrado esforços na apreciação do trabalho já realizado pelo Conselho Fiscal cessante, o qual se encontra devidamente registado em atas, relatórios e pareceres emitidos, foi possível assegurar o adequado nível de fiscalização e suporte do presente Relatório Anual e Parecer deste órgão de fiscalização.

O Conselho Fiscal realizou dezasseis reuniões em 2021 e quatro reuniões em 2022 até à presente data, reuniões essas em que, para além da participação dos seus membros, foi possível contar, em regra, com a presença dos representantes do Revisor Oficial de Contas e, em função das matérias tratadas, com a presença de diversos responsáveis do Grupo Santander Totta (adiante designado por “Grupo”), nomeadamente a Controller, o Diretor Coordenador da Auditoria Interna, o Diretor Coordenador da Área Jurídica, o Diretor Coordenador dos Assuntos Institucionais e Cumprimento, o responsável pela Função de Gestão de Riscos e ainda, em duas delas, o Administrador responsável pelo pelouro financeiro. Para além dessas reuniões, e independentemente do trabalho realizado por cada um dos seus membros para efeitos da análise da documentação disponibilizada e do





acompanhamento da situação financeira e da atividade e modelo organizacional do Grupo, realizaram-se contactos pontuais sempre que necessário e as circunstâncias o justificaram.

O Conselho Fiscal esteve representado na reunião da Assembleia Geral em que foram apreciados e aprovados o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras individuais do exercício de 2021, bem como, através do seu Presidente, nas reuniões do Conselho de Administração, inclusive naquela em que este órgão apreciou e deliberou sobre o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras individuais do exercício de 2021 a submeter à aprovação da Assembleia Geral.

No cumprimento das competências que lhe estão legalmente atribuídas, o Conselho Fiscal desenvolveu, durante o ano de 2021, várias atividades de que se destacam as que de seguida se elencam:

- a) Foi feito o acompanhamento da gestão e da evolução dos negócios da Sociedade ao longo do ano, mediante (i) a presença do Presidente do Conselho Fiscal nas reuniões do Conselho de Administração da Sociedade, (ii) a leitura das atas das reuniões deste órgão, (iii) a apreciação da informação trimestral sobre a atividade e resultados e (iv) de outra documentação relevante, bem como através dos contactos mantidos com os seus responsáveis, tendo-se obtido toda a informação e esclarecimentos solicitados.
- b) Observou-se em termos gerais o cumprimento das normas legais e estatutárias aplicáveis, bem como das instruções emanadas pelo Banco de Portugal, não tendo sido detetadas situações de incumprimento.
- c) Foi prestada especial atenção às políticas relacionadas com os sistemas de gestão de risco, controlo interno, auditoria interna e *compliance*.
- d) Em fevereiro de 2021, o Conselho Fiscal emitiu, nos termos do Aviso nº 3/2020, do Banco de Portugal, o Relatório de autoavaliação sobre a cultura organizacional, sistemas de governo e de controlo interno, referente ao Grupo e à filial no estrangeiro, a Totta Ireland PLC, abrangendo o período compreendido entre 1 de julho de 2020 e 31 de janeiro de 2021 e, em dezembro de 2021, abrangendo o período compreendido entre 1 de fevereiro e 30 de novembro de 2021, emitiu idêntico relatório, no âmbito do mesmo Aviso e referente às mesmas entidades.
- e) Foram apreciadas as políticas contabilísticas e as bases de mensuração utilizadas na preparação da informação financeira anual, tendo em vista ajuizar da correção na avaliação do património e dos resultados e fiscalizado o processo de divulgação.
- f) Foram analisados e debatidos com os responsáveis da Sociedade o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras do exercício de 2021, entendendo o Conselho Fiscal que, tanto





quanto é do seu conhecimento, a informação constante daqueles documentos foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira e dos resultados da Sociedade.

- g) Foi igualmente analisado o Relatório de Governo Societário requerido pelo Código das Sociedades Comerciais, tendo o Conselho Fiscal verificado que no mesmo se encontram tratados os elementos legalmente previstos.
- h) Foram debatidas com os representantes do Revisor Oficial de Contas as questões fundamentais decorrentes do processo de revisão legal das contas, no âmbito do acompanhamento da forma como a mesma se desenvolveu, tendo-se considerado que essa revisão foi realizada com total independência. Foram também apreciados o Relatório Adicional ao Conselho Fiscal e a Certificação Legal das Contas individuais, emitidos nos termos da legislação em vigor pelo Revisor Oficial de Contas, em particular a matéria relevante de auditoria como tal identificada no processo de revisão legal das contas da Sociedade e a síntese da abordagem de auditoria, que constam da Certificação Legal das Contas individuais, documentos que mereceram o acordo do Conselho Fiscal.
- i) Foi analisado o trabalho desenvolvido pelo Revisor Oficial de Contas no período do seu segundo mandato e, em consequência, o Conselho Fiscal, nos termos da legislação em vigor, emitiu e apresentou para a Assembleia Geral da Sociedade a competente proposta de recondução para o triénio 2022-2024.
- j) O Conselho Fiscal, no decurso do ano de 2021 e para efeitos do disposto na alínea d) do nº 2 do art.º 420º do Código das Sociedades Comerciais e na alínea e) do nº 3 do art.º 3º da Lei nº 148/2015, de 9 de setembro, analisou dezoito propostas de prestação de serviços adicionais por parte do Revisor Oficial de Contas, sendo um deles destinado simultaneamente à Santander Totta, SGPS, S.A. e à sua subsidiária Banco Santander Totta, S.A. e dezassete destinados apenas a esta subsidiária, e em 2022, até à presente data, analisou mais quatro propostas de prestação de serviços adicionais por parte do Revisor Oficial de Contas, três delas destinadas ao Banco Santander Totta, S.A. e uma destinada à Santander Totta, SGPS, S.A.. Em todos os casos mencionados foi emitido parecer favorável, após se constatar que tais serviços não seriam proibidos e não colocariam em causa a independência do Revisor Oficial de Contas.

No decurso da sua atividade fiscalizadora, o Conselho Fiscal não se deparou com quaisquer constrangimentos e não lhe foi reportada, nem verificou, qualquer irregularidade ou ato lesivo dos interesses da Sociedade, por parte dos seus acionistas, colaboradores ou outros.

O Conselho Fiscal salienta e expressa o seu agradecimento pela empenhada colaboração e apoio que obteve do Conselho de Administração, do Revisor Oficial de Contas e dos serviços da Sociedade.



## PARECER DO CONSELHO FISCAL

Face ao exposto, e em consequência do trabalho desenvolvido, o Conselho Fiscal considera que o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras individuais da SANTANDER TOTTA, SGPS, S.A., as quais compreendem a demonstração da posição financeira individual em 31 de dezembro de 2021, a demonstração dos resultados individual, a demonstração dos resultados e do outro rendimento integral individual, a demonstração das alterações no capital próprio individual e a demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e as correspondentes notas anexas às Demonstrações Financeiras individuais, permitem compreender a situação patrimonial da Sociedade no fim do exercício de 2021, e o modo como se desenrolou a atividade.

Assim, o Conselho Fiscal é de parecer que estão reunidas as condições para que a Assembleia Geral da SANTANDER TOTTA, SGPS, S.A., aprove:

- a) O Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras individuais do exercício de 2021;
- b) A Proposta de Aplicação de Resultados formulada pelo Conselho de Administração no seu Relatório.

Lisboa, 19 de abril de 2022

O CONSELHO FISCAL

José Duarte Assunção Dias (Presidente)

Henrique Salema de Carvalho e Silva (Vogal)

Luís Paulo Glória Picardo de Sousa (Vogal)



## RESUMO DO RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO

O presente resumo destina-se a dar cumprimento ao disposto no n.º 2 do artigo 60.º do Aviso n.º 3/2020, do Banco de Portugal.

Em cumprimento do disposto no Aviso n.º 3/2020 e da Instrução n.º 18/2020, do Banco de Portugal, e do Regulamento n.º 9/2020 da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, a Santander Totta, SGPS, S.A. (“Sociedade” ou “Grupo”) elaborou o Relatório de Autoavaliação sobre a adequação e eficácia da sua cultura organizacional e dos seus sistemas de governo e controlo interno, incluindo as práticas e políticas remuneratórias, para o período de referência de 1 de fevereiro de 2021 a 30 de novembro de 2021, assegurando também que fosse elaborado um relatório individual relativo a cada uma das entidades sujeitas a supervisão em base consolidada ou subconsolidada, incluindo todas as filiais relevantes (Banco Santander Totta, S.A. e Totta Ireland, PLC).

A Sociedade está organicamente estruturada na modalidade prevista no art. 278º, nº 1. al. a) do CSC. São órgãos sociais: a Assembleia Geral, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal, existindo ainda um Revisor Oficial de Contas autónomo do Conselho Fiscal, em cumprimento do disposto no art. 413º, nº 1 al. b) do CSC. Os mandatos dos órgãos sociais têm a duração ordinária de três anos.

É da responsabilidade do Conselho de Administração estabelecer e assegurar a manutenção de um sistema de controlo interno adequado e eficaz e que é aplicado de forma consistente em todas as suas filiais e sucursais, estabelecidas em Portugal ou no estrangeiro, sem prejuízo das adaptações impostas pela legislação e regulamentação em vigor no país de acolhimento, com o objetivo de assegurar, com razoabilidade, a condução ordenada e eficiente do negócio do Grupo, nomeadamente a aderência às políticas de gestão, a salvaguarda dos ativos, a prevenção e a deteção de irregularidades, fraudes e erros, o rigor dos registos e a sua aderência às normas e critérios contabilísticos, o cumprimento das leis e regulamentos e a preparação tempestiva de informação financeira e prudencial fidedigna.

O Conselho de Administração é igualmente responsável por garantir uma efetiva gestão de riscos associados à atividade do Grupo, assegurando que todas as filiais do Grupo, incluindo as filiais em países





terceiros, implementam sistemas de controlo interno coerentes entre si e em conformidade com os requisitos definidos no presente Aviso.

O Conselho de Administração assegura que o sistema de controlo interno estabelecido tem em consideração o princípio da proporcionalidade e o grau de centralização de autoridade e de delegação estabelecido na instituição incluindo as funções de controlo interno com um estatuto, autoridade e independência na estrutura organizacional.

O Grupo Santander adota práticas remuneratórias consistentes que cumprem os normativos aplicáveis nas jurisdições onde o Grupo desenvolve a sua atividade. As práticas remuneratórias da Santander Totta SGPS, S.A., devem estar sempre alinhadas com os interesses dos seus acionistas, colaboradores, clientes e da Sociedade e, em particular, promover as boas práticas. O Grupo assegura, também, que as políticas de retribuição sejam compatíveis com uma gestão adequada e eficaz de riscos e não atribuirá incentivos que contribuam para exceder o nível de risco tolerado ou que coloquem em perigo ou que limitem a sua capacidade para manter uma base sólida de capital. Todas as filiais da Sociedade aplicam práticas remuneratórias consistentes entre si, nomeadamente as práticas decorrentes da política de remunerações em vigor a cada momento no Grupo Santander.

Nos Relatórios de Autoavaliação das filiais relevantes (Banco Santander Totta, S.A. e Totta Ireland, PLC) é incluída uma descrição da estratégia de negócio, da estrutura organizativa e das atividades subcontratadas.

Tal como referido no relatório anterior, a principal filial do Grupo, o Banco Santander Totta, S.A., por força da situação referente à disseminação do denominado coronavírus – SARS-CoV-2 e das consequências daí decorrentes, viu-se obrigado a implementar um conjunto de medidas e adaptações ao nível operativo e tecnológico, tendo acionado os instrumentos de que dispõe para a gestão do risco operacional, incluindo um Plano de Continuidade do Negócio (PCN).

Este plano foi acionado no sentido de assegurar as melhores condições de segurança a todos os trabalhadores, clientes e fornecedores com a responsabilidade de garantir a continuidade dos serviços financeiros e a manutenção da operativa bancária com a normalidade e fluidez possíveis, tendo sido implementadas um conjunto de medidas de mitigação dos riscos, de forma a assegurar o normal



funcionamento da atividade. Tendo em conta a evolução da situação pandémica o PCN foi, no dia 13 de outubro, desativado. Durante este período – quer durante o tempo de ativação do PCN, quer após a sua desativação – e não obstante a situação de pandemia vivida e todas as consequências daí decorrentes, verificou-se ter sido mantido um adequado e eficaz sistema de controlo interno.

Também a Totta (Ireland) PLC, por força da situação referente à disseminação do denominado coronavírus – SARS-CoV-2 e das consequências daí decorrentes, implementou a medida de teletrabalho com o objetivo de assegurar as melhores condições de segurança a todos os trabalhadores, clientes e fornecedores e com a responsabilidade de garantir o funcionamento da atividade com a normalidade e fluidez possíveis, mantendo-se um adequado e eficaz sistema de controlo interno.

No âmbito do processo instituído pelo Conselho de Administração da Santander Totta SGPS, S.A. de monitorização das deficiências de controlo interno e respetiva implementação e das suas medidas corretivas, foram identificadas e descritas no Relatório de Autoavaliação deficiências com impacto no sistema de controlo interno, sendo que, na data de referência daquele Relatório (30 de novembro de 2021), se encontravam em aberto 144 deficiências, as quais se encontram detalhadas nos Relatórios de Autoavaliação Individuais das entidades que o compõem, nomeadamente o Banco Santander Totta, S.A., juntamente com a indicação da sua classificação de acordo com a metodologia aplicada (29 como F1-Reduzida, 75 como F2-Moderada, 39 como F3-Elevada e 1 como F4-Severa). As respetivas medidas corretivas aprovadas, bem como os prazos de implementação definidos, refletem assim, de forma adequada, os processos de identificação, avaliação, acompanhamento e controlo dos riscos. O seguimento das deficiências em aberto é acompanhado pela alta direção e em vários comités, nomeadamente no Comité de Controlo Interno e Cumprimento, com periodicidade bimestral, para se garantir a correção tempestiva das situações identificadas de acordo com a política de governo interno do Banco. Para efeitos do cumprimento do Aviso n.º 3/2020, foi realizado um *gap analysis* do qual resultaram algumas insuficiências para as quais foram definidos planos de ação e respetivas datas de implementação. Ainda que, em virtude de uma revisão posterior, tenha em algumas situações específicas resultado necessário um ajustamento do plano de ação inicialmente definido e/ou da data de implementação inicialmente indicada, tais insuficiências encontram-se, presentemente, resolvidas. O Conselho de Administração analisou as medidas corretivas indicadas para corrigir as deficiências detetadas e concluiu que a concretização das medidas é adequada à resolução das mesmas.

Não foram identificadas deficiências em aberto na Sociedade Totta Ireland, PLC.





O Conselho de Administração e o Conselho Fiscal da Santander Totta, SGPS S.A. concluíram pela adequada classificação das deficiências identificadas com o nível de “F3 Elevada” e “F4 Severa” e que o seu impacto não é passível de prejudicar a cultura organizacional e os sistemas de governo e de controlo interno.

O Conselho de Administração da Santander Totta, SGPS, S.A. concluiu que os impactos atuais ou potenciais das deficiências identificadas, tendo em conta o plano de mitigação e as medidas corretivas existentes para cada uma delas, não são passíveis de prejudicar a referida cultura organizacional, os sistemas de governo e controlo interno. Concluiu ainda que a cultura organizacional e os sistemas de governo e de controlo interno, incluindo o funcionamento e a independência das funções de controlo, respondem de forma adequada e eficaz, em todos os aspetos materialmente relevantes, garantindo assim uma efetiva gestão dos riscos associados à atividade desenvolvida.

Em cumprimento do disposto no Aviso n.º 3/2020, de 15 de julho, do Banco de Portugal, em especial no Artigo 57.º, e no Regulamento n.º 9/2020, de 16 de dezembro, da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, na alínea b), n.º1, do Artigo 5.º, o Conselho de Administração, relativamente à principal filial do Grupo, o Banco Santander Totta, S.A., emitiu a sua opinião global sobre a adequação e a eficácia da cultura organizacional e dos seus sistemas de governo e de controlo interno, sobre as práticas e políticas remuneratórias implementados e as ações empreendidas para corrigir as deficiências detetadas no período de referência.

Em cumprimento do disposto no Aviso n.º 3/2020, do Banco de Portugal, em especial no Artigo 56.º, e no Regulamento n.º 9/2020, de 16 de dezembro de 2020, da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, o Conselho Fiscal da Santander Totta, SGPS, S.A. emitiu, em 16 de dezembro de 2021, a sua opinião global sobre a adequação e a eficácia da cultura organizacional e dos sistemas de governo e de controlo interno do Grupo, a qual, no âmbito das responsabilidades atribuídas a este Órgão, inclui a ponderação realizada por este, à data de referência, designadamente acerca dos impactos atuais ou potenciais das deficiências que se mantenham em aberto.

Por todo o trabalho realizado, com especial atenção aos relatórios das Funções de Gestão de Riscos, Cumprimento e Auditoria interna do Banco, e tendo em consideração que as funções de controlo do Banco atuam em regime de transversalidade junto da Santander Totta, SGPS, S.A. e do Totta Ireland,



PLC, é convicção do Conselho Fiscal que o CRO, enquanto responsável pela Função de Gestão de Riscos, o CCO, enquanto responsável pela Função de Cumprimento e o CAE, enquanto responsável pela Função de Auditoria Interna, desempenham as suas funções de forma adequada, objetiva e independente relativamente às áreas funcionais sujeitas a avaliação, com total autonomia e liberdade, não existindo qualquer situação ou constrangimento que as comprometa ou possa vir a comprometer, tendo acesso pleno a todas as atividades e a toda a informação necessária ao desempenho das suas competências, dispondo igualmente, através do seu responsável, de acesso direto ao Órgão de Administração, e respetivos comités, incluindo, e sempre que se justifique, ao Órgão de Fiscalização da Sociedade e/ou das filiais.

Tendo em consideração a atividade desenvolvida pelo Conselho Fiscal durante o período de referência, ponderada toda a informação trazida ao seu conhecimento decorrente das atividades de monitorização pelas estruturas próprias do Grupo Santander Portugal e apoiada pelos serviços adicionais solicitados para o efeito ao Revisor Oficial de Contas, este declarou que nada chegou ao seu conhecimento, para além das deficiências detetadas e anteriormente referidas, que indicasse que: os processos de preparação de reportes prudenciais e financeiros, incluindo os efetuados pelo Banco ao abrigo do Regulamento de Execução (UE) n.º 680/2014, da Comissão, de 16 de abril, não são fiáveis, que os processos de preparação de informação divulgada ao público pelo Banco ao abrigo da legislação e regulamentação aplicável, incluindo a informação financeira e prudencial não são fiáveis e que todos os deveres de divulgação ao público, que resultem de legislação e regulamentação aplicáveis e que respeitem às matérias previstas no Aviso, não tenham sido adequadamente cumpridos no período de referência.

No âmbito da avaliação efetuada pelo Conselho Fiscal é opinião deste órgão, tendo em conta o trabalho realizado e apoiado nos serviços adicionais realizados pelo Revisor Oficial de Contas, que a cultura organizacional do Grupo Santander Portugal, os sistemas de governo e controlo interno, e o funcionamento e a independência das funções de controlo, tendo em conta as deficiências identificadas independentemente da sua classificação, respondem de forma adequada e eficaz, em todos os aspetos materialmente relevantes, garantindo assim uma efetiva gestão dos riscos associados à atividade desenvolvida pelo Grupo Santander Portugal e cumprindo com os requisitos definidos pelo Aviso n.º 3/2020, do Banco de Portugal.



É também opinião do Conselho Fiscal que a adoção e aplicação das disposições contidas na política de remunerações garante de forma adequada e eficaz, em todos os aspetos materialmente relevantes, a coerência entre todas as entidades do Grupo Santander Portugal, cumprindo com os requisitos definidos pelo Aviso n.º 3/2020, do Banco de Portugal.

Por último, no que respeita à Totta Ireland PLC, é opinião do Conselho Fiscal que a cultura organizacional e os sistemas de governo e de controlo interno, incluindo o funcionamento e a independência das funções de controlo, respondem de forma adequada e eficaz, em todos os aspetos materialmente relevantes, garantindo assim uma efetiva gestão dos riscos associados à atividade desenvolvida.

19 de abril de 2022

O Conselho Fiscal

José Duarte Assunção Dias (Presidente)

Henrique Salema de Carvalho e Silva (Vogal)

Luís Paulo Glória Picardo de Sousa (Vogal)



